

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC - SP**

**Patrícia Rodrigues da Silva**

**DISPUTANDO ESPAÇO, CONSTRUINDO SENTIDOS: Vivências, trabalho e embates**  
**na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC - SP**

**Patrícia Rodrigues da Silva**

**DISPUTANDO ESPAÇO, CONSTRUINDO SENTIDOS: Vivências, trabalho e embates  
na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Heloisa de Faria Cruz.

**SÃO PAULO**

**2011**

**Banca Examinadora**

---

---

---

---

---

*Ao Helder, meu companheiro de todas as horas.*

*Nosso amor é para a vida inteira!*

*Aos meus filhos, Helder Filho e Heitor, que me  
trazem a felicidade, e que, com a simplicidade que  
só os profundos conhecedores podem ter, me  
ensinam cotidianamente o que é amar!*

## **AGRADECIMENTOS**

É com alegria e muita emoção que chego ao fim desta empreitada! Percebo que, na solidão da escrita, inúmeras pessoas estiveram caminhando comigo, dispensando-me atenção, carinho e auxílio, e torcendo por mim. A todos vocês, minha gratidão e reconhecimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pelo financiamento que viabilizou esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), agradeço pela atenção e pelas contribuições valiosas para o desenvolvimento desta tese.

Aos colegas de turma, agradeço pela convivência e pelas trocas de experiências (principalmente no período em que estive em São Paulo), as quais, certamente, enriqueceram este trabalho.

Aos professores Marta Emísia Jacinto Barbosa e Carlos José Ferreira dos Santos, agradeço pelas preciosas contribuições por ocasião da Qualificação. A leitura acurada e as críticas me ajudaram num momento crucial da produção desta tese. Espero ter feito jus às vossas observações.

À minha orientadora, professora Heloisa de Faria Cruz, meu reconhecimento e gratidão por seu imenso esforço em me orientar praticamente via internet. Foi uma orientação irretocável. Agradeço pelas observações e críticas que muito me ajudaram no processo de construção e amadurecimento deste trabalho, contribuindo, de fato, com o que ele tem de positivo, sem, contudo, ser responsável pelos problemas que ele possa conter. Sou grata pela paciência com minhas limitações e pela oportunidade do convívio com uma profissional competente, ética e comprometida com a profissão e com a sociedade.

Aos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), agradeço por, tão gentilmente, me possibilitarem examinar a documentação sobre o processo de embargo do “Manaus Moderna”, bem como pesquisar a hemeroteca.

À Marluce, agradeço pela presteza com que me auxiliou na pesquisa de jornais no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

À Erica Lima Barbosa, agradeço pelo grande esforço em me ajudar com os primeiros contatos e entrevistas com os feirantes da “Manaus Moderna”.

À Ana Paula Amaral Craveiro, agradeço pela disponibilidade e presteza em me auxiliar, dentro dos meus exíguos prazos, na revisão e formatação do texto.

A todos os trabalhadores entrevistados, agradeço pela disponibilidade e generosidade de compartilharem comigo suas experiências de vida, possibilitando-me desenvolver este trabalho.

Ao Aílton Siqueira, à Ana Karinne Martins e à Sandra Soares, amizades conquistadas em São Paulo, e à Simeí Torres e ao Leno José, amizades conquistadas ainda em Manaus, agradeço pela convivência em terras paulistanas. As conversas, os desafios da convivência e as aventuras partilhadas só somam em minha vida. Tenho vocês em meu coração!

À Cris (Cristiane da Silveira), agradeço pela amizade de longa data, por nossas conversas descontraídas, pelo compartilhar das aventuras na Paulicéia e por dividir comigo as angústias por ter de me ausentar um ano inteiro, deixando meu marido e meus filhos para cumprir os créditos das disciplinas.

Aos amigos de Manaus, os casais da equipe 29 Nossa Senhora da Santíssima Trindade: Iara e Pedro, Marcia e Juarez, Patrícia e Fábio, Solange e Edwan e Waleska e Luiz, agradeço pela acolhida generosa e carinhosa que tornou a adaptação e a permanência em terras manauaras muito mais tranquilas e prazerosas. Agradeço pela amizade fiel, a presença constante, a torcida, as orações (sempre necessárias!) e o compartilhar de tantos momentos felizes e, principalmente, dos desafios mais difíceis.

Às crianças (algumas já não são mais tão crianças!) que tenho visto crescer: Abel, Ana Luiza, Bernardo, Elias, Emanuel, Gabriel, Maria Clara, Maria Eduarda e Tainá, agradeço pela alegria de ver a vida florescendo e renovando.

À Irmã Rosanna, essa enviada de Deus, meu carinho todo especial. Agradeço pelas suas palavras certeiras em todos os momentos, mulher incansável, companhia sempre alegre e disponível. Obrigada por compartilhar as alegrias e as dificuldades, e pelo privilégio de desfrutar de sua inigualável amizade.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), principalmente Auxiliomar Silva Ugarte, chefe de departamento, e Geraldo Pantaleão Sá Peixoto, coordenador de curso, agradeço pela torcida e pela compreensão de minhas ausências nesta reta final do doutorado.

Aos amigos Maria Luiza e Luiz Balkar, agradeço pela amizade, carinho, confiança depositada, apoio e incentivo, que sempre foram suas marcas comigo. Sou feliz por tê-los encontrado!

Aos meus pais, José Laurindo e Dora Alice, sou profundamente grata pelo aconchego gostoso, pelo amor e carinho de toda a vida e pelo apoio incondicional em tudo que fiz buscando crescer. Meu eterno reconhecimento pelos inúmeros esforços que fizeram e por me ensinarem a ser “gente”.

Aos meus irmãos, Daniela e Gentil, agradeço pela torcida e guardo a esperança de ver as “coisas melhorarem”.

Aos meus amores, Léo e Matheus, agradeço pela felicidade e pela festa que é cada encontro. Tenho em vocês a esperança de ver um mundo melhor!

Ao Sr. Orialdo, à Dona Edith, e aos seus cunhados e sobrinhos, sou grata pela amorosa acolhida em sua família, que se tornou a minha também. Agradeço pela torcida, apoio e exemplo de família, que me dá a certeza do caminho certo a seguir.

À Dona Edith, devo um agradecimento especial: reconheço que sem a sua ajuda as coisas teriam sido infinitamente mais difíceis. Esteve comigo, me apoiando, me incentivando e me ajudando imensamente do início ao fim do doutorado.

Ao Helder, meu amor, sou grata por tudo: pela paciência, pelo companheirismo, pelo entusiasmo (muitas vezes maior que o meu!) constante e pelas adversidades que nos fazem crescer e amadurecer! Você sabe que o seu apoio e incentivo sempre presentes tornaram este trabalho possível.

E, por último, mas não menos importante, agradeço aos meus filhos, Helder Filho e Heitor. Meus campeões! Imagino que não seja fácil ser filho de uma pesquisadora, que “*nunca tem tempo pra nada!*”. O entusiasmo e alegria inocente com a finalização de cada etapa deste trabalho, suas companhias frequentes pedindo atenção, e querendo colaborar de alguma forma, trouxeram mais leveza e alegria ao processo de pesquisa e de finalização do trabalho. Obrigada por tornarem minha vida mais doce e feliz!

A todos vocês e àqueles que, porventura, não estiverem listados aqui, muito obrigada e até a próxima!

## ***A Cidade***

*O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas  
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas  
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas  
Não importa se são ruins, nem importa se são boas  
E a cidade se apresenta centro das ambições  
Para mendigos ou ricos e outras armações  
Coletivos, automóveis, motos e metrô  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelô  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce  
A cidade se encontra prostituída  
Por aqueles que a usaram em busca de saída  
Ilusora de pessoas de outros lugares  
A cidade e sua fama vai além dos mares  
No meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce  
Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu  
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu  
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu  
Num dia de sol, Manaus\* acordou  
Com a mesma fedentina do dia anterior.*

(CHICO SCIENCE)

\* Aqui, estamos nos utilizando de licença poética, uma vez que, na letra original, a cidade referida é Recife.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **DISPUTANDO ESPAÇO, CONSTRUINDO SENTIDOS: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010).**

## **RESUMO**

Este trabalho problematiza as transformações pela quais a cidade de Manaus tem passado desde a efetivação da Zona Franca, nos fins da década de 1960, até os dias atuais. Partindo de uma reflexão acerca das mudanças de um espaço específico, a área atualmente denominada “Manaus Moderna”, essa pesquisa busca compreender os sentidos sociais e históricos dessas transformações, bem como a forma como elas foram apreendidas e quais significados tiveram para parte dos diferentes grupos sociais que a constituem. A partir de uma gama variada de fontes, como jornais diários, fotografias, fontes orais e fontes oficiais, foi realizada uma análise das mudanças nesse espaço, procurando refletir, sobretudo, sobre os momentos de maiores tensões. Assim, analisando planos de intervenções recentes, como “Centro Vivo” e “Choque de Ordem”, e conversando com trabalhadores que atuam naquela espacialidade, empreendeu-se uma discussão sobre as mudanças nas premissas das políticas públicas quanto à intervenção no espaço público, os sentidos atribuídos àquela área por alguns grupos sociais e a forma como estes compreendem e tratam essas intervenções. A pesquisa busca refletir, também, acerca dos sentidos da construção da Avenida Beira Rio (Avenida Manaus Moderna), que, tendo sido gestada na década de 1970, só foi efetivada ao longo dos anos de 1980, a partir de um projeto “modernizador” desenvolvido pelo poder público estadual, com o intuito de adequar a cidade à nova realidade da Zona Franca (o Projeto “Manaus Moderna”). Analisa-se, ainda, a partir das memórias de feirantes, de seus acervos fotográficos e de notícias veiculadas em jornais da época, os significados, as tensões e as disputas presentes em dois momentos importantes na transformação da dinâmica da atual área da “Manaus Moderna”, ocorridos no interstício de 1980 a 1991, quais sejam a desativação da chamada Feira da Escadaria e a implantação da Feira Cel. Jorge Teixeira (Manaus Moderna). Foi possível perceber, diante deste estudo, que esse espaço ainda se configura enquanto espaço de disputas para diferentes grupos sociais que vão imprimindo ali suas marcas e construindo a cidade cotidianamente.

**Palavras-chave:** Cidade. Experiências sociais. Cultura. Espaços urbanos.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **DISPUTING SPACE, BUILDING DIRECTIONS: Experiences, work and disputes in the area of Manaus Moderna (Manaus, AM – 1967 - 2010).**

## **ABSTRACT**

This doctoral thesis discusses the transformations by which the city of Manaus has passed since the execution of a Free Trade Zone in the late 1960 until the present day. Starting from a reflection on the changes in a specific space, the area now called “Manaus Moderna”, this research seeks to understand the social and historical meanings of these changes and how they were seized and what meanings they had for the different social groups that constitute it. From a wide range of sources such as newspapers, photographs, oral sources and official sources, we performed an analysis of changes in this space, to reflect, above all, the moments of greatest stress. Thus, analyzing plans for recent interventions, such as “Town Centre Living” and “Clash of Order”, and talking to workers who work in that spaciousness, undertook a discussion about changes in the assumptions of public policies on intervention in public space, the meanings attributed to that area by some social groups and how they understand and treat these interventions. The research aims to reflect, too, upon the meanings of the construction of Beira Rio Avenue (Manaus Moderna Avenue), which, having been planned in the 1970s, was not carried over from 1980, from a project “modernizing” developed by the state sector, in order to adapt the city to the new reality of the Free Trade Zone (the Project “Manaus Moderna”). It is analyzed also from the memories of stallholders, their photographic collections news and in newspapers of the time, the meanings, tensions and disputes in these two important moments in the transformation of the dynamics of the current area of “Manaus Moderna” occurred in the interstitium from 1980 to 1991, namely the deactivation of the well-known Staircase’s Fair and the implementation of Fair Jorge Teixeira (Manaus Moderna). It was possible to see, before this study that this area also is configured as an area of dispute for different social groups that go there by printing their brands and building the city daily.

**Key-words:** City. Social Experiences. Culture. Urban Spaces.

## LISTA DE FIGURAS

|           |                                                                                                                           |     |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1  | Propaganda do Distrito Industrial de Manaus .....                                                                         | 118 |
| Figura 2  | Propaganda do Distrito Industrial de Manaus .....                                                                         | 119 |
| Figura 3  | Planta do Projeto “Manaus Moderna” publicada no “Jornal do Comércio” ....                                                 | 126 |
| Figura 4  | Mercado Adolpho Lisboa e a Avenida Manaus Moderna ao fundo .....                                                          | 150 |
| Figura 5  | Imagem da Avenida “Manaus Moderna” na parte posterior ao Mercado<br>Adolpho Lisboa, publicada no jornal “A Crítica” ..... | 154 |
| Figura 6  | Imagem utilizada para ilustrar matéria do publicada no jornal “A Crítica” .....                                           | 157 |
| Figura 7  | Imagem da Avenida “Manaus Moderna”, publicada no jornal “A Crítica” .....                                                 | 161 |
| Figura 8  | Imagem publicada no jornal “A Crítica” .....                                                                              | 179 |
| Figura 9  | Reportagem do Jornal “A Notícia” .....                                                                                    | 181 |
| Figura 10 | Reportagem de primeira página do jornal “A Crítica” .....                                                                 | 183 |
| Figura 11 | Reportagem do caderno “Cidades” do jornal “A Crítica” .....                                                               | 184 |
| Figura 12 | Imagem publicada no “Jornal do Comércio” .....                                                                            | 187 |
| Figura 13 | Feira da Escadaria dos Remédios.....                                                                                      | 193 |
| Figura 14 | Imagem que ilustrava matéria do “Jornal do Comércio” .....                                                                | 199 |
| Figura 15 | Imagem publicada no jornal “A Crítica” .....                                                                              | 210 |
| Figura 16 | Imagens publicadas no jornal “A Crítica” .....                                                                            | 211 |
| Figura 17 | Imagem publicada no “Jornal do Comércio” .....                                                                            | 219 |

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|               |                                                                                                                         |     |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fotografia 1  | Avenida Manaus Moderna – Feira .....                                                                                    | 59  |
| Fotografia 2  | Avenida Manaus Moderna – Prolongamento .....                                                                            | 60  |
| Fotografia 3  | Manaus, da cidade flutuante às palafitas regionais (fevereiro de 2000).....                                             | 62  |
| Fotografia 4  | Feira Gastronômica.....                                                                                                 | 72  |
| Fotografia 5  | Feira Gastronômica.....                                                                                                 | 73  |
| Fotografia 6  | Feira Gastronômica.....                                                                                                 | 73  |
| Fotografia 7  | Feira Gastronômica.....                                                                                                 | 74  |
| Fotografia 8  | Feira Gastronômica.....                                                                                                 | 75  |
| Fotografia 9  | Carregadores na área da Manaus Moderna.....                                                                             | 77  |
| Fotografia 10 | Carregadores da Manaus Moderna carregam os barcos que saem com<br>passageiros e mercadorias para inúmeros lugares ..... | 91  |
| Fotografia 11 | Produtos sendo carregados .....                                                                                         | 91  |
| Fotografia 12 | Produtos sendo carregados .....                                                                                         | 92  |
| Fotografia 13 | Produtos sendo carregados .....                                                                                         | 92  |
| Fotografia 14 | Diversidade e criatividade na forma de carregar as mercadorias .....                                                    | 101 |
| Fotografia 15 | Pessoas em busca de frutas e verduras nos contêineres da Manaus<br>Moderna.....                                         | 102 |
| Fotografia 16 | Construção do muro de arrimo em frente ao Mercado Municipal Adolpho<br>Lisboa .....                                     | 146 |
| Fotografia 17 | Construção do muro de arrimo em frente ao Mercado Municipal Adolpho<br>Lisboa .....                                     | 146 |
| Fotografia 18 | Lateral do Mercado Adolpho Lisboa.....                                                                                  | 147 |
| Fotografia 19 | Início da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna) .....                                                                      | 148 |
| Fotografia 20 | Lateral do Mercado Adolpho Lisboa.....                                                                                  | 148 |
| Fotografia 21 | Construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna) .....                                                                  | 149 |
| Fotografia 22 | Construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna) .....                                                                  | 150 |
| Fotografia 23 | Prolongamento da Avenida Manaus Moderna .....                                                                           | 163 |
| Fotografia 24 | Avenida Manaus Moderna.....                                                                                             | 164 |
| Fotografia 25 | Avenida Manaus Moderna.....                                                                                             | 165 |
| Fotografia 26 | Comércio ambulante nas “pontes flutuantes”.....                                                                         | 178 |

|               |                                       |     |
|---------------|---------------------------------------|-----|
| Fotografia 27 | Feira da Escadaria dos Remédios ..... | 194 |
| Fotografia 28 | Avenida e Feira Manaus Moderna.....   | 236 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|           |                                                                                    |    |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 | Estados de origem dos trabalhadores entrevistados.....                             | 86 |
| Gráfico 2 | Tempo de trabalho no porto da Manaus Moderna.....                                  | 87 |
| Gráfico 3 | Quantidade de peso transportado pelos carregadores no porto da Manaus Moderna..... | 87 |
| Gráfico 4 | Doenças adquiridas pelo contato com o lixo no porto da Manaus Moderna.....         | 87 |

## **LISTA DE MAPAS**

|        |                                                          |    |
|--------|----------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 | Localização de Manaus dentro do estado do Amazonas ..... | 50 |
| Mapa 2 | Manaus dividida em regiões .....                         | 51 |
| Mapa 3 | Espaço da Manaus Moderna (ruas).....                     | 52 |
| Mapa 4 | Espaço da Manaus Moderna (fotografia do satélite) .....  | 53 |

## **LISTA DE QUADROS**

|          |                                         |     |
|----------|-----------------------------------------|-----|
| Quadro 1 | Crescimento demográfico em Manaus ..... | 120 |
|----------|-----------------------------------------|-----|

## SUMÁRIO

|                                                                                                        |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                                                                           | 18         |
| <br><b>PARTE I - “MANAUS MODERNA” HOJE: DIVERSIDADE DE PROPOSTAS E DISPUTAS .....</b>                  | <b>45</b>  |
| <b>1 “CHOQUE DE ORDEM” E “CENTRO VIVO”: PROPONDO O ALISAMENTO DO ESPAÇO .....</b>                      | <b>46</b>  |
| <b>2 OUTRAS PRESENÇAS, EXPERIÊNCIAS E IMAGENS.....</b>                                                 | <b>84</b>  |
| <br><b>PARTE II - DA ZONA FRANCA À MANAUS MODERNA .....</b>                                            | <b>111</b> |
| <b>3 UMA NOVA DINÂMICA PARA A CIDADE.....</b>                                                          | <b>112</b> |
| <b>3.1 “Manaus Moderna”: divergências em torno do projeto que pretendia “modernizar” a cidade.....</b> | <b>114</b> |
| <b>4 DISPUTAS INSTITUCIONAIS: A MEMÓRIA DO LUGAR .....</b>                                             | <b>137</b> |
| <b>4.1 A implementação do projeto .....</b>                                                            | <b>152</b> |
| <br><b>PARTE III - CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA DISPUTA PELO ESPAÇO.....</b>                            | <b>166</b> |
| <b>5 DISPUTAS PELO ESPAÇO: IDAS E VINDAS DA FEIRA DA ESCADARIA.....</b>                                | <b>167</b> |
| <b>6 CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA DO LUGAR.....</b>                                          | <b>202</b> |
| <br><b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>                                                                  | <b>237</b> |
| <br><b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                                                          | <b>251</b> |
| <br><b>FONTES .....</b>                                                                                | <b>268</b> |
| <br><b>FONTES ORAIS .....</b>                                                                          | <b>274</b> |
| <br><b>APÊNDICE – Apresentação dos depoentes citados no texto.....</b>                                 | <b>281</b> |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo que ora se apresenta busca uma compreensão acerca dos sentidos sociais e históricos das transformações urbanas na cidade de Manaus, no período que se estende de 1967-2010. Assim, a partir da reflexão das transformações vivenciadas por alguns grupos sociais em uma espacialidade específica na cidade de Manaus, qual seja a chamada área da “Manaus Moderna”, procuramos compreender como foram apreendidas essas mudanças e quais significados elas tiveram para diferentes grupos sociais que constituem a cidade.

A escolha do recorte temporal se justifica pelo fato de que, em 1967, a Zona Franca de Manaus se consolidou por meio de um decreto-lei<sup>1</sup> que trouxe grandes mudanças para a cidade. Assim, o crescimento demográfico e a “necessidade” de reorganização de sua espacialidade foram ocorrendo paulatinamente ao longo das décadas seguintes, trazendo, consequentemente, mudanças nos modos de viver das pessoas. Também a área que hoje é a Manaus Moderna, vista como porta de entrada da cidade, sofreu muitas intervenções para que se adequasse à nova lógica que se impunha, trazendo, com isso, transformações fundamentais para os modos de viver na cidade de Manaus.

Nesse sentido, acreditamos que, estudando esse intervalo e focando nos momentos de maiores tensões/intervenções na área da Manaus Moderna, podemos refletir e contribuir para o debate acerca dos processos recentes de intervenções urbanas.

Rever a trajetória desta pesquisa nos parece importante, pois permite compreender como o objeto foi sendo construído. É preciso esclarecer, desde já, que este estudo sofreu significativas mudanças desde o projeto inicial.

Num primeiro momento, o objetivo era estabelecer uma discussão acerca das relações sociais e de trabalho na cidade de Manaus, a partir das vivências e das experiências de vida de feirantes da Feira Manaus Moderna. Entretanto, esses objetivos foram sofrendo modificações ao longo do processo de pesquisa, na medida em que novas questões foram se apresentando.

---

<sup>1</sup> A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário, instituindo, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km<sup>2</sup>, tendo como centro a cidade de Manaus. “*Visando integrar a Amazônia à economia do país, bem como promover sua ocupação e elevar o nível de segurança para manutenção de sua integridade*, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima” (AMAZONAS, 2006, grifo nosso).

Ao procurar as fontes documentais e realizar uma revisão bibliográfica, novos caminhos se impuseram à pesquisa, e o foco do estudo, que a princípio recaía sobre as relações de trabalho, foi se deslocando para uma busca dos sentidos sociais e históricos das transformações na cidade.

É possível perceber, agora, que essa era uma preocupação que já estava colocada para mim desde o primeiro momento, mas não de forma tão clara.

Nesse sentido, as motivações que me levaram à escolha do tema estão intimamente vinculadas à minha trajetória de vida, à minha formação intelectual, e também à minha atuação como sujeito social e às minhas inquietações políticas.

Minha preocupação com temáticas voltadas para a História Social, quais sejam os modos de viver das classes trabalhadoras, e agora, os sentidos das transformações sociais na cidade, está presente desde a graduação, quando, pela primeira vez, por meio de discussões suscitadas em sala de aula por alguns professores, entrei em contato com a produção de autores preocupados com a cultura das classes trabalhadoras, principalmente ingleses como Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson.

Instigada por aquelas discussões e pelas questões colocadas pela nossa realidade social, tive a oportunidade de participar do grupo de discussões do projeto “**Experiências dos trabalhadores no espaço urbano: Uberlândia 1950/1996**”, então coordenado pela Professora Doutora Coraly Gará Caetano. Estimulada a trilhar o caminho da pesquisa, estudei um grupo de trabalhadores ceramistas na cidade de Monte Carmelo/MG, trabalho que se desdobrou em minha dissertação de Mestrado, orientada pelo Professor Doutor Hermetes Reis de Araújo, na Universidade Federal de Uberlândia, no período de 1999-2001.

Desse modo, compartilhamos da concepção de História que “leva em conta toda experiência humana” (KHOURY et al, 2002, p. 17). Entendemos que os valores morais, éticos e culturais das pessoas são construídos no momento e no espaço em que a vida material é produzida, numa relação dialética, onde o trabalho e as relações estabelecidas nesse espaço influenciam as relações estabelecidas fora dele, e vice-versa.

É, portanto, uma concepção de História que procura entender o fazer-se dos homens, mulheres, crianças etc., e sua cultura, aqui entendida como todo um modo de vida, ou seja, seus valores, tradições, esperanças, conflitos, perspectivas e práticas sociais.

Uma História que busca menos narrar fatos e acontecimentos, e mais dialogar com a multiplicidade de experiências vivenciadas cotidianamente por pessoas comuns.

Assim, entendemos que:

[...] ao acompanhar a mudança, descobrimos como chegamos ao que somos hoje. Compreendemos mais claramente o que foi perdido e o que se conservou “subterraneamente”, o que ainda resta por resolver (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 344).

Essa é uma concepção de História instigadora, na medida em que possibilita interpretar parte das relações sociais que estabelecemos contemporaneamente e compreender como homens reais experimentam suas vidas e constroem a sua cultura a partir do seu viver cotidiano. Instiga, porque nos impõe um diálogo constante com os nossos pressupostos teóricos e concepções, pois só um diálogo constante entre a teoria e a prática, entre o historiador e suas fontes, poderá dar conta de uma interpretação satisfatória.

Edward Palmer Thompson (1981, p. 54) nos fala dessa contínua necessidade do diálogo entre a teoria e a prática da seguinte forma:

A prática histórica está acima de tudo empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende um debate entre, de um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e por outro, evidências recentes ou inconvenientes, a elaboração de novas hipóteses, o teste dessas hipóteses, face às evidências, o que pode exigir o interrogatório de evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções, a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste.

Entendemos que as “feições” da cidade são definidas e redefinidas constantemente, porque são resultados das relações sociais nela estabelecidas. Vemos a cidade como palco e resultado de vivências e experiências múltiplas. Nessa direção, a história da cidade só tem sentido quando buscamos compreender essas vivências, as lutas cotidianas em defesa de interesses diversos, os modos de morar, trabalhar, se divertir e viver. Compartilhamos da **“concepção que busca captar e investigar, nas relações sociais instituídas na cidade, o entendimento de modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que, com suas ações, estão impregnando e construindo a cultura urbana”** (FENELON, 1999, p. 6, grifo nosso).

Sendo assim, com o intuito de desvelar parte da “guerra de lugares”, no dizer de Antônio Arantes (2000a), que forja os espaços na cidade de Manaus, fiz algumas opções.

Desde que cheguei a Manaus, em 2001, muitas questões referentes à realidade social foram se colocando para mim como objeto de pesquisa. Os modos de viver e as culturas diferentes do que eu conhecia até então me instigavam a buscar uma compreensão daquele espaço no qual, a partir daquele momento, eu me inseria.

Manaus chama a atenção pelo seu meio ambiente social, seus grandes monumentos no centro da cidade (como o Teatro Amazonas, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, o “Porto Flutuante”), seus “lugares da memória”<sup>2</sup> de um tempo de opulência econômica que prevaleceu sobre outras memórias<sup>3</sup>, seus inúmeros igarapés que entrecortam a cidade (em sua grande maioria – se não todos – poluídos), e seus depósitos de lixo e esgoto das também inúmeras palafitas que se estendem ao longo de muitos deles, nas encostas e até mesmo dentro deles, tornando a paisagem da cidade bastante peculiar.

A chamada área da Manaus Moderna<sup>4</sup> se localiza no centro da cidade e compreende a Avenida Beira Rio (ou Manaus Moderna), onde se encontram o Mercado Municipal, a Feira Manaus Moderna e o “Porto Flutuante”, este, principal porta de entrada da cidade desde o século XIX (PINHEIRO, 2003). Essa área é reveladora de como a cidade é heterogênea, configurada a partir de uma multiplicidade de vivências e experiências que se relacionam das mais diversas maneiras.

Ao caminhar pela área do porto, ou área da Manaus Moderna como é conhecida, podemos ver, dividindo o mesmo espaço, muitos sujeitos sociais, como trabalhadores do porto, estivadores<sup>5</sup>, carregadores, motoristas de caminhões que vêm despachar/receber cargas de várias partes do Brasil e do mundo, taxistas, prostitutas, vendedores ambulantes, feirantes, catadores, todos eles, muitas vezes, frequentadores dos inúmeros bares que se estendem por vasta parte dessa área, convivendo com um intenso trânsito de viajantes que chegam ou vão para o interior do estado, turistas que chegam de diversas partes do país e do mundo. São sujeitos que estabelecem as mais variadas relações entre si e que, no cotidiano, vão “modelando”, marcando a cidade a partir de suas experiências e concepções de vida.

Entendemos, portanto, que é preciso buscar uma compreensão dos sentidos das transformações desse espaço para os diferentes setores da sociedade, quais sejam

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Pierre Nora (1993).

<sup>3</sup> Esses monumentos foram construídos no chamado período áureo da borracha (aproximadamente 1890-1920), e largamente documentados por historiadores tradicionais a partir de uma visão unilateral, a qual valorizava apenas a opulência desse período, o que vem sendo relativizado desde o final dos anos de 1980, com abordagens feitas a partir da História Social e da cidade. Ver, por exemplo: DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989; COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997; e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus – 1899-1925*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003.

<sup>4</sup> A denominação “Manaus Moderna” está relacionada ao Projeto “Manaus Moderna” (“Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM”), que foi criado na segunda metade da década de 1980, pelo governo estadual, com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), prevendo uma série de intervenções na área urbana de Manaus.

<sup>5</sup> Esses trabalhadores foram objeto de estudo de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003), no período que vai do final do século XIX ao início do século XX.

trabalhadores, frequentadores e moradores da área, enfim, pessoas que a constroem cotidianamente. Sendo assim, interessa refletir esses grupos numa dinâmica mais ampla de sujeitos coletivos, com interesses e antagonismos que disputam a cidade.

Como os diversos setores sociais manauaras vivenciaram/vivenciam as transformações ocorridas em Manaus? Que significados atribuem a elas? Como percebem as mudanças? Que significados atribuem à cidade e às suas mudanças? Qual é a cidade das pessoas comuns?

Essas questões foram se colocando para mim como objeto de pesquisa, e a escolha da área da Manaus Moderna foi se dando na medida em que eu realizava a revisão bibliográfica e buscava, nos arquivos de jornais da Biblioteca Pública do Estado, essas respostas.

Ao vasculhar jornais de grande circulação das décadas de 1980 e 1990<sup>6</sup>, foi possível perceber certa insistência do poder público municipal em retirar os comerciantes daquela área (nesse interstício, houve pelo menos duas grandes retiradas, uma em 1980 e outra em 1991), sob a justificativa de “organizar” a porta de entrada da cidade. Instigava-me compreender em meio a que disputas aconteceram e como foram vivenciadas aquelas transformações ao longo do processo histórico na cidade de Manaus.

Fui, dessa forma, compreendendo que a chamada área da Manaus Moderna, ou Avenida Beira Rio<sup>7</sup>, se configura num espaço emblemático e vital para a cidade. Foi, e ainda é, um espaço dos modos de viver e trabalhar de muitos grupos sociais.

Um dos aspectos importantes é o fato de ser por esse porto que centenas de pessoas chegam ou partem para as cidades do interior e também para outros estados da região Norte do país. Para essas pessoas, a Manaus Moderna é a primeira e a última paisagem que elas veem da cidade. Também é pelo porto improvisado na Manaus Moderna que as mercadorias compradas pelos interioranos são levadas para as suas cidades para uso próprio ou para serem revendidas.

Ali também transitam turistas que partem para os hotéis de selva ou que estão em busca de elementos exóticos, ervas medicinais, frutas e outros alimentos comercializados no Mercado Municipal Adolpho Lisboa.

Outro aspecto fundamental no tocante a essa área é o abastecimento de gêneros alimentícios na cidade. É pelo porto improvisado da Manaus Moderna que chega a quase

---

<sup>6</sup> Os jornais em questão são, em especial, “A Crítica” e “A Notícia”.

<sup>7</sup> A avenida se localiza na área portuária da cidade, iniciando bem ao lado do terminal de cargas e descargas do Porto Flutuante de Manaus, e se estende até a ponte que dá acesso ao bairro de Educandos, margeando, de um lado, o rio Negro e, do outro, o bairro dos Remédios, inclusive passando em frente à Feira Cel. Jorge Teixeira, ou como é mais conhecida, Feira Manaus Moderna.

totalidade do abastecimento de hortigranjeiros consumidos em Manaus, produtos também comercializados na Feira Manaus Moderna. É na feira, e também fora dela, pelos ambulantes, que essas mercadorias são revendidas para os hiper, super e pequenos mercados de toda a cidade, e também para os restaurantes, lanchonetes e cafés. Assim, além de ser o espaço onde se realiza o abastecimento da cidade, é dessa área que muitas pessoas retiram a sua sobrevivência.

Ao lado do terminal de cargas do porto e de frente ao rio Negro, está localizado o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, ou simplesmente Mercadão, como é conhecido localmente. Construído ali no século XIX, sua presença é indicativo de que não é recente a configuração daquele espaço como área de abastecimento de gêneros, como mostra Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003).

A autora revela que a área do porto, que se constituía tradicionalmente num local de abastecimento de gêneros, passou por modificações no final do século XIX, “empurrando” para a área do Mercado e adjacências o comércio de gêneros. De acordo com a autora:

A zona portuária buscava uma maior especialização, não permitindo mais a ocorrência de posturas já convencionais naquela área. [...] De igual modo, todo o pequeno comércio de gêneros vindos do interior foi deslocado, passando a ser comercializados na praia do mercado e seu entorno (PINHEIRO, 2003, p. 49).

Desse modo, este estudo pretende apresentar uma análise e uma reflexão sobre os sentidos sociais e históricos das transformações da cidade de Manaus no período de 1967 a 2010. O objeto específico da pesquisa são as transformações do espaço que se estende do terminal de cargas do Porto Flutuante de Manaus até o final da chamada Feira da Banana, na Avenida Manaus Moderna, ou seja, a área da Manaus Moderna, sob o ponto de vista das disputas ali travadas.

É preciso dizer que, desde o século XIX, havia uma ambição de diversos interesses e governos em disciplinar e normatizar essa área, e as indicações são de que determinados modos de viver e de trabalhar – as práticas de feira, por exemplo – teimam em disputar esse lugar, recriando, mesmo após diferentes intervenções, modos culturais de viver e trabalhar.

Dessa forma, procuramos problematizar a constituição desse espaço, buscando compreender como o mesmo tem se transformado e quais os significados/sentidos dessa transformação e as suas diversas feições em diferentes temporalidades. Como se transformou, o que vem sendo lembrado e o que vem sendo esquecido ao longo de seu processo histórico? Que identidades comporta? Que conflitos o constitui/constituiu? Que memórias e histórias o

têm marcado e quais tem sido ou foram apagadas? Que interesses, poderes e forças permeiam a constituição dessa área?

Enfim, ao buscar refletir sobre tais questões, acreditamos estar contribuindo para a reflexão e a crítica dos processos recentes das intervenções urbanas que se apresentam como processos de renovação da cidade e da qualidade de vida de seus habitantes.

Ao entrar em contato com a produção historiográfica local, foi possível notar que havia uma vasta bibliografia predominante, inclusive nas escolas de ensino fundamental e médio, de cunho tradicional, que abarca jornalistas, memorialistas e historiadores profissionais, como por exemplo, Arthur Cezar Ferreira Reis<sup>8</sup>. Esses historiadores e memorialistas comprometidos com as elites locais produziram inúmeros trabalhos em que fica explícita a sua avidez por preservarem sua memória, sobretudo no período de inserção do Amazonas no contexto do capitalismo mundial, no final do século XIX, com o conhecido “ciclo” da economia gomífera.

Entretanto, notamos, também, que, desde a segunda metade dos anos de 1980, historiadores têm voltado seu olhar para outros sujeitos da história amazonense. A preocupação dessa “nova geração” de historiadores recai justamente na contraposição dessas posturas tradicionais, e, nesse sentido, a História Social no Amazonas tem privilegiado o período áureo da borracha e os anos imediatos ao seu declínio.

A obra “**A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920**”, de Edineia Mascarenhas Dias (1989), fruto de sua dissertação de Mestrado, é, sem dúvida, um estudo pioneiro nessa perspectiva de buscar desvelar vivências ocultadas pelos historiadores tradicionais. Nesse trabalho, dividido em três capítulos, a autora aborda as políticas urbanas que nortearam o processo de transformação da cidade no referido período, evidenciando os conflitos provocados e mostrando “o espaço que foi destinado aos trabalhadores, aos pobres, desocupados e ociosos no momento da ‘organização da cidade’” (DIAS, 1989, p. 23).

Outro importante trabalho nessa direção é a dissertação de Mestrado de Francisca Deusa Sena da Costa, intitulada “**Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)**”, ainda inédita e defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1997. Nesse trabalho, a autora busca:

[...] desnudar que o processo de instituição disciplinar da construção da Manaus que se queria como capital da borracha, e constituído pelas reformas urbanas e pelas ações que objetivaram regular hábitos, usos e costumes forjando uma cultura urbana seja alterando, impondo ou adequando-os,

---

<sup>8</sup> Ícone da historiografia amazonense. Apesar de sua postura historiográfica, faz-se necessário reconhecer a seriedade de seu trabalho.

promoveu num primeiro momento uma segregação social não do espaço, mas da visibilidade pública (COSTA, 1997, p. 23).

Um estudo que também verticaliza e aprofunda essa perspectiva é **“A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus 1899-1925”**, de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003). Ao estudar os estivadores, a autora mostra a importância desse segmento social para a cidade de Manaus no final do século XIX e início do século XX, ao mesmo tempo em que aborda o “processo formativo da cidade e sua íntima relação com a estiva”, a partir de uma desconstrução ou “confronto com certas imagens [...] e conceitos [...] cristalizados pela produção historiográfica regional”, buscando “apresentar uma cidade diferenciada, flagrada pela ótica das experiências vivenciadas pelos estivadores” e “as relações estabelecidas por esses trabalhadores dentro e fora do ambiente de trabalho” (PINHEIRO, 2003, p. 30).

Outras duas dissertações de Mestrado defendidas na PUC/SP, em 2005, a saber, **“Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha (1908-1917)”**, de Leno José Barata Souza, e **“Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917”**, de Paulo Marreiro dos Santos Júnior, também discutem, principalmente a partir da imprensa operária, as experiências, vivências e conflitos das classes trabalhadoras na Manaus da *Belle Époque*. Esses dois trabalhos se iniciaram no Grupo de Pesquisa em História da Imprensa no Amazonas (GPHIA), grupo criado e coordenado pelos professores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Maria Luiza Ugarte Pinheiro, no interior da Universidade Federal do Amazonas, que vem agregando alunos e professores interessados em desenvolver suas pesquisas em “torno de dois eixos centrais: Imprensa e Cultura letrada e Imprensa e mundos do Trabalho” (PINHEIRO; PINHEIRO, 2004, p. 15, nota de rodapé 15).

Chama a atenção o fato de que todos os trabalhos citados se concentram, com algumas variações, no interstício 1890-1920. A cidade e as relações sociais aí estabelecidas não têm ganhado espaço na historiografia amazonense para além do período da economia gomífera<sup>9</sup>. As reflexões e interpretações relativas a um período mais recente da história do Amazonas

---

<sup>9</sup> No artigo *“Mundo do trabalho em Manaus, 1920-1945: uma proposta de investigação”*, publicado nos Anais da Anpuh 2007, o Professor Doutor Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro apresenta projeto em andamento sob sua coordenação, em que busca discutir o universo operário na cidade de Manaus no período da maior crise econômica vivenciada na região (PINHEIRO, 2007). Desse modo, esse projeto representa um significativo avanço na história operária do Amazonas. Cabe ressaltar, ainda, que, desde 2006, a linha de pesquisa “Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia”, do Mestrado em História, tem produzido pesquisas sobre o mundo do trabalho na Amazônia, abrangendo o pós-período da borracha (1920-1945).

têm se desenvolvido apenas em outras áreas do conhecimento, como Geografia<sup>10</sup>, Economia<sup>11</sup>, Sociologia<sup>12</sup>, entre outras.

Uma das poucas exceções é a tese de Doutorado em História de Leno José Barata Souza, intitulada “**‘Cidade Flutuante’: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)**” e recém-defendida (no ano de 2010), junto ao programa de pós-graduação da PUC/SP, na qual o autor busca abordar a constituição da “Cidade Flutuante”, bem como os modos de viver e trabalhar de seus moradores.

A “Cidade Flutuante” foi uma formação urbana que ocorreu em Manaus, caracterizada pelas construções de casas e comércios flutuantes em vasta parte do rio Negro e em frente à cidade, no período de 1920 a 1967. Em sua pesquisa, Souza (2010, p. 9) procura refletir como a Cidade Flutuante de Manaus

foi gradativamente se formando pelo vasto litoral da cidade, se tornando, em meados da década de cinquenta, um fenômeno social e urbano produzido por uma cultura própria do lugar na qual a relação com as águas fluviais foi sempre uma característica marcante na vida dos ribeirinhos da hinterlândia amazônica.

Sendo assim, a partir, principalmente, de fontes orais, foi possível ao autor

rediscutir a Manaus do período, recém-saída de sua *belle époque* gomífera, tempos tradicionalmente pinçados, a partir de uma memória hegemônica, como exemplo máximo de civilização e progresso amazonense em contraposição ao tempo histórico deste trabalho, oficialmente retomados pelo veio da crise econômica paralisante e decadente (SOUZA, 2010, p. 9).

Sobre os flutuantes de Manaus, também se faz necessário referenciar o estudo realizado pelo sociólogo João Pinheiro Salazar, intitulado “**O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus**”, e defendido na Universidade de São Paulo, em 1985, como dissertação de Mestrado em Sociologia. Nesse trabalho, o autor procura discutir os problemas voltados à habitação na cidade de Manaus, que se mantiveram inclusive após a instalação da Zona Franca, e busca refletir, também, acerca da Cidade Flutuante, porém seu foco de estudo recai, sobretudo, nos momentos finais dessa formação urbana.

---

<sup>10</sup> Ver OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

<sup>11</sup> Ver BENTES, Rosalvo. *A Zona Franca e o processo migratório para Manaus*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.

<sup>12</sup> Ver SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca de Manaus*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

Importa ainda abordar outros trabalhos que, dentro das suas especificidades e preocupações (é claro), têm em comum o fato de mostrarem como, ao longo dos anos de 1970 e 1980, principalmente, a região, de uma forma geral, e a cidade de Manaus, em particular, passaram por profundas transformações em função da efetivação da Zona Franca de Manaus.

Rosalvo Machado Bentes (1983, p. 230), ao estudar o processo migratório para Manaus nesse período de efetivação da Zona Franca, mostra, em sua dissertação de Mestrado, intitulada **“A Zona Franca e o processo migratório para Manaus”**, que, “com a implantação da ZFM [Zona Franca de Manaus], Manaus sai do marasmo econômico e passa a crescer aceleradamente”. Sendo a cidade de Manaus privilegiada no tocante aos incentivos fiscais, o referido autor expõe como cresce a migração tanto do interior do estado como de outros estados, em função das promessas de emprego.

Soraia Pereira Magalhães (2003) apresenta um estudo sobre o **“Transporte coletivo urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos”**, no qual discute as mudanças no espaço urbano a partir de um percurso dos diferentes meios de transportes urbanos, desde 1896, com a implantação dos bondes elétricos. Segundo a autora, ao escolher investigar “acerca do transporte coletivo em Manaus”, visou a “compreender qual a dinâmica que orientou sua trajetória histórica e, por conseguinte, como se deu a ação do poder público em Manaus para o fortalecimento desse setor” (MAGALHÃES, 2003, p. 18).

Mais um trabalho que busca discutir as transformações na cidade é a dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, de Luiz Henrique da Silva Santana (2006), intitulada **“Porto da Manaus Moderna: degradação ambiental e trabalho precário”**. Nesse estudo, a preocupação do autor recai sobre a degradação ambiental sofrida pela orla da Manaus Moderna, sendo evidenciadas a falta de políticas públicas preocupadas com o meio ambiente e a precariedade do trabalho dos carregadores de bagagens e cargas. Segundo o autor,

no Porto da Manaus Moderna, entrada e saída da cidade para o mundo regional e global, o território é palco de conflitos entre a qualidade de vida, a degradação hídrica da orla e a inexistência de políticas públicas sustentáveis que considerem o ser humano, a proteção ao meio ambiente e o apoio as atividades produtivas (SANTANA, 2006, p. 148).

Para o autor, “o porto da Manaus Moderna deve ser visto como um sistema nevrálgico de articulação entre rios, cidade, fluxos de vida, cultura, produção, comércio, transporte e necessidade de preservação dos patrimônios históricos e ecossistêmicos” (SANTANA, 2006, p. 147).

Além de palco de conflitos, entendemos que a área/orla da Manaus Moderna deve ser percebida, sobretudo, como resultado desses conflitos, pois a História não é feita apenas pela ação dos poderes públicos, mas pela relação entre diferentes grupos sociais, pela constante disputa de espaços e conflitos de interesses.

Peecebemos, ainda, que o patrimônio histórico pensado apenas pelo viés da preservação dos monumentos acaba por empobrecer a própria dinâmica do processo histórico. Assim sendo, para além da preservação da cal e pedra, é necessário refletir sobre os sentidos desses prédios. Que vivências e experiências comportam? Que memórias pretendem preservar ou preservam? Que memórias ocultam?

As relações históricas que envolvem a dinâmica da produção dos lugares/espaços na cidade constituem-se num lócus privilegiado para a análise histórica, pois possibilitam entender, a partir da produção e reprodução desses espaços, a constituição das relações sociais na cidade, com suas tensões e disputas.

Anne Cauquelin (apud BRESCIANI, 1992, p. 164) diz que:

A matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião, como transmissor de memórias, uma doxa vagabunda, mutável, portadora de pedaços de recordações, tanto históricas como pessoais, intimamente misturadas à escuta e à escrita, ao monumento e aos costumes.

Com essa citação, Maria Stella Bresciani (1992) nos remete à reflexão de que, constituindo e valorizando de forma diferenciada os espaços, diferentes grupos sociais vão definindo e redefinindo constantemente as feições da cidade, por meio de várias estratégias, na constituição dos espaços a partir de suas experiências/vivências, na luta pelo espaço físico, na construção de diferentes memórias.

Michel de Certeau (1994), ao distinguir “lugar” e “espaço”, nos aponta para a ideia de que o movimento condiciona a produção de um espaço. Segundo o autor, o “lugar” diz respeito ao estável, enquanto “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1994, p. 202).

Vale observar que, pensado a partir da problemática do viver na cidade, um determinado “lugar” pode ser constituído de vários espaços, dentre os quais, espaço de lazer, espaço de sobrevivência/trabalho, espaço de turismo/patrimônio histórico, local de passagem, “atalho” para outros espaços, e até local de degradação, gerando a “necessidade” de recuperação, e, por isso, é aqui entendido como objeto de análise histórica.

Essas áreas ou territorialidades são configuradas, portanto, a partir de uma “guerra de lugares”, como nos aponta Antônio Arantes (2000a).

Para compreendermos a constituição dessa gama de significados, faz-se necessário partir das experiências sociais edificadas naquele espaço. Assim,

nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias ou os grupos sociais em suas múltiplas relações (ARANTES, 2000a, p. 191).

Desse modo, tais espaços não podem ser entendidos por uma perspectiva apenas, ou como territórios cujos contornos identitários sejam únicos ou estejam claramente definidos. É preciso observar como eles vão sendo tecidos na experiência social, na vivência cotidiana das pessoas que ocupam e constroem esses espaços, seja física ou simbolicamente, criando múltiplos sentidos e significados.

É importante indicar, ainda, que essas territorialidades não devem ser entendidas simplesmente como um agrupamento de várias experiências ou vivências distintas, mas sim como um espaço onde múltiplos significados e sentidos se entrecruzam, criando “zonas simbólicas de transição [...] Mais do que territórios bem delimitados, esses ‘contextos’ ou ‘ambientes’ podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias [...]” (ARANTES, 2000a, p. 192).

É pela configuração desses espaços que a cidade se constitui, então, num amálgama de pessoas que vão articulando espaços e temporalidades diversas, formando esse todo onde as marcas materiais são apenas partes desse universo disforme e ao mesmo tempo articulado.

Para Antônio Arantes (2000a, p. 200):

O trabalho, a viração, o lazer e a vida cotidiana constituem a cidade como sucessão de lugares articulados no tempo e no espaço, vertical e horizontalmente, pela mediação de zonas de liminaridade, fluidas, ambivalentes. Os marcos visíveis que perduram, lugares de identidade, são apenas parte de uma realidade mais profunda e mais extensa que os contextualiza e desafia.

Partindo de uma concepção que entende a cidade enquanto prática social, urge compreender as pessoas que constroem, disputam e desfrutam desses espaços, pois a cidade, como dito, não pode ser vista como um todo homogêneo. Sendo constituída de valores e projetos distintos, deve ser entendida como um todo heterogêneo. No dizer de Henri Lefebvre (2004, p. 46-47):

A cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações

sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos.

É dentro dessa perspectiva que buscamos compreender as transformações vivenciadas na área da Manaus Moderna, ou seja, percebendo a cidade enquanto uma prática social que é resultante de um constante conflito de interesses.

Vale esclarecer que minha trajetória na busca de fontes se apresenta um tanto conturbada. Inúmeros foram os obstáculos impostos para que eu tivesse acesso a determinadas modalidades de fontes, como é o exemplo do Projeto “Manaus Moderna”. Fiz uma verdadeira peregrinação pelas Secretarias e órgãos municipais e estaduais em busca do Projeto, e a justificativa para que eu não pudesse ter acesso era – com algumas variações – que o Projeto era antigo e não havia nada relacionado a ele naquele local, de modo que o procedimento seria eu me encaminhar a outro órgão, e assim sucessivamente.

Na Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF), tive acesso a uma farta documentação relativa ao Projeto “Manaus Moderna”. Entretanto, das cinco pastas que pude manusear, uma continha o edital de licitação da obra, o contrato com a empresa vencedora do edital (a Construtora Andrade Gutierrez), termos aditivos ao contrato e algumas plantas do Projeto. As outras pastas continham apenas notas fiscais, e, assim, apesar do volume (o que a princípio me animou bastante), a documentação não ajudou muito.

As dificuldades impostas acabaram, por um lado, limitando a utilização de determinada documentação, ao mesmo tempo em que me impuseram um alargamento e a diversificação de fontes.

Tive dificuldades também para realizar um levantamento mais minucioso dos jornais, visto que as instituições que os abrigam, em especial o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)<sup>13</sup> não têm funcionado regularmente.

É importante destacar que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apesar de, na época da pesquisa, estar passando por uma reforma em seu prédio, foi uma das instituições em que tive uma boa acolhida. Todos os funcionários que lá me atenderam foram muito prestativos e me possibilitaram o acesso à documentação relativa ao processo de embargo das obras da Avenida Manaus Moderna, bem como a muitos recortes de jornais diários com matérias relativas à área. Desse modo, o período que abarca a execução do Projeto “Manaus Moderna” (segunda metade dos anos de 1980 ao início dos anos de 1990)

---

<sup>13</sup> A instituição passa por dificuldades financeiras, com falta de funcionários, entre outros problemas. Ora encontra-se aberta, ora fechada, ora funciona pela manhã, ora funciona pela tarde, o que dificulta muito o trabalho do pesquisador. Assim, o acesso a esses documentos se deu mais em função das relações pessoais estabelecidas com os funcionários e responsáveis pela instituição, o que nem sempre era possível.

pôde ser pensado a partir dessa documentação, assim como a partir das fotografias e entrevistas com as pessoas que vivem e constroem cotidianamente aquele espaço.

Mesmo passando por tantas dificuldades, consegui reunir um conjunto documental significativo para a reflexão sobre a problemática proposta.

Nesse sentido, ressaltamos que este estudo teve uma variada gama de fontes documentais, como fotografias (que se tornaram importantes neste trabalho), fontes orais, documentos que compõem o processo de embargo da Avenida Manaus Moderna (como correspondências entre Secretarias e o IPHAN, fotografias, matérias jornalísticas, decretos etc.), a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor, artigos de jornais de grande circulação, obras de memorialistas, entre outras.

A diversidade das fontes propõe cuidados ao pesquisador, na medida em que cada conjunto tem as suas especificidades metodológicas, o que impõe procedimentos específicos que levam à desconstrução de sua historicidade.

É preciso estar atento ao trato das diversas modalidades de fontes. As fontes oficiais (planos governamentais, dados estatísticos, mapas etc.), por exemplo, nos mostram os projetos políticos dos poderes públicos e dos grupos sociais ligados a eles, e, portanto, estão carregadas das subjetividades desses grupos, podendo nos revelar seus valores e interesses, bem como as tensões, disputas e negociações dos diversos grupos governantes, e os possíveis deslocamentos dos projetos hegemônicos. Contudo, é fundamental que tenhamos atenção e cuidado para não entendermos tais projetos enquanto anseio de todo o conjunto da sociedade.

Cumpramos ressaltar que, como já foi dito, as fotografias se colocaram como uma importante fonte documental para este trabalho. Desde o acervo pessoal de alguns feirantes, passando por fotografias oriundas de jornais, publicadas via internet ou em revistas, ou ainda, algumas fotografias publicadas em livros de memorialistas. Sendo assim, faz-se necessário refletir sobre o uso dessa fonte na História, pois, sendo uma produção cultural, carrega elementos da subjetividade e requer um trato específico, uma reflexão sobre a sua natureza e a forma como deve ser tratada dentro do trabalho, como quaisquer fontes que possamos utilizar.

Ao eleger a fotografia como fonte histórica, não se pode olvidar que esse artefato, apesar de ser considerado “como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra” (DUBOIS, 1993, p. 25), não apresenta essa realidade objetiva que propõe, não é uma verdade irrefutável. Ao contrário, é preciso se ater ao fato de que a fotografia é uma construção subjetiva.

A fotografia comporta várias subjetividades, como nos esclareceu Boris Kossoy (2007). Assim, é preciso levar em conta o escopo do fotógrafo que posiciona a objetiva,

escolhe o ângulo, recorta a realidade. Também se faz necessário refletir os objetivos daquele que se deixa fotografar ou de quem encomenda a fotografia ao fotógrafo, quais os interesses, que imagem quer passar de si, que memória deseja perpetuar.

Perpetuando a memória num tempo paralisado e num espaço recortado, no dizer de Boris Kossoy (2007, p. 133), “uma fatia de vida, retirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem”, essa imagem se apresenta de forma silenciosa, impulsionando o olhar e a leitura a partir de seu interior, pois é aí que se encontra o “seu discurso”.

O uso das fontes fotográficas aponta para a necessidade de conhecermos o seu papel cultural, que tem o poder de nos informar, mas também de desinformar, sendo um:

[...] instrumento ambíguo do conhecimento, ela exerce contínuo fascínio sobre os homens. Ao mesmo tempo preservando as referências e lembranças do indivíduo, documentando os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos. O papel cultural das imagens é decisivo, assim como decisivas são as palavras. As imagens estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória (KOSSOY, 2007, p. 31-32).

Desse modo, é possível notar que a imagem fotográfica tem servido para preservar a memória, seja ela coletiva, nacional ou individual/pessoal.

Neste trabalho, além das imagens fotográficas particulares e publicadas em livros de memorialistas, o fotojornalismo também se configurou em importante aporte para a reflexão acerca das disputas na Manaus Moderna.

A historiadora Heloisa de Faria Cruz (2000, p. 93), ao estudar as relações entre a imprensa e as transformações da vida urbana em São Paulo, no final do século XIX, nos aponta para a importância das publicações denominadas “folhas e revistas domingueiras” enquanto “veículos privilegiados na articulação de novos sentidos e linguagens”. Sem deixar de lado as dimensões sociais desse processo, sua pesquisa mostra que as imagens vão se incorporando a esses periódicos na mesma proporção em que se expande esse tipo de imprensa, sendo que a imagem se insere enquanto parte da notícia veiculada.

Nesse sentido, aprendemos com este estudo que, ao trabalhar com fotografias oriundas da imprensa, não podemos deixar de compreendê-las como força atuante na configuração e difusão da notícia.

Gisèle Freund (2008), em estudo sobre as relações entre a imprensa e a fotografia, nos lembra que foi no final do século XIX que as fotografias começam a aparecer como componentes de notícias em jornais. Segundo a autora, o fotojornalismo provocou uma

verdadeira revolução na forma de transmitir os acontecimentos, pois, antes da mecanização, raras vezes saíam reproduções na imprensa. A revolução que se operou se deve ao fato de que “a palavra escrita é abstrata, mas a imagem é reflexo concreto do mundo onde cada um vive” (FREUND, 2008, p. 96, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Assim sendo, mais do que as palavras, a fotografia se aproxima da concretude do dia a dia. Sendo uma construção do mundo vivido, se apresenta ao senso comum como “cópia” de um mundo vivido. Enquanto as palavras descrevem esse mundo, exigindo do leitor certa imaginação, a fotografia direciona essa imaginação com a materialidade da visão.

Gisèle Freund (2008, p. 96) ainda nos alerta para as implicações dessas mudanças, advertindo que o fotojornalismo se converteu em meio de propaganda e manipulação: “o mundo em imagens funciona de acordo com os interesses de quem são os proprietários da imprensa: a indústria, as finanças, os governos (tradução nossa)<sup>15</sup>.”

Outra referência importante nessa perspectiva é o artigo de Marta Emísia Jacinto Barbosa, intitulado “**Sobre história: imprensa e memória**”. Nele, a autora afirma que:

[...] é importante discutir os diferentes usos sociais que diferentes meios e diferentes tempos fazem desses materiais, não só a fotografia, mas as imagens em seus processos de produção e reapropriação. Atentar para como se desenham, sub-repticiamente ou não, os domínios, as manipulações, a materialidade das formas e os sentidos políticos que forjam os processos de difusão (BARBOSA, 2006, p. 270).

A reflexão sobre essa proposição nos impõe a necessidade de estarmos atentos aos interesses mais gerais do meio que difunde a notícia. Ao se utilizarem de uma ou outra imagem como destaque para as notícias, os jornais não o fazem como mera ilustração, mas buscam imprimir a sua versão do fato/acontecimento desde a escolha da imagem. Dessa forma, o ângulo, o recorte, o foco devem ser analisados enquanto parte de um discurso que defende posturas e interesses do grupo social que o divulga.

Cabe acrescentar que as fontes orais também exercem importância fundamental neste trabalho, pois nos ajudam a compreender a forma como as pessoas reelaboram suas trajetórias. Entender, a partir de suas memórias, como narram e interpretam sua inserção e intervenção naquele espaço, seus conflitos, seus sonhos, suas angústias, seus costumes e tradições, enfim, sua cultura.

<sup>14</sup> Texto original: “*la palabra escrita es abstracta, pero la imagen es el reflejo concreto del mundo donde cada uno vive*”.

<sup>15</sup> Texto original: “*El mundo en imágenes funciona de acuerdo con los intereses de quienes son los propietarios de la prensa: la industria, la finanza, los gobiernos*”.

A opção pelas fontes orais neste trabalho se deve a dois motivos fundamentais. Primeiro, como já foi dito anteriormente, pela dificuldade de encontrar fontes escritas que dessem conta da dinâmica daquela área, bem como dos sentimentos, vivências e experiências das pessoas que a constituem. Segundo, pela opção que fiz de buscar compreender a importância desse espaço a partir das experiências e memórias de sujeitos que ali viveram.

No Amazonas, trabalhos historiográficos que se utilizam das fontes orais ainda são uma exceção, entretanto, essas fontes vêm ganhando cada vez mais espaço, se consolidando por meio de programas de pós-graduação em várias universidades<sup>16</sup> do Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990<sup>17</sup>.

Já vai longe o tempo em que a credibilidade dos trabalhos realizados a partir das fontes orais era posta em cheque em função da subjetividade inerente a essas fontes. Após acalorados debates e muitas acusações, hoje podemos entender que, antes de ser um impedimento, ou uma “fraqueza” das fontes, a subjetividade é justamente a maior riqueza que as fontes orais podem nos oferecer.

Nesse sentido, ao eleger como objeto de pesquisa a compreensão das transformações urbanas da cidade de Manaus a partir das transformações da área da Manaus Moderna por aqueles que a fazem, procurei compreender a dinâmica viva do cotidiano. As vivências e os significados atribuídos aos acontecimentos que só pude alcançar por meio das falas dos indivíduos.

As fontes orais possibilitam um alargamento no entendimento dos sujeitos, permitindo, inclusive, um questionamento de outros materiais e suas narrativas. Desse modo, favorecem um confronto entre as nossas concepções e a forma como as pessoas concebem seus modos de vida.

O historiador que se propõe a trabalhar com elas busca e obtém uma perspectiva diferente, qual seja a perspectiva de seus depoentes. Procura mais os significados do que os fatos. Alessandro Portelli (1996, p. 60), falando da subjetividade presente nos relatos, nos lembra que “[...] nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...] quer

---

<sup>16</sup> É preciso ressaltar que a PUC-SP foi uma das primeiras instituições no Brasil a aprofundar e consolidar o debate acerca das questões teórico-metodológicas que envolvem o trabalho com a história oral. Na segunda metade dos anos de 1990, a instituição sediou o importante evento “Ética e História Oral”, em convênio com o Centro Cultural Banco do Brasil e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), editando o material produzido. Ver: PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 15, abr. 1997.

<sup>17</sup> O texto de JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e das produções nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 43-62, como o título indica, apresenta um interessante balanço da história oral, mostrando que, de história marginalizada no interior da Academia, ela vai paulatinamente se consolidando e angariando seu espaço. No Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990.

concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia dos outros”.

A subjetividade é, portanto, inerente aos seres humanos, e é através dela que o mundo se revela. Permeadas pela subjetividade é que as pessoas constroem seus modos de vida, se colocam na sociedade, intervêm nela. Antes de se configurar num obstáculo, a subjetividade se revela como elemento fundamental para historiadores que optam pelo trabalho com as fontes orais. Como nos aponta Portelli (1996, p. 64), “a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”.

Quando falamos em memória, não podemos deixar de nos remeter ao clássico estudo de Maurice Halbwachs (1990), “**A memória coletiva**”, que, tributário de uma tradição durkheimiana, em que os fatos sociais são tratados como coisas e a organização social mais perfeita é a nação, credita à memória nacional a forma mais perfeita de memória coletiva<sup>18</sup>.

Michael Pollak (1989, p. 3) salienta que o autor de “A memória coletiva” insinua, em vários momentos de sua obra, “não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar a memória coletiva e memórias individuais”. Nesse sentido, percebemos que a abordagem privilegiada a partir dessa perspectiva recaía fundamentalmente nos aspectos da estabilidade das sociedades, naquilo que era constante em detrimento dos conflitos, do instável.

É preciso notar, entretanto, que o historiador da atualidade não enxerga mais os fatos sociais como coisas, e, longe de buscar a estabilidade e a constância, o que o interessa são justamente os pontos de conflito, as inconstâncias, os processos desestabilizadores da ordem social, as ações de personagens que permaneceram mudos.

Nessa direção, as fontes orais muito têm contribuído, na medida em que privilegiam o estudo dos excluídos e das minorias, trazendo à tona as “memórias subterrâneas” e evidenciando o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”, como nos diz Michael Pollak (1989, p. 4).

Alistair Thomson (1998) mostra a importância do presente na constituição das memórias, ao falar da memória da guerra. O autor assim se expressa:

---

<sup>18</sup> Segundo análise de Michel Pollak (1989, p. 3), “Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim, também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’”.

As histórias de vida que me foram contadas revelaram-se ricas em detalhes sobre a guerra e seus impactos, mas também profundamente influenciadas pelas vidas destes homens no pós-guerra, por seu papel de contadores de histórias e por seu relacionamento comigo e com as lendas de suas vidas (THOMSON, 1998, p. 66).

Desse modo, as fontes orais, como quaisquer outras fontes, são sempre inconclusas. Não podemos esgotar toda a memória de uma pessoa; o tempo é um elemento vital, que atua modificando tais memórias. As experiências vividas atuam de forma fundamental, deslocando o julgamento de comportamentos. É preciso lembrar que: “as histórias de vida e os relatos pessoais dependem do tempo, pelo simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia na vida do narrador” (PORTELLI, 2004, p. 298).

É imperativo que se leve em conta também que as entrevistas, ainda que realizadas apenas com alguns sujeitos, revelam uma experiência que é compartilhada. Uma coletividade não homogênea, mas que traz no seu interior uma heterogeneidade, necessidades e desejos comuns que compõem o mundo do trabalhador. Assim, o sujeito se mostra, ao mesmo tempo, um ser individual e social. Falando de suas experiências individuais, se constitui socialmente, expressando experiências compartilhadas.

Sem desconsiderar a importância da “memória coletiva institucionalizada consolidada em arquivos oficiais e monumentos”, como ressalta Alessandro Portelli (2001, 2002, p. 31), as fontes orais nos falam mais dos significados individuais e das possibilidades de interpretação e compreensão no universo cotidiano, e nos possibilitam compreender o “horizonte de memórias possíveis”.

O trabalho que envolve as fontes orais não se resume à realização da entrevista. Esta é apenas uma parte do processo de construção da fonte histórica. O trabalho com fontes orais implica, antes de tudo, uma troca de experiências, exige um envolvimento entre o entrevistador e o entrevistado, numa relação de igualdade na diferença, no dizer de Portelli (1997, p. 23).

Importa compreender que a entrevista deve passar pelo respeito ao entrevistado enquanto sujeito portador de uma experiência que o entrevistador/historiador deseja que seja compartilhada. Desse modo, é também necessário que o entrevistador se deixe conhecer para que se estabeleça uma relação de confiança.

As fontes orais exigem ainda o trabalho do historiador, pois é ele quem interpreta as entrevistas que lhe são confiadas pelos entrevistados. A reflexão e a análise dos depoimentos são do historiador.

Como diz Alessandro Portelli (1997, p. 28), “Não há regras fixas de interpretação”, e isso exige do historiador certa dose de sensibilidade e atenção à entonação do entrevistado, aos silêncios, aos gestos, às expressões faciais e corporais.

Partindo dessas concepções, ainda no momento da construção do projeto de pesquisa, em 2005, parti para a realização de algumas entrevistas. Num primeiro momento, realizei várias visitas à Feira Manaus Moderna e, durante uns dois meses, tentei conhecer e convencer alguns feirantes da importância de meu projeto, mas não consegui uma proximidade – estabelecer a “igualdade na diferença”, como bem nos apontou Portelli (1997) –, nem a confiança necessária para que pudessem se abrir para as questões que eu lhes colocava.

Ficavam receosos e desconfiados de que eu fosse alguma repórter ou que, de alguma forma, eu pudesse prejudicá-los no tocante às suas relações políticas, principalmente com o poder público municipal – Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras (SEMAF) –, uma vez que, com as eleições de 2004, o quadro político na cidade havia mudado, e o prefeito recém-eleito não fazia parte do grupo que estivera no poder nas últimas duas décadas.

Por essa época, eu trabalhava em uma universidade privada, e, dentre os cursos em que ministrava aulas, estava incluído o Serviço Social. Já estava um tanto desanimada, quando, ao conversar com uma aluna, comentei sobre o projeto e as dificuldades em encontrar entrevistados. Ela me contou que já havia trabalhado como “merendeira” na Feira Manaus Moderna, havia conhecido o marido nesse mesmo espaço, enfim, conhecia “todo mundo lá”. De imediato, se dispôs a me apresentar aos conhecidos e pediu-me para participar das entrevistas, com o intuito de “aprender”, visto que tinha interesse em trabalhar com fontes orais em seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, foi com a ajuda imprescindível de Érica Lima Barbosa (que foi minha primeira entrevistada e a quem sou imensamente grata), que conheci grande parte dos meus entrevistados.

Érica e eu fomos à Feira Manaus Moderna. Ela me apresentou aos primeiros quatro entrevistados: Sr. Ivo Ribeiro de Almeida (administrador da feira na época, representante da SEMAF), Márcio Roberto Rocha de Aguiar, Marcos Augusto Pinheiro Santos e André Nascimento da Silva. Conversamos um bom tempo. Expliquei a eles que, nesse primeiro momento, gostaria de ouvi-los de forma mais livre sobre a sua história de vida e as suas relações com a Manaus Moderna. Marcamos outro dia e, na data determinada, realizamos as entrevistas individualmente.

Dentro desse contexto, a escolha dos entrevistados foi se dando na medida em que eu ia conhecendo os trabalhadores da feira e eles se dispunham a contar suas experiências.

As entrevistas abarcaram, sobretudo, trabalhadores da Feira Manaus Moderna, mas também foram realizadas entrevistas com um camelô que trabalhou por um longo tempo na área estudada, com um professor (ex-camelô) que também trabalhou na Manaus Moderna, com dois carregadores e com um lojista da área. Houve também uma conversa, não gravada, com uma catadora/moradora da Manaus Moderna.

A partir da análise dessas entrevistas e das questões nelas apontadas pelos entrevistados, em conjunto com outras fontes (em especial, os jornais), escrevi o projeto.

À medida que o trabalho ia se desenvolvendo, e que eu ia coletando outras fontes e entrevistando outros trabalhadores, fui percebendo que o tema precisava ser alargado, pois as questões que estavam aparecendo nas entrevistas falavam menos de uma identidade e do cotidiano dos feirantes, e mais de um processo de longa data de uma disputa por aquela espacialidade. Era preciso, portanto, mudar o meu foco. Dessa forma, o objeto foi se deslocando para uma compreensão dos sentidos das transformações urbanas.

Ao todo, foram realizadas 21 entrevistas (incluindo a conversa não gravada), com duração média de uma hora cada. Desse total, a 19 depoentes foi solicitado que contassem sobre sua trajetória de vida e, na medida em que surgiam questões relativas à área da Manaus Moderna, eu (ou a Érica) interferia. E foram realizadas duas entrevistas temáticas (correspondem a segundas entrevistas com depoentes já entrevistados). Para este trabalho, utilizei 13 dessas entrevistas.

O procedimento utilizado foi o seguinte: num primeiro momento, ouvia as entrevistas; depois, as transcrevia; e, posteriormente, ouvia novamente, seguindo a transcrição e corrigindo alguma falha. Num terceiro momento, fichei-as, de acordo com os temas abordados.

Outro elemento importante a ser observado é o local e o momento em que se realiza a entrevista. As conversas que tive no interior da feira trouxeram como ponto comum uma fala cuidadosa com relação à administração e os fiscais. Outro fator relevante é a constante interrupção, pois os depoentes tinham de atender os clientes, o que ocasionava certa dificuldade na retomada do tema e do raciocínio da entrevista. Se as entrevistas tivessem sido realizadas em outro local, possivelmente os depoimentos teriam uma natureza diferenciada.

Outra questão que deve ser objeto de reflexão na análise das entrevistas é a própria presença do entrevistador, que solicita uma fala específica. A entrevista representa um momento especial, carregado de *status*; um momento em que o entrevistado é o centro das

atenções. Não raro, observamos a busca de um linguajar mais próximo das normas gramaticais, diferente daquele falado no cotidiano.

Para Alessandro Portelli (2004, p. 300):

O momento da entrevista é visto como um tempo carregado de Status. O fato de a entrevista acontecer significa que o narrador é reconhecido. “Dar” seu tempo a entrevistadores, muitas vezes, é uma rara oportunidade para poder tomar um tempo para si mesmo.

Por fim, cabe reafirmar que a utilização das fontes orais se mostrou importante para interpretar memórias, representações, práticas cotidianas, enfim, trajetórias de vida das pessoas que constituem cotidianamente a área da Manaus Moderna.

Outra fonte de fundamental importância neste estudo foram alguns jornais diários de grande circulação em Manaus, dentre os quais destacamos “**A Crítica**” e “**A Notícia**”.

“**A Crítica**”, que tem como subtítulo “**de mãos dadas com o povo**”, circula em Manaus desde 1949<sup>19</sup>. Segundo o “Catálogo de Jornais” organizado por Francisco Jorge dos Santos et al (1990, p. 72), o jornal “A Crítica”, “em diversos períodos denuncia a precariedade do sistema habitacional, do abastecimento, de gêneros alimentícios e da saúde pública” e “foi o primeiro jornal de Manaus a utilizar ‘off-set’ de imprensa. Posicionou-se a favor da implantação da Zona Franca de Manaus e destacou-se na defesa de sua manutenção.”

Foi possível perceber que, ao longo do período pesquisado, o diário apresenta uma postura aparentemente ambígua. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que defende a manutenção da Zona Franca<sup>20</sup>, traz também muitas denúncias acerca das precariedades vivenciadas pelas populações desprivilegiadas da cidade.

<sup>19</sup> “Idealizado por Umberto Calderaro Filho, o jornal “A Crítica” foi fundado em 19 de abril de 1949, antes disso Calderaro fez circular de forma precária um jornal que ficou conhecido por ‘Onzeorino’, uma vez que chegava às ruas sempre por volta de 11h para evitar a concorrência. Superado este primeiro momento de adequação das ferramentas de produção e estabelecido o perfil editorial do jornal, o A Crítica deu início ao seu compromisso de incentivar o debate, de questionador de atos públicos e, sobretudo, de defesa da sociedade” (PORTAL AMAZÔNIA.COM, 2009, grifos do autor).

<sup>20</sup> Em vários editoriais, é possível ver essa defesa. São exemplos: em 26 de novembro de 1993, “O golpe final”; em 17 de novembro de 2000, “O cerne da questão”; em 27 de novembro de 2000, “O comércio da Zona Franca”; entre outros.

Sendo assim, podemos observar, por exemplo, que esse diário defende a necessidade de adequação do espaço urbano com a construção de viadutos, a desobstrução de ruas que possibilitem maior fluência no tráfego. Por outro lado, cobra do poder público municipal, em nome da opinião pública, a prestação de contas<sup>21</sup>.

Já o diário “**A Notícia**” iniciou suas atividades em 16 de abril de 1969, se colocando enquanto um jornal no qual o “**humilhado também pudesse ter o direito de se defender**”.

Sendo inaugurado em plena ditadura militar, “A Notícia” se apresentava numa perspectiva progressista, em que a iniciativa privada, em conjunto com o Estado, eram os responsáveis pelo progresso da nação<sup>22</sup>. Deixava claro que seu objetivo era formar opiniões que se coadunassem com as “aspirações nacionais”, esclarecendo, também, que as divergências de opiniões ou discordâncias não passariam pelo questionamento dos poderes constituídos<sup>23</sup>.

Sob o título “**A NOTÍCIA sempre presente nos subúrbios**”, era apresentado um espaço do diário em questão que se dedicava, cotidianamente, a realizar “críticas construtivas” acerca dos problemas encontrados nas periferias de Manaus.

Com essa seção do jornal, podemos perceber, com clareza, que o seu direcionamento político era de colaboração com o poder público constituído, formando a opinião pública no

---

<sup>21</sup> Em 16 de março de 1994, o editorial intitulado “*As saídas necessárias*”, dizia que, apesar de Manaus possuir um vasto território, os veículos urbanos se viam prejudicados em função das ineficientes vias existentes, pois a construção de prédios ou mesmo os igarapés aterrados que terminam em ruas sem saída prejudicavam o livre fluxo de veículos. E deixava claro que: “impõe-se, portanto, a pronta ação do poder público, a fim de que não se venha transformar um sítio tão amplo num local apertado e de difícil locomoção”. Ao falar das medidas tomadas pelo poder público (construção de viadutos), salientava que, diante da desconfiança levantada por um vereador, a Prefeitura deveria vir a público prestar contas: “Espera-se, que desta vez, a construção do viaduto da rua Recife, entre o final da avenida Djalma Batista e a entrada do conjunto Eldorado, sirva realmente para resolver o problema que a cada dia se torna mais grave. Não seria demais, contudo, que as autoridades dessem ouvidos ao vereador e tentassem mostrar-lhe (e à população) que a decisão é a melhor que se coaduna com os interesses da coletividade. Esta, por sua vez, talvez tivesse dissipada a desconfiança com que vê a realização de obras pagas com seu próprio dinheiro” (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 16 de março de 1994).

<sup>22</sup> “[...] A aceleração da estrutura produtiva, por seu turno, através da combinação das atividades do Estado com a iniciativa privada – ambas submetidas às leis da economia moderna – possibilitará a aplicação da tecnologia nos setores fundamentais da produção, de onde resultará o desenvolvimento integral da pesquisa, fatores essenciais para a derrogação do subdesenvolvimento, que se caracteriza pela estagnação econômica e o conseqüente aviltamento dos padrões de existência de grande parte da população brasileira.” (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 16 de abril de 1969).

<sup>23</sup> “As democracias, todavia, assumem conotações que levam as suas forças vivas a encarar de modo diverso o cerne dessas questões, quer na discussão de suas causas, ou no enfoque de suas soluções. Esse fator, erigido ao longo da história como condição necessária e suficiente para a existência da própria democracia, não é outro se não o direito de discordar, com respeito devido aos poderes constituídos e com a ressalva de que povo, sujeito ao poder constituinte, deve ser o destinatário único de toda e qualquer solução aventada para os grandes problemas nacionais”. É sobre esse mural que se esboça a imprensa como necessidade decorrente da existência do homem em sociedade. Precipuamente destinada a orientar a opinião pública, converte-se a si própria em circulatório das aspirações nacionais. Não é um poder, mas um órgão, parte, portanto, de um organismo: a Nação, que dela auferir os efeitos mais salutares na medida em que se alargam os horizontes do Estado de Direito.” (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 16 de abril de 1969).

sentido de colaborar com os poderes constituídos e não de criticá-los<sup>24</sup>. No decorrer da análise, estaremos indicando as articulações mais diretas desses jornais com os projetos políticos a cada conjuntura.

Convém destacar que havia, na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas<sup>25</sup>, uma enorme quantidade de jornais disponíveis ao pesquisador – e, diga-se de passagem, infelizmente mal-acondicionados, o que reflete o descaso e até certo amadorismo do poder público do Amazonas com relação à memória e à história da região e da cidade.

É preciso estar atento ao fato de que a informação não é neutra, mas se configura enquanto um “produto acabado”, como nos alerta a historiadora Marta Emísia Jacinto Barbosa (2006, p. 266), pois “informar, ensinar, fotografar, difundir, tornam-se imperativos e necessários à construção de ‘consensos’ de ‘verdades’”.

Concordamos com essa autora quando, ao refletir sobre as relações entre imprensa e memória, destaca que:

A imprensa pode ser pensada não como mero veículo de informações, mas como agente social que produz ações, intervenções. É um ingrediente do acontecimento, é parte dele, como disse Darnton, e não um registro simples do que ocorreu (BARBOSA, 2006, p. 269).

Assim, cumpre perceber que o jornal não revelará a verdade objetiva dos fatos, muito pelo contrário, o uso do jornal enquanto fonte pressupõe a percepção de que o discurso jornalístico é permeado pela subjetividade, pela postura política do proprietário do jornal, dos articulistas, e ainda,

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

---

<sup>24</sup> “Não é nosso propósito o de fazer demagogia jornalística a custa dos problemas citadinos para os [quais – ilegível], muitas vezes, a Prefeitura já voltou as suas vistas, mas ainda não resolveu pelo próprio escalonamento em suas soluções. Muito pelo contrário, o nosso pensamento ao criar essa secção, é justamente o de auxiliar as autoridades, trazendo ao conhecimento público o estado real em que se encontram certos trechos da cidade, os problemas dos bairros, as obras ali realizadas, os êxitos alcançados, para que se saiba, não apenas o que a Prefeitura e demais autoridades precisam fazer, como também o que elas já fizeram. Nosso propósito é *colaborar* e para isso deixamos à disposição do leitor dos bairros esta secção que lhes pertence”. (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 16 de abril de 1969, grifo nosso).

<sup>25</sup> Desde janeiro de 2007, a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas está fechada para reforma e o acesso a visitantes e pesquisadores suspenso. O acervo de jornais foi espalhado por vários espaços (bibliotecas, centros culturais etc.), o que dificulta a consulta ao acervo.

Que representações foram construídas ao longo do processo histórico, pela imprensa e pelos grupos ligados a ela, da área da Manaus Moderna? Que desejos se projetaram para essa espacialidade? Que lutas foram empreendidas através e pela imprensa local com relação a essa área? É possível lembrar, com Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2001, p. 11), que “assumindo interesses de grupos e facções, o discurso jornalístico possibilita a percepção de tensões e conflitos que permeiam a própria sociedade”.

Outro aspecto importante a ser destacado é a relação entre o jornalismo e a vida urbana. Nesse sentido, o estudo da historiadora Heloisa de Faria Cruz (2000, p. 33), “**São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**”, foi extremamente elucidativo, na medida em que nos mostra a intrínseca relação entre a cultura letrada e o viver urbano, evidenciando que: “Em diversos momentos históricos, em relações sociais diferentes, a escrita e a leitura mediarão os vínculos dos habitantes da cidade”. E ainda abordando a relação entre o processo de transformação social sofrido principalmente pelas grandes cidades no final do século XIX e o avanço da imprensa para além das elites tradicionais.

No Amazonas, a tese de Doutorado da historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, “**Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**”, é fundamental para a reflexão da “imprensa periódica constituída de pequenas folhas artesanais e efêmeras que foram veiculadas no estado ao longo das duas últimas décadas do século XIX e duas primeiras do atual” (PINHEIRO, 2001, p. 16).

Vale sublinhar, ainda, que, de acordo com Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 267):

O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa.

Desse modo, a importância dessas fontes está na medida em que mostram a possibilidade de apreender “múltiplas dimensões do viver social” (PINHEIRO, 2001, p. 11), e ressaltamos, por fim, a necessidade pensá-las não como um mero instrumento de comunicação livre de subjetividades, mas, como nos sugere Heloisa de Faria Cruz (2000, p. 20), “no interior de uma perspectiva que entende a imprensa como prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar”.

Para melhor compreensão dos temas surgidos no processo de pesquisa, decidimos estruturar este estudo em três partes, subdivididas em dois capítulos cada, trazendo as seguintes temáticas:

Na **primeira parte**, “**Manaus Moderna**” **hoje: diversidade de propostas e disputas**, buscamos apresentar uma reflexão acerca das mudanças nas premissas das políticas públicas de intervenção no espaço urbano em tempos neoliberais e de globalização, colocando no centro da discussão o programa “Choque de Ordem” e o projeto “Centro Vivo”, da Prefeitura Municipal de Manaus, e abordando, dessa forma, os impasses e as questões vividas pela área da Manaus Moderna na atualidade.

Nesse sentido, a partir de acervo fotográfico, artigos jornalísticos e informações disponíveis no *site* da Prefeitura de Manaus, procuramos apresentar e discutir quais os significados atribuídos pelos diferentes interesses e grupos sociais a esse espaço na atualidade. Que identidade (ou identidades) lhe é (são) atribuída(s)? Que tensões e disputas estão colocadas ali? Que jogos de forças e interesses comporta? O que é lembrado? O que é esquecido? Enfim, que espaço é esse na cidade de Manaus?

A **segunda parte**, “**Da Zona Franca à Manaus Moderna**”, tem como temática central as transformações e os sentidos do Projeto “Manaus Moderna”. Assim, procuramos mostrar as questões e os impasses colocados por esse projeto ao espaço atualmente denominado de área da “Manaus Moderna”. Para isso, recuamos à segunda metade década de 1960, com a consolidação da Zona Franca de Manaus, em 1967, pois foi dentro dessa nova lógica que se impunha à cidade que as mudanças no espaço urbano se fizeram “necessárias”.

Buscamos, assim, compreender os sentidos do projeto de construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna), que, tendo sido gestado na década de 1970, só será efetivado nos anos de 1980, dentro de um projeto “modernizador” desenvolvido pelo poder público estadual, com o intuito de adequar a cidade a essa nova realidade (o Projeto “Manaus Moderna”). Aqui, procuramos entender quais os significados desse projeto. Que discussões e poderes circularam em torno desse projeto? Que significados teve a construção da avenida? Que disputas se colocaram naquele momento? Que forças marcaram a constituição daquela área naquele momento? Que memórias se buscou apagar? Que memórias foram construídas?

Outro elemento importante a ser considerado, nesse período, é o tombamento do prédio do Mercado Público Adolpho Lisboa pelo IPHAN. Aqui, também buscamos compreender que significados adquiriu esse tombamento. Que sentidos tem esse espaço enquanto patrimônio/memória para a cidade? A reflexão parte das notícias de alguns jornais diários, fontes orais, fotografias, documentação constante do processo de embargo da obra

“Avenida Manaus Moderna” por parte do IPHAN e documentos referentes ao “Projeto Manaus Moderna” encontrados na SEINF.

Na **terceira parte**, “**Conflitos e resistências na disputa pelo espaço**”, buscamos, a partir das memórias de feirantes e de seus acervos fotográficos, compreender os significados, tensões e disputas presentes na desativação da chamada Feira da Escadaria e na implantação da Feira Manaus Moderna, no interstício 1980 a 1991, ano da inauguração da Feira Cel. Jorge Teixeira (Manaus Moderna). São esses dois momentos que constituem as balizas desta parte do estudo, na qual procuramos entender como esse espaço foi se tornando uma zona atacadista na cidade de Manaus. Quais os significados de se fazer desse espaço uma zona atacadista? Como se deu esse processo? Que disputas gerou?

## **PARTE I**

### **“MANAUS MODERNA” HOJE: DIVERSIDADE DE PROPOSTAS E DISPUTAS**

## 1 “CHOQUE DE ORDEM” E “CENTRO VIVO”: PROPONDO O ALISAMENTO DO ESPAÇO

No intuito de refletir acerca das práticas sociais na cidade de Manaus, buscamos, nesta primeira parte deste estudo, compreender os significados sociais e históricos de uma área na cidade denominada, atualmente, “Manaus Moderna”. O Projeto “Manaus Moderna”, que nomeia a última grande intervenção urbana nessa espacialidade, foi iniciado na segunda metade dos anos de 1980 e realizado por meio de várias etapas, cujos desdobramentos se projetam até a atualidade<sup>26</sup>.

Essa área, que, desde o final do século XIX, vem se constituindo enquanto espaço importante de comércio para a cidade de Manaus, já comportou diversos elementos que foram lhe atribuindo uma variedade de denominações, como a “Cidade Flutuante”<sup>27</sup> (entre os anos de 1920 e final dos anos de 1960), Feira da Beira da Praia do Mercado, Feira da Escadaria dos Remédios, Feira da Banana e, mais recentemente, área e Feira Manaus Moderna.

O Sr. Luiz Maia Teixeira, migrante de Quixadá, no Ceará, vive em Manaus desde os anos de 1960, é feirante da Manaus Moderna, e nos contou sobre os vários nomes que o lugar já teve. De acordo com o depoente:

*Da antiga beira da... Da feira da beira da praia, que ela já teve o nome de... A Feira da Beira da Praia, depois veio o nome de Feira da Escadaria dos Remédios [alusão à escadaria da Igreja Nossa Senhora dos Remédios que dava para o rio Negro], depois veio a Feira da Banana e, ultimamente agora, Feira Manaus Moderna...*<sup>28</sup>

<sup>26</sup> O projeto, previsto para ser executado em 36 meses, sofreu várias prorrogações de prazos, como podemos observar no documento “Resumo Cronológico do Projeto Manaus Moderna” que se encontra arquivado na Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas (SEINF): 3º Termo aditivo ao contrato de 21.11.1989: Objeto: prorrogar o prazo contratual por mais 20 meses (até 31.01.91); 4º Termo aditivo ao contrato de 13.01.92: Objeto: prorrogar prazo contratual por mais 24 meses (até 10.01.94); 5º Termo aditivo ao contrato de 14.06.94: Objeto: prorrogar prazo contratual por 24 meses (até 04.06.1996); 8º Termo aditivo ao contrato de 25.10.96: Objeto: prorrogar prazo contratual por 24 meses (15.10.1998); 9º Termo aditivo ao contrato de 26.09.97: Objeto: prorrogar prazo contratual por 24 meses (15.10.2000); 10º Termo aditivo ao contrato de 15.10.1998 para 15.10.2000 (732 dias). In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM. Contrato nº 019/86. Termos aditivos (AMAZONAS, 1986b).

<sup>27</sup> A chamada “Cidade Flutuante” começou a se formar na cidade de Manaus por volta dos anos de 1920 e foi desativada em 1967. O nome Cidade Flutuante se deve à construção de expressiva quantidade de casas e comércio flutuantes no rio Negro, ocupando vasta área bem em frente à cidade de Manaus, começando bem em frente ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa e se estendendo até o bairro de Educandos. Para uma discussão acerca da Cidade Flutuante, ver: SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante”: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). 2010. Tese (Doutorado em História). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>28</sup> Entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Localizada na parte central e portuária da cidade, essa área compreende desde o terminal de cargas/descargas do Porto Flutuante de Manaus até o final da feira atacadista denominada Cel. Jorge Teixeira (Feira Manaus Moderna) e algumas ruas adjacentes.

Alguns elementos que compõem essas adjacências são importantes na dinâmica da cidade, como a Avenida Marquez de Santa Cruz, que passa em frente ao terminal de cargas/descargas do Porto Flutuante de Manaus e comporta, do outro lado, várias lojas de comércio popular, onde se encontra “de tudo”, desde roupas, ferragens, utilidades domésticas, cosméticos, comércio atacadista de cereais e uma infinidade de outras mercadorias. O final dessa avenida coincide com o início da Avenida Manaus Moderna e com o Mercado Municipal Adolpho Lisboa (o Mercadão), com uma fachada voltada para a Avenida Manaus Moderna e o rio Negro, e outra para a Rua dos Barés. A alguns metros do Mercadão, localiza-se a Feira Manaus Moderna, que, igualmente, possui duas fachadas. Uma voltada para Avenida Manaus Moderna e o rio Negro, e outra voltada para a Rua Barão de São Domingos. Essa fachada fica também de frente para a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, importante referência para os católicos da cidade.

Na Manaus Moderna, há, ainda, um porto improvisado, por onde chegam e partem pessoas do interior e de outros estados e também as mais diversas mercadorias, como pescados, frutas e verduras, entre outras. Esse espaço se configura, como podemos notar, como a porta de entrada e saída da cidade de Manaus pelo rio Negro; é a primeira e a última imagem que muitos visitantes têm da cidade.

Importa atentar para o fato de que foi às margens de seus inúmeros rios, e integradas a eles, que as cidades amazonenses floresceram. Os rios foram e são importantes meios de interligação entre as cidades e entre os homens. É por eles que os alimentos, as notícias e as novidades chegam às mais longínquas cidades do interior amazonense.

Em Manaus, essa realidade não foi diferente, e aquela área do entorno do Mercado foi se constituindo, a partir de seu processo histórico, enquanto local de moradia, de comércio de gêneros alimentícios, de permanência, de convivência, traduzindo-se na própria cidade de Manaus para muitos migrantes interioranos que a viam como alternativa de melhores condições de vida.

Compreendemos, portanto, que essa área, que vem se configurando num espaço de comércio e convivências desde o final do século XIX<sup>29</sup>, tem passado por diversas transformações, atendendo a diversos interesses. Nosso intuito é refletir acerca das transformações mais recentes e dos sentidos sociais a ela atribuídos.

Outro aspecto importante a ser notado é a incessante agitação da Manaus Moderna, que pode ser percebida por qualquer um que passe pela área, a qualquer hora do dia ou da noite.

Durante o dia, o transitar das pessoas que compram, vendem, catam alimentos pelas ruas, ou que chegam e saem de Manaus pelo porto improvisado vão dando o tom do movimento contínuo. À noite, e pela madrugada adentro, são principalmente os barcos com mercadorias (em sua maioria, frutas, verduras, peixes e carne), os carregadores e aqueles que buscam diversão que regem a agitação.

Em 13 de outubro de 2002, o jornal “A Crítica” trazia um artigo intitulado “**Manaus Moderna não pára nunca**”, o qual dava conta dessa intensa movimentação:

A agitação da região da Manaus Moderna não cessa às 4h de quinta-feira, dia 10. Grande parte das pessoas que vive por ali, realmente não dorme. O sobe e desce das rampas, a chegada dos barcos, a retirada das cargas, o trabalho dos policiais, os bares, os banhos no rio Negro, são algumas das coisas que garantem o movimento do lugar que, aos poucos, assiste o movimento das nuvens, a chegada da luz, quase sempre no sentido literal da palavra. Dali a pouco, tudo recomeça e vem a escuridão, quem nem sempre é no sentido literal.

Sendo assim, buscamos as seguintes reflexões: que espaço é esse e qual o seu significado na cidade de Manaus? Quais as questões, tensões e disputas que estão colocadas nesse espaço?

Pretendemos realizar uma reflexão sobre as mudanças nas premissas das políticas públicas de intervenção no espaço urbano em tempos neoliberais e de globalização. Vale dizer que esses projetos mais atuais são menos de intervenção física e mais de atividades de revitalização.

Desse modo, buscamos uma reflexão acerca de projetos voltados para aquela espacialidade, que visam a criar atividades definindo os usos do espaço enquanto cenário. É preciso dizer que, ainda que esses projetos tenham a ambição de remodelar toda a área central da cidade, nos concentramos nas transformações propostas para a área da Manaus Moderna e

---

<sup>29</sup> Em 1855, foi criado, naquele espaço, a Ribeira dos Comestíveis. “Durante mais de um ano, a Ribeira funcionou como local central de abastecimento da cidade, abrangendo toda área que vai da Ponte dos Remédios até o igarapé de São Vicente, sendo legalmente a responsável única pela venda de todos os gêneros alimentícios à população de Manaus” (COSTA, 1988, sem paginação).

nas questões vividas por essa espacialidade atualmente, pois entendemos que ali são experimentadas as pressões e lutas de classes vivenciadas na cidade como um todo, e, portanto, estão evidenciadas as tensões do viver na cidade.

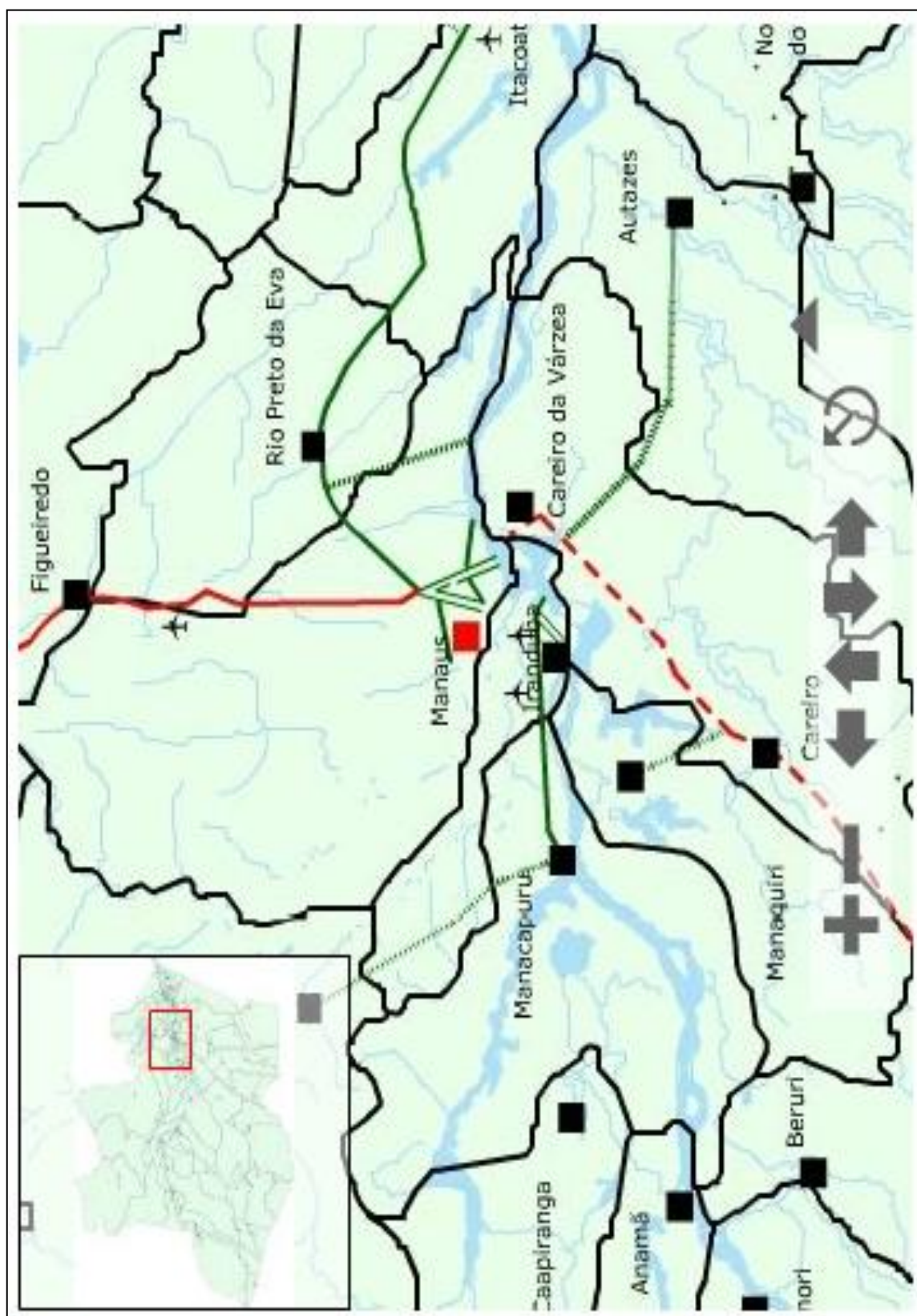
Nesse sentido, a partir de acervo fotográfico, artigos jornalísticos e informações disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus, procuramos apresentar e discutir quais os significados atribuídos pelos diferentes interesses e grupos sociais a esse espaço na atualidade. Que identidade (ou identidades) lhe é (são) atribuída(s)? Que tensões e disputas estão colocadas ali? Que jogos de forças e interesses comporta? O que é lembrado? O que é esquecido? Enfim, que espaço é esse na cidade de Manaus?

Podemos dizer que a área que hoje é chamada de “Manaus Moderna” tem se caracterizado enquanto um espaço rebelde frente às várias intervenções saneadoras e “modernizadoras” a que tem sido submetida, na medida em que percebemos a permanência de modos de viver, rearranjados, é claro, que vêm sendo combatidos há algum tempo. Podemos citar como exemplos: a retirada da chamada “Cidade Flutuante”, na década de 1960; posteriormente, na década de 1980, a retirada da Feira da Escadaria dos Remédios; e, novamente, em 1991, a retirada da Feira da Banana (também chamada Feira da Escadaria). Todas elas abordavam a necessidade de sanear e/ou acabar com “focos” de doenças.

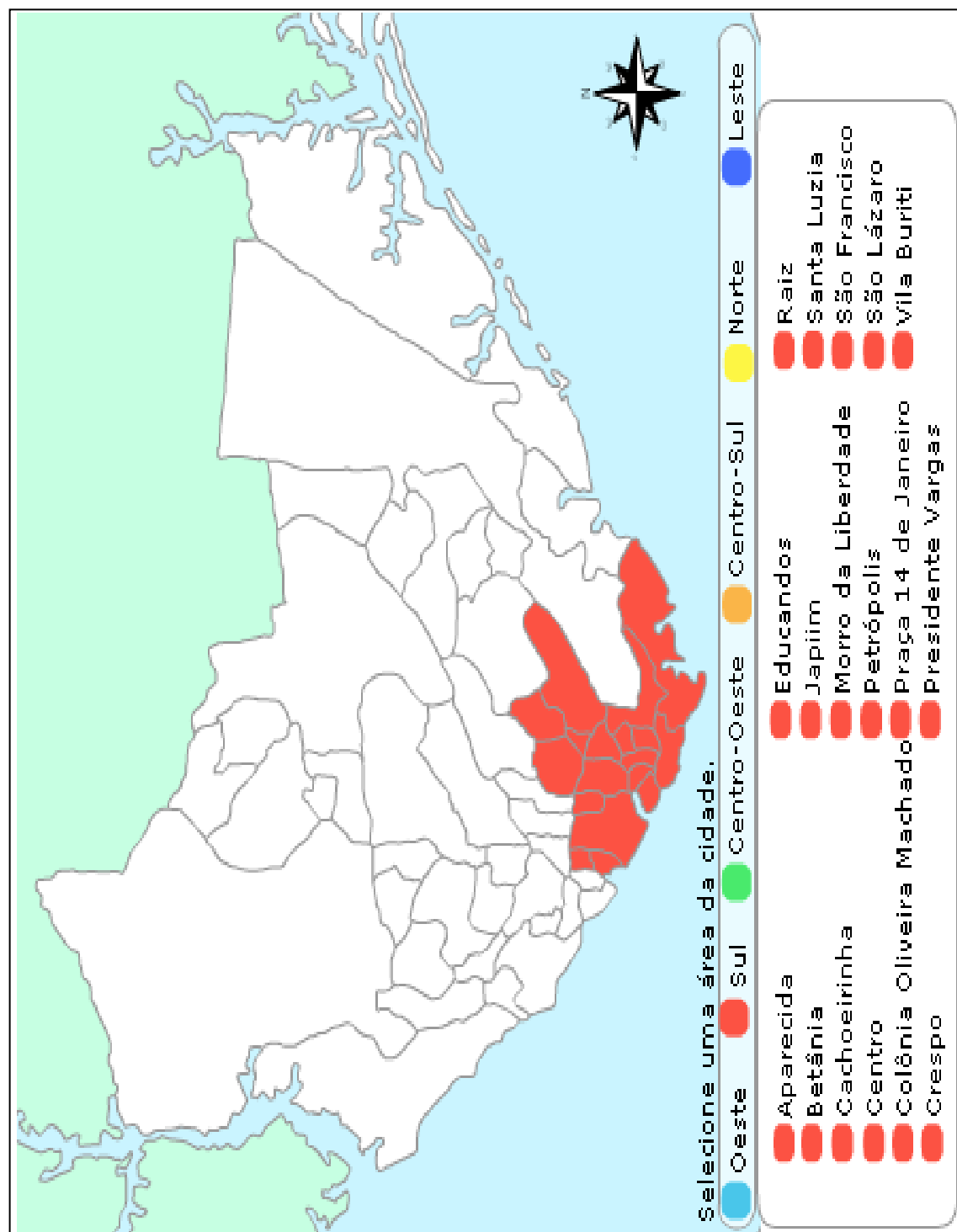
Apesar desse ponto em comum, convém perceber que há uma mudança na lógica dessas intervenções. Se na década de 1960, e mesmo em 1980, o interesse era “limpar” a frente da cidade, objetivando esconder o que se considerava feio e impróprio, as intervenções posteriores objetivaram intervir no espaço com o intuito de torná-lo economicamente proveitoso. Observamos que parece haver o intuito de torná-lo um espaço “vitrine” para a cidade de Manaus.

Desse modo, vale salientar que, atualmente, essa área ainda se coloca como um espaço de disputa por diversos interesses na cidade de Manaus.

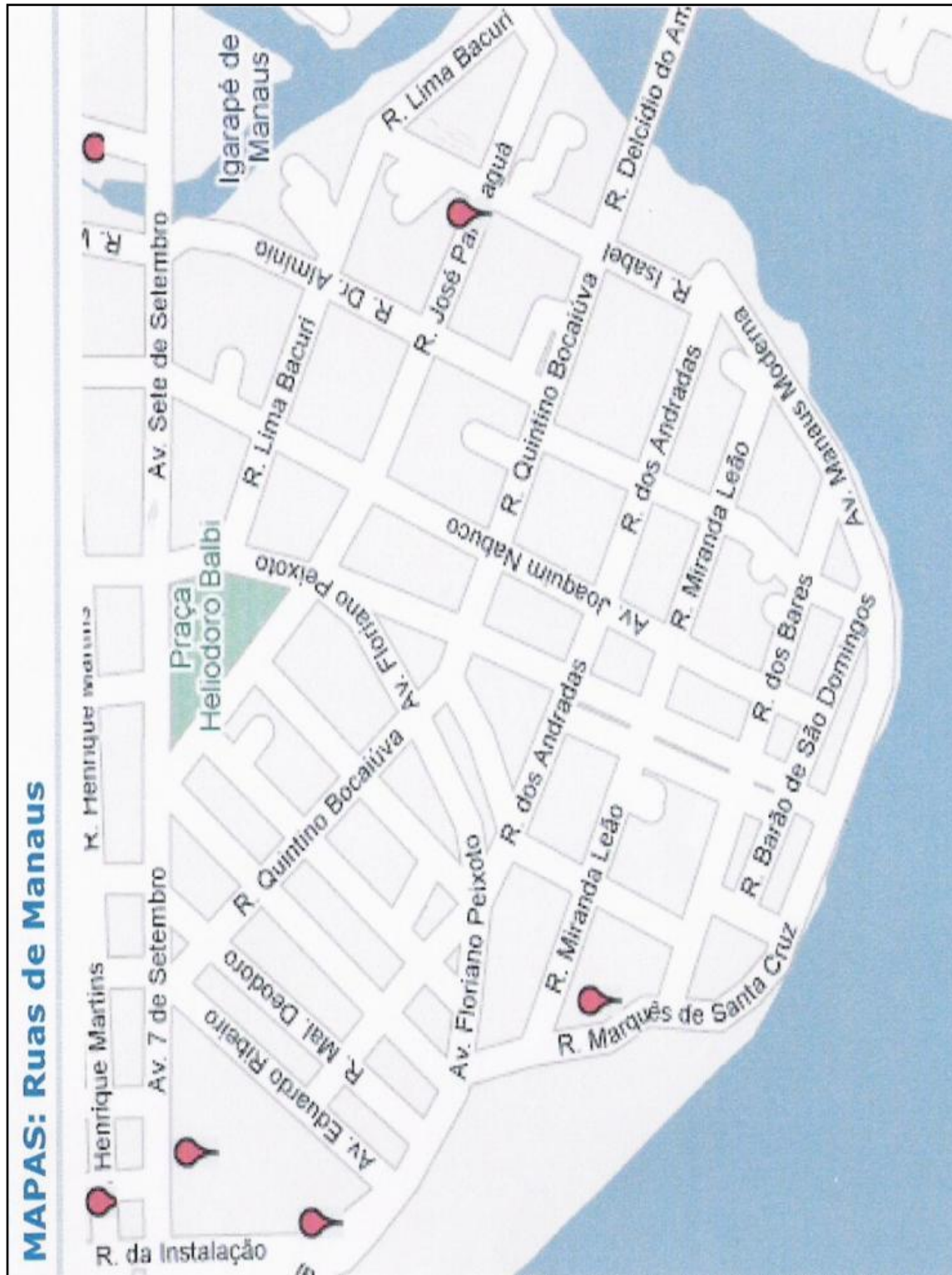
Os mapas a seguir buscam localizar fisicamente a área em questão. O Mapa 1 localiza Manaus no estado do Amazonas. O Mapa 2, por sua vez, mostra a cidade de Manaus dividida em regiões – a região a ser estudada aparece em destaque. Por fim, os Mapas 3 e 4 mostram o espaço da Manaus Moderna através das ruas e por uma fotografia de satélite.



Mapa 1 Localização de Manaus dentro do estado do Amazonas.  
Fonte: Manausonline.com (2009).



Mapa 2 Manaus dividida em regiões.  
Fonte: Manausonline.com (2009).



Mapa 3 Espaço da Manaus Moderna (ruas).  
Fonte: Manausonline.com (2009).



Mapa 4 Espaço da Manaus Moderna (fotografia do satélite).

Fonte: Manausonline.com (2009).

Legenda: 1 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios; 2 - Terminal de Cargas e Descargas do Porto Flutuante de Manaus; 3 - Mercado Municipal Adolpho Lisboa; 4 - Feira Manaus Moderna; 5 - Estacionamento da Feira; 6 - Feira da Banana; 7 - Avenida Manaus Moderna; 8 - Avenida Marquez de Santa Cruz.

Os pontos destacados no Mapa 4 nos sugerem a vitalidade dessa área para a vida na cidade de Manaus. A presença da Igreja Nossa Senhora dos Remédios<sup>30</sup>; o Terminal de Cargas e Descargas do Porto Flutuante de Manaus<sup>31</sup>, que concentra grande movimento de mercadorias que chegam e saem da cidade; o Mercado Municipal<sup>32</sup>, onde se vende uma variedade de frutas verduras e artesanatos regionais; a Feira Cel. Jorge Teixeira (Manaus Moderna)<sup>33</sup>, maior entreposto comercial de verduras, frutas e peixes; a Feira da Banana<sup>34</sup>; e a própria Rua Marquez de Santa Cruz, tradicional rua de comércio na cidade, trazem à tona a importância desse espaço na dinâmica da cidade. Mas, é preciso ir além do que o mapa pode nos mostrar, e trazer os significados dessa espacialidade para aqueles que a constituem, entendendo como é vivenciada e construída no cotidiano.

Atualmente, faz parte daquele espaço, como pudemos ver no mapa, um grande galpão metálico localizado bem em frente ao rio Negro: é a Feira Cel. Jorge Teixeira.

Conhecida localmente como Feira Manaus Moderna, foi construída no início dos anos de 1990, tendo sido inaugurada em março de 1994, e destaca-se tanto pelo seu tamanho físico (é constituída de estruturas metálicas e abriga, segundo dados da Prefeitura Municipal do Amazonas, 932 bancas<sup>35</sup> e boxes, e 923 permissionários) como por sua atual importância no abastecimento de gêneros alimentícios na cidade de Manaus (é responsável pelo

---

<sup>30</sup> A Igreja Nossa Senhora dos Remédios foi construída em cima de um cemitério indígena, no século XIX, denotando, já naquele momento, um desejo de literalmente enterrar as práticas costumeiras dos habitantes do lugar. Sendo uma das igrejas mais antigas da cidade, a Igreja dos Remédios substituiu, por oito anos (de 1850 a 1858), a igreja matriz Nossa Senhora da Conceição, que havia se queimado em um incêndio naquele ano, conforme relata Otoni Moreira de Mesquita (2006).

<sup>31</sup> O Porto de Manaus foi construído por uma empresa inglesa, *Manaos Harbour Limited*, no início do século XX, com o objetivo de dinamizar o escoamento do látex, bem como de melhorar o transporte de pessoas. Está situado entre a Praia de São Vicente e a rampa do Mercado Municipal Adolpho Lisboa. À esquerda da entrada, fica o edifício da alfândega, que veio pré-fabricado da Inglaterra, onde funciona o escritório, e, do outro lado da pista, ficam os armazéns destinados às mercadorias. À frente, fica a rampa que é destinada aos contêineres. Oficialmente, as obras de melhoramento do Porto de Manaus tiveram início em 7 de outubro de 1902, e se arrastaram, morosamente, por longos anos, sendo concluídas por volta de 1919 (PORTO DE MANAUS, 2011).

<sup>32</sup> O Mercado Municipal Adolpho Lisboa foi construído na segunda metade do século XIX, tendo como objetivo centralizar o abastecimento de gêneros alimentícios na cidade de Manaus. “O tradicional mercado é o que se pode chamar de ‘duas caras’. O prédio apresenta duas fachadas totalmente distintas, uma voltada para o rio negro e a outra voltada para a rua dos Barés.” (MESQUITA, 2006, p. 85).

<sup>33</sup> Grande entreposto de frutas, verduras, carnes e peixes, a Feira Cel. Jorge Teixeira, inaugurada em 1994, substituiu a antiga feira de madeira conhecida como Feira da Escadaria dos Remédios, uma alusão à Igreja Nossa Senhora dos Remédios.

<sup>34</sup> A Feira da Banana é um galpão anexo à Feira Manaus Moderna, onde não há boxes, mas as mercadorias ficam dispostas no chão, em espaços delimitados. Comercializam-se, ali, principalmente bananas, melancias, entre outros produtos.

<sup>35</sup> De acordo com o texto da Lei Municipal nº 123/2004: “IV- Box: divisão física dos mercados destinada à implantação de um único núcleo comercial; V - Banca: balcão instalado pelo permissionário em feira livre ou coberta, destinado à exposição de mercadorias, no qual deve funcionar um único núcleo comercial; [...] VIII - permissionário: aquele que detém permissão concedida pelo poder público, para a prática de atividade comercial nos mercados e feiras” (MANAUS, 2004).

abastecimento de grandes redes de super e hipermercados, e também de restaurantes locais). Divididos em 10 setores diferentes, podem ser encontrados, na Feira Manaus Moderna, desde frutas e verduras, passando por carnes, peixes, lanches, até roupas, perfumes e alguns serviços como cabeleireiros e manicures.

Nesse sentido, vemos que a espacialidade que atualmente denominamos área da Manaus Moderna desperta, ainda hoje, várias referências de outros momentos e ritmos de sua ocupação, como nos relataram diversos trabalhadores que atuaram e que atuam naquele lugar.

Pudemos observar, em nossas conversas, outras referências, como uma presença mais forte da natureza, e a menção sempre intensa do comércio de hortigranjeiros e peixes. Assim, foram vários os relatos que nos possibilitaram realizar essa reflexão.

O Sr. Sebastião de Souza Garcia, o “Seu” Sabá, por exemplo, 69 anos à época da entrevista, possui três bancas na Feira Manaus Moderna, e, ao falar sobre a Feira da Beira da Praia, nos remete a um comércio menos ordenado, no qual a natureza parecia ditar mais o ritmo, bem como havia a recorrência constante ao improvisado.

Ele recordou que, por baixo dos assoalhos das barracas, podiam ser vistos muitos botos, algo quase impossível de se ver nos dias de hoje naquelas imediações:

*Funcionava... Assim na berada. Na berada do rio. Secava, todo mundo puxava a canoa. Fincava aqueles pau que eu tô te falano, cubria com papelão velho por cima, plástico, né? Pa pegá chuva. Já pensô pegá uma noite de chuva numa berada? Mais aqui não. O cara chega aqui é madrugada, dia duma chuva você não pega melhor canto, né? Pra se trabalhá. Isso aqui já foi... Feito suaíli isso aqui. Suaíli de madeira. Cansemo de tá jantano aqui a boca da noite os boto tava boiando é [...] No suaíli aqui. Agora não!*<sup>36</sup>

Assim como na fala do “Seu” Sabá, outro depoente também nos relatou a tradição da feira e dos pequenos comércios na beira da praia.

Nas memórias do Sr. José Moraes da Paz, 62 anos à época da entrevista, camelô há mais de 40 anos, e que trabalhou mais da metade desse tempo na área da Manaus Moderna, o comércio mais informal tornava-se destaque. Conforme nos contou o depoente:

*[...] tinha muito naquela época ali, na beira da praia, tinha aqueles curral, né? De tartaruga... Você gosta de tartaruga? Tracajá, (...?...?) Ce chegava lá, – Aqui! Ce batia nele, quando tava espertinho, o pessoal só queria quando tivesse bem... esperto, né? Aí: – Esse aqui! Quanto é? – É tanto! – Me dá ele! Era assim, lá na beira, peixe... [...]*<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Em entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

<sup>37</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

Cabe ressaltar que a identidade desse lugar foi, ao longo de seu processo histórico, se configurando enquanto espaço de comércio e sociabilidade, e mesmo de lazer, fundamentalmente ligado à natureza.

Nesse sentido, encontramos a fala de Fabiano da Silva Paz, ex-camelô, casado, 34 anos à época da entrevista, professor de História da rede pública de ensino, que trabalhou por muito tempo nas imediações da Manaus Moderna, e também é filho de um camelô. Ao se recordar de sua infância nos anos de 1980, nos contou que ele e seus colegas gostavam de frequentar aquele espaço para nadar, pescar. Ele narrou essa época da seguinte maneira:

*[...] praticamente era um barranco, né? Eu conheci aquilo ali; bem antes eu conheci aquilo ali como um barranco mesmo. Inclusive, eu até ia pra lá pescar, na época... com o pessoal daqui da rua, da Ferreira Pena. Eu ia com meus colegas pescar, então eu conheci aquilo ali antes de ser aquela... toda aquela estrutura hoje, né? Não era daquele jeito ainda, ainda tava em fase... iniciando de construção e tudo mais. Mas é... ali que a gente tomava banho, pescava e tudo mais...*<sup>38</sup>

Cumpramos observar que a atual “Manaus Moderna” ainda remete aos seus frequentadores e àqueles que a configuram memórias de outros tempos, de outros modos culturais. Assim, se para o Fabiano, a recordação mais pujante é a do lazer, a espacialidade é recordada também e, fundamentalmente, como espaço de trocas, de convívio e do pequeno comércio varejista.

Os diferentes nomes apontados pelo Sr. Luiz Maia, como vimos mais acima, estão relacionados à sua experiência e a de outros tantos vendedores/feirantes que constituíram e constituem aquela espacialidade enquanto espaço de comércio. Notamos, assim, que é sempre a “feira” que denomina o lugar. Ali é seu espaço de trabalho, é o que lhe dá dignidade, seu maior valor. Nessa direção, é a partir da atividade comercial que a vida naquele espaço parece se definir.

Vale perceber, por fim, que a prática da feira está tão arraigada que, mesmo hoje, sendo um amplo mercado formado por um grande galpão metálico, é designada como “Feira Manaus Moderna”. Mas, atualmente, de acordo com as reflexões do Sr. José Moraes da Paz, nos mercados da cidade só se veem produtos vindos do “Sul do país”<sup>39</sup>, e mesmo frutas e verduras que existiam em abundância, agora são artigos de luxo.

<sup>38</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

<sup>39</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

A área da Manaus Moderna comporta uma infinidade de atividades e trabalhadores que vão cotidianamente configurando sua identidade atual. Nesse sentido, ao olharmos para esse espaço, podemos identificar, por exemplo, os carregadores de mercadorias que trabalham naquela área carregando uma diversidade de mercadorias para o interior dos barcos, e destes para a feira.

Também observamos vendedores ambulantes que se caracterizam por não terem um ponto fixo, uma barraca ou um local estipulado, mas percorrem toda a área, oferecendo aos transeuntes as mais diversificadas mercadorias.

Encontramos, ainda, os camelôs que se espalham principalmente pelas calçadas da Rua Marquez de Santa Cruz e da Rua dos Barés. Essas pessoas podem ser identificadas por trabalharem numa banca estabelecida em um determinado ponto, como nos explicou o Fabiano, quando falou sobre o processo de ter se “tornado camelô”<sup>40</sup>.

Outro grupo social que também pode ser observado na Manaus Moderna são os catadores, que buscam nos contêineres espalhados pela avenida os alimentos descartados pelos comerciantes da Feira Manaus Moderna.

Os feirantes também se compõem nesse espaço. Definem-se pelo comércio realizado no interior da Feira Manaus Moderna e na Feira da Banana, vendendo hortigranjeiros, peixes e carnes, principalmente.

O Sr. Luiz Maia, ao ser questionado sobre os pontos positivos de sua profissão, defendeu sua condição de feirante nas seguintes bases:

*Então o que sai daqui para o consumidor, tá saindo das minha mão e das mãos de otos colegas meu, nós recebemos do agricultor... Somos um conjunto de trabalho, o agricultor trabalha, ele planta, ele traiz e nós repassamo para o consumidor. Então, isso aí é um conjunto de trabalho. Sem o agricultor, nós num somo ninguém. Sem o feirante, o agricultor num pode produzir nada porque ele num tem a quem ele vender, concorda comigo?*<sup>41</sup>

Essas são, entre outras, as diversificadas atividades e pessoas que configuram o espaço que hoje se denomina Manaus Moderna. Assim, podemos observar que esse é um universo marcado por grande heterogeneidade.

<sup>40</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

<sup>41</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Nessa direção, entendemos que alguns elementos que caracterizam as atuais feições da cidade de Manaus nos apontam a área que se estende entre o terminal de carga/descarga do Porto Flutuante de Manaus até o final da Feira Manaus Moderna, passando pelo entorno do Mercado Municipal (Mercadão), como espaço privilegiado para discussões, na medida em que ele pode ser revelador de como a cidade se organiza, de quais são os valores, as lutas, as disputas, enfim, de como têm sido constituídas as relações sociais na cidade de Manaus.

Nas imagens fotográficas a seguir, ambas divulgadas pela internet<sup>42</sup>, vemos ângulos diferentes de uma mesma espacialidade, a Avenida Manaus Moderna:

---

<sup>42</sup> Em seu texto “*Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*”, Boris Kossoy (2007, p. 135-136) afirma: “se outrora as fotografias eram apreciadas durante intervalos de tempo prolongados, uma ou mais vezes por um pequeno grupo, mais tarde se tornaram quase onipresentes (as mídias impressas e eletrônicas) para milhões de pessoas, hoje podem ser transmitidas ou buscadas *on line*, em escala planetária, pelos meios eletrônicos. [...] Na percepção das imagens houve, pois, uma alteração substantiva, fruto de mudanças culturais lastreadas em desenvolvimentos industriais e tecnológicos. De qualquer modo, poderíamos dizer que os ‘tempos clássicos’ da fotografia – o da sua geração em dado momento histórico (recorte espacial/interrupção temporal) e o de sua representação (perpetuação da memória na longa duração) – permanecem ‘ílesos’ na sua concepção”.



Fotografia 1 Avenida Manaus Moderna – Feira .  
Fonte: Imagem publicada no site Geocities (2008).



Fotografia 2 Avenida Manaus Moderna – Prolongamento.  
Fonte: Imagem publicada no site da Prefeitura Municipal de Manaus (2008b).

Apesar de não haver referências à data ou ao fotógrafo, observamos que ambas as fotografias são recentes, pois tanto a feira (Fotografia 1) quanto o prolongamento da avenida (Fotografia 2) são obras da segunda metade dos anos de 1990, sendo que a feira foi inaugurada em 1997 e o prolongamento da avenida na década seguinte.

Podemos notar que a primeira fotografia valoriza a luminosidade do dia e nos permite observar a avenida, que separa, de um lado, a Feira Manaus Moderna e, de outro, o rio Negro, com os barcos atracados bem em frente à feira. Essa imagem nos apresenta um espaço calmo, passando-nos a impressão de um local limpo, organizado, aprazível até.

A segunda fotografia, feita à noite, chama a atenção para a luminosidade artificial, querendo mostrar a iluminação colocada pela Prefeitura Municipal de Manaus, em 2008, com o objetivo de viabilizar passeios turísticos<sup>43</sup>. A imagem mostra a avenida por outro ângulo a alguns metros à frente da feira. Ela também nos dá conta de um lugar aprazível. Os barcos atracados dão a sensação de calma. Notamos a valorização da iluminação pública. Há três pessoas caminhando tranquilamente pela calçada. Mais adiante, um carro parado; estaria pedindo informações? O movimento é calmo, a avenida nos parece um local bem tranquilo.

Entretanto, o que mais nos desperta interesse nessas duas fotografias não é o que vemos, não é o que elas retratam (para quem já passou por aquele espaço, causa estranheza tamanha serenidade), mas a ausência. A ausência dos vendedores ambulantes e do trânsito caótico. A ausência dos moradores de rua, que vivem perambulando por aquele espaço, e dos transeuntes que passam a noite por lá, muitas vezes vistos apenas como “bêbados e drogados” por parte da imprensa. A ausência do intenso movimento de mercadorias e seus carregadores que ganham a vida nesse espaço, se misturando com os milhares de viajantes que chegam e vão para os diversos destinos do interior. A ausência dos catadores na disputa pelos restos da feira.

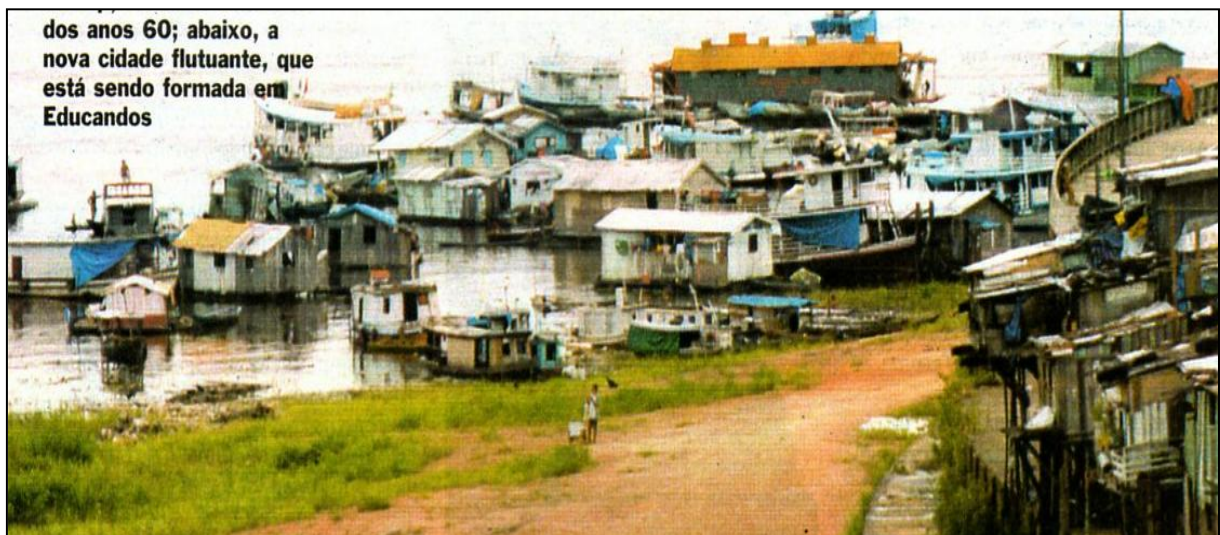
Retirada do *site* da Prefeitura Municipal de Manaus, a Fotografia 2, como já foi dito, chama a atenção para a iluminação pública naquele local e nos instiga a algumas reflexões. O fotógrafo, ao escolher olhar aquele espaço “por cima”, de longe, nos oferece uma visão ampla, do todo, e revela uma concepção, talvez o desejo, de uma cidade idealizada, onde tudo está em “ordem”, no seu “devido lugar”. Assim, essas imagens nos oferecem possibilidades, desejos de organização, ao mesmo tempo em que nos afastam das práticas cotidianas realizadas naquela espacialidade (CERTEAU, 1994).

---

<sup>43</sup> Segundo notícia publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus, informando sobre a Feira Gastronômica Internacional: “Toda a área começa a receber iluminação especial, com o propósito de viabilizar a realização de passeios turísticos guiados, que proporcionarão aos visitantes, simultaneamente, oportunidade de conhecer os dois atrativos” (MANAUS, 2008a).

Práticas essas que, segundo Michel de Certeau (1994), são responsáveis pela configuração dos espaços, ainda que seus praticantes não se deem conta de sua constituição<sup>44</sup>. A fotografia, como ressalta Anne Marie Granet-Abisset (2002), nos permite apreender representações. Sendo assim, podemos ver, naquela imagem (Fotografia 2), uma representação da Avenida Manaus Moderna, uma visão idealizada daquele espaço na cidade pelo poder público, ou melhor dizendo, a forma como o poder público municipal quer que aquele espaço seja visto.

Contudo, outros olhares são necessários. A imagem que se segue nos aproxima do espaço e nos oferece outra visão, mais próxima das práticas cotidianas.



Fotografia 3 Manaus, da cidade flutuante às palafitas regionais (fevereiro de 2000).  
Fonte: Leno José Barata Souza (2010, p. 336).

A imagem utilizada por Leno José Barata Souza para mostrar a reincidência de uma nova “Cidade Flutuante” no início do século XXI nos permite perceber práticas que as imagens anteriores, feitas do alto, ocultam. Nela, podemos observar uma pequena parte da Avenida Manaus Moderna (no alto à direita) e várias casas no leito do rio Negro, onde os moradores utilizam, inclusive, o próprio paredão que separa a avenida do rio.

<sup>44</sup> Segundo Michael de Certeau (1994, p. 23): “Os praticantes comuns da cidade moram ‘lá em baixo’, abaixo do limiar onde a visibilidade começa. Eles caminham – uma forma elementar dessa experiência da cidade, eles são caminhanes. *Wandersmänner*, cujos corpos acompanham resolutamente um ‘texto’ urbano, que escrevem sem ser capazes de lê-los. Esses praticantes fazem usos dos espaços que não podem ser vistos; o conhecimento que têm destes é tão cego quanto o dos amantes abraçados”.

Essa imagem é muito significativa, pois nos revela a permanência e a insistência de modos de viver que se buscam ver extintos.

Assim, postas lado a lado, as imagens feitas do alto e esta última nos revelam a guerra de lugares, as tensões sobre os modos de ocupação e os usos daquele espaço. As primeiras imagens, panorâmicas, representam aquele espaço a partir de uma idealização e de projetos urbanos, que buscam conformar a cidade a partir de interesses vinculados ao desenvolvimento capitalista; por outro lado, esta última imagem flagra a constituição do espaço no seu cotidiano, mostrando formas de ocupação dos setores populares que continuam a lutar por seus interesses, num enfrentamento cotidiano, e que insistem em manter e permanecer com seus modos de vida, adequando-se à nova realidade.

Nesse sentido, podemos ver como exemplo a utilização do paredão, construído para dar suporte à avenida, o que teoricamente inviabilizaria a construção das palafitas e flutuantes no rio, e acabou servindo, muitas vezes, como suporte para essas casas.

Assim, compreendo a importância de trazer para a discussão projetos como o “Choque de Ordem”<sup>45</sup>, lançado recentemente (em 2010), e o “Centro Vivo”<sup>46</sup>, de 2008, ambos da Prefeitura Municipal de Manaus, cujos objetivos passam pela ideia de reordenamento da cidade e colocam em evidência os impasses, as tensões e as disputas de classe vivenciadas na cidade na atualidade. Embora sem a mesma organicidade do projeto anterior, podem ser pensados como tentativas de atualização do projeto inicial da década de 1980 e de suas articulações com as novas lógicas e dinâmicas capitalistas para o planejamento urbano.

Ao acessar uma página de buscas da *web*, deparamo-nos com um título que nos despertou curiosidade, a saber: “**Manaus Moderna cai aos pedaços**”. A manchete encabeçava um artigo de um jornal *on-line*, cujo título “**Jornal Repórter – O jornal de opinião**” (edição *on-line*, de 23 de maio de 2008) não trazia maiores informações.

O artigo trazia uma descrição do cotidiano daquele espaço, eivada, logicamente, da subjetividade de seu autor. Portanto, antes de apresentar o conteúdo do artigo, faz-se necessário estarmos atentos à conjuntura política na qual esse discurso está inserido.

---

<sup>45</sup> Segundo notícia veiculada no *site* da Prefeitura de Manaus, inspirado no programa homônimo realizado no Rio de Janeiro, o prefeito municipal de Manaus, Amazonino Mendes, em conjunto com diversas Secretarias municipais, tais como Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempab) e Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), propôs o “Choque de Ordem” em Manaus, objetivando “combater com ações de impacto as irregularidades cometidas em diversas áreas dentro do perímetro urbano de Manaus” (MANAUS, 2010b).

<sup>46</sup> Projeto proposto em 2008, pelo então prefeito municipal Serafim Correa, que tinha como objetivo: “Proporcionar melhorias das condições de conforto ambiental, estética e funcional no Centro da Cidade, através de execução de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo”, como destacou a notícia veiculada no *site* da Prefeitura de Manaus (MANAUS, 2008c).

Manaus, no momento da publicação do tal artigo (maio de 2008), vivenciava um momento peculiar: estava sob a administração de Serafim Correa (do PSB), prefeito que saiu vitorioso das eleições municipais de 2004, na disputa com Amazonino Mendes (então filiado ao PTB), membro do grupo político que havia se mantido no poder no Amazonas por duas décadas<sup>47</sup>. O ano de 2008 era de eleições municipais e, novamente, Serafim Correa (na busca de uma reeleição) disputava o cargo máximo do executivo municipal com Amazonino Mendes, que acabou retornando ao poder no ano seguinte.

Importa destacar que, em vários momentos, os sentidos produzidos sobre a área da Manaus Moderna transformaram-se em disputas entre grupos políticos locais. Desse modo, podemos perceber um alinhamento do discurso veiculado no artigo da *web* a outros que já não eram novidade acerca daquela espacialidade e mesmo da cidade como um todo.

A busca de uma ordenação e conformação da cidade por alguns setores da sociedade manauara, representada pelo grupo aliado a Amazonino Mendes, pode ser observada, por exemplo, na década de 1980, por meio do projeto de autoria de Gilberto Mestrinho, que previa reorganizar e conformar a cidade para a nova realidade da Zona Franca. Esse projeto, significativamente intitulado de “Manaus Moderna”, previa, entre outras tantas obras, a construção de uma avenida que receberia o nome de Beira Rio, mas que ficou conhecida como Avenida “Manaus Moderna”, cujo objetivo era o de ampliar a fluidez no trânsito da capital amazonense.

O artigo citado nos dava conta de que:

A construção da “Manaus Moderna” criada para melhorar o fluxo de veículos pesados do Porto de Manaus para o Distrito Industrial parou faz tempo.

No entorno da “Manaus Moderna”, filas de carros estacionados estrangulavam o cruzamento de duas ruas estreitas.

Um caminhão pequeno – um “Mercedinho” – carregado de mercadorias tentou entrar numa daquelas artérias e ficou “entalado”. Logo se formaram três filas de veículos nas duas ruas. Enquanto alguns curiosos foram chamar os donos dos veículos próximos ao buzinaço para que o pequeno caminhão pudesse passar, transcorreram 35 minutos (JORNAL REPÓRTER, 2008).

---

<sup>47</sup> Esse grupo foi iniciado e liderado por Gilberto Mestrinho (PMDB), político amazonense que, após período de exílio, retornou a Manaus em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, e foi eleito, em 1982, governador do estado do Amazonas. Desde essa época, só perdeu as eleições no estado em dois momentos: em 2004, para Serafim Correa, e, em 1988, para Arthur Virgílio Neto. O jornalista Orlando Farias, em seu recente livro “*A dança dos Botos e outros mamíferos do poder*” (2010, p. 22), lembra que: “Já nas primeiras reuniões com correligionários em Manaus, Gilberto Mestrinho estabeleceu, sempre com ar de visionário, que iria se dedicar a formar quadros e construir uma hegemonia política que garantisse o poder pelo período de pelo menos duas décadas”.

E o texto prosseguia em tom de denúncia, evidenciando outras tantas mazelas que se fazem presentes naquele espaço, como o lixo que sobe com a elevação do nível do rio e se mistura com os esgotos e com a fumaça dos automóveis e churrasquinhos espalhados pela avenida, “agredindo” os turistas que por ali chegam à espera de um encontro com uma “moderna” cidade.

Seu olhar parece voltado para a possibilidade do desenvolvimento turístico daquele espaço, visto que é a porta de entrada e saída da cidade. Assim, fazia questão de apontar que: “O turista desavisado que chega a Manaus, ao invés de vê-la como exemplo de cidade moderna, como pretendiam alguns, testemunha uma das maiores palhaçadas do terceiro milênio [...]” (JORNAL REPÓRTER, 2008).

Para o articulista, esse espaço se configurava, naquele momento, como área de degradação, cobrando, assim, a atuação do poder público, como instância responsável para sanear-lo, tornando-o mais aprazível, principalmente para turistas e, assim, podemos dizer, possibilitar o desenvolvimento de negócios lucrativos. Essa fala, que clama pela ordenação, parece ecoar interesses e visões muito semelhantes às que estiveram presentes em outros momentos dessa espacialidade, como por exemplo, nos anos de 1980, quando foi possível construir/executar o Projeto “Manaus Moderna”.

Dois anos mais tarde, em 9 de fevereiro de 2010, o prefeito Amazonino Mendes, eleito em 2008, realizou, na Câmara dos Vereadores, a leitura da Mensagem Anual que abre oficialmente as atividades do Legislativo municipal. Entre a prestação de contas das ações realizadas em 2009 e o anúncio das metas para 2010, chama a atenção a seguinte:

Outra meta estabelecida para este ano é a **revitalização do centro de Manaus a fim de preparar a cidade para a Copa do Mundo em 2014**. “Um choque de ordem” deverá ser implantado a partir de 2010 nesta cidade implicando na obediência de um plano diretor novo, que deveremos apresentar a esta Câmara (MANAUS, 2010c, grifo nosso).

O trecho em destaque nos dá pistas para buscarmos uma compreensão de qual o entendimento de cidade desse grupo político que reassumiu o poder municipal no ano de 2008, qual seja o reordenamento da área central da cidade a fim de adequá-la à expectativa dos organizadores do evento “Copa do Mundo de Futebol de 2014”.

Assim como o “Jornal Repórter” clamava em 2008 por uma adequação da cidade e da área da Manaus Moderna para atrair e agradar aos turistas, o Poder Executivo municipal coaduna com essa perspectiva de cidade, na medida em que propõe, como grande meta para o ano de 2010, justamente conformar a cidade, ou melhor dizendo, a parte central da cidade, ao evento Copa do Mundo de 2014.

Assim, ao longo do ano de 2010, foi possível acompanhar, pelos diversos veículos de comunicação local, notícias das ações de reordenamento em vários locais da cidade, empreendidas pela Prefeitura por meio de várias Secretarias, como sendo parte do plano de um “Choque de Ordem”.

Em 25 de março de 2010, o jornal “A Crítica” noticiava uma das primeiras ações do tal “Choque de Ordem”:

Ontem pela manhã, uma operação de retirada de vendedores clandestinos do entorno da Feira Manaus Moderna, nas ruas Barão de São Domingos, Marquez de Santa Cruz e Avenida Manaus Moderna, deixou limpas as ruas que antes ficavam entupidas de carrinhos de mão, de madeira de supermercados, repletas de mercadorias de origem desconhecida. “A questão da ordem urbana é importante, mas também a saúde pública deve ser observada. É por isso que estamos atuando, diretamente, na retirada dos vendedores de alimentos que agem clandestinamente”, explicou o diretor de Comércio Informal da Sempab, Marcelo Schröder (MANAUS, 2010b).

Vale notar que alguns termos utilizados pelo articulista nos permitem compreender sua postura de concordância frente à ação municipal. Assim, nesse discurso, os trabalhadores do entorno da Manaus Moderna aparecem como “vendedores clandestinos”, suas mercadorias são de “origem desconhecida”, e, após a sua retirada, as ruas ficaram “limpas”.

Dessa forma, a notícia da retirada procura imprimir, no conjunto da sociedade, ou pelo menos aos leitores do tal diário, a ideia de que essa ação era necessária e que beneficiaria o conjunto da população.

A notícia ainda afirmava que: “Com a operação de ontem, a volta dos vendedores ambulantes não será mais permitida. Os fiscais da Sempab vão ocupar as ruas para impedir a invasão dos carrinhos de mão” (MANAUS, 2010b).

A Prefeitura, além de empreender esforços para retirar os ocupantes considerados indesejados, também prometia não poupar esforços para garantir que eles não retornem.

Os destaques dessa reportagem nos dão pistas para refletir qual é o projeto de cidade desejado pelos grupos que detêm o poder público atualmente na cidade de Manaus e ecoado pelo jornal diário “A Crítica”: uma cidade cujo conceito de organização passa pela segregação de parte de seus habitantes com vistas a receber turistas.

Sobre a questão da segregação, é significativa a fala do próprio prefeito municipal Amazonino Mendes, em entrevista veiculada pelo mesmo jornal “A Crítica”, em 6 de abril de 2010.

Quando perguntado sobre a sua prioridade enquanto prefeito, já que havia decidido não se candidatar ao cargo de governador, Amazonino respondeu:

Ajeitar a cidade. **Dentro de 150 dias eu retiro os camelôs.** Essa retirada dos camelôs vai ser precedida de um estudo técnico das necessidades de reorganização da cidade, passando pelo trânsito, estacionamento, sistema de transporte, restauração e construção de calçadas nos bairros, redefinição de uso do solo, novo Plano Diretor. Enfim, uma ação gigantesca. (SKYSCRAPERCITY, 2010, grifo nosso).

Para as elites representadas por Amazonino Mendes, “ajeitar a cidade” passa pela “retirada dos camelôs” das vistas dos turistas. Passa, portanto pela segregação desses trabalhadores, uma vez que, no entendimento daqueles grupos, “eles invadiram definitivamente os direitos dos outros” (SKYSCRAPERCITY, 2010).

Ainda na referida entrevista, o prefeito declarou que:

Tem épocas e épocas. Houve uma época em que era correto proteger o camelô. Mas você sabe que da quantidade nasce a qualidade. É uma regra. Exageraram. Então, hoje eles (os camelôs) não podem mais ser protegidos. Não se pode mais deixá-los à vontade para fazer o que eles querem. Porque agora eles invadiram definitivamente o direito dos outros. Então, tem que se procurar uma solução e a única solução é o chamado “Camelódromo”, que foi uma ideia que eu tive no meu segundo governo, e não me deixaram fazer (SKYSCRAPERCITY, 2010).

No trecho da entrevista acima transcrito, o prefeito deixou claro que a presença de determinados grupos sociais, neste caso, os camelôs, são incômodas ao projeto de embelezamento da cidade, e a solução que se encontra é a segregação definitiva desses grupos em espaços (o Camelódromo) que saem das vistas daqueles que circulam pelo centro da cidade.

Outro aspecto importante a ser observado é que a fala do prefeito indica um consenso um tanto disseminado na opinião pública de que o camelô, atualmente, não se constitui mais num grupo que luta por seus direitos de trabalhar, mas está vinculado a grupos contraventores. Os camelôs aparecem, aqui nessa fala, como sujeitos ligados a atividades ilícitas, contrabandos, e, por isso, “não podem mais ser protegidos” (SKYSCRAPERCITY, 2010).

O chamado Camelódromo parece ser a última e definitiva solução proposta pelas elites incomodadas com a crescente presença desses trabalhadores nos espaços públicos. Essas elites não se mostram preocupadas com as condições e as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, pois pretendem definir seus destinos sem ao menos buscar um diálogo com esses grupos que, ao final, serão os que mais sofrerão os impactos.

Em sua edição de 7 de maio de 2010, o jornal “A Crítica” trouxe mais uma reportagem sobre as ações do “Choque de Ordem” na área da Manaus Moderna. Com o sugestivo título de “**O fim da Manaus Moderna**”, a matéria dava conta de que a intenção do poder público

municipal era “acabar com as feiras, bares, as balsas, os pontos de atracação e o comércio da área da Manaus Moderna”, e também evidenciava o olhar do poder público para as pessoas que ocupam aquele espaço.

Desse modo, neste momento, assim como em outros, notamos que um dos principais pontos de atrito é o pequeno comércio informal.

Manoel Ribeiro, que é diretor-chefe do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) afirmou, na aludida reportagem, que: *“Tudo que é ruim existe ali”*. Ao continuarmos lendo a matéria, podemos identificar o que ele considera “tudo de ruim”. Nessa direção, a matéria continua, afirmando que *“é facilmente verificável a ocorrência de tráfico de drogas, prostituição, desembarque de armas, mercadorias ilegais e substâncias entorpecentes”*. E termina com a fala de Manoel, dizendo que: *“Nossa ideia é tirar tudo e todo mundo. Aquilo que existe na área vai sair: balsas, vendedores, ambulantes. Todos serão removidos para o porto”* (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 7 de maio de 2010).

Interessante notar que, em momento algum, o entrevistado do jornal se referiu aos atacadistas. Ao que nos parece, o que ele entende como “tudo de ruim” é a presença popular de pequenos comerciantes, como ele mesmo afirma *“vendedores, ambulantes. Todos serão removidos para o porto”* (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 7 de maio de 2010).

Sendo assim, ao conversar com alguns trabalhadores da área da Manaus Moderna, pudemos notar que o tal “Choque de Ordem” não tem sido bem recebido por aqueles que terão de sair e que, na iminência de serem retirados, buscam caminhos e estratégias para lidar com a expulsão de seus tradicionais locais de trabalho.

Foi com grande indignação que Josildo dos Santos, casado, 35 anos à época da entrevista, manauara, pai de três filhos, carregador de mercadorias desde os 15 anos na Manaus Moderna, nos falou sobre o *“assunto de tirar todo mundo dali”*<sup>48</sup>.

Segundo o entrevistado:

*Eles tão sempre querendo tirar o povo daqui e o pior é que eles tira mesmo, porque tá com poder, né? Mas o povo volta mesmo, nós também temo o direito de tirá o sustento da nossa família. Quem faz isso aqui girar somo nós mesmo! [...] Só fala nos marginal e esquece que a maioria aqui é pai de família e trabaia dô assim, né!*<sup>49</sup>

A fala desse depoente nos evidencia a “guerra de lugares” vivenciada na cidade. Enquanto aos poderes públicos o que importa é a conformação da cidade dentro de determinados padrões de embelezamento, outros grupos sociais, de trabalhadores como o

<sup>48</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

<sup>49</sup> Idem.

Josildo, estão mais comprometidos com o sustento de suas famílias e vão travando suas lutas cotidianas em defesa de seus interesses.

Nesse sentido, enquanto na fala dos representantes do poder público o destaque está no fato de que “*Tudo que é ruim existe ali*”, e assim, justifica-se a “necessidade” de reordenar os espaços na cidade; na fala de trabalhadores como o Josildo, a questão mais importante é que “*a maioria aqui é pai de família e trabaiadô [...]*”, e, portanto, a ocupação dos espaços é legítima, pois garante o trabalho e o sustento da família.

E nessa luta por interesses diversos, encontramos Márcio Roberto Rocha Aguiar, 36 anos, ensino médio completo, curso técnico em Comunicação - Rádio. À época da entrevista, Márcio trabalhava na Feira Manaus Moderna como radialista, anunciando as promoções, mandando recados e informando os feirantes e clientes. Ele nos mostrou como esses trabalhadores vão se reinserindo nos espaços e reconfigurando seus modos de trabalhar na medida em que o poder público age enquanto representante dos interesses diversos do comércio estabelecido, dos capitais ligados ao turismo, entre outros das classes mais abastadas, de uma elite preocupada com a adequação da cidade aos interesses do capital.

Márcio é paraense de Belém, tem três filhos e trabalha na área da Manaus Moderna desde 1985, quando a feira ainda era de madeira e se denominava Feira da Escadaria (ou Feira da Banana). Veio para Manaus junto com seu pai, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Os membros da família já trabalhavam com hortigranjeiros na Ceasa do Pará e tinham um restaurante.

No início dos anos de 1980, seu pai, atualmente já falecido, veio para Manaus trazendo toda a família, atraído pela propaganda de que a cidade oferecia grandes oportunidades.

Ao falar de sua trajetória de vida, Márcio nos contou um pouco do seu trabalho:

*Desde os meus 10 anos, quando eu não estava na Ceasa, eu estava atrás dum balcão de um bar, restaurante e churrascaria. Às vezes, eu passava o dia todo na Ceasa e, de noite, ia funcionar o bar, restaurante e churrascaria. Quando eu ia pra Ceasa durante o dia, a mamãe que ficava lá no bar, restaurante e churrascaria. Aí, quando eu chegava da Ceasa, três, quatro horas da tarde que a Ceasa fecha, aí eu ia dá o descanso da mamãe, ia assumir lá o outro comércio. Mas sempre assim... Tempo só pra estudar e... e... pra trabalhar<sup>50</sup>.*

A história de Márcio está profundamente marcada pelo trabalho na área da Manaus Moderna. Toda a sua trajetória de vida é pautada nos momentos marcantes daquela área: a destruição da antiga feira de madeira, as incertezas antes da feira nova e a conquista de um

<sup>50</sup> Em entrevista realizada em 27 de junho de 2007, na rádio da Feira Manaus Moderna.

espaço na Feira Manaus Moderna. Ele nos contou, com grande orgulho, que foi o seu pai quem iniciou o trabalho, com “carreto”, ou seja, com o atacado de frutas e verduras “importadas” do Nordeste e Sudeste.

Outro depoente que nos falou sobre a resistência imposta aos projetos “modernizadores” foi Josildo dos Santos. Ele nos contou que:

*Essa arrumação deles de... tirá o povo daqui é antiga... Sempre fala que aqui vai sê um negócio pra turista... é... esse negócio de parque temático, né? Olha a gente até sai, mas num tem como... acaba tendo que voltá, porque o lugar é aqui, né? Então a Senhora vê que tudo gira é aqui e aí a gente volta mesmo, como eu mesmo já fui mandado ir embora, fui, sofri e volto... Eu volto mesmo...*<sup>51</sup>

Podemos observar através da fala do Josildo a resistência insistente e firme desses trabalhadores ao reivindicarem sua presença naquele local. Mais que a resistência, notamos que é por meio da ocupação concreta que eles vêm garantindo sua presença e a identidade daquele espaço.

Vale dizer que, dois anos antes do plano “Choque de Ordem”, outro projeto já havia sido lançado pela Prefeitura Municipal de Manaus, em 12 de junho de 2008.

O projeto, intitulado “Centro Vivo”, nos dá pistas para refletir sobre as concepções que informam as propostas e ações atuais de “planejamento urbano, a requalificação urbanística e ambiental e a inclusão social e econômica” (MANAUS, 2008d).

Em 2008, via seu *site* institucional, a Prefeitura anunciava que o projeto “Centro Vivo” tinha por objetivo: “Proporcionar melhorias das condições de conforto ambiental, estética e funcional no Centro da Cidade, através de execução de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo” (MANAUS, 2008d).

Em 17 de agosto de 2008, o jornal “Amazonas em Tempo”<sup>52</sup> também noticiou que o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) tinha como objetivo revitalizar todo o centro da cidade, preservando-o como centro simbólico e atraindo turistas.

<sup>51</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades da Manaus Moderna.

<sup>52</sup> Podemos notar que esse jornal atuou em alinhamento com o grupo político que estava no poder no período de 2004-2008, representante, principalmente, das camadas médias em Manaus. Em vários editoriais, há reflexões entusiastas das ações do poder público municipal, como por exemplo, em 16 de agosto de 2008, ao tratar o assunto “invasões e política”, ressaltou, por um lado, que “A sociedade manauara avançou. Tem sido mais crítica em relação a políticos, se tornou mais exigente, obrigando até a certa sofisticação das obras públicas. Dá a impressão de estar entendendo o mal que as invasões provocam [...]”, numa clara alusão à política de combate às invasões impetrada pelo poder público municipal. Por outro lado, responsabilizava o grupo político que o precedeu (e o sucedeu) pela política das invasões: “Seria bem mais fácil e barato se os administradores de plantão, ao longo de décadas, não permitissem a ocupação das margens dos igarapés, com derrubadas das matas ciliares e agressão à qualidade da água [...]”, e completava: “Como pode alguém, candidato a representar o povo, se valer de um instrumento tão danoso, como a invasão, para alcançar o direito a essa representação?”.

O projeto, segundo esse jornal, visava a remodelar todo o centro, com o intuito de atrair clientes para o comércio e também turistas. Segundo Auriane Carvalho, articulista do “Amazonas em Tempo”: “o projeto ‘centro vivo’, lançado no mês de julho, é aguardado com expectativa pelo público, que espera que as reformas na região central atraiam mais clientes e turistas ao local” (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 17 de agosto de 2008).

Que público seria esse que aguardava, com expectativa, as reformas anunciadas pelo periódico? Antes de buscar respostas a essa questão, observemos um pouco mais as informações que a Prefeitura Municipal nos oferecia.

Assim como os objetivos, a Prefeitura também anunciava os resultados esperados com o projeto “Centro Vivo”:

- Melhorias na Qualidade Ambiental;
- Melhorias no Sistema Viário;
- Recuperação de Espaços Públicos;
- Sistematizar as Ações de Limpeza Urbana;
- Promoção do Turismo;
- Melhorias na Iluminação Pública;
- **Disciplinar os Espaços Públicos;**
- Promoção do Resgate do Patrimônio Cultural;
- Melhorias na Acessibilidade;
- Recuperação das Áreas de Jardins e Mobiliário Urbano (MANAUS, 2008d, grifo nosso).

Em primeiro lugar, é preciso destacar a noção de espaço público transmitida nesse documento. Notamos que todas as melhorias prometidas se referem apenas aos espaços físicos em si. Não há referências à ocupação desses espaços por pessoas, e, ao que nos parece, o que interessa é manter os lugares limpos, como se fossem verdadeiras vitrines para se colocar pessoas a partir de algumas atividades planejadas, com o intuito de manter “a ordem”.

Para a área da Manaus Moderna, foi anunciado que o projeto “Centro Vivo” proporcionaria uma atração internacional:

Projeto cria Feira Gastronômica na Manaus Moderna.

A partir do próximo dia 15, a orla da Manaus Moderna, no centro, vai ganhar uma atração internacional. O Comitê Gestor do Projeto Centro Vivo está concluindo os detalhes para a implantação da Feira Gastronômica Internacional que vai funcionar todas as sextas-feiras, das 18h30 às 22h30, em frente ao teatro Chaminé.

[...]

A feira internacional oferecerá, ainda, shows musicais no gênero MPB, apresentações circenses, atividades esportivas e diversões para o público infantil (MANAUS, 2008d).

A perspectiva de disciplinar os usos do espaço público, no caso, a área da Manaus Moderna, pode ser evidenciado pela criação da Feira Gastronômica. Por meio das fotografias

divulgadas pela Prefeitura, podemos, inclusive, “ver” esse desejo de ordenamento e disciplinarização.

Nessa direção, as imagens da Feira Gastronômica colocadas no *site* da Prefeitura, no dia 13 de outubro de 2008, nos possibilitam refletir o modelo de ocupação desejada pela Prefeitura Municipal de Manaus para a Avenida Manaus Moderna:



Fotografia 4 Feira Gastronômica.

Fonte: Imagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus (MANAUS, 2008c).

A Fotografia 4, acima, apresenta a imagem de uma avenida ainda vazia, bem iluminada. Os meios fios parecem recentemente pintados de branco; todas as barraquinhas estão padronizadas, cobertas com lona branca. O ângulo escolhido pelo fotógrafo, ou seja, a parte de trás das barracas, tem a intenção de mostrar que aquele local está limpo. A fotografia nos sugere, claramente, um modelo de ocupação daquele espaço: organizado, disciplinado.

Essa perspectiva é confirmada se observarmos com atenção as imagens retratadas nas fotografias seguintes, quais sejam as de números 5 e 6.



Fotografia 5 Feira Gastronômica.

Fonte: Imagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus (MANAUS, 2008c).



Fotografia 6 Feira Gastronômica.

Fonte: Imagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus (MANAUS, 2008c).

Aqui, vemos o outro lado do evento, o espaço destinado ao público. As fotografias revelam a avenida tomada de pessoas; a maioria encontra-se sentada nas inúmeras cadeiras e mesas espalhadas pelo local. Elas conversam, consomem, compram nas barracas, assistem a um *show* de dança árabe (a feira tem atração internacional).

Observemos que não há vendedores ambulantes (as pessoas que estão comprando bebidas ou comidas estão próximas às barracas). Nesses recortes fotográficos, as pessoas estão relativamente bem vestidas. Podemos dizer que a feira tem como frequentadores a classe média. É um evento familiar, vemos crianças. As expressões captadas são de pessoas que estão se divertindo.

Quando pensamos nos objetivos dessas fotografias – ilustrar uma ação da Prefeitura Municipal de Manaus –, não podemos deixar de refletir que as imagens não são tão inocentes quanto podem parecer a um primeiro olhar. A mensagem que elas nos passam é a de que há uma idealização na ocupação dos espaços públicos, ou, pelo menos, daquele espaço em especial: a diversão “deve” se dar sem excessos, de forma ordeira: as pessoas apenas conversam e consomem; sentadas, estão sorridentes, parecem felizes.



Fotografia 7 Feira Gastronômica.

Fonte: Imagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus (MANAUS, 2008c).



Fotografia 8 Feira Gastronômica.

Fonte: Imagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus (MANAUS, 2008c).

As Fotografias 7 e 8 nos oferecem mais argumentos nessa direção. A Fotografia 7 mostra, em primeiro plano, duas crianças jogando xadrez e, ao fundo, uma mesa de pingue-pongue também sendo utilizada. As crianças do primeiro plano, sentadas, disciplinadas, posam concentradas no jogo. Não há correria, é uma diversão “ordeira”. A Fotografia 8, por sua vez, mostra quatro jovens igualmente sentados, jogando dominó, que posam sorridentes, mostrando que estão contentes com a diversão proporcionada.

É necessário ressaltar que as imagens acima (Fotografias 4, 5, 6, 7 e 8) foram retiradas do *site* da Prefeitura e, portanto, compõem um espaço de propaganda do governo municipal. Assim, elas nos evidenciam o discurso construído pelo poder público, compõem a narrativa que busca dar respaldo ao projeto da Feira Gastronômica, e apresentam, como já foi dito anteriormente, o modelo de ocupação desejada pelos grupos representados pelo poder público.

No momento inicial de sua administração (início de 2009), o prefeito Amazonino Mendes também voltou as suas preocupações para a Manaus Moderna, no sentido de buscar um determinado ordenamento para aquela área. O modelo, mesmo tendo sido concebido na gestão anterior, parece ter sido abarcado pela atual gestão<sup>53</sup>.

Cumprе acrescentar que, além do evento “Feira Gastronômica Internacional”, o projeto “Centro Vivo” previa também ações a médio e longo prazos para a área da Manaus

<sup>53</sup> Cabe frisar que o grupo político do qual Amazonino Mendes é representante é adversário político dos gestores anteriores, ou seja, enquanto o grupo de Serafim Correa tem inserção principalmente entre as camadas médias e parte dos empresários, o grupo liderado por Amazonino Mendes representa outra parte das elites empresariais.

Moderna. Uma remodelação que, segundo seus idealizadores, possibilitaria uma melhora no fluxo de veículos e a transformação dessa parte da cidade em local de lazer e turismo:

“Centro 2015” - Projeto a longo prazo de zoneamento da área da Manaus Moderna, objetivando **melhorar a qualidade de vida da população**, proporcionando maior fluidez no trânsito de veículos com novas alternativas de vias e ordenamento da área por atividades de uso do solo (áreas residenciais, comerciais, de serviços e lazer) (MANAUS, 2008d, grifo nosso).

Este é um projeto meu que não vou medir esforços até vê-lo concluído. Quero o Centro moderno e turístico sem deixar de lado os traços históricos que lembram o passado de Manaus, completou<sup>54</sup>.

Voltemos à questão suscitada algumas páginas atrás: Que público seria esse que aguardava com expectativa as reformas anunciadas pelo periódico e também pela Prefeitura? Seriam os trabalhadores daquela área, pessoas que ocupam aquele espaço em busca de sua sobrevivência, carregadores, vendedores ambulantes, moradores de rua? Eles foram consultados acerca dessas ações? É uma reivindicação deles? Ou seriam os usuários do porto improvisado da Manaus Moderna que reivindicavam tais modificações? Qual passado Amazonino prometeu não deixar de lado?

A imagem que segue foi veiculada pelo jornal “A Crítica” em maio de 2010, e procurava ilustrar matéria sobre o “Choque de Ordem”. Tendo como objetivo corroborar com o discurso do poder público de que as mudanças são “necessárias”, ainda assim ela pode nos ajudar a refletir acerca das questões suscitadas.

Podemos lançar nosso olhar para outras formas de ocupação e necessidade daquele espaço:

---

<sup>54</sup> Segundo notícia publicada no site da Prefeitura Municipal de Manaus, em 18 de março de 2009, com a manchete: “Amazonino vai revitalizar o centro da cidade” (MANAUS, 2009a).



Fotografia 9 Carregadores na área da Manaus Moderna.

Fonte: Imagem publicada no jornal “A Crítica” (edição *on-line*, de 7 de maio de 2010).

Essa imagem expressa outro olhar sobre o cotidiano vivido na Manaus Moderna. Seu recorte privilegia o intenso movimento de carros e caminhões, bem como de carregadores, vendedores, entre outras tantas pessoas.

Josildo dos Santos refletiu acerca de programas e projetos como o “Choque de Ordem” e o “Centro Vivo”.

Quando perguntado sobre o que achava do projeto “Centro Vivo”, o entrevistado fez a seguinte reflexão:

*Eles (os políticos) falam que é pra melhorá, como de fato melhora, né? Porque o caboclo que trabalha aqui é... violência... É muita coisa que a gente vê, né? Mas eles tinha que olhá o outro lado também, do trabalhado, mas só fala é... em turismo é.. essas coisa... que, como diz o oto, traz coisa boa pra cidade, movimenta, traz dinheiro, mas o trabalhado tem que trabalhá, né? E eles só olha pr'um lado, sempre quem paga o pato somos nós, como diz o caboclo, a corda sempre arrebenta pro lado mais fraco, né?*<sup>55</sup>

Esse trecho acima transcrito é extremamente rico na medida em que nos permite compreender que trabalhadores como o Josildo têm clareza de que, apesar do discurso do poder argumentar que o projeto visa a “*melhorar a qualidade de vida da população*”, não é toda população que será beneficiada e as possíveis melhoras atendem mais à lógica do capital

<sup>55</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades da Manaus Moderna.

(os turistas) do que os anseios daqueles que trabalham cotidianamente ali, como ele mesmo diz: *“traz coisa boa pra cidade, movimenta, traz dinheiro, mas o trabalhado tem que trabalhá, né? E eles só olha pr’um lado, sempre quem paga o pato somos nós”*.

Assim, importa refletir que o interesse em disciplinar os espaços públicos urbanos não se configura enquanto novidade na sociedade capitalista. Desde o século XIX, as elites políticas e econômicas têm se preocupado com a “ordem e a disciplina” nesses espaços. Assim, a vasta literatura sobre o assunto tem dado conta de que o esvaziamento da zona rural e o crescimento desordenado das cidades europeias, em função da industrialização no século XIX, geraram preocupações e intervenções, principalmente nos centros das grandes capitais.

No Amazonas, o final do século XIX e a primeira década do século XX trouxeram uma aceleração econômica gerada pelo crescimento da demanda mundial do látex, produto da seringueira, árvore nativa da região. Manaus, sendo a capital do estado, seu principal ponto de chegada e saída, atraiu imensas levas de migrantes, sobretudo nordestinos, que, fugindo da seca, buscavam oportunidades em algum seringal.

A cidade passou por um significativo crescimento demográfico sem infraestrutura e, conseqüentemente, sem condições de abarcar tamanha dinamicidade. Por outro lado, seringalistas, principalmente estrangeiros enriquecidos da noite para o dia, demandavam mudanças no meio ambiente da cidade, buscando comodidade e diversão, copiando as novidades vindas da Europa e se espelhando no Velho Continente como modelo de desenvolvimento.

As intervenções no centro da cidade de Manaus se deram, pois, naqueles anos, seguindo as premissas europeias que já vinham sendo seguidas por outras cidades brasileiras, e trazendo como marca fundamental dessa metamorfose a exclusão de antigos moradores e trabalhadores pobres<sup>56</sup>.

Também na segunda metade do século XX as intervenções no meio ambiente social de Manaus se fizeram significativas. Com a instalação da Zona Franca de Manaus, uma nova lógica se apresentava à dinâmica da cidade, que passou por remodelações, atendendo aos interesses que se impunham.

Nesse sentido, é preciso dizer que Manaus, de forma geral, e a área Manaus Moderna, de forma específica, são frutos dessas intervenções, que, em diferentes momentos, a partir do

---

<sup>56</sup> Sobre as transformações sofridas por Manaus no período áureo da extração do látex, conferir, entre outros: COSTA, Francisca Deusa Sena, *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*; DIAS, Edineia Mascarenhas, *A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*; e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925*.

final do século XIX, foram se colocando em atendimento a interesses imediatos variados e a partir de concepções diversas.

A preocupação com o disciplinamento e a intervenção no solo urbano, portanto, vêm de longa data; entretanto, os princípios que movem essa intervenção têm se transformado na medida em que a sociedade capitalista avança e coloca novas questões<sup>57</sup>.

De fato, podemos observar que as intervenções nos espaços urbanos têm se pautado em outras premissas. As transformações ocorridas no mundo capitalista a partir do pós-guerra, a necessidade de reconstrução das cidades europeias, bem como o processo de modernização das cidades americanas e a consolidação da nova lógica da globalização exigiram, segundo Otilia Beatriz Fiori Arantes (1996), o surgimento de novas concepções urbanísticas e arquitetônicas que iriam se consolidar como alternativa no final do século, obedecendo à “nova” lógica da sociedade globalizada, em que o conceito de “cultura” tornou-se central.

A referida autora, assim como outros estudiosos do urbanismo, tem mostrado que, se, anteriormente, “falava-se e agia-se em nome da sociedade em seu conjunto, [...] Hoje, tudo parece obedecer ao princípio máximo da **flexibilização**” (ARANTES, 1996, p. 229, grifo da autora).

Segundo a autora,

[...] fala-se cada vez menos em planejamento da cidade, que deste modo, estaria obrigada a obedecer a um modelo estável de otimização do seu funcionamento, e cada vez mais, em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de ser predominantemente técnica para recair no vasto domínio do *passe-partout* do cultural (ARANTES, 1996, p. 229).

Desse modo, a partir da segunda metade de década de 1960, uma proliferação de movimentos sociais, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, trouxe “novos personagens para a cena histórica”<sup>58</sup>, deixando evidentes os limites daquela sociedade.

Naqueles anos, essas questões se apresentavam na forma de reivindicações e protestos contra essa sociedade. Era como se um surto maior de consciência tivesse acometido o chamado terceiro mundo. Contudo, três décadas mais tarde, nos anos de 1990, quando o capitalismo globalizado se expandia e o chamado neoliberalismo se consolidava, essas

---

<sup>57</sup> Erminia Maricato (2007, p. 123) diz que: “Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham a reestruturação produtiva no final do século XX”.

<sup>58</sup> Referência a André Sader (1991).

questões se mostraram num processo de reorganização do mundo capitalista, segundo alguns teóricos do pós-modernismo<sup>59</sup>.

Otília Beatriz Fiori Arantes (1996, p. 238) explica, a partir de Frederic Jameson, que:

A expansão do capitalismo global teria produzido uma imensa liberação de energias sociais e, simultaneamente, algo como um “*surplus*” de consciência: terceiro-mundismo, regionalismos, movimento das minorias, revoltas estudantis, etc. Daí o sentimento generalizado de que tudo era possível. Ocorre que aquele “desatar global de energias” foi o exato contemporâneo de um processo em que as últimas zonas remanescentes do pré-capitalismo, espaços internos ou não, foram penetradas, colonizadas e submetidas à forma mercadoria, do terceiro mundo ao inconsciente bombardeado pela indústria cultural.

A cidade passou a ser pensada, portanto, em termos de consumo de seus espaços, e seus planejadores deslocaram suas referências dos médicos higienistas para os empreendedores. Assim, o chamado **planejamento estratégico** tem ganhado cada vez mais espaço nas intervenções urbanas.

Carlos Vainer (2007, p. 76) lembra que esse modelo de planejamento foi inspirado no planejamento empresarial e sistematizado nos Estados Unidos, mais especificamente em *Harvard Business School*, e que, “segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”<sup>60</sup>.

Assim sendo, percebemos um novo delineamento na concepção de cidade e um deslocamento das preocupações do poder público, ou seja:

Se durante largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana (VAINER, 2007, p. 76).

Ainda segundo Carlos Vainer (2007), é possível observar que as cidades passam a ser pensadas como uma mercadoria de luxo, e a preocupação dos governos locais gira em torno da necessidade de tornar essas cidades atraentes ao capital transnacional. É preciso, pois, criar

<sup>59</sup> Sharon Zukin (1996, p. 205) aponta o discurso de alguns teóricos do pós-modernismo que tratam da centralidade da cultura nessa reorganização do capitalismo, mostrando a importância do espaço para o consumo visual: “elementos dessa visão moldam o vocabulário comum da crítica cultural, da geografia radical e da economia política urbana. Desse modo, Frederic Jameson e Edward Soja foram capturados pela predominância do espaço sobre o tempo na pós-modernidade, Phil Cooke vincula a reorganização urbana e regional à reestruturação econômica e global associada ao pós-fordismo, e David Harvey enfatiza, sob a rubrica da ‘acumulação flexível’ e a influência de Debord e Baudrillard, as maneiras pelas quais a apropriação cultural tornou-se uma estratégia de fortalecimento do valor econômico”.

<sup>60</sup> Otília Beatriz Fiori Arantes (2007) também discute o surgimento dessa “nova” concepção de planejamento e intervenção urbana.

espaços valorizados por esse capital, pois a cidade-mercadoria será “consumida” não por todos, mas apenas por quem pode pagar por ela. Assim, é preciso excluir os conflitos e “despolitizar” a cidade. Nas palavras do autor:

Este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania (VAINER, 2007, p. 78).

Nesse sentido, o que está no centro do projeto teórico e político do planejamento estratégico urbano é a ideia de competitividade entre as cidades. Daí a justificativa para pensá-las como empresas. As cidades estão na disputa por maiores investimentos e, por isso, precisam se apresentar atraentes, principalmente ao capital internacional. Há uma concorrência entre as cidades para se venderem enquanto mercadoria, atraindo investimentos e tecnologia, como se os seus problemas fossem resolvidos a partir da presença desses dois elementos.

Desse modo, a cidade que é gerida e planejada estrategicamente tem como objetivo ser competitiva e “produtiva”, e trazer resultados, isto é, atrair investimentos e tecnologia, como já foi mencionado. Dentro dessa perspectiva, seria, portanto, a iniciativa privada a mais competente para colaborar na administração dessas cidades, visto que os empresários têm “experiência” na administração empresarial. Propõe-se, dessa maneira, uma “parceria” entre o público e o privado. Sobre essa relação, Carlos Vainer (2007, p. 89) vem alertando que:

[...] a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico [...] e, mais especificamente, num sujeito ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público para grupos empresariais privados.

Ainda na trilha de Carlos Vainer (2007), podemos dizer que, quando se “vende” uma cidade, vendem-se os elementos que são valorizados por aqueles que “podem pagar”. Daí, se um determinado espaço na cidade se configura em um espaço virtualmente valorizado para a “venda”, a preocupação por parte do poder público recai menos sobre a população que habita e constrói cotidianamente aquele espaço, e mais na busca de conformar tal espaço para que se torne agradável ao “consumidor”.

Na cidade pensada e gerida estrategicamente, não se tem espaço para a vivência política. Os conflitos e debates, que são partes integrantes da convivência democrática, devem ser excluídos em favor do consenso. Pois, na cidade pensada pela perspectiva de uma empresa, o conflito “atrapalha” a produtividade. Só o consenso garante a competitividade no mercado<sup>61</sup>.

Dessa maneira, o planejamento estratégico “precisa” do consenso para ser efetivado, ao mesmo tempo em que o consenso é o seu objetivo final. É ainda com Carlos Vainer (2007) que podemos perceber essa necessidade, quando o autor cita Castells e Borja, mostrando que:

Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população (CASTELLS; BORJA, 1996 apud VAINER, 2007, p. 94).

Assim, o planejamento estratégico traz uma tripla dimensão à cidade. Como nos adverte o autor, a cidade é vista pelos estrategistas como uma mercadoria, como uma empresa e como uma pátria.

O projeto “Centro Vivo”, com o seu objetivo de “revitalizar”<sup>62</sup> o centro histórico da cidade de Manaus, certamente se inspirou no planejamento estratégico, e as ações desenvolvidas, dentre elas, a Feira Internacional de Gastronomia “Sabores do Mundo”, estavam voltadas aos consumidores que se desejam para a cidade-mercadoria-empresa, quais sejam os turistas, que, por sua vez, esperam que a cidade ofereça conforto, segurança e atrativos.

Nesse sentido, podemos perceber a preocupação do poder público municipal em garantir as atrações, bem como em frisar que a segurança no local está garantida:

A Feira Internacional de Gastronomia “Sabores do Mundo” é palco de shows ao vivo com cantores e músicos da terra, artistas circenses e grupos de dança; e proporciona muito divertimento aos aficionados nos jogos de dominó, xadrez, damas, tênis de mesa e amarelinha, oferecidos gratuitamente (MANAUS, 2008d).

---

<sup>61</sup> Sobre essa despolitização do espaço urbano, Carlos Vainer (2007, p. 90) aponta que “a cidade empresa atua no mercado de cidade e deve ser competitiva, ágil, flexível [...] os controles políticos são estranhos a um espaço social onde o que vale são os resultados”.

<sup>62</sup> “As revitalizações urbanas e todas as demais denominações de prefixo ‘re’ renovação, reabilitação, requalificação, regeneração, entre outras, percorrem a agenda urbana do mundo globalizado. Tais denominações estão relacionadas a leituras diferenciadas do espaço e da problemática, podendo ser entendidas como uma reestruturação funcional, arquitetônica e sócio-cultural inserida num conjunto de programas e projetos, públicos ou da iniciativa autônoma, que incidem sobre as relações sociais e os tecidos urbanos”. (VAZ; JACQUES, 2001 apud PRADO, 2007, p. 2).

E a Prefeitura ainda lembra que “A segurança do local é garantida pela presença da polícia militar e guarda metropolitana” (MANAUS, 2008d).

Dessa maneira, sendo um evento voltado para turistas, é perceptível a preocupação do poder público em mostrar que o local “vale a pena”, é aprazível, seguro. Mas como são vistas as pessoas que vivem e trabalham naquele espaço? Em que medida essa revitalização atende às suas necessidades e reivindicações?

Vemos, portanto, que setores dominantes buscam conformar o espaço de acordo com os seus interesses econômicos e políticos, e, ao olhar para a área da Manaus Moderna, enxergam-na como potencial de lucratividade, um espaço em potencial para atração de turistas e, conseqüentemente, de investimentos/investidores, mostrando sua inspiração no planejamento estratégico. Assim, ao que nos parece, a esses setores da elite prevalece a concepção de que, ao investir na cidade para que ela seja atraente ao capital estrangeiro, os problemas urbanos, dentre eles o da exclusão, seriam automaticamente solucionados com os investimentos privados.

## 2 OUTRAS PRESENÇAS, EXPERIÊNCIAS E IMAGENS

Para além das intenções de alisamento da área que os mencionados projetos carregam, importa perceber a diversidade de interesses que esse espaço comporta. Assim, cumpre indicar o mesmo como espaço de vida e de trabalho de outros grupos sociais com interesses bastante diversos dos da modernização, e que são invisíveis àqueles registros. Como é o caso, por exemplo, de muitos carregadores de mercadorias, vendedores ambulantes e catadores que ali atuam e compreendem o local enquanto espaço de trabalho e oportunidade de sobrevivência.

Iniciemos nossa reflexão com o depoimento<sup>63</sup> de Josildo dos Santos, que ganha a vida na Manaus Moderna como carregador de mercadorias.

Josildo nos contou que começou a trabalhar naquela região quando tinha 15 anos (na época, a avenida estava sendo construída), não como carregador, mas “*fazendo de tudo um pouco*”. Vendia verduras que ganhava dos feirantes – ou que, muitas vezes, catava no lixo. Ficava próximo às bancas de verduras de algum conhecido e ajudava as “*madames a levar as verduras para o carro*”, ganhando um “*trocadinho aqui e outro ali*”, narrou ele. “*Fui me **profissionalizando** carregador*” (grifo nosso)<sup>64</sup>.

Para ele, mesmo sendo muito cansativa, não tem do que reclamar da profissão, pois consegue dar uma vida digna à esposa e aos filhos. “*Tudo de acordo com nosso limite, né?*”<sup>65</sup>, explicou.

Josildo apontou para uma importante questão, a autonomia, já que, segundo ele: “*Ninguém te manda, você mesmo faz seu horário, claro que se não chegar bem cedinho vai ficar sem trabalho, mas é tu que decide, tá me entendendo? Não tenho patrão pra me encher...*”<sup>66</sup>.

É interessante notar que, para esse trabalhador, não ter a figura do patrão controlando o seu tempo se constitui em importante elemento, mesmo que, na realidade, esse tempo seja controlado por outras circunstâncias, como por exemplo, a grande concorrência que exige que

<sup>63</sup> Pensando no que nos alerta Yara Maria Aun Khoury (2001, p. 85) sobre a necessidade de “situar cada narrativa na pessoa que a constrói e expressa [...] atentando para o lugar que ocupa na realidade social e o que representa nele”, buscamos, ao final trabalho, como apêndice, realizar uma apresentação das pessoas que, ao partilharem suas experiências e vivências, nos possibilitaram refletir sobre cada temática abordada em cada capítulo.

<sup>64</sup> Trechos extraídos da entrevista realizada com Josildo dos Santos, em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem.

ele esteja ali bem cedinho, ou mesmo os “vários” patrões que o contratam para realizar algum carregamento.

No que se refere à concorrência, o depoente nos falou que:

*Trabalho num falta de jeito nenhum, o problema é que hoje em dia tem muita gente. Tu tem que cobrar pouco, às vezes tem nego que sai na porrada pra fazer um carregamento... Mas é que a situação num tá fácil pra ninguém, né?*<sup>67</sup>

Vemos, portanto, que, na análise de Josildo, mesmo havendo muito trabalho, a grande concorrência tem tornado a sobrevivência desses trabalhadores cada vez mais difícil. Pois acabam tendo de cobrar menos pelo trabalho e, ao mesmo tempo, têm de aumentar o número de carregamentos para chegarem ao final do dia com um rendimento satisfatório.

Ao ser questionado sobre o significado da Manaus Moderna, Josildo disse que:

*Olha, isso aqui pra mim é assim... Como eu te digo? Esse lugar aqui, as pessoa têm muito... é... preconceito com a gente, porque, de fato, é um lugar que a Senhora vê de tudo, é drogado, é bêbado, é trombadinha, né? É esse tumulto todo aqui, todo dia, todo dia... Mas eu te digo uma coisa, é daqui que eu tiro o pão de cada dia, né? Então, pra mim, a Manaus Moderna é muito importante. Se eles tirarem o porto aqui, como sempre fala que vai tirar, mais eu num acredito que tirem, a Senhora veja bem, como esse povo vai fazer pra sustentar a família com dignidade?*<sup>68</sup>

A fala do depoente expressa, na materialidade de seu cotidiano, quais são as contradições com que ele e muitos outros trabalhadores lidam, e, fundamentalmente, expressa o preconceito sentido por ele pelos discursos generalizantes.

Assim, Josildo fez questão de marcar que existe sim “bêbado”, “drogado”, “trombadinha”, mas essa é só uma faceta dessas pessoas que têm suas histórias e suas dignidades, bem como há também o trabalhador que não pode, de acordo com seu entendimento, ser “enquadrado” nesse olhar generalizante e preconceituoso.

Notamos, ainda, que a Manaus Moderna adquire aqui o sentido de espaço de sobrevivência. Para o depoente, é apesar, e em função, do tumulto daquela espacialidade, que ele pode dar o que considera uma vida digna à sua família.

Nesse sentido, a retirada do porto significa, para esse carregador, e para muitos outros, a retirada de sua sobrevivência. O que alguns grupos sociais enxergam como degradação e sujeira é visto por esses trabalhadores como oportunidade de sustento próprio e de suas famílias.

<sup>67</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades da Manaus Moderna.

<sup>68</sup> Idem.

Em estudo sobre o Porto da Manaus Moderna, Luiz Henrique da Silva Santana (2006) se propõe, num dos capítulos da pesquisa, a apresentar o cotidiano dos carregadores de bagagens e carga. E, a partir de alguns dados estatísticos levantados por ele, e também de entrevistas realizadas com esses trabalhadores, vai revelando o que, no dizer do autor, é um ambiente de trabalho precário e de vidas vulneráveis<sup>69</sup>.

Os dados estatísticos apresentados por Santana (2006), transcritos abaixo, nos fornecem alguns elementos importantes do universo desses trabalhadores.

Podemos observar, a partir dos Gráficos 1 e 2, que esse universo se configura de forma bastante heterogênea, abarcando trabalhadores de diferentes origens, bem como podemos perceber a diversificação no tempo de trabalho.

É importante notar, no universo estudado pelo autor, uma percentagem significativa desses trabalhadores: 52% ocupam até cinco anos de sua vida neste trabalho. Também não é desprezível a percentagem de 24% que indica o trabalho nessa atividade entre seis e oito anos. Sendo assim, muitos carregadores têm longos anos dedicados a essa atividade profissional.

O Gráfico 3 nos dá uma ideia das dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, ou seja, o peso que essas pessoas carregam cotidianamente; enquanto o Gráfico 4 também contribui para termos uma visão das consequências desse trabalho e do contato com o lixo da Manaus Moderna para a saúde dos carregadores.

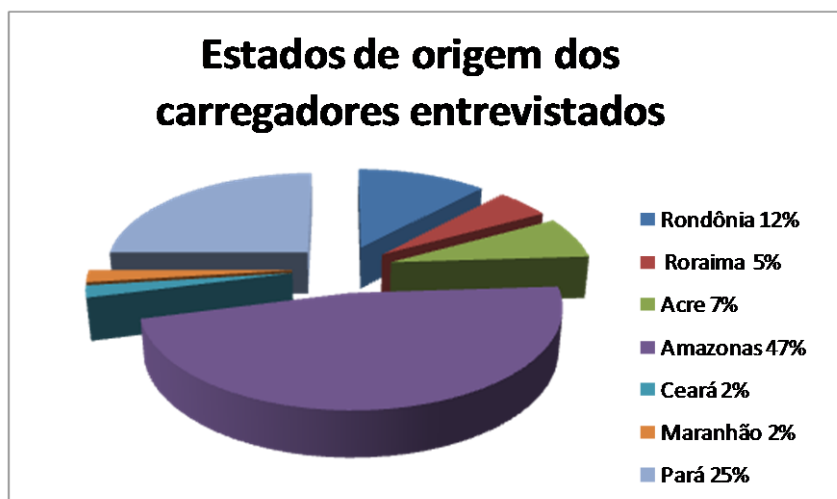


Gráfico 1 Estados de origem dos trabalhadores entrevistados.  
Fonte: Santana (2006, p. 131).

<sup>69</sup> Não obstante trazermos alguns elementos que consideramos importantes em seu trabalho, é importante assinalar que não concordamos com muitas perspectivas desenvolvidas por este autor.

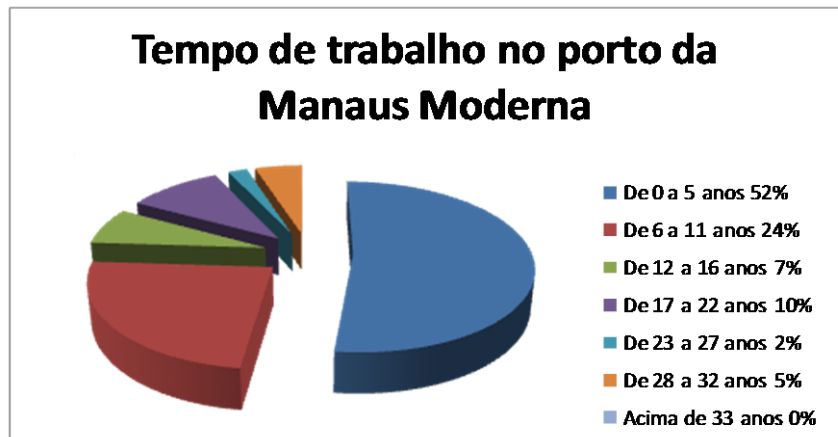


Gráfico 2 Tempo de trabalho no porto da Manaus Moderna.  
Fonte: Santana (2006, p. 136).

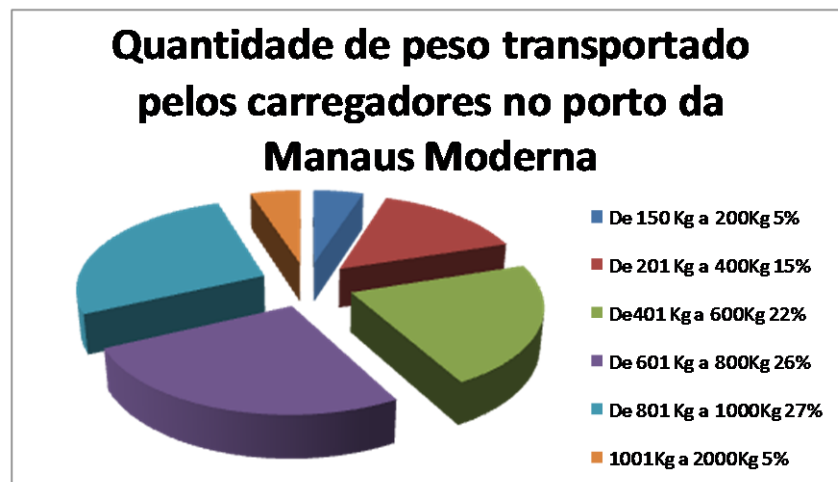


Gráfico 3 Quantidade de peso transportado pelos carregadores no porto da Manaus Moderna.  
Fonte: Santana (2006, p. 138).

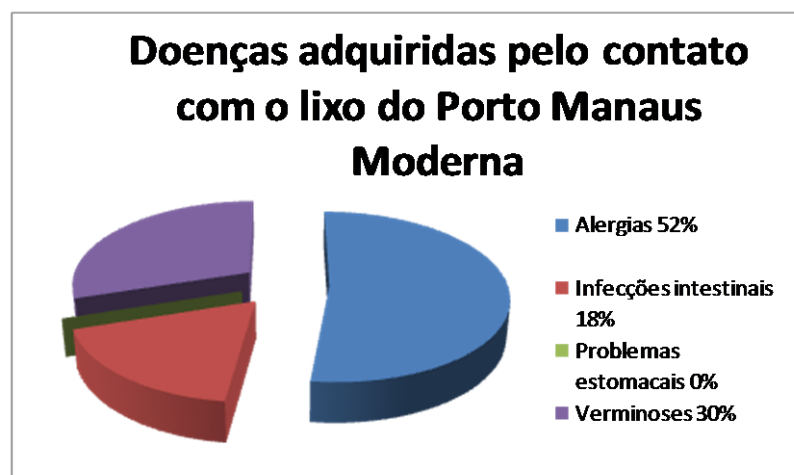


Gráfico 4 Doenças adquiridas pelo contato com o lixo no porto da Manaus Moderna.  
Fonte: Santana (2006, p. 139).

Os gráficos e os dados são importantes, mas penso que, mesmo apresentando elementos e questões fundamentais do cotidiano da Manaus Moderna, é necessário avançar na discussão, buscando, para além do quantitativo, os sentidos de se viver e trabalhar nessa espacialidade.

As questões colocadas cotidianamente pelos carregadores também devem ser refletidas de outra forma, qual seja partindo da reflexão dos elementos que as próprias fontes nos oferecem.

Podemos observar, por meio do Gráfico 1, que 53% dos carregadores são migrantes de outros estados, e, dos 47% correspondentes ao Amazonas, certamente boa parte vem de cidades do interior. Nesse sentido, notamos uma composição bastante heterogênea. São pessoas que trazem múltiplas experiências e vivências que estão postas dando a dinâmica daquela espacialidade.

Josildo, que é de Manaus, nos contou sobre essa diversidade. Em sua fala, podemos notar dois aspectos contraditórios. Por um lado, ele apontou certa rivalidade com “os que vêm de fora”, pois entende que estes estão tomando o lugar dos amazonenses. Entretanto, por outro lado, também apontou as amizades que fez e as possibilidades de trocas de experiências.

O depoente, ao ser perguntado sobre os trabalhadores que vêm de fora, nos revelou o que segue:

*Olha, aqui é essa misturada toda que a Senhora pode ver, né? Tem gente de tudo o que é canto, Ciará, Maranhão, Rondônia e por aí vai. O problema é que o caboco daqui já tem a dificuldade de se mantê, e vem o povo de fora, acaba tomando nosso espaço mesmo, né? [...] Mas aí o caboco pensa: oh, fulano foi e deu certo pra mim também vai dar... E aí vem aventurar a vida aqui mesmo... Também a gente tem que vê que as pessoa tem o direito de buscá o trabalho honesto, né? [...] Eu mesmo tenho muitos conhecidos que é cearense, paraibano, maranhense, e a gente sabe muitas coisa de lá...<sup>70</sup>*

A migração para Manaus se mostra uma alternativa às dificuldades vivenciadas em diversas partes do Norte e Nordeste do país, e também no interior do Amazonas. Desse modo, não é difícil encontrar esses migrantes trabalhando naquela área, seja como carregadores, seja desempenhando outras atividades, como feirantes na Manaus Moderna.

E a área da Manaus Moderna se mostra enquanto espaço privilegiado desses vários migrantes na cidade de Manaus.

Ivanilson Lira Leite é maranhense, feirante na Feira Manaus Moderna, tinha 26 anos à época da entrevista, e nos contou sobre as dificuldades e as perspectivas de jovens como ele que nasceram no interior do Maranhão.

<sup>70</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

Segundo o entrevistado, as poucas oportunidades de emprego e as dificuldades de construir uma vida em seu lugar de origem acabaram por expulsá-lo de lá. A alternativa mais viável lhe pareceu Manaus, mais especificamente a área da Manaus Moderna.

Ivanilson contou em seu depoimento:

*Comecei há 5 anos atrás quando terminei os meus estudos e... como era da minha idade.... jovem da minha idade, né? Principalmente no lugar onde eu morava num tinha assim, muita opção de... é... de você conseguir um emprego melhor... A cidade era [interrupção para venda] Pois é... como eu ia dizendo, eu vim parar aqui, mais por necessidade de trabalho, né? Porque na minha cidade não tinha muita opção. Ou você ia trabalhá na roça ou você tinha o seu próprio comércio, né? [interrupção para venda] Aí através de um amigo meu que já morava aqui, né? Já tinha vindo pra cá há muito mais tempo, eu... tive oportunidade, né? De vim pra cá. E... é... através dele que eu cheguei até aqui em Manaus. Eu tava sem trabalho e... precisando trabalhar... Aí, meus pais entraram em contato com ele [interrupção para venda] Aí meus pais entraram em contato com ele e ele disse que tava precisando de alguém pra trabalhá aqui com ele. Aí foi aí que eu entrei na história, foi aí que Manaus entrou no meu destino. Foi através dele que eu cheguei até aqui<sup>71</sup>.*

Assim, diante das duas opções que tinha – trabalhar na roça ou montar um comércio próprio –, Ivanilson decidiu fazer seu próprio destino e, no rastro de um amigo da família, migrou para Manaus. Ao chegar à cidade, foi direto trabalhar na Feira Manaus Moderna, onde acabou encontrando outros tantos trabalhadores que já haviam repetido sua história.

Ele narrou: “quando eu cheguei aqui, aí tinha o irmão dele que morava aqui, mais os amigos dele”<sup>72</sup>. Dessa forma, de amigo a amigo, muitos jovens de origem nordestina ou mesmo do Norte têm encontrado na cidade de Manaus oportunidade de sobrevivência. E, ainda que suas condições sejam difíceis, estão melhores do que estariam se continuassem em sua terra natal.

Joseílson<sup>73</sup>, também nordestino, nos relatou que é feirante desde os 8 anos de idade e que migrou para Manaus em 1999, porque: “Todos nós lá em cima, né, ao completar os seus 18 ano, então o futuro dele é... é sair aventu... aventurando, né, outros estados – Amazonas, São Paulo... Então eu vim parar aqui no Amazonas”<sup>74</sup>.

Na fala de Joseílson, podemos notar como ele lida com as contradições postas pela vida. Assim, ele nos contou que, como muitos nordestinos, ele veio para Manaus “se

<sup>71</sup> Em entrevista realizada em 14 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Joseílson concordou em gravar entrevista, mas não quis aprofundar sua identidade. É natural do Maranhão, migrou para Manaus em 1999 e, desde então, trabalha de vendedor em uma banca de atacado na Feira Manaus Moderna.

<sup>74</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, no box de verduras onde trabalha, na Feira Manaus Moderna.

aventurar”, buscando construir um futuro melhor. Para esse trabalhador, a área da Manaus Moderna adquiriu um sentido para além da sobrevivência: de uma oportunidade acolhedora. Ele disse que costuma brincar que a Manaus Moderna é, na verdade, “mãe moderna”. Pois, ali, há oportunidade de trabalho e, até mesmo, de moradia.

Ele nos contou:

*Eu vim trabalhar direto aqui na Feira Manaus Moderna, trabalhava e morava durante 6 meses num... num box, então é... Muitas pessoas perguntava: “ – E aí, onde tu mora?” Eu dizia: “ – Ah, eu moro lá no Hotel Moderna”. Aí... eu num... mas tu nem lembrava que ficava no centro da cidade e tal, mas eu nem lembrava o endereço. Aí... aí, com o tempo, é... eu vim conhecendo mais...<sup>75</sup>*

Nesse sentido, para esse trabalhador e para tantos outros, a cidade de Manaus tem significado a partir da Manaus Moderna. Foi naquele espaço que ele chegou e se instalou, viveu por seis meses sem conhecer o restante da cidade e estabeleceu ali suas relações de amizade e de trabalho. Como ele mesmo nos apontou, foi somente “*com o tempo, é... eu vim conhecendo mais*”. Para ele, a área da Manaus Moderna é o espaço em que cidade ganha sentido.

Voltando aos gráficos acima apresentados (3 e 4), outro aspecto importante apontado é com relação ao peso e às doenças adquiridas pelos carregadores na Manaus Moderna. Esses dados nos remetem às dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores cotidianamente, fazendo-se necessário compreender como eles lidam com essas questões no seu dia a dia. Quais são as dificuldades e como lidam com elas?

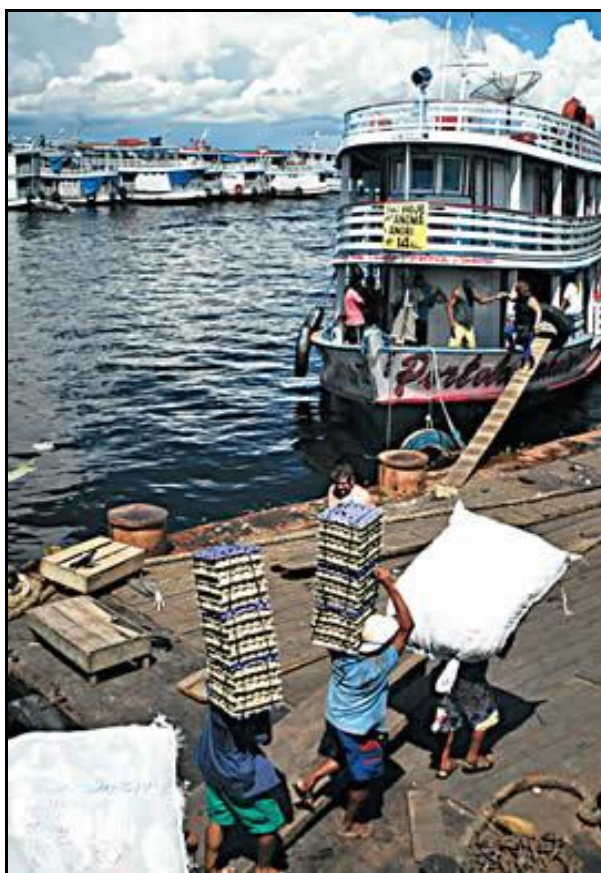
As Fotografias 10, 11, 12 e 13 revelam um cotidiano de trabalho bastante peculiar nas proximidades da Manaus Moderna. A Manaus Moderna também se mostra assim:

---

<sup>75</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, no box de verduras onde trabalha, na Feira Manaus Moderna.



Fotografia 10 Carregadores da Manaus Moderna carregam os barcos que saem com passageiros e mercadorias para inúmeros lugares.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica” (edição *on-line*, de 16 de maio de 2005).



Fotografia 11 Produtos sendo carregados.  
Fonte: Revista Planeta (2008).



Fotografia 12 Produtos sendo carregados.  
Fonte: Revista Planeta (2008).



Fotografia 13 Produtos sendo carregados.  
Fonte: Revista Planeta (2008).

Dentre os muitos aspectos que podem ser observados nas fotografias acima, a presença dos carregadores de mercadorias é, sem dúvida, o mais marcante. O trabalho desses carregadores na área da Manaus Moderna consiste em levar para os barcos as mais diversas mercadorias que serão transportadas para outros municípios e também descarregar os barcos que chegam com produtos advindos dos mais variados locais.

As imagens nos instigam a refletir sobre o fato de que esses trabalhadores vêm impondo sua presença naquela espacialidade por sua importância para aquela atividade econômica, a despeito de reiterados esforços para retirá-los. Mesmo quando são obrigados a se retirar dali, notamos que esses trabalhadores têm buscado mecanismos de se reinserir, se reintegrando ao espaço, marcando-o com sua presença e com seu modo de trabalhar e de ser.

Josildo, ao falar sobre as dificuldades enfrentadas para se manter trabalhando naquela espacialidade, fez uma interessante reflexão. Segundo o depoente:

*Quando tá chegando a eleição, todos eles defende o trabalhador daqui, seja o carregador, os ambulante, todo mundo aqui. Mas passou um dia que eles tomou posse, eles já querem tirar o morador de rua, o trabalhador, daqui, né... Fala que é para deixar aquela parte da cidade limpa, preparada pros turista. Em vários momentos, eles querem tirar à força, como já aconteceu, né? Algumas vezes. Aqui é um leão por dia. Eu do meu lado lhe digo uma coisa, eles não conseguem me tirar daqui porque eu sei que não existe uma lei que proíbe o ser humano de trabalhar, de ganhar sua sobrevivência<sup>76</sup>.*

Importa notar, aqui, como esse trabalhador tem clareza de que boa parte dos representantes públicos têm se comprometido com as classes detentoras do poder econômico que desejam ampliar cada vez mais seus ganhos.

Sua fala evidencia a luta de classes que tem se estabelecido na cidade de Manaus, em que esses trabalhadores têm se visto na situação de terem de matar “um leão por dia” para garantir sua sobrevivência. E é dessa forma, enfrentando os interesses dos grupos que querem transformar a Manaus Moderna numa área turística e assim poder lucrar mais, que muitos trabalhadores vão, ora resistindo, ora se conformando, ora se integrando aos interesses dominantes, garantindo sua sobrevivência.

É possível perceber, pelas fotografias acima, práticas que vêm se mantendo ao longo dos anos, como por exemplo, o carregamento da mercadoria realizado nos próprios ombros.

Assim, as inúmeras e diversificadas mercadorias compradas por interioranos, bem como uma multiplicidade de peixes (pescados nos diversos rios da região), verduras e frutas (provenientes do Nordeste e Sudeste do país), têm um ponto de encontro na Manaus Moderna.

---

<sup>76</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

É em seu porto improvisado que essa multiplicidade de mercadorias aporta, cabendo a esses carregadores fazer o transporte.

Nessa rotina de carregar e descarregar barcos, nos chama a atenção o esforço quase sobre-humano desses homens com pilhas de mercadorias sobre seus ombros. Impressiona a força desses trabalhadores capazes de carregar “a cidade sobre os ombros” – parafraseando Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003).

Questionado acerca da dificuldade de se realizar o carregamento das mercadorias nos próprios ombros e se ele nunca havia pensado numa forma mais simplificada e menos penosa para carregar, a resposta de Josildo nos fez perceber que isso não era questão para ele.

Era eu quem estava enxergando o trabalho de Josildo nesses termos. Ele disse: “*Olhe, meu trabalho aqui é esse mesmo, acho que é o costume... Mas eu não acho pesado assim não. Quantos anos eu venho nesse trabalho, né?*”<sup>77</sup>.

E o entrevistado completou sua fala procurando explicar que não enxerga sua profissão como uma profissão arriscada. Para ele, ser carregador implica correr riscos como em qualquer outro trabalho.

De acordo com o depoente:

*Veja bem, que profissão não corre risco? Até jogador de futebol se machuca trabalhando [risos]. De fato, é um trabalho que exige muita força. A gente chega no fim do trabalho tá que num se aguenta, mas é minha profissão, né? Num posso te dizer que eu tô insatisfeito, porque, o dia que eu num quisé mais, é só arranjar outro canto, trabalhar registrado e tudo mais. Agora assim, já vi muito acidente aqui, gente machucando, caindo mercadoria em cima do cliente, mas é o risco normal que tem que arriscá, né?*<sup>78</sup>

Esse trecho da entrevista é importante na medida em que revela como Josildo encara o seu cotidiano de trabalho. Ele falou dos riscos e dos diversos acidentes que já presenciou. Entretanto, a lida cotidiana com essas questões não é vista por ele como um risco.

Ao contrário disso, ele buscou reafirmar a importância de seu trabalho que, como qualquer outro, comporta riscos. Na verdade, a periculosidade foi uma questão por mim levantada e não se colocou em momento algum enquanto problema no cotidiano desse trabalhador, nem mesmo quando o questionei sobre isso. Assim, para esse depoente, outros

<sup>77</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

<sup>78</sup> Idem. Enquanto Josildo dava essa declaração, um colega de trabalho que passava por lá ouviu a conversa e fez questão de dar sua opinião. Disse que não queria ser identificado, pois ficava envergonhado, mas que, diferentemente do colega, estava naquela situação porque não tinha outro emprego e “*ali o dinheiro vem rápido, você trabalhou, recebeu*”. Consideramos importante registrar essa passagem, pois revela a diversidade de concepções sobre essa atividade.

elementos se fazem mais importantes, o que o leva a se sentir satisfeito em seu trabalho, como por exemplo, tendo a sensação de ser dono de seu próprio tempo.

Para ele, como para tantos outros carregadores, a possibilidade de gerenciar o próprio tempo, as próprias atividades, ou mesmo a expectativa de um retorno financeiro desvinculado de um valor fixo parece se impor mais do que quaisquer riscos que venham a correr.

Em dezembro de 2008, uma revista de circulação nacional trouxe uma reportagem sobre o porto improvisado da Manaus Moderna e, destacando o trabalho dos carregadores, apontou alguns elementos interessantes:

Nesse caótico mundo de Manaus Moderna, torna-se imprescindível a presença dos carregadores, que, tal como formigas obreiras, levam a mercadoria das ruas para dentro dos navios. Alguns impressionam pela força e destreza com que equilibram os produtos transportados - o que, claro, também tem seu preço: Salvanei de Oliveira carrega quatro sacos de laranjas de uma só vez, algo em torno de 120 quilos, o que lhe rende R\$ 1,50. Em um dia bom, chega a tirar R\$ 150 – ou seja, repete cem vezes o esforço que já parece hercúleo se executado uma única vez (REVISTA PLANETA, 2008).

O artigo apontou a importância dos carregadores naquela espacialidade, dizendo que sua presença é “imprescindível” naquele espaço. Entretanto, temos de notar que o destaque recai sobre o esforço “hercúleo” despendido por aqueles trabalhadores no exercício de sua profissão, e, ainda, não deixa de imprimir uma visão preconceituosa e generalizante daquele grupo de pessoas.

Nesse sentido, cabe destacar que os trabalhadores são tratados, aqui, como “formigas obreiras”, ou seja, o articulista buscou imprimir àqueles trabalhadores uma conotação até mesmo primitiva. Ao chamá-los de “formigas”, buscou retirar sua humanidade, os conflitos, as lutas vivenciadas na materialidade do dia a dia, para aproximá-los de meros animais irracionais.

É interessante quando observamos a fala de Josildo em contraponto ao trecho destacado, pois, na fala do trabalhador, o que se destaca é a “importância” de seu trabalho. O esforço empreendido não ocupa muito espaço em suas reflexões, a não ser para reforçar a importância de sua atividade.

Ao ser questionado sobre a importância que atribuía ao seu trabalho, o depoente acrescentou que:

*É sim... É um trabalho importante, por que tu vê, né? Se num existisse o carregador, quem ia fazê nosso serviço? Porque tu tem que tê pique! Tu tem que tê... corage. Ficá nesse desgaste aí, num é pra qualquer um não... Tu tem que sê profissional no negócio...*<sup>79</sup>

<sup>79</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

Notamos que esse trabalhador tem uma relação bastante sedimentada com essa atividade. Ele faz questão de ressaltar, conforme já citado, que se “*profissionalizou*” enquanto carregador. E que a profissão, como qualquer outra, comporta exigências – nesse caso, muita força física –, bem como comporta riscos, e que ele, enquanto profissional, assumiu tais exigências e tais riscos.

As fotografias, o artigo destacado, assim como a fala de Josildo, também chamam a atenção para a diversidade de mercadorias transportadas, o que nos aponta para a dinâmica daquela espacialidade. Podemos observar nas imagens o transporte de uma infinidade de mercadorias, como colchões, ovos, sacos com mantimentos e muitas caixas com frutas e verduras. Isso nos indica a importância desse espaço tanto para a cidade Manaus como para outras cidades do interior, sendo porta de entrada e saída das mais diversas relações da cidade. A cidade pulsa e existe naquele espaço.

A fala de Josildo é esclarecedora desse cotidiano pulsante. Ele trabalha por conta própria, realizando transporte das mais diversas mercadorias para o interior dos barcos. Segundo seu depoimento:

*Carrego de tudo, né? Desde alimento, bebida que o pessoal compra pra vendê no interior, roupa, de tudo que tu pudé imaginar aparece por aqui pra gente fazê esse transporte [...] Aí tu cobra de acordo com o que tu combina com o cliente, né? Às vezes, tu tá num aperreio, qualquer um que entra já te alivia, né?*<sup>80</sup>

“*De tudo que tu pude imaginar*”. É assim que Josildo traduz a infinidade de mercadorias que passam por ele cotidianamente. São interioranos que vêm comprar mercadorias para revender em suas cidades. Desde roupas, materiais de pesca, bebidas, colchões e muitos outros objetos fazem parte da paisagem da Manaus Moderna.

Em alguns casos, até alimentos que são produzidos em abundância no interior têm sido adquiridos na Manaus Moderna, como é o caso da farinha de mandioca, segundo nos relatou Josildo. De acordo com o depoente, em certa ocasião, uma senhora de Jutai<sup>81</sup> (cidade que se destaca pela produção de mandioca), vindo visitar parentes em Manaus, resolveu levar para sua terra natal “*20 kg de farinha*”, pois achou que “*no mercado grande, a farinha tava barata*”<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

<sup>81</sup> Município localizado no Alto Solimões, com aproximadamente 25 mil habitantes. Em Jutai, destaca-se a produção de mandioca, abacaxi, cana-de-açúcar, entre outros produtos.

<sup>82</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

Configurando-se enquanto um universo bastante heterogêneo, podemos perceber outras experiências vivenciadas pelos carregadores da Manaus Moderna. Nesse sentido, em 16 de maio de 2005, o caderno “Cidades” do jornal “A Crítica” enfatizava as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos usuários do porto da Manaus Moderna, retratando a área da seguinte forma:

A vida na Manaus Moderna (orla do rio negro que compreende a área da antiga escadaria dos remédios e adjacências), pulsa em uma frenética e caótica engrenagem. Calor, mau cheiro, sujeira, engarrafamento, vendedores ambulantes, **carregadores**, flanelinhas, som de buzina, catadores de lixo, caminhoneiros, assaltantes, bêbados [...] (grifo nosso).

Ao retratar o frenesi do espaço onde as pessoas transitam, numa área extremamente disputada, a matéria também nos deixa pistas para refletir sobre o cotidiano de trabalho na área da Manaus Moderna. Cabe perceber como esse espaço comporta uma multiplicidade de micromercados, como “vendedores ambulantes, flanelinhas, catadores de lixo”, congregando os mercados “legalizados” e os inúmeros micromercados “extraoficiais”.

Assim, na Manaus Moderna, o comércio “oficializado” de hortigranjeiros e pescados de feirantes que atuam no Mercado e na Feira Manaus Moderna convive e possibilita a emergência dos vendedores ambulantes, dos moradores de rua que sobrevivem daquilo que é tido como “lixo das feiras”, bem como dos flanelinhas que buscam sua sobrevivência vigiando os carros que ali estacionam.

Na sequência, o artigo citado enfatizava que essa rotina pulsante se inicia antes mesmo de o dia nascer:

O dia começa cedo para quem vive da feira, antes do nascer do sol, com a chegada dos barcos que ancoram nas balsas do porto carregadas de peixe. Às 3h, quando a maior parte da cidade ainda dorme, trabalhadores como o carregador Aldemar Dias, 35, já estão de pé para garantir o sustento. Entre o sobe e desce das escadarias, muitos buscam nas pequenas doses de cachaça a força para resistir ao cansaço (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 16 de maio de 2005).

Nesse sentido, como também sugeriu o Sr. Luiz Maia, feirante na Feira Manaus Moderna: “*isso aqui de madrugada parece uma festa!*”<sup>83</sup>. O movimento se inicia cedo, no ritmo da chegada do pescado, das verduras e frutas. É comum ver grande movimento lá pela 1 hora, 2 horas, 3 horas da madrugada. A dinâmica é dada de acordo com a chegada das mercadorias.

---

<sup>83</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Assim, com um trabalho desgastante fisicamente e bastante concorrido, os carregadores têm se constituído enquanto pessoas fundamentais naquela área, que também comporta uma gama variada de microcomércios, fazendo desse espaço na cidade um espaço fundamental para a sobrevivência dessas pessoas.

Vale notar que a transferência do terminal de desembarque de pescados para a Feira da Panair, no bairro de Educandos, em junho de 2005<sup>84</sup>, trouxe como consequência um aumento na competitividade entre alguns carregadores que trabalham com o carregamento de pescados, e nos desvela mais uma faceta dessa “guerra de lugares” vivenciada na Manaus Moderna.

Em atendimento a uma reivindicação de permissionários/feirantes da Feira Manaus Moderna, o poder público municipal decretou a transferência da distribuição e da comercialização de pescado em Manaus, acabando com o chamado “mercado ilegal” de peixes, pelo qual os carregadores compravam direto do pescador e revendiam aos permissionários/feirantes, logicamente ganhando pelo transporte.

Desse modo,

Os atravessadores, como são chamados pelos feirantes, deixarão de existir, o que vai restabelecer um comércio mais igualitário para todos os permissionários. “O que parecia um sonho distante hoje se torna realidade e vai nos deixar mais tranquilos”, ressaltou o feirante João Moura, que trabalha na Manaus Moderna<sup>85</sup>.

Se, por um lado, os permissionários/feirantes se sentiram contentes com o atendimento de suas reivindicações pelo poder público, por outro podemos notar que a muitos carregadores a notícia não agradou, uma vez que se sentiram prejudicados com a limitação de seu trabalho, que agora se tornara mais escasso e, conseqüentemente, mais competitivo.

Com a transferência do terminal pesqueiro, os carregadores de peixe têm de se transferir para a Panair para fazer o trabalho de descarga e voltar para Manaus Moderna para fazer o descarregamento de outras mercadorias para complementar a renda. Como o trabalho é de quem chega primeiro, isso acabou provocando certa correria de uma feira à outra e, em muitos casos, muitos carregadores viram o seu faturamento diminuir.

---

<sup>84</sup> Segundo reportagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal de Manaus, em 10 de junho de 2005, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras (SEMAF), anunciou, pelo Decreto nº 7.925, de 07 de junho de 2005, a mudança que estabelece a localização do Terminal de Desembarque de Pescado no Município de Manaus. Em seu artigo 1º, o decreto estabelece como ponto único para desembarque, comercialização e distribuição de pescado, o terminal localizado na orla fluvial do Porto da Panair, que compreende uma área de 50 metros à direita e 50 metros à esquerda, cujas atividades serão desenvolvidas no horário 00:00h às 07:00h (MANAUS, 2005).

<sup>85</sup> Idem.

Em 4 de janeiro de 2006, o jornal “A Crítica” trouxe uma reportagem sobre a transferência do terminal pesqueiro. Na reportagem, podemos notar um posicionamento contrário a essa transferência, uma vez que busca enfatizar a angústia de muitos carregadores que se viram numa situação difícil com a tal transferência.

Nesse sentido, entendemos que, no corpo da matéria, são apresentados trechos de depoimentos desses carregadores com o objetivo de dar sustentabilidade ao posicionamento do articulista, o que não inviabiliza a percepção de que a transferência do terminal de desembarque de pescados da Manaus Moderna para a Panair causou modificações significativas na rotina de muitos carregadores.

O artigo dava conta de que:

Alessandro Souza Rodrigues, 25, já passou muito aperto desde junho, quando o terminal de desembarque começou a funcionar em novo endereço. “tem vezes que a gente é obrigado a dormir aqui para conseguir alguma coisa.” [...] Os carregadores de lá (Panair) vêm para a Manaus Moderna depois que termina o desembarque e não sobra nada para a gente (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 4 de janeiro de 2006).

A fala em destaque apresenta o carregador que, aos 25 anos e com três filhos, busca a sobrevivência de sua família enfrentando as dificuldades postas por uma realidade perversa, na qual, na correlação de forças, não tem tido muitas chances.

Em outro momento do artigo citado, o articulista também privilegia um trecho do depoimento de outro carregador, expondo como tem sido difícil lidar com a queda no faturamento e como viu sua jornada de trabalho aumentar, ao mesmo tempo em que diminuiu sua renda:

Antônio Ramos Machado, 33, outro carregador, diz que agora tem de trabalhar em dobro para conseguir sustentar sua família. “Depois que o terminal foi embora, nós quebramos.” Ele diz que, antes da mudança, faturava cerca de R\$ 70 em quatro horas de trabalho e que agora leva o dia inteiro para conseguir apenas R\$ 50 (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 4 de janeiro de 2006).

Assim, é preciso ressaltar que, no artigo publicado pelo diário “A Crítica”, encontramos um posicionamento definido, e toda a construção da matéria se faz com o objetivo de legitimar o discurso. Ainda assim, ele nos possibilita compreender que a transferência do terminal pesqueiro para a Feira da Panair, em Educandos, trouxe opiniões e posicionamentos bem diversos, o que causou certos conflitos.

Se, para a SEMAF e para os feirantes/comerciantes, a transferência significou a “melhoria na organização do setor pesqueiro de Manaus no tocante ao desembarque do

pescado” e ainda a possibilidade de “acabar com a venda ilegal que acontece nos barcos que encostam para abastecer o terminal e servem de ponto de venda, atrapalhando o comércio dos feirantes dentro da feira”<sup>86</sup>; por outro lado, significou também uma piora nas condições de trabalho dos carregadores, um esmagamento de sua renda, o que certamente implicou uma queda de sua qualidade de vida, exigiu mais esforço físico e também os deixou submetidos a uma maior pressão psicológica, na medida em que aumentou a concorrência.

Diante dessa heterogeneidade<sup>87</sup>, é preciso ressaltar outras questões que são postas pelos carregadores que atuam no interior da feira, transportando as mercadorias adquiridas para os carros, *kombis* e caminhões, para posterior revenda em outras partes da cidade.

Buscando uma alternativa menos desgastante fisicamente, os carregadores introduziram, há algum tempo, o uso de carrinhos de metal como forma de transportar as mercadorias dos clientes. Assim, conseguem transportar mais mercadorias, fazendo menos esforço. O uso desses carrinhos, entretanto, não é bem visto pelos permissionários/feirantes, que atribuem a eles a desorganização do espaço e o risco de se machucarem e machucarem os próprios clientes. Desse modo, os carregadores, além de terem de lidar com a grande concorrência, também têm de enfrentar a desconfiança dos feirantes que preferiam que eles não atuassem no interior da feira.

Márcio Roberto Rocha Aguiar, que é feirante, ao contar sobre a introdução dos carrinhos de supermercado no interior da feira, fez questão de expressar os conflitos vivenciados e mostrar a sua insatisfação com a presença desses trabalhadores:

*Isso surgiu com a implantação da nova feira, a Manaus Moderna. Não tinha na feira velha. Na feira velha, o carregador ele tinha caixa de madeira e transportava todo e qualquer produto que você possa imaginar que circula dentro de uma feira ali naquele caixote de madeira. Ele botava uma rodilha na cabeça dele e o tabuleiro de madeira... e lá ele transportava carne, frango, peixe, estiva, verdura, fruta... Surgiu a feira nova... E chegou um menino desse aí com carrinho de supermercado, e a moda pegou porque deu certo. Deu do primeiro, deu do segundo, deu do terceiro, e hoje é a febre... Que dá até briga, o administrador precisa bater forte na mesa e bater forte mesmo que acabou o cadastro, porque o portão já tá demais tomado de carrinho, e o corredor da feira... Porque o consumidor reclama, o próprio consumidor reclama que ele não tem espaço pra ele adentrar o portão e muito menos no corredor... Como o feirante. O feirante, principalmente o feirante, é contra a circulação de carrinho aqui dentro. Se dependesse do*

<sup>86</sup> Segundo reportagem publicada no site da Prefeitura Municipal de Manaus, em 10 de junho de 2005 (MANAUS, 2005).

<sup>87</sup> Ao refletir sobre a área Manaus Moderna, percebemos como a presença e a atuação dos carregadores é fundamental nesse espaço, e apontamos para a necessidade de um desdobramento futuro que busque refletir sobre os modos de vida e trabalho dessa categoria de trabalhadores. Uma vez que nosso interesse nesse momento é refletir sobre os sentidos desse espaço que comporta uma gama diversificada de personagens e realidades distintas, não caberia um estudo mais aprofundado direcionado aos diferentes grupos que configuram aquela área.

*feirante e do permissionário, carrinho de supermercado já num existiria aqui dentro mais*<sup>88</sup>.

Para Márcio, o transporte realizado por meio dos carrinhos é prejudicial, pois ocupa maior espaço nos corredores da feira, os quais já não são muito amplos, e isso provoca reclamações dos clientes, podendo, inclusive, significar uma perda nas vendas.

Sua fala também nos aponta para certa melhora no tocante ao esforço físico empreendido pelos carregadores, de tal modo que muitos foram aderindo à novidade. Assim, *“chegou um menino desse aí com carrinho de supermercado, e a moda pegou porque deu certo. Deu do primeiro, deu do segundo, deu do terceiro, e hoje é a febre...”*.



Fotografia 14 Diversidade e criatividade na forma de carregar as mercadorias<sup>89</sup>.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica”, em 26 de janeiro de 2009.

Diante desse cenário, é possível perceber que, entre várias expectativas que a área da Manaus Moderna comporta, certamente a esperança de muitos trabalhadores que a veem como espaço de oportunidade de trabalho para obtenção de seu sustento se faz presente de forma fundamental.

Obter o sustento também é a expectativa de muitas pessoas que vivem ou perambulam pela Manaus Moderna em busca daquilo que, para muitos, é considerado resto, ou mesmo

<sup>88</sup> Em entrevista realizada em 27 de junho de 2007, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>89</sup> Seja nas costas, na cabeça ou empurrando carrinhos de metal, a atuação dos carregadores é fundamental na configuração da Manaus Moderna.

lixo. Para essas pessoas, essa área significa um espaço de onde é possível retirar o mínimo para a sua sobrevivência.

Assim sendo, cumpre compreender a atividade dos catadores, ainda que seja uma situação extrema, enquanto uma estratégia de sobrevivência que, muitas vezes, é combinada com outros trabalhos, tanto desse trabalhador como de sua família, para garantia da vida. Por outro lado, também sinaliza a falta de crítica a uma sociedade de desperdício, em que o sustento de uns é considerado lixo e resto por outros.

Observemos a fotografia abaixo, publicada em 23 de abril de 2003, na primeira página do jornal “Amazonas em Tempo”:



Fotografia 15 Pessoas em busca de frutas e verduras nos contêineres da Manaus Moderna.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “Amazonas em Tempo”, em 23 de abril de 2003.

Essa imagem nos apresenta uma cena corriqueira no entorno da Manaus Moderna. São pessoas que vêm em busca de frutas e verduras que são consideradas, pelos feirantes e seus clientes, como restos/lixo.

A reportagem que a fotografia em questão ilustrava se intitulava “**Paisagem feita de lixo**”. Assinada por Patrícia Almeida, a matéria apresentava um panorama bastante decadente da Manaus Moderna.

O texto se iniciava da seguinte forma:

A Manaus Moderna fede, ponto de atração turística da cidade, o entorno da Manaus Moderna mais assusta do que revela a beleza da capital do Amazonas. Passar pela avenida Beira Rio virou um verdadeiro tormento para a população que além de enfrentar engarrafamentos, precisa conviver com lixo e mau cheiro (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 23 de abril de 2003).

Mais adiante, a reportagem continuava dando conta do lixo que boia na época em que o rio sobe, dos “bêbados e drogados” que incomodam os pedestres, do trânsito caótico, entre outras mazelas vividas naquele espaço.

Após discorrer acerca de todas essas questões, vinha o subtítulo: “**Comida**”, no qual a articulista nos apontava que:

Empurrados pela miséria, muitas famílias encontram nos contêineres de lixo da Manaus Moderna, o alimento de cada dia. Apesar do aspecto sujo e do mau cheiro dos depósitos de lixo, diariamente mulheres, homens e crianças disputam verduras e frutas que foram jogadas fora pelos feirantes (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 23 de abril de 2003).

E continuava, dizendo que:

Alheios, ao sentido da palavra “cidadão”, a maioria deles não acha humilhante catar comida no lixo. “Não é lixo, dá para aproveitar muita comida que é jogada fora”, comenta a aposentada Maria Ferreira, 67 anos, que afirma já ter se acostumado com o mau cheiro do contêiner (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 23 de abril de 2003).

Os três trechos da reportagem aqui transcritos nos remetem a alguns elementos bastante elucidativos acerca das disputas vivenciadas na área da Manaus Moderna. Em primeiro lugar, vale notar a aproximação do discurso jornalístico ao discurso do poder público municipal (dos grupos os quais representa), que enxerga aquela área enquanto espaço degradado que “esconde a beleza da cidade” e, conseqüentemente, alerta para a necessidade de saneá-lo.

Outro elemento a ser refletido refere-se à imagem que o artigo quer passar dos catadores que ganham a vida no entorno da Manaus Moderna. Segundo a autora da reportagem, os catadores foram empurrados pela miséria e vivem destituídos de cidadania, numa situação que, a seu ver, é humilhante.

É interessante perceber como a fala da catadora vai justamente à contramão desse discurso. Quando a Sra. Maria Ferreira disse que: “*Não é lixo, dá para aproveitar muita comida que é jogada fora*”, ela estava apontando para a jornalista outra narrativa de sua

condição, até porque ela é aposentada e, mesmo que essa aposentadoria seja suficiente, ela defende sua condição de catadora.

Desse modo, a atividade de catadora, ao que nos parece, se apresenta enquanto um complemento que ajuda na sua sobrevivência e de sua família, e ainda traz implícita uma crítica ao desperdício cotidiano da Feira Manaus Moderna, na medida em que percebe que muitos alimentos jogados no lixo podem ser perfeitamente utilizados.

Para ela, aquilo que é considerado lixo para os consumidores/clientes da Feira Manaus Moderna é, na verdade, um grande desperdício. Assim, ela nos apresenta uma crítica à sociedade do consumo quando disse com toda convicção à jornalista: “*Não é lixo*”.

Essa questão pode ser observada na continuidade do texto, quando a articulista explicou que:

Com os olhos atentos, Maria espera que os feirantes despejem frutas e verduras nos contêineres da Manaus Moderna. Com as mãos ligeiras, ela cata pimentas, tomates e folhas de couve que pretende preparar para o almoço que vai alimentar os cinco netos. Ela conta que antes de comer ela lava com cuidado as frutas e verduras que apanha na Manaus Moderna (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 23 de abril de 2003).

Mesmo insistindo em passar sua visão dos catadores da Manaus Moderna enquanto catadores de lixo, o texto da articulista não conseguiu se sobrepujar à fala de sua entrevistada. A Sra. Maria fez questão de esclarecer à sua interlocutora que, bem higienizados, os alimentos colhidos nos contêineres da Manaus Moderna servem perfeitamente para alimentar a sua família.

A fala e atitude da Sra. Maria nos impõem uma reflexão acerca de valores e atitudes numa sociedade capitalista que segue a lógica do consumo para gerar maior lucro. Nesse sentido, a Sra. Maria tem clareza de que um alimento que se encontra, por exemplo, apenas amassado em função do transporte ou do mau manuseio não pode ser considerado lixo e ser descartado, tendo em vista uma grande parcela da população que não tem acesso suficiente a ele.

Importa entender, ainda, como essas pessoas são percebidas por grupos das elites representadas pelo poder público municipal. Podemos notar que elas são vistas como “problemas”, cuja solução passa pela necessidade de afastá-las, no mínimo, do campo de visibilidade.

Em 10 de dezembro de 2005, o então administrador da Feira Manaus Moderna, Sr. Ivo Ribeiro de Almeida, comentando conosco sobre a presença dos catadores no interior e arredores da feira, chamava a atenção para uma questão importante. Segundo ele:

*As próprias mães trazem os filhos, elas catam lá fora, porque aqui, hoje, nós tamos coibindo com o pessoal da SEMULSP<sup>90</sup>, e os filhos vêm pra dentro da feira quando são meninas, aí... meninos e meninas, então o que que nós tamos fazendo hoje, uma vez na semana, é incerto, nós chamamos o pessoal da SEMINF<sup>91</sup>, que é a Secretaria da Infância e... nós mandamos, recolhemos eles, para fazer o serviço, orientação, há a recusa, tal, aquele negócio todo, mas eles vão, tá! Aí, nós tamos ajudando nesse trabalho dessa forma, com as crianças<sup>92</sup>.*

É importante notar a forma como o poder público, na pessoa de seu representante, lida com a situação e busca soluções. O “problema” é visto em duas perspectivas que geram, por conseguinte, duas frentes de solução.

Primeiro, o “problema” é visto como questão de sujeira e, para isso, faz-se necessário que se promova uma limpeza. Então, chama-se a Secretaria responsável pela limpeza pública, retira-se o “lixo” e, com isso, acredita-se que os “indesejáveis” ocupantes do espaço não mais se farão presentes.

Em segundo lugar, o “problema” também é visto como uma questão de delinquência, o que exige um trabalho de regeneração, que pode ser obtido a partir de orientação, e quem sabe, até com punições, já que há uma recusa desses menores de se encaminharem à SEMINF. Para isso, conta-se com o trabalho da Secretaria responsável pelo “recolhimento” e “orientações desses menores”.

Dessa forma, a solução que tem sido encontrada parece ser mesmo uma tentativa de afastamento dessas pessoas. Isso é dito de forma clara pelo Sr. Ivo, no decorrer de nossa conversa:

*Mas juntando a parte da SEMULSP, que é a Secretaria Municipal de Limpeza Pública, à própria SEMAF<sup>93</sup>, nós estamos conseguindo controlar isso, a limpeza melhorou... Os catadores estão mais distantes, isso pra gente tem... tem nos dado uma ajuda muito boa<sup>94</sup>.*

O Sr. Ivo, ao procurar uma justificativa para a presença dos catadores de alimentos, apontou como um dos elementos o grande desperdício. Em seu depoimento, destacamos:

*Eu num diria culpa. A palavra não é culpa, mas a própria organização da feira, porque ela tem um desperdício muito grande em função de que não foi planejada para esse fim. A distribuição, o desperdício é... é... 30% do que se vende aqui dentro vai pro lixo, e desses 30%, 10%, tá... é possível se comer,*

<sup>90</sup> SEMULSP (Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos).

<sup>91</sup> SEMINF (Secretaria Municipal de Infância e Juventude).

<sup>92</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

<sup>93</sup> SEMAF (Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras).

<sup>94</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

*que não serve pra venda, já tá ferido, tal, uma coisa assim, mas ele serve pro consumo...*<sup>95</sup>

Dois anos antes de o Sr. Ivo nos conceder essa entrevista, um artigo publicado no caderno “Cidades” do jornal “A Crítica”, intitulado “**Fome, a Filha do desperdício**”, abordava uma contradição vivenciada no Brasil: há um alto índice de fome ao mesmo tempo em que há uma alta percentagem de desperdício de alimentos<sup>96</sup>.

Utilizando como exemplo a situação de Douglas, 6 anos, e de Dona Altaíra Jeferson da Silva, então com 55 anos, o articulista nos evidenciava uma face perversa das desigualdades sociais, qual seja a reprodução dessa situação. Assim, de um lado, Dona Altaíra, já com uma idade razoável, vai sobrevivendo sem qualquer perspectiva, e busca, nos restos da Manaus Moderna, o que precisa. De outro, Douglas, apenas começando a vida, já possui as mesmas perspectivas de Dona Altaíra, ou melhor dizendo, não tem perspectivas para além de sua sobrevivência.

O artigo mostrou a situação da seguinte maneira:

“Eu não sou aposentada, não trabalho, meu marido está operado e também não conseguiu se aposentar. Ele trabalhava como canoeiro e recebia apenas R\$1 por travessia”, dispara Altaíra. Na casa onde vive, moram dez pessoas, cinco são crianças. Douglas não está entre elas. “Ele não é meu neto legítimo, é só de criação, quando venho aqui ele pede pra vir junto”, conta sem saber informar sobre o sobrenome ou a idade do menino (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 23 de fevereiro de 2003).

Diante das dificuldades, em ocasiões de doenças, a Manaus Moderna também “pode” oferecer alternativa na busca de remédios. Assim, segundo o artigo, o motivo de Dona Altaíra estar naquela área no dia da entrevista se devia ao fato de o filho ter se acidentado e ela ter ido à busca de limão para lhe fazer um remédio:

Ela conta que o filho mais velho, o único que trabalha, havia caído de uma altura de 3,5 metros no dia anterior quando fazia limpeza num prédio. Vim atrás de limão pra passar nele e também de mastruz. Comemora sorrindo um riso vazio. Assim, como outras famílias que costuma fazer das sobras o alimento, Altaíra vai a cada container da Manaus Moderna, alheia ao mau cheiro que exala [...] (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 23 de fevereiro de 2003).

<sup>95</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

<sup>96</sup> Segundo o artigo publicado: “Por ano, o Brasil produz 83 milhões de toneladas de grãos, desse total, até 30% se perdem no caminho entre a lavoura e o consumidor final. O mesmo acontece com as frutas em que até 30% se perdem das 30 milhões de toneladas produzidas por ano. Já na produção de hortaliças, estimada em 27 milhões de toneladas por ano, a perda pode chegar à metade do que foi cultivado, conforme dados da Universidade Campinas (Unicamp), em São Paulo” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 23 de fevereiro de 2003).

Muitas vezes vistas como “problema” de saneamento, aquelas pessoas vão resistindo, e, na disputa pelo seu espaço, vão imprimindo suas vivências na Manaus Moderna.

Caliane Gonçalves, 24 anos, nascida na zona rural de Manaquiri, chegou a Manaus há seis anos, na expectativa de encontrar uma tia e conseguir um trabalho de doméstica. Ela nos contou que, ao desembarcar no porto da Manaus Moderna:

*[...] Eu achei que aqui já tava bom, né? Porque... muita gente... resolvi ficar aqui mesmo, depois perdi o endereço da tia, passei foi muito aperto. Dormia bem ali... na rua, vinha os cara mexia com a gente, que nós era uns 15 ou 20 que todo dia ficava aqui. Bom mesmo é quando os barco chega, de madrugada... Aí junta muita gente, é carregador, é vendedor, é comprador, nossa! Parece uma festa, quero que tu veja isso aqui de madrugada, parece festa mesmo<sup>97</sup>.*

Dessa maneira, ao chegar a Manaus, com destino certo, Caliane entendeu que a sua melhor opção era permanecer na área da Manaus Moderna. Desde então, ela tem sobrevivido naquelas imediações. Como estratégia de sobrevivência, a depoente contou que cata frutas e verduras que ainda estão boas para o consumo, e, além de se alimentar com elas, consegue algum dinheiro com a venda desses produtos em outros bairros. Ela nos disse:

*A gente aqui tem que saber viver, né? Então quando eu conheci o Pedro [ex-namorado], ele vinha praticamente todo dia aqui, pegava as verdura e cortava as parte podre, punha num saquinho e voltava lá pro bairro dele, Santa Etelvinha [Sta. Etelvina], né? Pra vendê... Quando foi um dia pensei assim: tô aqui nesse aperreio, acho que vou vendê também. Num é que deu certo?<sup>98</sup>*

Sobre esses cinco anos em que mora nas imediações da Manaus Moderna, Caliane nos revelou que já “pegou barriga” duas vezes, mas que deixou o pai “tomá de conta”, porque não queria ver os filhos crescendo na rua. “É uma vida muito sofrida”, desabafou a entrevistada<sup>99</sup>.

Entretanto, ela disse:

*Eu não quero sair daqui, porque aqui eu tenho tudo, não passo fome, tenho meu banho [apontando para o rio Negro], e faço as coisa do meu jeito. Aqui ninguém me manda, tu não ficano de bubuia, ninguém de incomoda...<sup>100</sup>*

Interessante refletir que, mesmo reconhecendo as dificuldades para sobreviver naquele espaço e não querendo que seus filhos reproduzam seu modo de vida, Caliane ainda prefere

<sup>97</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, na Avenida Manaus Moderna.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

permanecer ali, pois ela tem, naquele espaço, três elementos que considera importantes: o alimento, o banho e a liberdade.

Ao ser questionada sobre como era o dia a dia naquele espaço, a depoente nos contou o que segue:

*Sempre durmo tarde, né? Porque tudo acontece aqui é de madrugada, 1, 2, 3 hora da manhã, isso aqui é uma festa só, quando as verdura chega... Então, quando eu quero dormi, vou ali pra outras rua que é mais sossegada. Sempre de madrugada é melhor catar as mercadoria, porque ainda tá fresquinha, aí eu escolho, separo umas que é pra mim mesmo, ganho uma sopa ali da Senhora que é minha amiga, às vezes fico andano... É assim... tomo banho aqui mesmo [...] quando quero mijar vou atrás... nas rua, ali atrás que nunca tem movimento... fica sempre vazia... É assim a minha vida...*<sup>101</sup>

Podemos notar, portanto, que o paradoxo é cotidiano na Manaus Moderna. Essa área comporta uma grande heterogeneidade de vivências e experiências, e tem sido configurada como espaço de disputas. Compreender aquela espacialidade passa pela reflexão de que aquele espaço comporta múltiplos significados. Sendo assim, deve ser entendida enquanto espaço de oportunidade de trabalho e também local de não trabalho; como espaço degradado, mas também como lugar para se viver e morar.

“Aqui, se você não for um pouco mais esperto que os outros, acaba se perdendo”. O conselho dado pelo Sr. Milton Tavares ao articulista do jornal “A Crítica” aponta para um outro importante elemento da Manaus Moderna: viver e trabalhar ali exige certa habilidade<sup>102</sup>.

Habilidade essa que só a experiência de viver ali confere. O Sr. José Moraes da Paz é camelô, casado, 45 anos de trabalho na área da Manaus Moderna, e nos contou, com certo orgulho, que, trabalhando naquele espaço, adquiriu a esperteza e a sagacidade que o cotidiano ali exige. Segundo o Sr. José:

*A gente vai dando os pulo da gente, né? Vai conseguindo sobreviver... que ... Até porque a gente num é besta, né? A gente sabe... tantos anos na Marquez [Marquez de Santa Cruz é uma rua comercial nas imediações da Manaus Moderna e está indicada nos mapas 3 e 4 deste trabalho] vai deixar um cabra embrulhar a gente? Num deixa mesmo!*<sup>103</sup>

Assim, diante da grande concorrência, a “desonestidade”, como é vista pelo Sr. José, muitas vezes se faz como estratégia de sobrevivência. Ao chamar a atenção para esse aspecto, o Sr. José disse que não gosta de camelô, porque, apesar de muitas vezes existir entre eles

<sup>101</sup> Em entrevista realizada em 22 de abril de 2010, na Avenida Manaus Moderna.

<sup>102</sup> Reportagem intitulada “Retratos da Zona Portuária”, publicada no caderno “Cidades” do jornal “A Crítica”, em 20 de agosto de 2005.

<sup>103</sup> Em entrevista realizada em 28 de junho de 2008, em sua residência.

certa solidariedade, na maioria das vezes a concorrência fala mais alto do que a amizade, levando esses trabalhadores a serem “*desonestos uns com os outros*”, de acordo com seu pensamento<sup>104</sup>.

Para ele, essa atitude não é correta; contudo, ele mesmo se vê na iminência de agir assim, pois sua sobrevivência depende de tais estratégias.

O Sr. José fez a seguinte reflexão:

*Lá no lugar onde eu trabalho, se um colega num... num conseguiu vender... de manhã, né? Num tem dinheiro pra comer. O fulano num tem dinheiro pra comer, dá um real aí! Dá um real? Aí o to pega, dá outro real, ele pega e vai comer, é assim, sabe? Tá com sede, coisa e tal: Bora compra uma água. Um dá um real, outro dá outro, compra uma aguazinha, cê tá entendendo? É assim que a gente faz lá. Quer dizer, mas são poucas pessoas que fazem assim, sabe? Porque tem muitos que só querem é... derrubar os outros, sabe? Assim, por exemplo, a própria mercadoria que você vende, aí vende mais barato do que você, sabe? Assim, tem esse tipo de gente, mas... a gente vai dando os pulo da gente, né?*<sup>105</sup>

Configurando-se como espaço de grandes contradições, a Manaus Moderna evidencia as próprias contradições da cidade e traz, em seu bojo, lutas e conflitos de diferentes grupos sociais. Esses conflitos revelam valores distintos, projetos diversificados que se confrontam e convivem, configurando os espaços na cidade.

A presença na madrugada se faz fundamental para o feirante e os carregadores de mercadoria, pois é o momento em que os barcos carregados com verduras e frutas chegam, e quem quiser comprar mercadoria de melhor qualidade, melhor preço e maior quantidade deve estar ali, afinal, a concorrência é grande. Entre os descarregadores de cargas, a concorrência é alta, e é nesse momento, durante a madrugada, que a sua presença se torna imprescindível.

O “Seu” Sabá nos contou que:

*Se cê perdê a feira da de madrugada, quando você chegá aqui, os otos vão te comprado, você não fez a venda da madrugada. Então no mínimo três hora cê tem que tá aqui, todo dia, né? Pra vendê, porque se cê perdê aquele horário aí... num vende, os otos já vendero, aí você bóia, é assim*<sup>106</sup>.

Assim sendo, é preciso compreender que os espaços são configurados, ao mesmo tempo em que são vivenciados pelos personagens que o compõe.

Nessa direção, vimos que a Manaus Moderna se configura, atualmente, num espaço fundamental e vital para a cidade de Manaus, e, ao buscar compreendê-la, é preciso estar

<sup>104</sup> Em entrevista realizada em 28 de junho de 2008, em sua residência.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Em entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

atento aos inúmeros aspectos que ela comporta. E é preciso estar atento, também, aos sentidos atribuídos àquele espaço pelos diversos personagens que a compõem.

A área da Manaus Moderna se configura, hoje em dia, enquanto um espaço de disputas, em que vários interesses estão em jogo: os comerciantes, os lojistas e os empresários do turismo enxergam esse espaço como degradação e uma fonte potencial de lucros se “melhor aproveitado”, ou seja, como um espaço que tem potencial para a empresa turística. Contudo, está degradado, abandonado pelo poder público (que deveria gerenciá-lo) e, conseqüentemente, ocupado por pessoas que não “deveriam estar ali”.

Os trabalhadores que tiram dali o seu sustento, carregadores, catadores, vendedores ambulantes, apesar das dificuldades e imprevistos enfrentados cotidianamente, percebem-no como espaço de oportunidades e querem melhorias, mas no sentido de que possam permanecer ali. Já os feirantes da Feira Manaus Moderna concordam que aquele local é o melhor estrategicamente para seus negócios, em função da proximidade com o rio de onde chega boa parte das mercadorias.

A configuração atual desse espaço, entretanto, remonta a algumas décadas atrás, quando, a partir da segunda metade da década de 1960 e durante as décadas posteriores, a cidade de Manaus começaria a experimentar uma transformação vertiginosa em seu meio ambiente social, em função da implementação da Zona Franca de Manaus. Assim, a área da “Manaus Moderna” foi, emblematicamente, um espaço profundamente modificado.

## **PARTE II**

### **DA ZONA FRANCA À MANAUS MODERNA**

### 3 UMA NOVA DINÂMICA PARA A CIDADE

É preciso apontar que as transformações recentes vivenciadas pela espacialidade em questão, seu desenho urbanístico, sua dinâmica e, inclusive, sua denominação – “Manaus Moderna” –, tiveram origem nas intervenções propostas pelo Projeto “Manaus Moderna”, apresentado pelo Governo do Estado, na segunda metade da década de 1980, na conjuntura de implantação da Zona Franca de Manaus.

No decorrer desta parte da tese, desenvolvemos a reflexão sobre as articulações sociais, as questões, os conflitos e os impasses colocados por esse projeto àquela área.

Procurando acompanhar a ambiciosa intervenção visando à Zona Franca e várias outras regiões da cidade, o Projeto “Manaus Moderna” se concretizou tendo como características centrais a implantação da feira atacadista, também chamada Manaus Moderna, e a ordenação da região do porto.

A ênfase de nosso estudo recai no processo de implantação do projeto e nas divergências entre os grupos políticos sobre os caminhos de sua implementação.

O “**Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM**”, ou simplesmente Projeto “Manaus Moderna”, como ficou conhecido, se apresentou como uma proposta do poder público estadual de adequação da cidade de Manaus às exigências de um modelo de capitalismo que se impunha na região.

Esse projeto, que tinha como finalidade “adequar a infraestrutura local às necessidades decorrentes do processo específico de desenvolvimento de que a cidade é alvo”<sup>107</sup>, nos dá pistas da natureza da preocupação do poder público com a questão do “reordenamento” de Manaus. O “Manaus Moderna” previa, em seu edital de concorrência pública, obras que transformariam a cidade.

Assim, na segunda metade da década de 1980, o Governo do Estado, chefiado pelo político Gilberto Mestrinho, propôs um projeto de realização de várias obras, tais como o aterramento de inúmeros igarapés, a construção de pontes interligando bairros ao centro da cidade e a construção de uma avenida (Beira Rio ou Manaus Moderna) de cinco quilômetros, que ligaria o porto de Manaus ao Distrito Industrial da cidade.

Previsto para algumas áreas da cidade, esse reordenamento se colocava em consonância com algumas concepções de intervenção urbana que já vinham sendo discutidas

---

<sup>107</sup> De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3).

e adotadas pelo Urbanismo desde os anos de 1960. Regina Maria Prosperi Meyer (2006), arquiteta e urbanista, nos lembra que, com o crescimento “desordenado” das cidades a partir daquela década, a ideia e a prática de um “projeto total” de intervenção nas cidades, como feito pelos urbanistas do início do século XX, torna-se impraticável, e, a partir da percepção de que não seria possível intervir e controlar a organização da cidade como um todo, os urbanistas buscavam no conceito de território o seu novo espaço de intervenção<sup>108</sup>.

Nesse sentido, podemos compreender que o Projeto “Manaus Moderna” se enquadra nessa perspectiva, na medida em que se planejou a intervenção em determinados locais (peça urbana), observando a funcionalidade dessas áreas e submetendo-as a um projeto urbano. Regina Maria Prosperi Meyer (2006, p. 39) diz que essa nova metodologia pode ser resumida da seguinte forma:

Analisar e apreender os aspectos espaciais e funcionais do território, considerado em todo a sua extensão, e elaborar a partir daí os critérios para criar perímetros homogêneos no seu interior, nos quais um partido de projeto poderá ser desenvolvido. O termo “peça urbana” descreve um trecho de cidade no qual se estabelece um perímetro que será objeto de análise e de projeto urbano.

A construção da Avenida Beira Rio, ou Avenida Manaus Moderna, se colocava como a principal obra do projeto, especialmente porque contemplava uma projeção de técnicos quanto ao aumento do fluxo de carga entre o porto e o Distrito Industrial<sup>109</sup>. A construção dessa avenida enquanto obra de importância primordial dentro do projeto criado pelo Governo do Estado pode ser pensada a partir de alguns elementos que também nos permitem refletir sobre alguns sentidos impressos nesse projeto para a cidade de Manaus.

---

<sup>108</sup> “Pressionado pelos desafios das novas questões, o urbanismo iniciou, na década de 1960, uma revisão de seus métodos de análise e projeto. O primeiro gesto foi abdicar do conceito e, sobretudo, da prática do ‘projeto total’. Isto é, de um projeto que abarcasse a cidade como objeto de projeto, fórmula tão cara aos urbanistas do início do século XX [...]” (MEYER, 2006, p. 39).

<sup>109</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

### 3.1 “Manaus Moderna”: divergências em torno do projeto que pretendia “modernizar” a cidade

Ao buscar uma compreensão sobre os sentidos do Projeto “Manaus Moderna”, torna-se fundamental nos abirmos a uma reflexão mais ampla, uma vez que esse projeto só se tornou possível dentro de uma conjuntura local, nacional e internacional.

Sendo assim, em primeiro lugar, importa perceber que foi concatenado à instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM, ZOFRAN) que um projeto da envergadura do “Manaus Moderna” se tornou possível e, mais do que isso, “necessário” para a cidade de Manaus. Em outras palavras, entendo que é a partir de uma compreensão acerca dos contextos histórico, político e econômico que instituíram uma Zona Franca na cidade de Manaus que podemos compreender a emergência do “Manaus Moderna” e seus sentidos históricos.

Compreendemos que a emergência das chamadas Zonas Francas, de forma geral, e da ZFM, de forma particular, surgiu como resultado de um ajustamento da economia capitalista mundial. Desse modo, podemos perceber que foi dentro da nova ordem mundial que emergiu no pós-guerra<sup>110</sup> que a instituição das Zonas Francas adquiriu sentido.

A Zona Franca de Manaus foi uma das primeiras Zonas Francas criadas no mundo<sup>111</sup>, e a conjugação de alguns elementos nacionais e locais possibilitaram essa emergência. Assim, foi em 1957, a partir de um projeto apresentado pelo deputado amazonense Francisco Pereira da Silva, que a ZFM foi criada. Entretanto, ela só seria regulamentada uma década mais tarde,

<sup>110</sup> Segundo Marilene Correa da Silva (2000, p. 33), o modelo Zona Franca não nasceu aleatoriamente, mas “[...] É oriundo da ordem internacional imperialista mais desenvolvida, que aqui significa a existência de mecanismos reguladores das relações desiguais entre povos, nações e blocos. Esse modelo deve-se, em grande medida, ao processo de valorização do capital e ao aumento da concorrência internacional. Pode-se afirmar que, em virtude dos próprios acordos organizados nas esferas políticas das relações diplomáticas, as zonas francas, como o termo sugere, são zonas menos sujeitas ao rigor pregado no contexto da Guerra Fria no plano econômico, e mais exemplares no sentido político”.

<sup>111</sup> De acordo com Roberto Monteiro de Oliveira (1998, p. 294), “Em 1958, foi criada na Irlanda, precisamente em SHANNON, uma zona franca liderada por industriais norte-americanos para, através dela, penetrar na comunidade européia. Deve-se dizer que, nos termos em que foi regulamentada a zona franca de Manaus de 1957, através do Decreto 47.757, de 03 de fevereiro de 1960, ficou praticamente inviável, já que era demasiadamente burocratizada. Mas a idéia permaneceu e foi sendo aperfeiçoada, e tornou-se uma exigência da internacionalização do capital na sua fase monopolista. Assim é que, em 1965, surge em Formosa (Taiwan) uma zona franca que serve de modelo para os países asiáticos. Em 1966, outra zona franca surge no México. Em 1967, é a vez de Singapura, que se torna a maior zona franca do mundo. Em 1969, instalam-se as zonas francas de Barranquilha (sic) na Colômbia, La Romana na República Dominicana. Na década de setenta, as zonas francas se alastram pelo mundo subdesenvolvido principalmente na Ásia”.

por meio do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e após alguns reajustes em sua concepção<sup>112</sup>, sob o governo militar de Castelo Branco.

No plano nacional, observamos que a implantação da ditadura militar após o golpe de Estado em 1964 garantiu a continuidade do desenvolvimento capitalista no Brasil<sup>113</sup> e tinha suas bases fundamentadas em dois elementos que se revelaram importantes para a dinamização da economia da região amazônica de modo geral e de Manaus de forma específica: a doutrina da “segurança nacional” e da “integração nacional”. Foi a partir desses dois elementos que a região amazônica, esquecida desde o fim do chamado “ciclo da borracha”<sup>114</sup>, voltou a fazer parte das preocupações do poder central.

Assim, com o discurso de proteger as fronteiras nacionais, em nome da “segurança nacional”, do perigo que vinha de fora das fronteiras, houve um investimento com a criação de portos e aeroportos, e a militarização das áreas de fronteira. Por outro lado, existia a ideia de “integrar para não entregar”, ou seja, as possíveis ameaças da internacionalização se fizeram presentes em incentivos para migração e povoação das regiões consideradas pelos militares como “vazios demográficos”, e, logicamente, a necessidade de investir na economia desses “espaços vazios” se colocava como pauta de urgência.

Foi dentro dessa conjuntura que o governo federal, sob o domínio dos militares, lançou um plano que visava justamente à integração da região amazônica ao restante do país, bem como ao seu desenvolvimento regional. Esse plano foi denominado “Operação Amazônia”.

José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005, p. 100) sugerem que “a operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital”.

---

<sup>112</sup> A proposta inicial era de criação de um “porto franco” na cidade de Manaus. Só mais tarde houve um reajustamento para a criação de uma Zona Franca.

<sup>113</sup> Em Marilene Correa da Silva (2000, p. 40), encontramos o seguinte: “Assim, a doutrina de segurança nacional foi criada pelos EUA, que destinava-se a exportá-la para um tipo de consumidor bem específico: as forças armadas da América Latina [...] Para despertar o interesse das forças armadas, essa doutrina foi vendida numa embalagem, que colocava os militares como a única classe a ter condições de assumir o governo através da ‘ordem’, assegurar o desenvolvimento econômico (o ‘progresso’) de seus países, e, portanto, retirá-los do atraso. [...] no caso brasileiro, o golpe de Estado de 1964 foi produto das novas formas de composição de forças econômico - político - ideológicas dentro desse processo de dominação comandado pelo capital monopolista das nações industrializadas, particularmente dos EUA. Nesta composição o regime político de exceção se encarregou de atrelar o capital nacional aos interesses do capital financeiro dos países exploradores”.

<sup>114</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma breve retomada da produção e da exportação do látex por meio dos Acordos de Washington. Ver: BENCHIMOL, Samuel, *O romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992; ou ainda, SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

A emergência da “Operação Amazônia”, que se apoiava no tripé: transformação do Banco de Crédito da Amazônia no atual Banco da Amazônia (BASA), extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e criação de incentivos fiscais para a região amazônica (instalação da Zona Franca de Manaus), trouxe novos ares à região, e, ao que nos parece, as elites ressentidas com o “abandono” do poder central abraçaram com entusiasmo as novas perspectivas.

De fato, podemos notar, ainda na trilha dos autores José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005), que as elites locais, proprietários de seringais, madeireiros, entre outros, não se viam contemplados em seus interesses pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, qual seja o de substituições de importações.

O entusiasmo com as perspectivas do desenvolvimento econômico regional e da integração nacional foi tamanho que os grupos da elite local pareciam ter aderido à proposta sem se importarem ou sem realizarem uma reflexão acerca dos significados mais profundos da implantação da Zona Franca de Manaus<sup>115</sup>.

Para além da reestruturação produtiva da economia local, para nossa pesquisa é importante indicar que o Projeto da Zona Franca atraiu para a cidade uma nova leva de migrantes.

Conforme nos mostra Rosalvo Machado Bentes (1983), Manaus vivenciava, naquelas décadas iniciais dos incentivos fiscais da Zona Franca (1970/1980), um grande dinamismo, atraindo migrantes que depositavam naquela cidade as expectativas de melhores condições de vida e trabalho. O autor explica que:

Com a implantação da ZFM, Manaus sai do marasmo econômico e passa a crescer aceleradamente. Este dinamismo inicialmente se verifica no comércio que redireciona parte de suas atividades para a importação de produtos estrangeiros, para atender a demanda dos consumidores locais e dos turistas. Grande parte do comércio tradicional voltado para o aviamento fecha suas portas ou muda de ramo enquanto novas firmas comerciais se instalam (BENTES, 1983, p. 230).

---

<sup>115</sup> Enquanto ideólogos da Zona Franca buscavam imprimir a ideia de que esse sistema era uma forma de desenvolvimento que beneficiaria os chamados países subdesenvolvidos, alegando que “os países subdesenvolvidos têm muito a ganhar se começarem pelas indústrias ‘modernas’ ao invés de se desenvolverem de baixo para cima a partir do processamento de produtos químicos primários” (OLIVEIRA, 1998, p. 294), o olhar mais aguçado de intelectuais locais, como Renan Freitas Pinto, chamava a atenção para “o sentido, a dinâmica e os prováveis desenvolvimentos implícitos nos modelos de zonas francas”. A esse autor não passou despercebido o fato de que “nem a originalidade, nem o compromisso com o desenvolvimento regional faziam parte das dinâmicas historicamente conhecidas das zonas francas, mas que era ponto pacífico sua natureza de dinamização e desenvolvimento de setores da economia mundial em regiões em processo de integração ao sistema capitalista” (PINTO, 1986 apud SILVA, 2000, p. 20).

Além do comércio, outros setores e atividades também passavam por um processo de redimensionamento com a nova e grande dinamicidade da cidade. Assim, segundo o mesmo autor, há uma expansão nos setores hoteleiro e bancário, no comércio imobiliário e na indústria de construção. Quanto à indústria, Bentes (1983, p. 231) argumenta:

No setor industrial, são improvisadas fábricas em velhos galpões e casas antigas, que aos poucos, com a implantação do Distrito Industrial, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), vão se transferindo para instalações próprias, definitivas e adequadas ao uso industrial. O número de projetos industriais aumenta, e aos poucos Manaus foi se definindo como verdadeiro enclave da indústria eletrônica e relojoeira de dimensão nacional. O aumento dessas atividades expande a demanda por mão-de-obra especializada e não especializada, e eleva o nível de renda da população de Manaus.

Desse modo, diante do aumento de demanda de mão de obra especializada e não especializada, e também dos níveis de renda da população (pelo menos era o que se propagandeava), Manaus se tornou um ímã para muitas pessoas que buscavam melhores condições de vida e de trabalho, tanto do interior do estado e outros estados do Norte, como também de outros estados do país, como ressaltou Bentes (1983).

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) anunciava, entusiasticamente, em jornais de grande circulação, as inúmeras oportunidades de “**emprego nascendo no mato**”, e convocava a população não só a conhecer o recém-inaugurado Distrito Industrial de Manaus, como também a mostrá-lo aos visitantes. Uma dessas propagandas anunciava: “Conheça melhor o Distrito Industrial e nunca deixe de mostrá-lo às pessoas que nos visitam. É ali que bate o coração de Manaus” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 1º de agosto de 1985).

Alguns exemplos dessas propagandas podem ser observados nas figuras a seguir:

representado por ... na Assembleia Na  
Constituinte.

# Distrito Industrial. O coração de Manaus.

Em 1967, Manaus nasceu de novo.  
E desde esse ano, quando foi criada a Zona Franca, o coração da cidade está no seu Distrito Industrial.

São centenas de indústrias, onde mais de 50 mil famílias encontram a segurança de um bom emprego.

Trabalhar no Distrito é usufruir de um conjunto de benefícios sociais sem igual em todo o Brasil.

Não é qualquer emprego que proporciona, ao mesmo tempo, transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda a família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer.

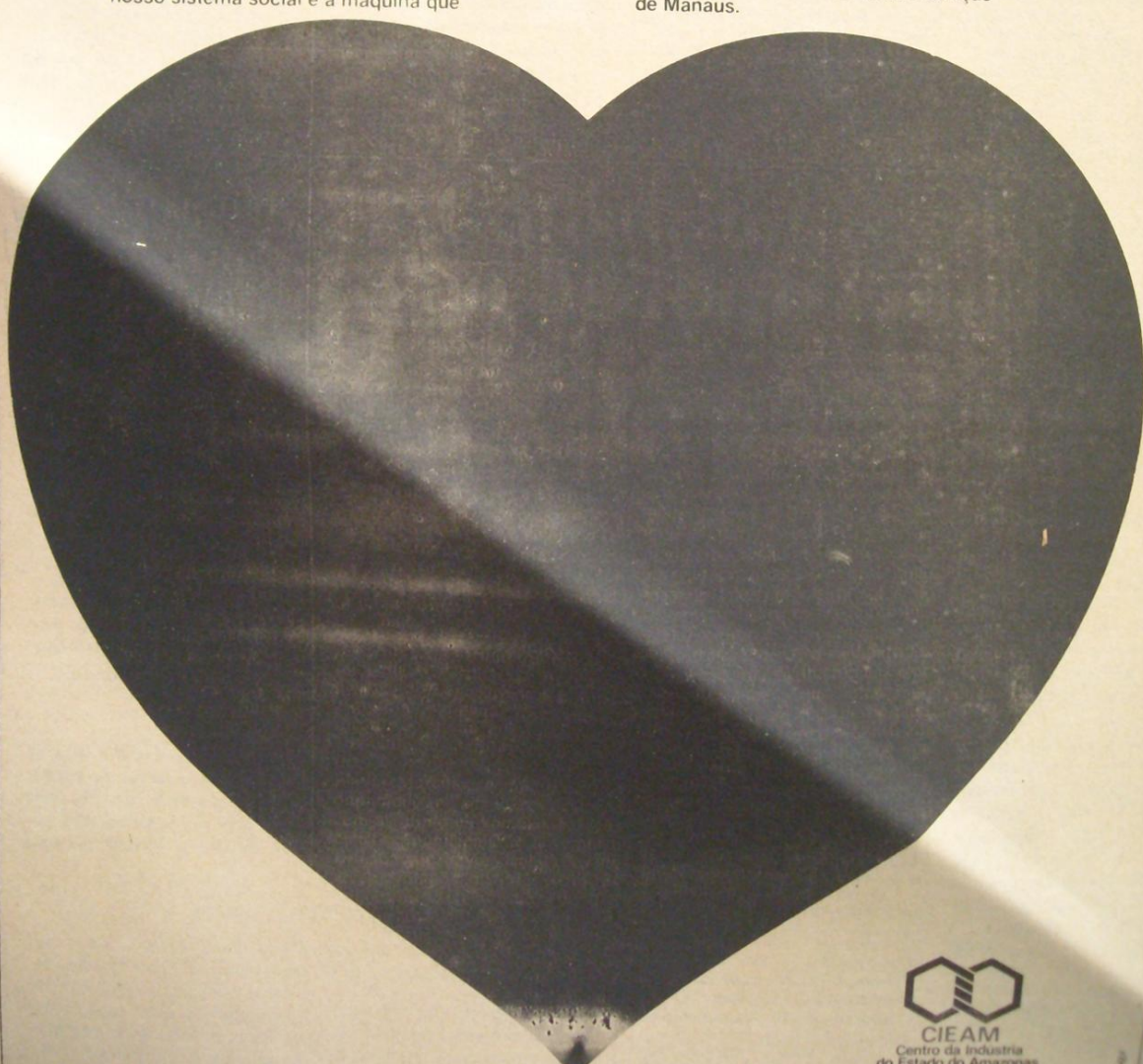
Ao mesmo tempo, esse grande coração do nosso sistema social e a máquina que movimentam o desenvolvimento econômico da região.

É do nosso Distrito Industrial que saem milhares de produtos, exportados para todo o Brasil e exterior.

Nós temos o orgulho de produzir aqui muitos artigos que o País era obrigado a importar, antes da criação da Zona Franca.

Além disso, o Distrito é um imenso pólo gerador de reflexos positivos para toda a estrutura de comércio e serviços do Amazonas, que por sua vez também gera empregos e arrecada impostos.

Conheça melhor o Distrito Industrial e não deixe de mostrá-lo às pessoas que visitam a cidade. É o verdadeiro coração de Manaus.



  
CIEAM  
Centro da Indústria  
do Estado do Amazonas

Figura 1 Propaganda do Distrito Industrial de Manaus.  
Fonte: "Jornal do Comércio", publicado em 1º de agosto de 1985.

# Cinquenta mil empregos nascendo no mato.

Esta foto é de 1967.

Não faz muito tempo, a realidade de Manaus era de cortar o coração: a cidade tinha que mandar seus próprios filhos embora, à procura de uma chance.

Hoje não há como negar que tudo mudou. Desde a rede escolar até o mercado de trabalho, as oportunidades existem para que as pessoas possam viver com dignidade.

Em 1967, começaram a nascer no Distrito Industrial as novas esperanças do Amazonas. E hoje ele mantém mais de 50 mil empregos diretos, beneficiando mais de 50 mil famílias com a segurança que antes não existia.

Trabalhar no Distrito é usufruir de um conjunto de benefícios sociais sem igual em todo o Brasil.

Não é qualquer emprego que proporciona, ao mesmo tempo, transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda a família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer.

Ao mesmo tempo, esse grande coração do nosso sistema social é a máquina que movimenta o desenvolvimento econômico da região.

É do nosso Distrito Industrial que saem milhares de produtos, exportados para todo o Brasil e exterior.

Conheça melhor o Distrito Industrial e nunca deixe de mostrá-lo às pessoas que nos visitam.

É ali que bate o coração de Manaus.



**Distrito Industrial. O coração de Manaus.**



Figura 2 Propaganda do Distrito Industrial de Manaus.

Fonte: "Jornal do Comércio", publicado em 21 de agosto de 1985.

Vemos que as propagandas veiculadas em jornais, tais como as exemplificadas acima, buscavam imprimir a ideia de que Manaus vivenciava um grandioso desenvolvimento econômico proporcionado pela efetivação da Zona Franca, no qual quem sairia ganhando seriam as famílias que poderiam usufruir a “**segurança de um bom emprego**”. De acordo com o texto da propaganda, Manaus estava nascendo de novo a partir de 1967. Essa era a ideia que os industriais, representados pelo CIEAM, queriam passar não só aos moradores da cidade, mas também aos visitantes.

Assim, podemos observar que as propagandas almejavam atrair grandes levas de migrantes que depositavam todas as suas expectativas num emprego dos sonhos no Distrito Industrial, buscando melhoria de vida em Manaus. Afinal, elas davam conta de um lugar cheio de oportunidades de trabalho, com vantagens que não eram comuns em Manaus e até mesmo no restante do Brasil, como “transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer”, como lemos na propaganda da Figura 2.

Além de oportunidades abundantes para os trabalhadores, os jornais anunciavam também a escassez de “trabalhadores qualificados” para se apresentarem como mão de obra no Distrito Industrial de Manaus.

De fato, ao acompanhar o crescimento populacional de Manaus nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos notar que Manaus teve um crescimento demográfico nada desprezível:

| Município   | Situação do domicílio | Variável X Ano                |         |           |           |                                  |        |        |        |
|-------------|-----------------------|-------------------------------|---------|-----------|-----------|----------------------------------|--------|--------|--------|
|             |                       | População residente (Pessoas) |         |           |           | População residente (Percentual) |        |        |        |
|             |                       | 1970                          | 1980    | 1991      | 2000      | 1970                             | 1980   | 1991   | 2000   |
| Manaus - AM | Total                 | 311.622                       | 633.383 | 1.011.501 | 1.405.835 | 100,00                           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
|             | Urbana                | 283.673                       | 611.843 | 1.006.585 | 1.396.768 | 91,03                            | 96,60  | 99,51  | 99,36  |
|             | Rural                 | 27.949                        | 21.54   | 4.916     | 9.067     | 8,97                             | 3,40   | 0,49   | 0,64   |

Quadro 1 Crescimento demográfico em Manaus.

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000).

Outro ponto importante, que foi destacado nas falas de muitos de nossos depoentes, diz respeito ao abastecimento alimentar na cidade.

Um estudo realizado pela UNICEF/UNAMAZ, em 1992, trazia a seguinte informação:

[...] o desenvolvimento da produção industrial através do modelo de zona franca (ZF) provocou uma reestruturação no conjunto dos gêneros industriais do Estado, implicando na substituição da hegemonia das indústrias essenciais tradicionais, além de, e fundamentalmente, desestruturar a economia do Estado. Este modelo de desenvolvimento não foi acompanhado de uma política agrícola, produzindo em consequência, um despovoamento das áreas rurais e um quase abandono da produção primária com graves repercussões para o abastecimento de alimentos para Manaus, principalmente considerando-se a população de baixa renda (UNICEF/UNIMAZ, 1992 apud MOURA, 1993, p. 18).

Realmente, a questão do abastecimento de gêneros alimentícios em Manaus, que se colocava enquanto problema antes da instalação da Zona Franca, teve um aprofundamento na medida em que atraiu muitas pessoas das áreas rurais.

Nesse sentido, a atração da força de trabalho da zona rural para a cidade transformou trabalhadores rurais em operários da Zona Franca ou desempregados urbanos e, como consequência, acabou prejudicando o já precário abastecimento alimentar da cidade.

Todas essas transformações foram ocorrendo ao longo desses mais de 30 anos, desde que a Zona Franca foi consolidada por meio do Decreto-Lei nº 288/67. A própria Zona Franca passou por mudanças em sua dinâmica, podendo ser identificados, de acordo com a Superintendência da Zona Franca (SUFRAMA), três momentos distintos, com características diferenciadas.

De acordo com informações disponíveis no *site* da SUFRAMA, a primeira fase, de 1967 a 1975, constituiu o período de liberdade plena de importações, apresentando as seguintes características: predominância da atividade comercial (sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiro e perfumes); crescimento do fluxo turístico doméstico com consumidores buscando produtos de elevada sofisticação, cuja importação estava proibida no restante do país; estabelecimento de limite para saída de bagagem de passageiro acompanhada; expansão do setor terciário; início da atividade industrial; e lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial (AMAZONAS, 2006).

Nessa direção, observamos que, apesar de ter sido inaugurado em 1968<sup>116</sup>, foi somente a partir da segunda metade da década de 1970 que o Distrito Industrial adquiriu maior

---

<sup>116</sup> Na verdade, em 30 de setembro de 1968, foi o lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial.

importância em termos operacionais, quando entrou em vigor a chamada “segunda fase da Zona Franca”. Assim, à “primeira fase da Zona Franca”, caracterizada mais pelas atividades comerciais, num momento em que se pretendia formar um mercado interno, seguiu-se, a partir de 1975, a segunda fase, quando se buscou voltar os incentivos para uma política industrial mais efetiva<sup>117</sup>.

Essa nova dinâmica exigia, portanto, uma melhor operacionalização no sentido de facilitar o transporte de insumos para o Distrito Industrial e o escoamento das mercadorias para o porto, de onde seriam distribuídas.

É no interior dessa transformação da dinâmica econômica e social da região que devemos compreender o Projeto “Manaus Moderna”. Ao lado do atendimento a essas “novas exigências”, faz-se necessário perceber que, ao chamar de “Manaus Moderna” o “Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM”, o Governo do Estado, em conjunto com os jornais diários de circulação na cidade, também deixava claro que as transformações que estava vivenciando a região e, mais especificamente, a cidade de Manaus, eram compreendidas por esses segmentos como ação “modernizadora”<sup>118</sup>.

Podemos notar que o “Manaus Moderna” parece ter derivado de outro projeto, denominado “Humanização de Manaus”, realizado pela Prefeitura e que remonta ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PNLD) de 1973<sup>119</sup>, cujo objetivo já era remodelar a cidade, adequando-a aos investimentos da Zona Franca. Sendo assim, a sucessão de aliados políticos no comando do Executivo municipal, sem dúvida, favoreceu o convênio entre Prefeitura e Estado, garantindo, inclusive, o vultoso financiamento junto ao Banco Mundial para as obras.

Em 1983, o então governador, Gilberto Mestrinho, indicava o empresário e seu ex-advogado de campanha, Amazonino Mendes (1983 a 1985), à Prefeitura, sendo este sucedido por outro aliado e também empresário tradicional da cidade de Manaus, Manoel Henriques

---

<sup>117</sup> De acordo com a SUFRAMA, “A segunda fase compreendeu o período de 1975 a 1990. Nesta fase, a política industrial de referência no país caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. [...] A SUFRAMA passou a operar com a gestão dos incentivos e o controle de projetos industriais e expandiu suas ações para os estados da Amazônia Ocidental, com a implantação de unidades descentralizadas e ALC’s” (AMAZONAS, 2006).

<sup>118</sup> Em 1986, em mensagem à Assembleia Legislativa, na qual prestava contas dos feitos realizados em seu período de governo (1983-1985), o governador Gilberto Mestrinho se gabava: “neste período mais que duplicamos o número de fábricas e empregos na Zona Franca, a atividade turística que estimulamos, o sistema moderno de controle de arrecadação e a política séria da gestão da despesa pública asseguram ao Dr. Amazonino Mendes, administrador futuro e meu sucessor, todos os meios para continuar com tranqüilidade, a trilhar a senda do progresso” (MANAUS, 1986a).

<sup>119</sup> Parecer nº 003/89 – GS SENDUR – Prefeitura de Manaus – Poder Executivo. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

Ribeiro<sup>120</sup> (1986-1988), possibilitando o desenvolvimento do projeto em ação conjunta com a Prefeitura, conforme podemos apreender do documento a seguir citado:

Projeto Manaus Moderna, elaborado e de estreita competência da Prefeitura de Manaus, estão sendo executados pelo governo do Estado que, através de sua Secretaria de Transportes contratou a construtora Andrade Gutierrez S. A. para a execução dos serviços, por conta de um convênio firmado entre a Prefeitura e o governo do Estado pelos então prefeito e governador, Dr. Amazonino Mendes e Prof. Gilberto Mestrinho<sup>121</sup>.

Dessa forma, o projeto começou a ser noticiado, sem maiores informações, via jornais diários de circulação na cidade, no final de 1985 e início de 1986<sup>122</sup>.

Importa refletir que a proposta de “modernização” vinha, na verdade, de um tradicional político do Estado, qual seja Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, cujos direitos políticos haviam sido cassados no primeiro Ato Adicional imposto pelos militares em 1964, e que, beneficiado pela Lei da Anistia, em 1979, retornou à Manaus, onde se candidatou a governador pelo PMDB, saindo vitorioso para o pleito de 1983 a 1986<sup>123</sup>.

Mas outros elementos se apresentam para a reflexão. O projeto voltado para as transformações urbanísticas da cidade de Manaus, que, a princípio, foi planejado pela Prefeitura, foi abarcado pelo Estado com vistas à possibilidade de angariar um financiamento de grande envergadura.

Desse modo, o projeto do poder público municipal, denominado “Humanização de Manaus”<sup>124</sup> e inspirado na cidade de Curitiba, segundo a avaliação de arquitetos à reportagem especial publicada no “Jornal do Comércio” em 14 de setembro de 1986, acabou sendo

<sup>120</sup> Em 1985, Manoel Ribeiro ganhou as eleições para prefeito de Manaus enquanto Amazonino Mendes saiu vencedor para o cargo de governador, em 1986. Manoel Ribeiro acabou sendo afastado do cargo por denúncia de superfaturamento, numa ação empreendida pelo Tribunal de Contas, mas orquestrada por Amazonino Mendes. Alfredo Pereira do Nascimento (futuro Ministro dos Transportes), também integrante do grupo político de Mestrinho e Amazonino, assumiu como prefeito interino até 1989.

<sup>121</sup> Parecer nº 003/89 – GS SENDUR – Prefeitura de Manaus – Poder Executivo. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

<sup>122</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ 13/03/1990. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>123</sup> Segundo o escritor Simão Pessoa, em seu livro “*O folclore político do Amazonas*”, após ter os direitos políticos cassados em 1964, Gilberto Mestrinho “fixou residência no Rio de Janeiro e recompôs sua vida como empresário bem sucedido. Tinha banco e fábrica em Belém, fábricas de revestimentos texturizados no Rio de Janeiro. A ditadura militar nunca o incomodou e nunca se ouviu dele, nos anos de chumbo, nenhuma declaração sua contra ou a favor dos militares. Dezoito anos se passaram até que Mestrinho voltasse a colocar os pés em Manaus, ele voltou em 1982, a bordo do PMDB que resultara da fusão com o PP, e elegeu-se governador mais uma vez com acusações não comprovadas de fraude eleitoral. Depois que tomou posse, nomeou o empresário Amazonino Mendes prefeito de Manaus. Em 1986, desafiando a ala autêntica do PMDB, indicou o ex-prefeito Amazonino Mendes como candidato a governador pelo partido, provocando a debandada dos deputados federais Artur Neto e Mário Frola, os deputados estaduais Félix Valois e Beth Azize e os vereadores Chico Marques e Ivanildo Cavalcante” (ROCHA, 2009).

<sup>124</sup> Refere-se ao projeto que, entre outras ações, procurou reformar algumas praças da cidade, entendendo essas reformas enquanto humanização.

abarcado pelo Governo do Estado, dando continuidade ao modelo “autoritário” ou, na expressão da articulista, marcado “pela força, já que ninguém opina sobre as mudanças e os projetos só são conhecidos quando começam a ser executados” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Em 7 de fevereiro de 1986, como previa o edital de concorrência pública<sup>125</sup>, foi realizada uma reunião da Comissão Especial de Licitação, a fim de receber as propostas de empresas que concorreriam para a execução das obras do projeto<sup>126</sup>. Nessa reunião, duas empresas apresentaram suas propostas: a Construtora Andrade Gutierrez S.A.<sup>127</sup> e a Constran S.A. Construções e Comércio<sup>128</sup>.

Em 28 de fevereiro daquele mesmo ano, a Secretaria do Estado de Transportes (SETRAN) e a Andrade Gutierrez S.A. assinaram o termo de contrato de construção das seguintes obras, em regime de empreitada:

- saneamento do igarapé do Japiim, compreendendo a ratificação, revestimento do canal e aterro das margens;
- **Ligação viária do Porto ao distrito industrial pelas margens dos Igarapés do Educando e Japiim, com articulação ao sistema existente, compreendendo os serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais;**
- atracadouros de embarcações regionais nas áreas do Rio Negro e Igarapé do Educandos;
- saneamento do Igarapé da cachoeirinha, com **remanejamento de habitações**, retificação do canal, aterro das margens e implantação das vias marginais;

<sup>125</sup> Edital de concorrência pública SETRAN nº 01/86. In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM (AMAZONAS, 1986b).

<sup>126</sup> Ata da reunião da Comissão Especial de Licitação, realizada em 7 de fevereiro de 1986, designada pela Portaria nº 168/83 - SETRAN/GS do Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Obras. Edital de concorrência pública SETRAN nº 01/86. In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM (AMAZONAS, 1986b).

<sup>127</sup> Fundada em Belo Horizonte por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade, em setembro de 1948, a Andrade Gutierrez S.A. foi ganhando espaço ao longo das décadas seguintes: 1950 (a primeira grande obra da construtora foi a construção da BR3 (atual BR 040), ligando o Rio de Janeiro – capital federal na época – a Belo Horizonte); 1960 (construção da BR319 e da Rodovia Castelo Branco (SP-280), principal ligação entre a região metropolitana de São Paulo e o oeste paulista); 1970 (atuação na construção do metrô de São Paulo (20% da malha metroviária da cidade). Construiu também linhas no metrô do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Salvador. Em 1975, iniciou a obra binacional (Brasil/Paraguai) da Hidrelétrica de Itaipu. Em 1980, iniciou a construção do Aeroporto de Confins (BH) e também uma expansão de empreendimentos a nível internacional com a construção da Rodovia do Congo, com 134 km de extensão, bem como efetivou a compra da ZAGOPE, empresa de engenharia de Portugal, numa conjuntura favorável, já que o país passava por um processo de industrialização e consolidação dessa indústria, o que exigia toda uma infraestrutura, tal como construção de estradas, viadutos, metrô, hidrelétricas, portos etc. (ANDRADE GUTIERREZ, 2008).

<sup>128</sup> A Constran S.A. Construções e Comércio, fundada em 1957, pelo empresário Olacyr Moraes, com o objetivo de atuar no ramo de desenvolvimento de infraestrutura e construção de obras públicas e privadas no Brasil, acabou perdendo a concorrência para a Andrade Gutierrez S.A. (CONSTRAN, 2008).

- saneamento do igarapé Mestre Chico, com remanejamento de habitações, retificação do canal, aterro das margens e travessias viárias;
- saneamento dos igarapés Manaus e Bittencourt, à montante das pontes da Av. 7 de setembro, com galeria coberta p/ urbanização, remanejamento de habitações;
- ponte ligando o bairro de Aparecida ao bairro de São Raimundo;
- remanejamento e/ou reconstrução de casas no igarapé da cachoeirinha.
- serviços adicionais aos indicados e que, no decorrer das obras, venham a ser tecnicamente recomendados e ou necessários a critério da SETRAN, e que estarão sujeitos aos entendimentos a serem estabelecidos pelas partes signatárias.

A critério da SETRAN, poderão também constituir objeto do presente contrato, outros serviços pertinentes à obra contratada, bem como obras similares em outros igarapés e rios, que possam vir a complementar o programa de melhorias físicas do município de Manaus (grifo nosso)<sup>129</sup>.

Observando as obras constantes do Contrato, notamos que, entre aterros, saneamentos e remanejamento das populações que vivam nos vários igarapés atingidos pelo projeto, a construção a avenida que ligaria o porto ao Distrito Industrial era o grande destaque.

Como mencionado acima, o “Jornal do Comércio”, em 14 de setembro de 1986, publicou uma reportagem especial, intitulada “**O segredo da Manaus Moderna**”, que trazia alguns detalhes do Projeto “Manaus Moderna”.

Segundo a reportagem, a SETRAN forneceu a seguinte planta:

---

<sup>129</sup> Termo de contrato para a execução das obras, firmado entre a SETRAN e a Andrade Gutierrez S.A. Contrato nº 019/86. In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM (AMAZONAS, 1986b).



Dessa forma, alguns meses após o início, tímido, da divulgação da concepção de um projeto de remodelação do centro da cidade de Manaus (dezembro de 1985 a fevereiro de 1986), o Governo do Estado já havia concluído todo o processo burocrático, incluindo a contratação da empresa que executaria as obras, tudo realizado dentro de um sigilo que garantiria ao governador “a exclusividade sobre o projeto”, segundo noticiou o diário (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Cumprir observar aqui que, no momento de sua efetiva implantação, o Projeto “Manaus Moderna” acabou gerando discussões polêmicas, bem como disputas entre vários interesses políticos e econômicos locais.

Na citada reportagem especial para o “Jornal do Comércio”, em 1986, no auge de discussão do projeto, a articulista Ana Célia Ossame chamava a atenção para dois elementos importantes do “Manaus Moderna”: em primeiro lugar, para o obscurantismo em torno do projeto, cujas maiores explicações do autor (Governo do Estado) estavam “no Decreto-Lei 9.688 de 21/08/1986”. E, depois, para um dos artigos desse decreto, que desapropriava uma larga faixa de terra na margem esquerda do rio Negro para a construção da avenida.

De acordo com a reportagem:

Nele (1º artigo) são declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação as faixas de terras e benfeitorias nela existentes situadas na cidade de Manaus a serem utilizadas na concretização do Projeto Manaus Moderna. Em seu artigo 1º o decreto diz que, pelo Rio Negro, 30 metros, à margem esquerda, a partir do mercado “Adolpho Lisboa”, até o igarapé de Educandos, são áreas necessárias à execução do projeto, que é composto de abertura e melhoria de vias e logradouros (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Assim, para a elite local que havia aderido ao projeto de desenvolvimento regional, a construção de uma avenida, onde se previa o aterramento de larga faixa de terra<sup>131</sup> à margem

---

ruas, que para o rio convergem, sem opção de saída, seriam interligadas a essa artéria principal, passando a integrar todo o complexo viário que nessa área seria implantado. A Avenida Beira Rio teria continuidade, além da ilha do Caxangá, passando pelos fundos do estaleiro São João indo em direção à Hévea [uma antiga indústria de beneficiamento de borracha], contornando o presídio até o local de encontro dos igarapés do Mestre Chico com o do Japiim. A partir desse ponto a avenida teria continuidade nas pistas laterais que seriam construídas na canalização do Igarapé do Japiim até encontrar a Avenida Costa e Silva”.

<sup>131</sup> Além dessa área, outras áreas próximas a sete igarapés também sofreriam desapropriação, de acordo com o Decreto-lei nº 9.688, de 21 de agosto de 1986. Seriam desapropriadas as seguintes faixas de terra, a fim de se construir pistas: “Igarapé Educandos - 30 metros à margem direita, entre o rio Negro e Japiim; Igarapé do Japiim (mais conhecido como Igarapé do 40) - 30 metros de ambas as margens, entre o Igarapé do Educandos e a Avenida Costa e Silva; Igarapé de Manaus - 30 metros das duas margens entre a Rua Sta. Isabel e o Igarapé do Educandos; Igarapé de Bittencourt - 30 metros das duas margens entre a Rua Sta. Isabel e o Igarapé do Educandos; Igarapé do Mestre Chico - 30 metros das duas margens entre a rua Ramos Ferreira e o Igarapé do Japiim; Igarapé da Cachoeirinha - 30 metros das duas margens entre o bairro de São Francisco e a Rua Cel. Ferreira de Araújo e o Igarapé do Japiim, pelo Igarapé do São Raimundo, abrangendo as áreas finais das Ruas Alexandre Amorim, Dr. Aprígio e 5 de setembro” (AMAZONAS, 1986c).

esquerda do rio Negro, que, diga-se de passagem, era por onde escoava o rio Negro em épocas de cheia, apartando a cidade do rio por meio de um paredão de concreto, foi entendida como parte do processo modernizador.

Com isso, podemos refletir que, para as elites locais comprometidas com o desenvolvimento proposto através da Zona Franca de Manaus, a construção da avenida trazia, em seu sentido mais profundo, a ideia de, literalmente, enterrar aquilo que se compreendia enquanto atraso/antigo, para que se pudesse dar lugar ao novo, à modernidade, à velocidade.

E trazia ainda outros significados. A aludida reportagem veiculada pelo “Jornal do Comércio”, em 14 de setembro de 1986, reportava para elementos importantes que permitem jogar luzes sobre os sentidos desse projeto.

O texto da articulista Ana Célia Ossame se iniciava da seguinte maneira:

Quando começou a ser cogitado, o Projeto “Manaus Moderna” não ultrapassava a linha da especulação. E havia bons motivos para isso. O projeto de autoria do Governo do Estado nasceu nos gabinetes governamentais e de lá foi direto para o igarapé do São Francisco. Onde máquinas começaram a dragar o rio para fazer a drenagem e 150 pessoas que habitavam o igarapé foram retiradas para albergues localizados no bairro de Petrópolis. Sobreviveu sem descanso, por entidades representativas da sociedade que gostariam de ter sido convidadas para discutir a mais nova ousadia do Governo do Amazonas. E, hoje, gera polêmica natural de um projeto que é explicado em poucas palavras, pela Secretaria de Trânsito, responsável pela obra (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

A reportagem foi construída procurando ressaltar o caráter especulativo e autoritário do projeto em seu momento de elaboração e no início da execução. Segundo a articulista, ao elaborar um projeto que iria transformar parte importante da estrutura física do centro da cidade, o Governo do Estado dispensou o debate com ampla parcela da população, inclusive com grupos sociais que desejavam participar dessas discussões, e, mesmo com o início das obras, a Secretaria de Trânsito, responsável pela fiscalização, se limitava a explicá-lo em poucas palavras.

O texto continuava, apresentando algumas informações contidas no decreto-lei que regulamentou o Projeto “Manaus Moderna”, destacando a grande obra do projeto, qual seja a construção da “grande pista de 5 quilômetros que vai unir o centro ao Distrito Industrial, passando por todos os braços de rio, que hoje são ocupados por, pelo menos, 50.000 famílias que vivem em situação de miséria quase absoluta” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

E, antes de ressaltar uma vez mais o caráter “misterioso” do processo de elaboração do projeto, o texto acrescentava uma importante informação, a saber:

Para o “Manaus Moderna”, o Governo do Estado conseguiu nada menos que a quantia de 100 milhões de dólares, junto ao banco Mundial, dinheiro que vai sendo repassado por etapas às empresas construtoras e de consultoria, que se acham envolvidas no projeto. Em cruzados são 1 bilhão e 380 milhões de cruzados para a dívida pública. E é nisso que repousa a ousadia do projeto, que, anteriormente, estava destinado à Prefeitura, a qual, no entanto, não tem autonomia para tomar emprestada tal quantia (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Por meio desse artigo do “Jornal do Comércio”, podemos observar algumas peculiaridades do propalado projeto que o discurso do diário quis ressaltar. Nesse sentido, notamos que o “Manaus Moderna” foi um projeto concebido e gestado pelas elites empresariais da Zona Franca de Manaus, representadas tanto pelo poder público estadual quanto municipal. Assim, pensado de “dentro dos gabinetes governamentais”, o diário buscava por em evidência que o sigilo se mostrou como a grande característica do projeto, que, segundo o secretário de trânsito à época, Waldir Pimenta, garantiria o mérito das obras exclusivamente ao então governador, Gilberto Mestrinho, “para assegurar a exclusividade do “Manaus Moderna” para o Governo do Estado. Ninguém participa do projeto, além do Governo do Estado e da Secretaria de Trânsito” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

É preciso considerar que, nesse momento, o “Jornal do Comércio” parecia estar dando voz à oposição. Sendo assim, podemos refletir que o Projeto “Manaus Moderna” também teve, em seus anos iniciais de implementação, interferências das disputas políticas de grupos locais.

Nesse sentido, como podemos observar, o “Jornal do Comércio” revelou uma postura um tanto restritiva quanto ao Projeto “Manaus Moderna”, o que nos leva a observar que havia divergências quanto ao projeto dentro dos grupos da elite manauara. Essa postura pode ser notada pela citada publicação, em 14 de setembro de 1986, que destacava que outras “entidades representativas da sociedade” não estavam satisfeitas com a forma como o projeto foi pensado e estava sendo executado.

A partir desse descontentamento ecoado no discurso da articulista do “Jornal do Comércio”, encontramos pistas para refletir quais disputas se colocavam naquele momento, bem como os sentidos da construção da avenida que, salientando uma vez mais, era a obra

mais importante do projeto proposto pelo Governo do Estado. Segundo o artigo<sup>132</sup> de Ana Célia Ossame, enquanto parte da elite local representada pelo governo expressava grande otimismo e entusiasmo com o Projeto “Manaus Moderna”, parte dos comerciantes do centro da cidade e também engenheiros e arquitetos ligados à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)-Pró-memória acenavam negativamente para o tal projeto (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Seja por desconhecimento do mesmo ou ainda pelo fato de terem sido excluídos do seu processo de concepção, podemos notar que o “Manaus Moderna” foi visto com restrições até mesmo por parte dos membros da elite econômica da cidade, o que revela os limites das posições homogeneizantes, tanto dos grupos subalternos como das elites econômicas e políticas<sup>133</sup>.

No texto de Ana Célia Ossame, cujo subtítulo é **“Uma Manaus em especulação”**, essas divergências são evidenciadas.

Destacamos a seguinte passagem:

Mas, se dentro do Governo, o enigma “Manaus Moderna” está resolvido, com o início das obras, fora dele, a especulação é um ingrediente indispensável nas conversas sobre a cidade e o projeto. “Não sei se é estranho o procedimento do governo em não ouvir as comunidades envolvidas nas modificações”, disse, recentemente, o empresário e presidente da Associação Comercial, Jorge Loureiro, que só tomou conhecimento das modificações da Eduardo Ribeiro [Avenida no centro da cidade], quando tudo já estava decidido. Loureiro é exceção dos que dão entrevistas para dizer que não tem o que falar. O arquiteto Severiano Mário Porto tem se recusado a dar opiniões por desconhecer o teor do projeto, que é um ilustre desconhecido do Instituto dos Arquitetos do Amazonas, Conselho Regional de engenharia, SPHAN – Pró-memória e outros órgãos ligados aos mais diversos setores da sociedade. Isso é claro para fazer valer a intenção revelada pelo secretário Waldir Pimenta, de que o “mérito é todo do Governo e o Governo assume tudo em relação ao Projeto. Não discutimos”, diz o secretário, estranhando as perguntas sobre o assunto e sempre querendo justificativas para as indagações (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

<sup>132</sup> A utilização deste artigo como fonte documental foi imprescindível para desvendar os conflitos entre os grupos políticos naquele momento.

<sup>133</sup> Rejeitando a bipolaridade/homogeneidade entre cultura popular e cultura de elite, vários autores – dentre eles, Edward Palmer Thompson e Stuart Hall – vêm compreendendo o conceito de cultura enquanto espaço de disputas. Thompson (1998, p. 17) chamou de “arena de conflitos”: “[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos [...]”. Para Hall (2003, p. 242), “o que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela”.

Percebemos que, ao procurar publicar opiniões que divergiam do governo, o diário buscou legitimar o discurso que defendia, fazendo com que o mesmo parecesse universal.

Na primeira parte da reportagem, a articulista buscou revelar a insatisfação de setores dominantes com os caminhos que estava trilhando o “Manaus Moderna”. Já na segunda parte, priorizou as opiniões de moradores das margens dos igarapés que iriam ou que estavam sendo drenados, fazendo crer que esse posicionamento não estava vinculado a grupos, mas sim à cidade de Manaus de uma forma geral<sup>134</sup>.

Nessa direção, observamos que a reportagem, no subtítulo **“Favelas, misto de aflição e alegria”**, procurou recortar diversos depoimentos de moradores dos locais em que o “Manaus Moderna” realizaria transformações. Os trechos priorizados pelo jornal buscaram construir a ideia de que os moradores dos locais onde o “Manaus Moderna” estava sendo executado viviam numa situação de angústia e esperança, visto que, para a realização das obras, eles teriam de ser retirados de lá, mas não tinham conhecimento do projeto e não sabiam ao certo para onde e em que termos seriam transferidos.

Na construção argumentativa da reportagem, lemos a seguinte passagem:

Depois de conviver 13 anos com alagações e com as péssimas condições do bairro São Francisco, José Antônio de Matos, 68 anos, é uma pessoa apreensiva. O mesmo acontece com a senhora Maria Pereira da Silva que há 32 anos mora no bairro. Ela está apreensiva e aflita. Tudo por que nesse bairro o Governo do Estado está começando o Projeto Manaus Moderna, com drenagem do igarapé e desocupação. Mas os moradores não sabem de nada. Sabem que algumas famílias já foram deslocadas para as obras. Mas temem pelo seu futuro porque podem estar na mira das obras do governo e temem perder o que têm para ir morar nos chamados “pombais”, apelidos dos moradores para as novas casas de 2 andares que estão sendo construídas para quem tiver a sua casa desapropriada (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

É preciso notar que a crítica do “Jornal do Comércio” ao “Manaus Moderna” não ganhou espaço para além da forma como o projeto foi concebido e vinha sendo executado.

Dessa forma, é possível perceber, ao longo do artigo, que, apesar de discordar do sigilo e da imposição que excluíram “entidades representativas da sociedade” do debate, ao diário, o projeto em si parecia ser bem-vindo e até mesmo necessário, já que pretendia retirar aqueles que, segundo o entendimento do jornal, “teimavam em ocupar os leitos dos igarapés”, substituindo-os por áreas de lazer e turismo.

---

<sup>134</sup> Como nos adverte Marialva Barbosa (2000, p. 116), é preciso estar atento para o fato de que “os jornais cumprem a ‘missão’ não apenas de disseminar idéias, mas de transportar o relato da narrativa para o nível do real, são responsáveis pela criação de uma outra realidade”.

Como podemos notar no trecho transcrito a seguir:

Intrigas à parte, o Projeto “Manaus Moderna” vai realizar um velho sonho de quem não se conforma com a ocupação dos rios por uma população migrante do interior do Estado, que, na falta de uma estrutura começou a ocupar os igarapés nos últimos 30 anos (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nessa direção, temos o Projeto “Manaus Moderna”, que se fez “necessário” dentro de um contexto capitalista em que a instalação da Zona Franca foi um capítulo importante. Assim, é no mínimo curioso refletir que a mesma lógica que necessita e incentiva a migração para a cidade a fim de obter abundante oferta de mão de obra barata “não se conforma com a ocupação” dos espaços na cidade de forma considerada “desordenada”, mas, ao mesmo tempo não oferece condições melhores de moradia, e ainda credita a essa própria população a “culpa” pelo que consideram “sujeira” e “enfeimento” da cidade.

Desse modo, importa perceber que, para as elites locais, além de terem de oferecer a força de trabalho a preços irrisórios, esses trabalhadores não podem ocupar qualquer espaço na cidade. Entretanto, eles estão lá, resistindo da forma que podem, e insistem em permanecer no espaço que consideram deles.

E a reportagem prosseguia, ressaltando a “necessidade” dessas ações para que a cidade se apresentasse de forma “invejável”.

Notamos como o jornal credita à população que ocupa os leitos dos igarapés a responsabilidade pela poluição, e deixa clara a postura de que deseja que esses espaços sejam transformados em áreas de lazer e turismo, entendendo, dessa maneira, que aqueles moradores são “ocupantes indesejáveis”.

Assim, o artigo continuava:

Na verdade Manaus seria uma cidade invejável não fosse o estrangulamento dos 37 quilômetros de braços de rio que cortam toda cidade. Em lugar de favelas, seriam áreas para lazer e até turísticas se os igarapés não tivessem altamente poluídos (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nesse sentido, o diário, ao procurar legitimar essa postura, se colocava enquanto porta-voz da sociedade, buscando sustentar a ideia de que o projeto se fazia necessário à cidade, e também se apoiando em trechos de depoimentos de ex-moradores das áreas que sofreram intervenção, de modo a dar sustentação a essa ideia.

O recorte privilegiado pelo jornal dava conta de que muitas famílias se diziam contentes com o projeto que as retirou das péssimas condições de moradia, das constantes alagações e de todo tipo de penúria em que viviam mergulhadas.

De acordo com o jornal, essas famílias, instaladas em albergues conhecidos como “Gilbertões”<sup>135</sup>, uma espécie de conjunto habitacional feito de madeira, guardavam a esperança de serem transferidas para as casas prometidas pelo Governo do Estado.

Segundo o texto do artigo:

Essas famílias estão contentes com o projeto “Manaus Moderna” que as retirou dos pântanos onde conviviam em situações precárias e conviviam em constante aflição, principalmente quando chovia ou era tempo de cheia nos rios. A alegria é maior quando eles falam das novas casas construídas que futuramente serão ocupadas por eles, próximas à nova pista que vai ser feita nas margens do São Francisco (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

O artigo procura mostrar um misto de alegria e apreensão, perpassando pelos moradores locais. No trecho do depoimento publicado, muitos moradores aparecem contentes, pois o “Manaus Moderna” teria feito com que as autoridades públicas voltassem o olhar para a situação em que se encontravam há muito tempo. Porém, a falta de informações acrescenta a apreensão, na medida em que eles não têm conhecimento concreto sobre o seu destino ao sair daquele local.

Com o intuito de fundamentar solidamente a sua visão do “Manaus Moderna”, o diário buscava destacar que, de acordo com o andamento e a execução das obras, as famílias iam sendo retiradas, fato que causava grande aflição em quem permanecia, uma vez que não havia informações sobre o local ou mesmo sobre quem iria sair no próximo remanejamento. O Sr. João Antônio de Matos contou sobre essa aflição, segundo o trecho que podemos ver na citada reportagem.

O Sr. João reclamou da falta de informação (“*Não sei se vão tirar o meu comércio*”), e contou que o seu comércio estava sofrendo uma queda considerada, apontando, ainda, outra angústia com relação às novas casas que estão sendo construídas:

Para ele a mudança foi muito ruim, mas pior é não saber até quando vai ser dono do terreno que ocupa. Nas novas construções, que são casas de madeira, com 2 quartos, uma sala, cozinha e banheiro – este de alvenaria – as casas são encostadas umas nas outras, para poupar terreno e abrigar todos os que foram cadastrados pela assistente social da Secretaria de Trânsito (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Outra personagem que também foi escolhida pelo “Jornal do Comércio” e teve trechos de sua fala utilizados na composição da matéria foi a Sra. Raimunda Alice, de 57 anos, rezadeira e vendedora de produtos para umbanda.

<sup>135</sup> Interessante notar como os políticos buscaram marcar de forma incisiva a sua presença, inclusive utilizando de seus próprios nomes para nomear os “abrigos” fornecidos aos retirados dos espaços destinados ao saneamento.

Em seu depoimento, vemos que o diário buscou dar relevo à sua insatisfação com o projeto que pretendia retirá-la. Apesar de saírem de uma situação difícil, de falta de estrutura e falta de saneamento, os ganhos não superavam as perdas para essa senhora.

De acordo com o artigo:

“Ela não admite sair de seu terreno onde cabem 3 casas e moram as filhas para se “espremer nos pombais que o governo está construindo”. Segundo ela, não dá sequer para plantar um pé de mato no terreno. E é definitivamente “horrível” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Cabe reafirmar, uma vez mais, que a matéria veiculada pelo “Jornal do Comércio” buscou abarcar diferentes falas de também diferentes grupos sociais, com o intuito de compor e transmitir sua visão do “Manaus Moderna”, de forma que esse olhar parecesse uma opinião da sociedade como um todo. Entretanto, podemos notar, nas entrelinhas, pela forma como a reportagem foi montada, que o “Jornal do Comércio”, cuja postura era de defesa das elites manauaras, na verdade, travava de uma disputa com parte dessa elite que pretendia obter todos os méritos do Manaus Moderna.

É preciso acrescentar que, mesmo que as falas tenham sido recortadas e selecionadas com o objetivo de defender um discurso e um posicionamento frente ao Projeto “Manaus Moderna”, elas nos apontaram para a pluralidade de opiniões dentro dos grupos da elite.

Notamos que, na defesa e na crítica ao projeto, os grupos políticos locais buscaram se aliar, manipular e buscar a legitimidade do projeto via articulação com os interesses populares. Ou seja, os grupos políticos locais tiveram de se articular e falar em nome desses populares para conseguir a implementação do projeto.

Nesse sentido, a matéria de Ana Célia Ossame terminava reafirmando o posicionamento do diário, abordando, de um lado, a positividade e a necessidade do projeto, destacando a figura de Mãe Carminha, e, de outro, a crítica à maneira como o projeto foi pensado e vinha sendo executado, qual seja dispensando o debate com o “público interessado”.

O diário relatou que Mãe Carminha era uma grande entusiasta do governo de Gilberto Mestrinho, e chegou a sair de sua residência antes mesmo do tempo previsto, mas voltou e aguardava ansiosa pela desapropriação. Mostrava-se contente pelo fato de, após 39 anos de alagações, “*ter um bom lugar para morar*” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

De acordo com o texto do artigo:

Ela saiu de sua casa antes do tempo, uma residência de alvenaria que está localizada ao lado do Centro de Umbanda Santa Luzia onde estão colados em todas as paredes cartazes de políticos da Aliança Democrática. Passional quando fala do governo, Mãe Carminha voltou e espera a desapropriação e se segura na figura de Lucimar que se diz uma representante dos “amigos do Governo”. A casa de Lucimar se transforma em comitê político da Aliança Democrática e ela é uma das mais fervorosas defensoras do projeto. Não admite crítica, porque segundo ela, “quem morava na lama, agora vai ter um bom lugar para morar” (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Ao relatar que “a casa de Lucimar se transforma em comitê político da Aliança Democrática”, o artigo nos instiga a refletir acerca da forma como as relações são estabelecidas no intuito de, em última instância, ter seus interesses defendidos.

É possível perceber essa “via de mão dupla” numa outra parte do artigo, na qual a articulista relatou que Mãe Carminha depositava confiança no governador Gilberto Mestrinho, que esteve pessoalmente em sua residência dando garantias de que a mudança seria para melhor:

Mãe Carminha confia ainda numa promessa feita pelo governador Gilberto Mestrinho, que foi pessoalmente em sua casa, segundo ela, de mandar aumentar o tamanho das casas para realocação das famílias. E por isso concorda com a mudança. Embora a troca seja entre uma casa de alvenaria de 17 metros por uma de madeira sem terreno (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Em seu último parágrafo, a reportagem do “Jornal do Comércio” abordou, uma vez mais, sua insatisfação com o caráter “sigiloso” do “Manaus Moderna”. Ao finalizar com a fala de um morador, percebemos que o discurso jornalístico buscava se legitimar nas palavras de quem se via numa situação incerta.

Sendo assim, o texto sustentava que:

O temor de alguns pode nem ser concretizado, mas a maneira como está sendo dirigida a obra é a responsável por todo esse clima de insatisfação e medo. “Se eu sair daqui não tenho para onde ir” dizia a Sra. Idalina Brandão, 57 anos, 6 filhos menores, no bairro de Educandos. “Eles não tem o direito de nos deixar nessa situação de pavor”, sentencia a senhora (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 14 de setembro de 1986).

Nesse sentido, é possível compreender que o Projeto “Manaus Moderna”, longe de ser uma unanimidade, provocou acalorados discursos desde a sua concepção, envolta em certo mistério que excluiu o debate inclusive com a população que vivia em áreas próximas ou nos leitos dos igarapés que seriam aterrados para a construção de largas avenidas, e, igualmente,

gerou conflitos, na medida em que também excluiu do debate setores da população que estavam de acordo com a chamada “modernização” da cidade, mas queriam imprimir nela as suas concepções.

#### 4 DISPUTAS INSTITUCIONAIS: A MEMÓRIA DO LUGAR

Para além dos interesses que ganharam voz no “Jornal do Comércio”, o Projeto “Manaus Moderna” enfrentou críticas e ações jurídicas em seus embates com os órgãos de preservação do patrimônio da cidade.

Quando se iniciaram os primeiros movimentos para a construção da tão propalada Avenida Beira Rio, ou “Manaus Moderna”, a polêmica ganhou novos contornos, pois, tendo como objetivo ligar o porto ao Distrito Industrial, a avenida teria início justamente no pátio do terminal de cargas e descargas do Porto Flutuante de Manaus, ao lado do Mercado Municipal Adolpho Lisboa (como pudemos observar na planta representada na Figura 3), apartando o Mercado<sup>136</sup> do rio. Nos conflitos que cercaram esse momento do projeto, devem ser também consideradas as disputas entre a SPHAN e o Governo do Estado.

O Mercado Municipal, espaço tradicional de comércio de gêneros alimentícios – não só para a cidade, mas para todo estado do Amazonas – foi a principal fonte de renda do município desde a sua construção, em 1883, até a década de 1930, segundo nos informa Guiomar Lima Carvalho (1988)<sup>137</sup>. Tendo um papel de centro de abastecimento, não podemos deixar de lado a sua ligação umbilical com o rio Negro, pois era por ele que chegavam as embarcações com as mercadorias e também com pessoas vindas do interior do estado.

Além de sua inegável importância econômica, também podemos observar uma relevância cultural, que vai além dos limites de sua arquitetura. Assim, do “lado de fora” do Mercado, ou seja, no seu entorno, o comércio de gêneros também pulsava, impulsionado por inúmeros vendedores ambulantes e feiras improvisadas à beira-rio (Feira da Escadaria), nas quais as pessoas iam comprar frutas e verduras produzidas na região, ervas medicinais, peixes etc.

---

<sup>136</sup> Desde o final do século XIX, podemos identificar a configuração daquele espaço como área de abastecimento de gêneros alimentícios, como mostra Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003, p. 35, grifo nosso): “Na década de 1850, a entrada da cidade era feita pelo ancoradouro situado em frente à praça da Imperatriz onde, à época, estava sendo construída a nova Igreja Matriz ou, em menor escala, *pela rampa existente em frente à igreja dos Remédios no bairro do mesmo nome. Esses eram também espaços onde aportavam catraias e alvarengas que traziam das vilas e lugarejos do interior gêneros alimentícios e utensílios que eram ali comercializados*”. A citação revela outro aspecto importante referente àquela área: é por ali que chega (via fluvial) e é comercializada grande parte dos gêneros alimentícios que abastecem a cidade de Manaus. Ainda hoje é possível encontrar de “tudo” nos armazéns, desde rede, anzol, alimentos, roupas, utilidades domésticas etc.

<sup>137</sup> Segundo a autora, somente na segunda metade da década de 1950 houve um movimento por parte da administração municipal, no sentido de descentralizar o abastecimento com a criação de outro mercado localizado na Avenida Constantino Nery, e também com a criação de feiras municipais nos diversos bairros da cidade (CARVALHO, 1988).

Em 1986, quando o prédio do Mercado foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, esta instituição salientou a importância de sua dimensão cultural:

Identificamos a dimensão cultural da preservação do Mercado no universo de práticas sociais sedimentadas pelo tempo que convivem no seu interior e na sua área de entorno – os referenciais da medicina popular, os ingredientes da culinária regional, o comércio de estivas que abastece várias populações de outros municípios do Amazonas, o movimento dos ribeirinhos e de suas inseparáveis cargas rumo ao interior, os indescritíveis cheiros (às vezes dos pontos de estiva, outras dos tonéis de tucupi ou do peixe fresco do pavilhão do peixe), a presença de embarcações características da Amazônia, o motor de linha, a voadeira [pequeno casco com motor de popa] e a catraia [pequeno casco de madeira a remo], todos em burburinho ao longo da praia, tudo isso são imagens, cheiros e objetos que fazem parte da vida e da memória cultural do povo amazonense<sup>138</sup>.

Para além da imagem poética e idealizada daquele espaço, o trecho remete às argumentações da documentação referente ao processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio que se encontram arquivadas no IPHAN, e joga luzes nos embates travados entre os poderes público federal (SPHAN), estadual e municipal, possibilitando refletir acerca das disputas que se colocaram e de quais soluções foram sendo construídas no processo de construção da Avenida Manaus Moderna.

Tão logo as notícias do “Manaus Moderna” começaram a ser veiculadas nos jornais diários da cidade, “em meados do mês de dezembro de 1985 e início do ano de 1986”<sup>139</sup>, e diante de um desconhecimento mais detalhado do projeto, a SPHAN:

[...] através de sua 1ª. Diretoria Regional, solicita do governador do Estado, em data de 31 de dezembro de 1985, informações mais precisas sobre o mesmo, tendo em vista sua localização – Centro Histórico de Manaus – e particularmente, sua proximidade com o Mercado Adolpho Lisboa, edifício que se achava em processo de tombamento [...]. A essa solicitação não houve resposta por parte do governo do Estado<sup>140</sup>.

Vemos, dessa forma, que a SPHAN buscou intervir, e solicitou, ao Governo do Estado, informações mais detalhadas desse projeto, uma vez que o mesmo iria interferir em área administrada por aquela Secretaria, solicitação essa simplesmente ignorada pelo Governo do Estado.

<sup>138</sup> Uma proposta de estratégia para a preservação do Mercado Adolpho Lisboa (19 de outubro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3).

<sup>139</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>140</sup> Idem.

Ao ignorar essa solicitação, o Governo do Estado deixava claro que não tinha interesse em adequar o projeto levando em conta a colaboração da SPHAN, e ignorava também um Protocolo de Intenções assinado entre o Estado, a Prefeitura e a SPHAN, há pouco mais de um ano (em dezembro de 1984), no qual as três instâncias “trabalhariam juntas em programa coordenado de projetos federais, estaduais e municipais”<sup>141</sup>, com os seguintes objetivos:

a) - valorizar o ambiente urbano do centro histórico de Manaus, como núcleo primitivo da cidade e marco da colonização nortista, b) - adequar a ocupação desse centro à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, usuários e turistas e c) - viabilizar o incremento qualitativo de sua ocupação, compatibilizando-a com a preservação de suas referências culturais, que seriam construídas, basicamente, pelos bens tombados pela União e pelas suas respectivas áreas de entorno/vizinhança<sup>142</sup>.

Notamos, desse modo, que, em 1984, ano da assinatura do Protocolo de Intenções, houve uma aproximação entre os poderes públicos federal (SPHAN), estadual e municipal, no sentido de compartilhar alguns interesses.

Assim, naquele ano de 1984, era consenso entre as três instâncias o desejo de preservar os monumentos considerados históricos, marcando e conservando a memória daquele espaço enquanto início da colonização da região Norte.

Outro ponto de interesse recaía sobre a organização da ocupação do centro histórico de Manaus. Essa ocupação, de acordo com o documento, deveria ser feita em consonância com o que se considerou adequado “à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, usuários e turistas”<sup>143</sup>.

E, por fim, podemos perceber que era consenso também que o tombamento dos bens e monumentos mantivesse preservadas as referências culturais, o que revelava um conceito de cultura como algo estático, não vinculado à dinâmica das experiências que os grupos sociais vão vivenciando no decorrer do seu processo histórico.

Ao longo do ano seguinte, apesar dessa aproximação de interesses, estes foram se distanciando, para, em 1986, mostrarem-se incompatíveis.

Ao entender que a existência do Protocolo impunha a necessidade de diálogo e participação conjunta em projetos que tinham como característica mudanças no perfil urbanístico da cidade, a diretoria da SPHAN, em janeiro de 1986, comunicou a Prefeitura de Manaus sobre o tombamento do Mercado Adolpho Lisboa, enviando a esse órgão “a

<sup>141</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Idem.

delimitação dos entornos dos bens tombados nessa cidade, **ocasião em que solicita sejam enviados para prévia análise desta Secretaria, todos os projetos de intervenção nessas áreas**” (grifo nosso)<sup>144</sup>.

Podemos observar que, ao comunicar a Prefeitura acerca do tombamento do Mercado, a diretoria da SPHAN entendia que estava cumprindo a sua parte no acordo, e exigia que a Prefeitura de Manaus cumprisse a dela.

No entanto, segundo o Ofício enviado em 1990 pela SPHAN ao Ministério Público do Amazonas, além de não encaminhar nenhum projeto àquela Secretaria, as obras de construção da Avenida Manaus Moderna se iniciaram em trecho fora do centro.

De acordo com o documento citado acima, os representantes do Governo do Estado e da Construtora Andrade Gutierrez só buscaram um entendimento com a SPHAN depois de março de 1987, quando as obras da Avenida Manaus Moderna avançavam nas proximidades do Mercado Municipal, “alcançando a sua área de proteção/entorno, razão pela qual a 11ª Diretoria Regional da SPHAN as embarga extrajudicialmente, por ausência de projeto aprovado”<sup>145</sup>.

Frente ao embargo, o entendimento dos executores do projeto (Governo do Estado e construtora) era de que deveriam buscar um acordo com a SPHAN. Sendo assim, entraram em contato com essa Secretaria e realizaram algumas reuniões com a finalidade de “compatibilizar o projeto existente com os critérios definidos pela SPHAN para a preservação dos bens tombados e seus respectivos entornos”<sup>146</sup>.

Entretanto, ao que podemos notar, essas tentativas não renderam frutos, pois, na continuidade do relato apresentado ao Ministério Público, o representante da SPHAN apontou que, já em 1989, sem conseguirem entrar num consenso, as obras foram reiniciadas em ritmo acelerado e acabaram por danificar parte do Mercado Adolpho Lisboa. Fato que motivou um novo embargo. Assim, junto à “falta de projeto aprovado pela SPHAN”, a “danificação do bem tombado” foi a justificativa para o segundo embargo em 2 de março de 1989<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Uma proposta de estratégia para a preservação do Mercado Adolpho Lisboa e seu entorno (19 de outubro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3).

A esse novo embargo, seguiu-se uma nova tentativa de entendimento entre as partes e, novamente, não se chegou a um consenso<sup>148</sup>.

O embate seguiu sem solução e, na tentativa de angariar aliados<sup>149</sup>, a SPHAN encaminhou Ofício à Prefeitura Municipal, em 20 de março de 1989:

[...] solicitando a manifestação da municipalidade acerca da conveniência para o sistema viário urbano, da ligação da pista remanescente à travessa a oeste do mercado, ou seja, se essa integração da Avenida Beira Rio à trama viária no entorno desse bem tombado é realmente necessária<sup>150</sup>.

Em 22 de setembro de 1989, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR) respondeu a solicitação da SPHAN, produzindo Parecer<sup>151</sup> em que sugeria ao Prefeito Municipal que entrasse em contato com o Governo do Estado, objetivando uma revisão das obras até então executadas. Sugeria, também, que a Prefeitura Municipal voltasse a administrar o sistema viário local.

Esse Parecer serviu de forte aliado às intenções da SPHAN, que, ao transcrever várias partes no documento enviado ao Ministério Público do Estado em 1990, solicitando providências frente à continuidade das obras do Manaus Moderna, sustentou que: “Esse parecer se constitui em documento de alta relevância no presente momento **já que expressamente nega a existência dos pressupostos alegados pelo governo do Estado para justificar a implantação da av. Beira Rio [...]** (grifo nosso)<sup>152</sup>.

<sup>148</sup> “Em 02 de março de 1989 as obras são paralisadas e os embargados comparecem à DR, onde numa reunião com a presença da Diretora Regional, Ana Lucia Abraham, a coordenadora de Proteção, Jurema Arnaut e o Coordenador de Consultoria técnica, Cyro Lyra, são analisados os aspectos técnicos que motivaram o embargo da obra da Av. Beira Rio no trecho frontal ao Mercado, e encaminhado documento aos embargados com os pontos e exigências da SPHAN que orientavam para uma solução do impasse.” Informação retirada de “Uma proposta de estratégia para a preservação do Mercado Adolpho Lisboa e seu entorno” (19 de outubro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3).

<sup>149</sup> Essa busca de aliados políticos pôde ser observada também em fevereiro desse mesmo ano de 1989, por meio do Ofício nº 005/89, de 12 de fevereiro de 1989, no qual a diretora da 11ª Diretoria Regional da SPHAN/FNpm solicitou do então prefeito Arthur Virgílio Neto embargo da obra por considerá-la ilegal e irregular. Segundo o Ofício: “A referida obra, por possuir parte dela situada em área de vizinhança de um monumento tombado em nível nacional, o Mercado Adolpho Lisboa, necessitaria para sua realização da prévia aprovação da SPHAN, órgão ao qual cumpre zelar pelo cumprimento dos artigos 17 e 18 do decreto-lei 25, de 30/11/37, reforçado pela nova constituição Federal em seus artigos VII e VIII, e 216 parágrafo 1º, ocorre que como a SPHAN não aprovou qualquer projeto referente à citada obra, a construção que vem sendo realizada no local é ilegal e irregular”. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>150</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4).

<sup>151</sup> Parecer nº 003/89 – GS/SEMDUR (22 de setembro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

<sup>152</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4, p. 7).

Assim, ao reforçar a discordância entre a SEMDUR e Governo do Estado, a SPHAN encontrava forte aliado nesse Parecer, que trazia importantes considerações e sugestões sobre o projeto.

Esse Parecer lembrava, logo de início, que o Projeto “Manaus Moderna” havia sido elaborado pela Prefeitura e, por meio de um convênio, estava sendo executado pelo Governo do Estado, o qual, “através de sua Secretaria de Transportes contratou Andrade Gutierrez S.A. para execução dos serviços”. Nesse sentido, esse projeto, segundo a SEMDUR, se tratava, na verdade, da “modificação de um outro projeto, desenvolvido como parte do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), em 1973, que tinha como maior objetivo atender a um suposto aumento de fluxo de carga entre o D.I. e o porto que deveria ter ocorrido nos anos seguintes”<sup>153</sup>.

Ao fazer essas considerações, o documento destacava, também, que essas projeções acabaram por não se concretizar, pois, na prática, o meio de transporte mais utilizado para a exportação dos produtos manufaturados na Zona Franca acabou sendo mesmo o aéreo.

À SPHAN não passou despercebida essa importante consideração e também outras, de modo que as destacou no Ofício enviado ao Ministério Público do Amazonas da seguinte forma:

c - As projeções técnicas do projeto original se fizeram realizar exatamente ao contrário, uma vez que os produtos manufaturados e exportados pela Zona Franca de Manaus vêm utilizando preferencial e maciçamente, a via aérea como meio de transporte, e os processos técnicos e melhorias introduzidos nos transportes marítimos desde então, operando atualmente em Manaus quase que exclusivamente com carga containerizada, provocou a semi desativação do atual porto, tendo a Portobrás já aprovado o local e o anteprojeto do novo porto, a ser construído nas proximidades da ilha do Marapatá, invalidando dessa forma a principal reivindicação atendida pela obra; [...]

f - Qualquer intervenção urbana nas proximidades do Mercado Adolpho Lisboa e da praça dos Remédios tem que, obrigatoriamente, respeitar o enorme investimento social, realizado por várias gerações que transformaram aquela zona no pólo de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, não só da cidade de Manaus como de todo estado do Amazonas;

g - há que se respeitar a relação dessa comunidade com o povo do interior do Estado, mantida há séculos, pelo Rio; [...]

l - a obra em presentemente executada, uma vez que baseada num projeto que teve seu programa definido à quase duas décadas, não se adéqua mais.

<sup>153</sup> Parecer nº 003/89 – GS/SEMDUR (22 de setembro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

na região da Praça dos Remédios, nem às necessidades do povo, nem à legislação em vigor;

m - a obra em questão encontra-se embargada pelo Governo Federal, desde janeiro próximo passado, não só pelo desrespeito aos termos do Tombamento do Mercado Adolpho Lisboa, como também pela não observância da necessidade de consulta prévia à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, obrigatória para qualquer intervenção na área de entorno de qualquer bem tombado, a nível federal no Brasil<sup>154</sup>.

Os recortes e os grifos destacados no Parecer ressaltavam os aspectos considerados mais relevantes pela SPHAN, dando sustentabilidade e legitimidade ao documento elaborado por Ítalo Campofiorito, então secretário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que solicitava do procurador-chefe do Estado do Amazonas providências quanto à insistência do Governo do Estado em dar continuidade às obras da Avenida Manaus Moderna mesmo sem prévia autorização, entendida por aquela Secretaria como condição “inafastável para o início das obras”<sup>155</sup>.

Em primeiro lugar, importa perceber alguns elementos que nos remetem à concepção de patrimônio defendida pela SPHAN.

Nesse documento, o que pudemos observar é que a SPHAN buscava sustentar seu posicionamento baseando-se numa concepção genérica e idealizada do patrimônio, bem como de seus ocupantes. Ao que podemos observar, o que está em jogo são as edificações, o meio físico; não notamos uma preocupação concreta com relação aos anseios e demandas dos moradores e usuários daquele espaço. Esvaziavam-se as experiências concretas, os conflitos, em prol de uma memória cristalizada, idealizada.

Vale dizer que a área no entorno do Mercado se configura num espaço marcado por lutas e embates, apropriações e conflitos por diferentes interesses, parte dos quais buscamos interpretar.

Desse modo, não podemos nos esquecer de que as políticas do patrimônio, apesar de aparentemente apolíticas<sup>156</sup>, escondem um sentido profundamente político, pois “os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento” (CANCLINI, 1994, p. 97).

<sup>154</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4, p. 7-9, grifos da SPHAN).

<sup>155</sup> Idem, p. 14.

<sup>156</sup> De acordo com a expressão de Jérôme Monnet (1996, p. 226): “Como vemos, políticas de proteção do patrimônio urbano são verdadeiros instrumentos de gestão de cidade. Entretanto, essas políticas tem a imensa vantagem de parecerem... apolíticas!”.

Para além dessa crítica, percebemos que o discurso da SPHAN buscava se sustentar em três pontos principais. Primeiro, procurava demonstrar que a construção da pista não se fazia tão imperativa quanto queria fazer crer o Governo do Estado, já que o meio de transporte aquático foi paulatinamente dando espaço ao aeroviário, sendo que o projeto, planejado há quase 20 anos antes, não atendia mais às necessidades daquela espacialidade.

Um segundo ponto abordado pela SPHAN se referia à necessidade de preservação de uma memória histórica. O documento ressaltava que “qualquer intervenção urbana nas proximidades do Mercado Adolpho Lisboa e da Praça dos Remédios tem que, obrigatoriamente, respeitar o **enorme investimento social**, realizado por várias gerações”<sup>157</sup>.

E, por fim, um terceiro ponto pode ser observado ainda nessa mesma direção. Quando a SPHAN destaca a imperativa necessidade de sua participação nos processos de intervenções no entorno dos bens tombados, notamos que essa postura de definidora e guardiã da memória da sociedade é reforçada, ao mesmo tempo em que deixa claro um ponto fundamental da disputa em torno do Projeto “Manaus Moderna”: a não participação daquela Secretaria no processo de gestão do projeto.

Dessa forma, os diretores da SPHAN buscavam evidenciar que a sua legitimidade enquanto entidade responsável pela definição e preservação da memória da sociedade estava sendo frontalmente ferida pelo Governo do Estado do Amazonas, que, ao elaborar um projeto de intervenção urbana, prescindiu de sua “necessária” colaboração.

Outro elemento que corroborava a argumentação da diretoria foi a análise do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto “Manaus Moderna”, pelo coordenador de Patrimônio Natural da SPHAN à época, Sr. Carlos Fernando de Moura Delphim. Após analisar o conteúdo desse documento, Delphim encaminhou à Dra. Ana Lúcia Abrahin, então diretora da 11ª Diretoria Regional da SPHAN, em 30 de maio de 1989, Parecer sobre o Projeto “Manaus Moderna” – RIMA, em que ficava clara uma série de irregularidades e lacunas.

A partir dessa análise, o coordenador do Patrimônio Natural da SPHAN concluiu que o documento enviado pelo Governo do Estado do Amazonas não poderia ser considerado um RIMA, na medida em que não envolvia “as disciplinas e os profissionais necessários à

---

<sup>157</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4, p. 14, grifo nosso). Ao destacar no documento da SEMDUR a necessidade da preservação daquela espacialidade, podemos compreender, nas entrelinhas, que a SPHAN se colocava nesse processo enquanto definidora e guardiã da memória da cidade. Memória essa, cabe frisar, idealizada, genérica e descolada de um diálogo concreto com seus usuários.

elaboração desse tipo de trabalho nem procede a uma acurada análise do sítio”<sup>158</sup>, e sugeriu à SPHAN que solicitasse a esse Governo uma análise mais acurada do patrimônio natural local e suas inter-relações. Sugeriu, também, que fosse consultada a Coordenadoria de Arqueologia<sup>159</sup> da SPHAN, para se certificar da real inexistência de sítios arqueológicos naquela área e, por fim, aconselhou que fosse solicitada ao Governo do Estado uma análise feita por “por profissionais especializados e qualificados em planejamento urbano” de todas as interferências do “Manaus Moderna” na economia, estrutura e paisagem urbana do ponto de vista cultural e das características populacionais e sociais<sup>160</sup>.

Essa análise também foi apresentada ao procurador do Estado, Dr. Wallace de Oliveira Bastos, pelo secretário Ítalo Campofiorito, que, antes de finalizar o Ofício em que solicitava intervenção judicial no caso “Projeto Manaus Moderna”, elencava as punições cabíveis de acordo com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e as medidas judiciais admissíveis naquela situação (“Delineados os aspectos que me parecem mais relevantes, submeto a questão à apreciação de V. Sa. para que adote a medida judicial que entender mais adequada à espécie”<sup>161</sup>).

O embate travado entre a SPHAN e o Governo do Estado do Amazonas em torno da dinâmica de execução da obra da Avenida Beira Rio traz à baila a forma intransigente e autoritária que caracterizou a ação do poder público estadual no que se refere ao Projeto “Manaus Moderna”, e nos mostra também os conflitos travados entre grupos opositores da elite manauara.

Faz-se necessário ressaltar que esse projeto, fruto de um desdobramento de outro projeto de nível municipal, foi gestado nos gabinetes do Governo do Estado, prevendo profunda modificação no meio ambiente social da cidade, e simplesmente dispensou o debate amplo com a sociedade, inclusive com aqueles que seriam diretamente afetados, visto que nem aqueles que eram correligionários do governo tinham informações concretas sobre as mudanças que incidiriam sobre suas vidas.

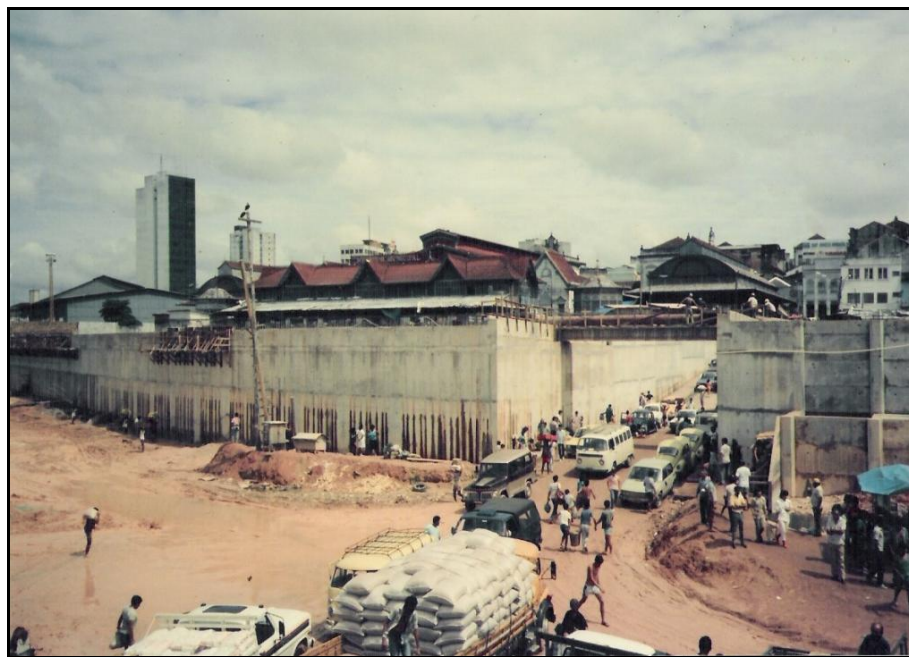
<sup>158</sup> DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Parecer sobre o Projeto “Manaus Moderna”. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3, p. 8).

<sup>159</sup> Foi incluído na documentação do processo de embargo o documento “Informação relativa à ocorrência de sítios arqueológicos na orla do centro da cidade de Manaus”, produzido pelo Professor da Universidade Federal do Amazonas, Luiz F. R. B. Bitton Telles da Rocha. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3).

<sup>160</sup> DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Parecer sobre o Projeto “Manaus Moderna”. In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 3, p. 8).

<sup>161</sup> Ofício nº 068/90/SPHAN – RJ (13 de março de 1990). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 4, p. 9-19).

As fotografias a seguir constam da documentação do processo de embargo, e nos permitem visualizar que, mesmo diante do embargo, o Governo do Estado dava continuidade ao trabalho de aterro.



Fotografia 16 Construção do muro de arrimo em frente ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa.  
Fonte: Amazonas (1987b).



Fotografia 17 Construção do muro de arrimo em frente ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa.  
Fonte: Amazonas (1987b).

As duas fotografias acima são, provavelmente, de 1989, e buscam evidenciar o adiantado estágio da construção do muro de arrimo que apartaria o rio do Mercado. Podemos notar que as fotos foram tiradas na vazante do rio Negro, uma vez que há uma grande faixa de terra entre o muro recém-construído e o início do rio.

Na primeira imagem (Fotografia 16), percebemos um grande movimento de pessoas, caminhões carregados com mercadorias, e carros menores subindo e descendo a rampa que dava acesso ao atracadouro improvisado. Nessa imagem, também se buscou mostrar a movimentação daquele local, sendo possível ver, inclusive, um carregador de mercadorias no canto inferior direito.

Podemos observar o mencionado atracadouro na segunda imagem (Fotografia 17). À esquerda, notamos vários recreios (barcos que fazem o transporte regional) atracados, e, mais adiante, é possível ver alguns cargueiros atracados na Portobras. Acima, à direita, vemos parte do telhado do Mercado Adolpho Lisboa, e, um pouco adiante, localiza-se o pátio da Portobrás.

A fotografia que segue é datada de 24 de fevereiro de 1989:



Fotografia 18 Lateral do Mercado Adolpho Lisboa<sup>162</sup>.  
Fonte: Amazonas (1987b).

<sup>162</sup> A escadaria que aparece sendo aterrada dava acesso ao rio Negro no período da seca.

A imagem flagra a lateral do Mercado Municipal em franco processo de aterramento, inclusive a escadaria que dava acesso ao rio já estava praticamente toda aterrada, nesse que era o trecho inicial da “almejada” Avenida Manaus Moderna.



Fotografia 19 Início da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna).  
Fonte: Amazonas (1987b).



Fotografia 20 Lateral do Mercado Adolpho Lisboa.  
Fonte: Amazonas (1987b).

Como podemos perceber pelas fotografias acima, datadas de 7 de março de 1990, nessa época o aterramento já estava terminado nesse trecho. Assim, a primeira imagem (Fotografia 19) revela o início da avenida, tendo, do lado direito, a lateral do Mercado, e, à esquerda, as grades do pátio da Portobrás. A rua que aparece ao fundo denomina-se, à esquerda, Marquez de Santa Cruz, e, à direita, Rua dos Barés.

Já a segunda imagem (Fotografia 20) nos mostra que a escada, que no ano anterior começara a ser soterrada, já não existia mais no início de 1990.

Nas imagens seguintes, também de 7 de março de 1990, o fotógrafo buscou registrar o adiantamento das obras:



Fotografia 21 Construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna).  
Fonte: Manaus (1987b).



Fotografia 22 Construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna).  
Fonte: Manaus (1987b).

As imagens das Fotografias 21 e 22 mostram as máquinas em pleno funcionamento, bem como o avançado estágio em que se encontravam as obras. Podemos ver um trecho da Avenida Beira Rio já bem delineado. Avistamos o distanciamento entre o rio Negro e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, e, ao fundo, o pátio da Portobrás.

Observemos esse mesmo trecho em 31 de julho de 2005:



Figura 4 Mercado Adolpho Lisboa e a Avenida Manaus Moderna ao fundo.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “O Estado do Amazonas”, em 31 de julho de 1989.

Como vemos na Figura 4, na matéria acerca da restauração do Mercado Adolpho Lisboa, publicada no jornal “O Estado do Amazonas”, além do prédio do próprio Mercado, a Avenida Manaus moderna separando o rio do Mercado é marcante naquela espacialidade.

Mais de uma década depois da última contenda com o SPHAN, a fotografia, dando destaque à obra concluída de restauração do Mercado, já podia constituir tela de fundo para um discurso oficial de elogio à preservação da memória, da vida e da cultura dos manauaras.

Ao buscar um entendimento sobre as identidades constituídas em diferentes momentos na área da Manaus Moderna e seus significados para a cidade de Manaus, é preciso estar atento aos interesses políticos que permearam a reestruturação daquele espaço, que valores e interesses estavam postos em diversos momentos.

No caso da construção da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna) e da preservação do prédio do Mercado, a proposta de construção da avenida e a conservação do prédio de forma isolada de seu entorno revelam uma concepção de patrimônio histórico esvaziada de seu valor histórico, a que Nestor García Canclini (1994) chamou de **tradicionalismo substancialista**<sup>163</sup>. Por outro lado, é preciso estar atento também à concepção de patrimônio defendida pela SPHAN naquele momento, pois, mesmo considerando o aspecto cultural, valorizando não só o prédio, mas toda relação deste com o seu entorno, é uma concepção que está alinhada à ideia de um determinado grupo social que defende um projeto de sociedade e quer manter viva a memória de uma cidade idealizada, ocultando os conflitos inerentes ao processo de constituição daquele espaço, que, naquela época, constituía os modos de viver na cidade de Manaus.

Outro elemento revelador de uma concepção de patrimônio histórico esvaziada de seu valor histórico foi ideia do aterramento de uma faixa do rio para a construção da avenida, isolando o Mercado do seu entorno.

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender que a concepção de patrimônio defendida pela SPHAN acabou por conflitar com os planos da Prefeitura de Manaus e do Governo do Estado do Amazonas, o que desencadeou conflitos e embates em torno do projeto e da construção da Avenida Manaus Moderna. Essas disputas deixaram, é claro, suas marcas impregnadas na constituição da área da Manaus Moderna.

---

<sup>163</sup> Segundo Canclini (1994, p. 103), um dos paradigmas políticos-culturais por meio do qual se definem os objetivos da preservação do patrimônio é o Tradicionalismo Substancialista: “tradicionalismo substancialista, é o dos que julgam os bens históricos unicamente pelo valor que têm em si mesmos, e por isso concebem sua conservação independentemente do uso atual. Consideram que o patrimônio está constituído por um modo de formas excepcionais, onde não contam as condições de vida e trabalho de quem os produziu”.

#### 4.1 A implementação do projeto

O contrato assinado entre o Governo do Estado e a Construtora Andrade Gutierrez, em 1986, previa a implementação do Projeto “Manaus Moderna” a partir de várias etapas, segundo conveniência do Estado dentro de um prazo de 36 meses.

Sem definição clara das etapas (pelo menos não constava da documentação a que tivemos acesso), o prazo foi alargado diversas vezes por meio de termos aditivos ao contrato.

Assim, em 1989, alargou-se o prazo contratual para mais 20 meses. Em 1991, mais um alargamento, dessa vez para mais 24 meses, e assim, sucessivamente, até o 10º termo aditivo que, em 15 de outubro de 1998, dilatou o prazo contratual para 15 de outubro de 2000<sup>164</sup>.

Dessa maneira, podemos perceber que os poderes públicos tiveram de redefinir o projeto em vários momentos. O “Manaus Moderna”, que em suas origens tinha ambições amplas, definidas em função da Zona Franca, foi tendo de se ajustar em função de diversas razões, como por exemplo, dificuldades com o financiamento. Assim, da pista que era projetada para quatro quilômetros, em 1993, apenas 1,5 quilômetros tinham sido construídos, bem como do muro de arrimo só haviam sido construídos 900 metros dos 1,2 quilômetros projetados, e, dos vários igarapés que se pretendia “sanear”, apenas pequena parte foi realizada.

Percebemos que, embora tenha continuado com o mesmo nome, o Projeto “Manaus Moderna” de origem parece ter perdido grande parte de sua função, deixando, no entanto, heranças dessas intervenções na espacialidade.

Nessa direção, ao que nos parece, seu objetivo central passou a ser a reordenação e disciplinarização do espaço do porto, e seus embates maiores passaram a ser com os modos de vida dos trabalhadores e moradores daquele espaço.

O editorial de 10 de julho de 1993 do jornal “A Crítica”, sob o título “**Duplo Acinte**”, é exemplo esclarecedor da forma como a elite que esse jornal representa buscou estender seus anseios ao conjunto da população.

Assim, ao criticar a administração municipal por permitir a atuação de camelôs na Praça Heliodoro Balbi, fato que a administração anterior havia violentamente combatido, o diário dizia que: “Há várias formas de iludir a população. Nenhuma delas, porém, é mais

---

<sup>164</sup> Conforme o documento “Resumo Cronológico do Projeto Manaus Moderna” que se encontra arquivado na SEINF. In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM. Contrato nº 019/86. Termos aditivos (AMAZONAS, 1986b).

insidiosa e merecedora da mais indignada repulsa, que a supostamente revestida de propostos benéficos às parcelas mais carentes da população” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 1993).

O texto continuava, procurando evidenciar que a presença crescente dos camelôs na praça tem prejudicado o trânsito de pedestres, bem como tem “depredado” o patrimônio, que é “público”. Além disso, ressaltava a atitude do à época vereador, Jeferson Peres, de solicitar do Ministério Público medidas cabíveis.

A reportagem salientava, por fim, que:

O desacato à justiça, com o prosseguimento das obras do camelódromo, e a crescente instalação de bancas em vários pontos da cidade, com efeito, não dão margem a qualquer otimismo. Por isso, obra bem o vereador, quando pretende recorrer às instâncias legitimamente constituídas, para ver triunfar o direito de todos contra o de pequenos grupos. O contrário seria atentar contra a democracia e reforçar condutas que, supostamente democráticas, são na verdade, atentatórias aos direitos da maioria (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 1993).

Também é esclarecedora a maneira como esse jornal noticiou a retirada da Feira da Escadaria dos Remédios em 1991, buscando reforçar a ideia do saneamento, ou seja, de que aquela espacialidade era um foco de doenças e necessitava passar por uma limpeza. Em suas páginas, a referência ao incêndio ocorrido na feira não passou de um mero incidente, rapidamente controlado pelos bombeiros, mas foi dada ênfase a uma retirada relativamente tranquila, sem violência, apesar de as fotografias revelarem o aparato policial montado para essa operação.

Em 11 de julho de 1993, o mesmo jornal “A Crítica” publicou um artigo sobre os rumos do projeto “Manaus Moderna”, com o sugestivo título de “**Manaus Moderna desenvolverá a cidade**”. A reportagem se iniciava dando conta de que a execução do projeto estava atrasada em quatro anos e que, tendo sido iniciada com “dólares do banco mundial, seu prosseguimento seria à custa de Cruzeiros dos cofres do Estado”.

A fotografia a seguir ilustrava o artigo e revelava uma obra inacabada. O ângulo escolhido pelo fotógrafo Ângelo Menezes chama a atenção, pois revela a obra no trecho posterior ao entorno do Mercado Adolpho Lisboa. Ao fundo da fotografia, vemos a ponte que liga o bairro de Educandos ao centro, e, ao fundo, à direita, o Teatro Chaminé.

Notamos, pela imagem, que boa parte da obra já estava pronta – ao que nos parece, faltavam a pavimentação, as calçadas e a sinalização.



Figura 5 Imagem da Avenida “Manaus Moderna” na parte posterior ao Mercado Adolpho Lisboa, publicada no jornal “A Crítica”.

Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica”, em 11 de julho de 1993.

No artigo, anunciava-se que o Governo do Estado investiria 27 bilhões de Cruzeiros na construção de um trecho da Avenida Beira Rio:

A Secretaria de Trânsito (SETRAN) anuncia que a partir do mês de outubro um dos trechos da Avenida Beira Rio poderá ser utilizado, compreendendo as ruas Visconde de Porto Alegre, José Paranaguá, Isabel e Rua dos Andradas onde o governo do Estado vai investir Cr\$ 27 bilhões de Cruzeiros (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Desse modo, do projeto original, no qual se pretendia construir quatro quilômetros de pistas, o jornal revelava que só 1,5 quilômetros haviam sido construídos e, do “muro de arrimo projetado para 1,2 quilômetros faltam 300 metros, naquela parte que passa pelo teatro Chaminé próximo a Ponte de Educandos” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Segundo as informações do diário, a parte mais cara da construção era o muro de arrimo, e não havia dinheiro para essa obra, de tal modo que o Governo do Estado, por meio da SETRAN, buscou fazer um ajuste no projeto original, dando utilidade à parte da obra que já estava construída. A ideia era construir uma pista de mão dupla, saindo da Rua Visconde de Porto Alegre em direção à Avenida Beira Rio, o que traria o inconveniente, segundo o jornal

“A Crítica”, de só permitir trânsito de veículo leve, já que essa rua e outras que seriam interligadas não foram projetadas para o trânsito pesado.

Mas, de acordo com o artigo:

há vantagem nesse arranjo, por que muitas ruas que não tinham saída estarão interligadas à Beira Rio, e quem estiver, por exemplo, em frente ao palácio Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro, e precisar voltar para o centro, terá como alternativa o retorno pela Visconde de Porto Alegre (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Após revelar o rearranjo que seria implementado nas obras do “Manaus Moderna”, seus inconvenientes e suas vantagens de acordo com o subsecretário de transportes e obras Miguel Capobianco, a articulista Terezinha Patrícia buscou dar relevo, numa segunda parte do artigo, sob o título: **“Projeto orçado em 110 milhões de dólares”**, aos impasses e dificuldades que acabaram por atrasar e impor modificações ao projeto.

Segundo o artigo:

dos 100 milhões de dólares orçados para o Projeto “Manaus Moderna”, apenas 40 milhões de dólares chegou a ser liberado pelo Banco Mundial e, desse montante, apenas a metade foi liberada pelo Banco Central, conforme revelou o engenheiro-presidente da Comissão de Fiscalização da obra, Eduardo Chiba, ao “A Crítica” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Ao analisar os fatores que concorreram para o atraso da execução do Projeto “Manaus Moderna”, notamos que o artigo de Terezinha Patrícia atribuiu preponderância aos fatores econômicos. Assim, a crise econômica vivenciada no país a partir do Plano Cruzado, que teria levado a uma suspensão do financiamento, foi apontada como fator fundamental para o atraso das obras.

De acordo com o texto:

Na época em que o projeto foi idealizado, a Zona Franca de Manaus passava por um período de prosperidade, com uma movimentação muito grande de carga e descarga e a construção da Avenida Beira Rio era de suma importância para liberar o centro da cidade do tráfego pesado. A crise golpeou a economia, mesmo assim, Eduardo Chiba ainda considera a construção da Avenida Beira Rio como necessária por que desafogaria a área central (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

O trecho citado reforça uma vez mais os fatores econômicos enquanto fatores definidores do atraso, bem como aponta para um arrefecimento da urgência da construção da avenida, uma vez que a crise econômica levou também a uma diminuição do tráfego no local.

Não podemos nos esquecer de que o questionamento em torno da necessidade e da urgência da construção da avenida não era novidade, pois, em 1989, a SEMDUR já havia

levantado essa questão<sup>165</sup>, visto que o transporte aéreo havia se revelado como meio de transporte mais eficaz. Nessa direção, faz-se necessário notar, ainda, que, ao longo de todo o artigo, não houve sequer uma breve citação sobre os embates travados com a SPHAN e os embargos à obra.

Em relação ao saneamento de igarapés, também previsto no Projeto “Manaus Moderna” inicial, o engenheiro Eduardo Chiba dava conta de que apenas um terço do planejado havia sido executado e que, caso se quisesse dar continuidade a essas obras, muitos empecilhos teriam de ser enfrentados, como é possível observar no trecho transcrito abaixo:

Chiba lamenta a descontinuidade das obras, explicando que no caso do Canal da Cachoeirinha foi feito um cadastro dos moradores e a cada paralisação a equipe notava novas casas. Para sanear atualmente um igarapé como o do Japiim, um dos maiores problemas seria retirar centenas de moradores que se estabeleceram nas margens (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Ao explicitar o aumento das ocupações no Canal da Cachoeirinha como um forte obstáculo a ser enfrentado pelo poder público, caso houvesse interesse em saneá-lo, o engenheiro deixava implícito, em seu discurso, que, diante de tais empecilhos, não havia uma predisposição a dar continuidade a essa parte do projeto.

Ao mencionar que, a cada paralisação, novas famílias se estabeleciam às margens dos igarapés, o engenheiro apontou para a dificuldade enfrentada pelos órgãos públicos em lidar com a presença significativa de vivências que insistiam em marcar aquela espacialidade com seus modos de vida.

Ainda que fossem considerados “ocupantes indesejados”, como foi largamente noticiado via imprensa, na ocasião da primeira etapa do Projeto “Manaus Moderna”, aqueles moradores que ali estavam reivindicavam a ocupação e o uso do espaço que, em última instância, consideravam como seu.

Essas pessoas querem melhorias, não desejam a vida “improvisada”, como nos disse o Sr. Luiz Maia. Mas querem permanecer ali, pois construíram ali sua identidade. Segundo esse depoente: *“É claro que nós queremos melhoria, mas nós somos daqui e queremos ficar aqui, é nosso direito”*<sup>166</sup>. E assim, quando esse “direito” não é respeitado, lutam por seus interesses, forjando estratégias para que possam voltar para o espaço que consideram como seu.

Nesse sentido, podemos observar na última parte do artigo (**“Feirantes serão retirados”**), que a articulista procurou evidenciar as dificuldades que o Governo do Estado

<sup>165</sup> Parecer nº 003/89 – GS/SEMDUR (22 de setembro de 1989). In: Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna” (AMAZONAS, 1987b, caixa 1, pasta 1).

<sup>166</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

enfrentaria na execução de uma segunda etapa desse “novo” Projeto “Manaus Moderna”. De acordo com o texto:

Um dos problemas para a continuidade das obras da Manaus Moderna, numa segunda etapa que abrange a parte que fica atrás do mercado Adolpho Lisboa, será a retirada dos feirantes que tomaram conta da área, além de dezenas de casebres que se espalharam pela margem do rio (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

O artigo revelava que o trecho da avenida que passaria em frente ao Mercado Adolpho Lisboa, se estendendo até o Teatro Chaminé, ainda não havia sido construído em 1993, e a mesma área que havia sido desocupada dois anos antes, na administração de Arthur Neto, sob alegação de que era uma área de disseminação de cólera, se apresentava novamente como obstáculo à construção da Avenida Manaus Moderna.

Sobre a origem dos ocupantes, o artigo informava que:

A maioria dos feirantes é originária da Feira da Banana – situada na escadaria dos remédios, local onde atracam embarcações vindas do interior do Estado – e que foi destruída na administração do ex-prefeito Arthur Neto, quando o cólera ameaçava a população de Manaus (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 11 de julho de 1993).

Com o objetivo de ilustrar essa parte final da matéria, foi utilizada a fotografia de Antônio Menezes, reproduzida a seguir:



Figura 6 Imagem utilizada para ilustrar matéria do publicada no jornal “A Crítica”.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica”, em 11 de julho de 1993.

Essa fotografia se revela extremamente interessante, na medida em que observamos a legenda que a acompanha. Apesar de constar da legenda “**Os feirantes são oriundos da Feira da Banana**”, apenas alguns barracos podem ser vistos ao longe. Quem aparece em primeiro plano é um porco, animal popularmente conhecido pela simbologia da falta de higiene. Nesse sentido, não podemos deixar de notar a harmonização entre o texto (“que foi destruída na administração do ex-prefeito Artur Neto, quando o cólera ameaçava a população de Manaus”) e a fotografia, reforçada pela legenda, numa clara tentativa de dar àquela ocupação a alcunha de sujeira, falta de higiene.

Importa refletir que essa construção discursiva evidenciava que as disputas por aquela espacialidade ainda se configuravam como uma realidade entre os diferentes grupos sociais.

Assim, de um lado, notamos que, naquela guerra de lugares, as elites alinhadas ao poder público e à imprensa recorriam novamente à velha fórmula do discurso higienizador/sanitarista, na tentativa de angariar adeptos ao seu projeto modernizador, e também numa tentativa de fazer crer que as suas opiniões refletiam a visão homogênea do conjunto da sociedade. Por outro lado, podemos perceber os feirantes, que, crendo na legitimidade da ocupação daquele espaço, insistiam em retornar com suas práticas de comércio, marcando de forma incisiva aquela espacialidade.

Cumpramos entender, portanto, que o Projeto “Manaus Moderna”, cuja implementação previa a saída definitiva dos comerciantes da área do porto, não pôde ser realizado exatamente como queriam os seus idealizadores, pois outras demandas acabaram por impor novas marcas.

Além da resistência imposta pelos feirantes da antiga Escadaria dos Remédios, outros fatores concorriam para tais mudanças, como por exemplo, a questão da organização do abastecimento de hortigranjeiros na cidade, que ainda não havia sido resolvida de forma satisfatória, e a questão dos atacadistas de hortigranjeiros, que também exigiam a permanência nas proximidades do porto da Manaus Moderna.

Percebemos que o caminho encontrado parece ter sido a construção de um galpão metálico, no ano de 1994 – a Feira Cel. Jorge Teixeira –, na Avenida Manaus Moderna, e que, hoje, aparece como uma das principais intervenções do projeto, sendo construída no início dos anos de 1990 e inaugurada em março de 1994.

Surgida de uma promessa eleitoreira do então candidato a prefeito Amazonino Mendes (como vimos no capítulo anterior), a feira acabou sendo entregue na gestão de seu sucessor e também aliado político, Eduardo Braga. A feira possui, segundo o Sr. Ivo Ribeiro de Almeida,

que era, à época da entrevista, administrador da feira, seis pavilhões divididos por cores, que indicam o tipo de alimento comercializado, e 927 boxes<sup>167</sup>.

Assim, segundo o depoente:

*6 pavilhões. Divididos em cores, nós chamamos de setores por cor, o peixe e a carne, o setor azul frança, que é o primeiro setor que nós temos, o setor verde, o laranja, o azul-mar, o amarelo e o lanche, tá? São os setores, por quê? Porque fica mais fácil de visualizar, né? E saber, setor tal, que são muitos box. [...]*<sup>168</sup>.

De acordo com o depoimento do Sr. Ivo, a feira não teria sido construída para abrigar os atacadistas, mas sim pequenos feirantes.

Desse modo, o entrevistado nos contou que:

*[...] quando foi colocada essa estrutura, dois anos depois começaram... os grandes atacadistas vir pra Manaus, ou seja, há uns 8, 9 anos já aqui nessa área. Ela não foi preparada com esse fim, ela foi preparada para uma feira normal... de venda de produto... ao consumidor final. Mas com a vinda dos atacadistas ela passou quase ser... uma feira que é atacado de distribuição, só que num tem estrutura para isso num tem galpões, né? Então, tudo são feitos nos boxes, pequeno mesmo, eles são feitos dentro desses boxes e mesmo assim conseguem abastecer as grande redes de supermercado [...] Então feira, ela passou a ser um centro de distribuição, tá?*<sup>169</sup>

Entretanto, apesar da argumentação do Sr. Ivo, pudemos notar que o objetivo primordial desse galpão não era abrigar os feirantes, mas sim os atacadistas.

Essa questão pode ser compreendida ao observarmos uma reportagem publicada no jornal “A Crítica”, em 30 de abril de 1994: “**Prefeitura promete feira para atacadistas**”.

A matéria dizia que:

O secretário de agricultura, abastecimento e fomento à micro e pequena empresa, Wilson Wolter, disse que a prioridade é atender os atacadistas que estão sem espaço na feira da Panair e num outro galpão provisório, próximo ao Teixeira, alugado pelos próprios feirantes (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 30 de abril de 1994).

Cumprе apontar que, comprometido com os empresários atacadistas, o prefeito não deixou de imprimir nos feirantes a ideia de que estava “do lado do mais pobre”, conforme nos falou o Sr. Luiz Maia<sup>170</sup>, angariando, dessa forma, grande prestígio político entre esses trabalhadores. Assim, enviou, pessoalmente, cartas-convite a um grupo de feirantes da antiga Escadaria, com o objetivo de realizar uma distribuição de boxes na nova feira.

<sup>167</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Nesse sentido, cabe perceber que a nova feira não comportaria todos os feirantes (o que vinha contradizer as promessas realizadas pelo então candidato Amazonino Mendes), e, diante das restritas vagas destinadas àqueles trabalhadores, essas acabaram sendo distribuídas a partir dos interesses das antigas lideranças da Associação dos Feirantes.

Essas antigas lideranças empreenderam, então, uma guerra de lugares, e acabaram, elas mesmas, por definir quem iria permanecer naquele local.

Cumpre notar que, na disputa pelo espaço que estava sendo “concedido”, a heterogeneidade e a multiplicidade de interesses se fizeram presentes naquele grupo de trabalhadores.

Sendo assim, o Projeto “Manaus Moderna” foi impelido a abarcar a Feira Manaus Moderna, onde nem todos os antigos feirantes tiveram espaço, mas apenas aqueles que, nos embates que foram travados, tiveram condições de se adequar às novas exigências ou estabeleceram relações políticas que os favoreceram na obtenção do espaço.

A imagem a seguir foi retirada do jornal “A Crítica”, publicado em 25 de outubro de 1998, ilustrando um artigo de Leyla Leong, intitulado “**Manaus: a cidade e o peso dos anos**”, e nos dá uma ideia do resultado desse projeto em outubro de 1998, ou seja, mais de uma década após ter sido regulamentado o projeto.

A avenida “moderna” possibilita o deslocamento, a velocidade, mas contrasta com as palafitas. A permanência das moradias improvisadas, típicas na região, flagra o descaso do poder público com o bem-estar de seus moradores, revelando que o “Manaus Moderna” parece menos preocupado com o lado social e mais com a viabilização do escoamento das mercadorias.



Figura 7 Imagem da Avenida “Manaus Moderna”, publicada no jornal “A Crítica”.  
Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica”, em 25 de outubro de 1998.

Nessa imagem, fica claro que, já no final dos anos de 1990, a avenida não havia conseguido se impor totalmente na paisagem do lugar. Eram os modos de vida mais tradicionais que se fixavam ali.

Dessa maneira, importa perceber que a disputa por essa espacialidade não chegara ao fim com a construção da avenida, mas a guerra de lugares foi imprimindo, naquele espaço, as suas marcas.

Nessa direção, podemos observar que, em sua edição de 23 de abril, o jornal diário “Amazonas em Tempo” trazia uma matéria com o sugestivo título: **“Caos e lixo comprometem portos regionais de Manaus”**. O texto dava conta da grande poluição do rio Negro naquele trecho e do engarrafamento que causa tormento à população, e trazia também como elemento que colabora para esse caos e desorganização, as pessoas, que o articulista generalizou como “os bêbados que incomodam os pedestres”. Abordando num parágrafo o aspecto físico da área, dando conta do caos e da sujeira, e, no parágrafo seguinte, colocando as pessoas que vivem e trabalham no entorno, o texto foi construído de forma que a leitura nos induz a identificar as pessoas e a sujeira presente naquele espaço.

A citação abaixo transcrita nos permite compreender essa construção textual:

No porto improvisado em frente à feira, lama, lixo e urubus formam um cenário decadente, na época de vazante. Quando as águas sobem, o lixo bóia no rio Negro. Ontem, entre os barcos ancorados havia restos de isopor, garrafas de plástico e outros detritos poluindo o rio.

Nas calçadas da Manaus Moderna, diversos bêbados dormem, enquanto outros incomodam os pedestres. A estudante Diani Fontineli, 17, reclama da falta de segurança no local. “Um ambiente como esse assusta o turista, pois é fedorento e imundo. Além disso, quando passamos os bêbados ficam puxando a gente”, diz.

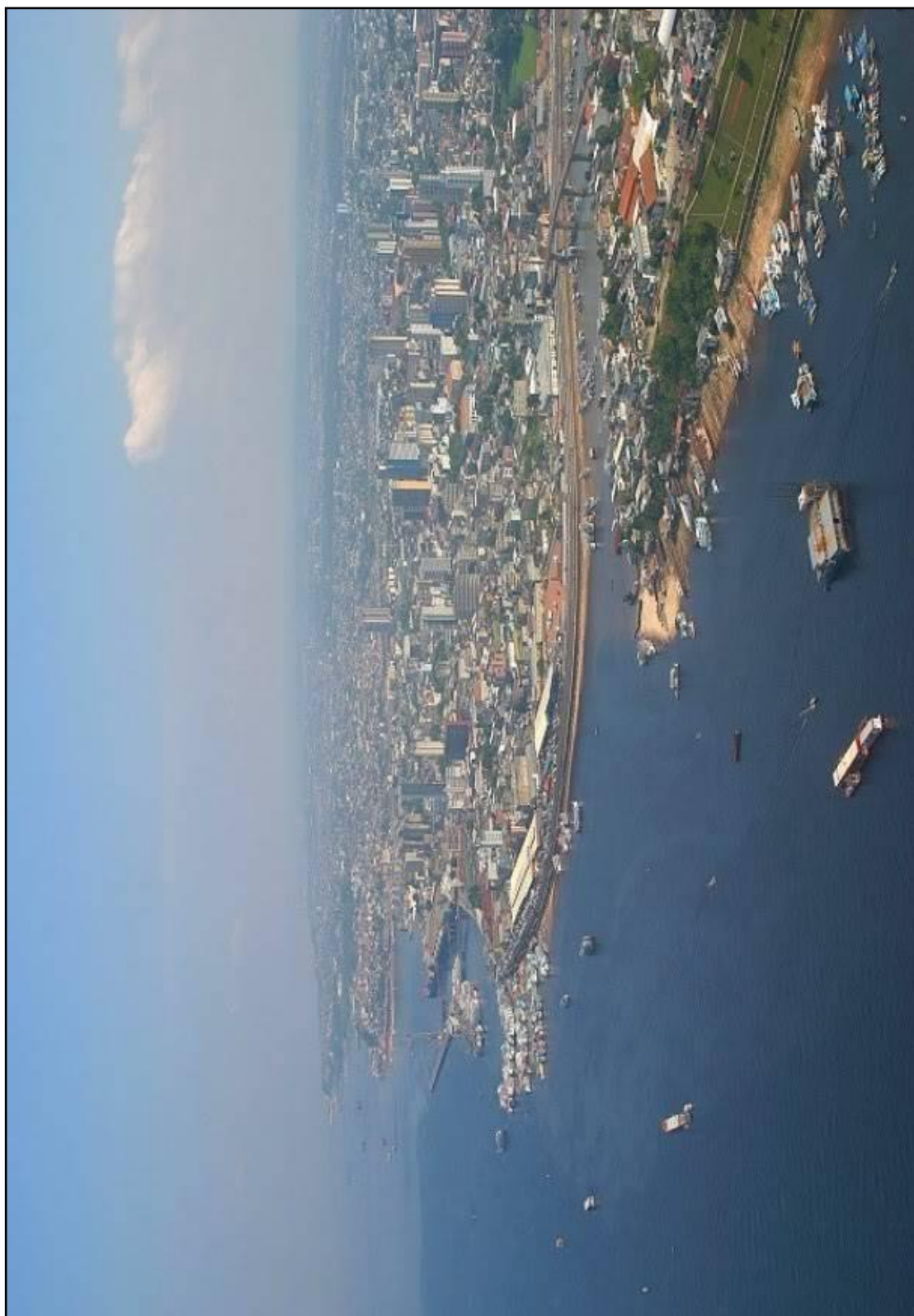
O trânsito caótico é outra fonte de reclamação constante dos usuários da Manaus Moderna. O comerciante Sílvio Ramos, 33, conta que apesar de ir com frequência à feira, ainda não se acostumou com a desorganização do local.

“Gastaram uma nota para construir essa avenida, mas agora não estão cuidando dela, deveriam fiscalizar o trânsito para evitar esses engarrafamentos”, opina.

Sílvio também reclama da presença dos flanelinhas. “Toda vez temos que pagar para eles, porque senão o prejuízo pode ser pior”, considera (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO, publicado em 23 de abril de 2003).

Assim, nesses discursos, notamos que trabalhadores, “vagabundos”, bêbados, sujeira e caos são misturados e compreendidos como um problema que ainda devia ser enfrentado na busca de forjar aqueles espaços em um lugar mais agradável para “os que vêm de fora”.

A fotografia a seguir nos permite acompanhar um longo trecho da Avenida Manaus Moderna e não nos deixa dúvidas: as palafitas que ocupavam aquele espaço foram retiradas, certamente deixando parte daquelas famílias sem ter onde se abrigar, mas a grande avenida foi prolongada.



Fotografia 23 Prolongamento da Avenida Manaus Moderna.  
Fonte: Imagem publicada no site [Skyscrapercity.com](http://Skyscrapercity.com) (2007).

Entretanto, é preciso estar atento, pois, como nos adverte Michel de Certeau (1994, p. 23): “A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (isto é, visual), em resumo, um quadro cuja condição de possibilidade é um esquecimento e um equívoco de práticas”. Sendo assim, quando aproximamos a objetiva, ainda podemos observar outras práticas compondo o espaço da Manaus Moderna.

O vai e vem dos carregadores, as mercadorias depositadas nas calçadas (ou mesmo na rua), os engarrafamentos resultantes do intenso trânsito de carros, caminhões e pessoas, a grande aglomeração de vendedores ambulantes e flanelinhas que dividem o espaço com os passageiros que partem do porto da Manaus Moderna, flagrados nas fotografias abaixo, nos dão certamente, uma visão diferente e bem mais realista do que a fotografia acima mostra.



Fotografia 24 Avenida Manaus Moderna.

Fonte: Imagem publicada no jornal “A Crítica” (edição *on-line*, de 12 de abril de 2010).



Fotografia 25 Avenida Manaus Moderna.

Fonte: Imagem do fotógrafo Rodrigo Baleia, publicada no *site* Viaje Aqui (2010).

Vemos, então, que, ainda que a etapa da obra tenha sido concluída, o alisamento desejado não foi alcançado. Apesar da aparente tranquilidade e da limpeza registrada pela fotografia panorâmica, nesse espaço se apresentam também outras facetas como observamos nessas últimas imagens. Assim, podemos perceber como são inúmeros os enfrentamentos que os diferentes grupos sociais vivenciam cotidianamente naquela área, que é uma verdadeira “guerra de lugares”.

### **PARTE III**

## **CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA DISPUTA PELO ESPAÇO**

## 5 DISPUTAS PELO ESPAÇO: IDAS E VINDAS DA FEIRA DA ESCADARIA

Em sua história de mais de três décadas, o processo de implementação do Projeto “Manaus Moderna”, com seus vários redimensionamentos, foi fundamental na conformação da área hoje chamada de “Manaus Moderna”. Nesse sentido, pudemos observar que o projeto conviveu com várias orientações, de acordo com os interesses e grupos políticos locais, bem como com suas articulações com os grupos econômicos, resultando, em vários momentos de sua implementação, em divergências sobre as direções que possuía entre esses grupos.

No entanto, para além dessas divergências, torna-se importante destacar os embates com os setores populares nesse período. Como indicado anteriormente, a área em questão é um espaço de ocupação antigo na cidade, e, portanto, remodelá-lo, ou reordená-lo, significou enfrentar as experiências e formas de ocupação que nele se consolidaram, ou seja, as formas de morar e habitar, mas, principalmente, os modos de trabalhar e comerciar das feiras que ali se construíram.

Também importa realçar que a pesquisa revelou que, nesses embates, a imprensa foi arma fundamental dos grupos políticos. No decorrer dessas décadas, localizamos verdadeiras campanhas da imprensa local, que tinham como alvo os modos tradicionais de viver e trabalhar naquela espacialidade.

Nesta parte da tese, procuramos trabalhar momentos destacados desse processo, como a desativação da Feira da Escadaria dos Remédios<sup>171</sup>, em 1980, sua reorganização poucos anos<sup>172</sup> mais tarde, e, novamente, sua retirada no final dessa mesma década, culminando com as disputas na implantação da Feira Atacadista Cel. Jorge Teixeira (Manaus Moderna), trazendo como contraponto o diálogo com feirantes e seus acervos fotográficos, bem como as experiências de outros trabalhadores. Assim, também buscamos compreender os significados e tensões vivenciadas na transformação daquela espacialidade sob a ótica desses sujeitos.

Nossa prioridade recaiu, portanto, sobre as disputas em torno do desalojamento da Feira da Escadaria dos Remédios, ainda em 1980, quando a feira também abrigava moradias dos comerciantes; posteriormente, na segunda metade dessa década, sobre os conflitos com grupos de camelôs e feirantes da “nova” Feira da Escadaria (também conhecida como Feira

---

<sup>171</sup> A Feira da Escadaria dos Remédios ocupou exatamente o espaço que hoje é ocupado pela Feira Cel. Jorge Teixeira (Manaus Moderna).

<sup>172</sup> O que diferenciava essa nova reorganização daquela antiga é o fato de que, na primeira, além do comércio de hortigranjeiros, os comerciantes também erguiam suas moradias naquela espacialidade, fato que, na ocasião da reestruturação da feira, não ocorreu.

da Banana), que culminou no incêndio ocorrido em novembro de 1991; e, por fim, sobre os processos e conchavos que se fizeram presentes na implantação da Feira Manaus Moderna.

Antes mesmo da licitação das obras centrais do Projeto “Manaus Moderna”, ainda no início da década de 1980, observamos os primeiros movimentos em direção ao reordenamento daquela espacialidade.

Nesse sentido, encontramos, na primeira página do jornal “A Crítica”, publicado em 4 de agosto de 1980, o seguinte título: **“Favela flutuante com os dias contados”**.

A reportagem de capa dava notícias de que:

Os moradores da favela flutuante que vinha (sic) teimando em subsistir na escadaria dos Remédios se muda (sic) em definitivo, pois a partir do próximo dia 12, a Prefeitura Municipal, com o apoio da Capitania dos Portos, deverá iniciar uma série de serviços naquela área, onde, inclusive, será instalado um atracadouro de embarcações utilizando provavelmente o pedaço da ponte flutuante que foi arrebentado no ano passado por um navio no porto de Manaus (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 4 de agosto de 1980).

A primeira questão que observamos é que, proposta pelo prefeito José Fernandes<sup>173</sup>, a retirada da Feira da Escadaria dos Remédios encontrou, no jornal “A Crítica”, um forte aliado que iria, inclusive, engendrar uma forte campanha em favor da retirada dos moradores daquele espaço da cidade, colaborando, assim, de forma efetiva para a elaboração de sentidos sobre aquele espaço e seus ocupantes, como podemos ver no título da matéria que chamava, pejorativamente, as moradias de madeira de “Favela Flutuante”.

Nesse sentido, a reportagem acima nos remete a outra conjuntura de disputas e conflitos pelo espaço atualmente denominado “Manaus Moderna”. Ressaltamos que é possível acompanhar como se deu esse processo analisando as fortes campanhas da imprensa local em prol de uma ação, qual seja desqualificar aqueles moradores. Dessa forma, podemos destacar que esses conflitos tiveram momentos mais acirrados, como por exemplo, nos anos de 1980, como destacado no artigo citado, e em 1991.

Importa pensar, portanto, como diferentes grupos sociais, e principalmente os feirantes, vivenciaram esse processo. Que marcas deixaram nesse espaço? Como se deu a resistência? Quais negociações foram realizadas?

Nessa direção, notamos que, ao dar a alcunha de “favela flutuante” às moradias e estabelecimentos comerciais flutuantes que se aglomeravam em frente à Igreja Nossa Senhora dos Remédios (no entorno do Mercado Municipal e adentrando o rio Negro), o autor do artigo

---

<sup>173</sup> O prefeito José de Oliveira Fernandes era filiado ao PDS, partido criado pela ditadura militar, e cumpriu mandato no interstício de 1979 a 1982.

citado procurou imprimir em seus leitores uma visão negativa daquela forma de ocupação do espaço, buscando, inclusive, evidenciar que a tal “favela” estaria atravancando uma série de serviços que a Prefeitura e a Capitania dos Portos pretendiam realizar naquela área.

Assim, podemos perceber que, ao se posicionar em concordância com as forças políticas representadas pelo poder público municipal e pela Capitania dos Portos, o diário procurou, ao mesmo tempo, angariar adeptos a essa percepção da ocupação, uma vez que a matéria apresentava os moradores daquele espaço como “favelados”, de forma pejorativa e desqualificadora, e também veiculava uma espécie de ameaça aos mesmos, como podemos observar pelo próprio título: “Favela Flutuante com os dias contados”.

Contudo, aquela não era a primeira vez que os grupos sociais representados pelo poder público em Manaus se viam incomodados com as moradias flutuantes naquela espacialidade, pois também não era novidade esse modo de morar. Segundo Wilson Rodrigues da Cruz e Celso Luiz Rocha Serra (1966), os flutuantes estão presentes em Manaus desde a década de 1920<sup>174</sup>.

Como indicado anteriormente, essa área foi constituída enquanto espaço tradicional de comércio em Manaus<sup>175</sup>, e acabou se consolidando enquanto espaço de abastecimento da cidade, bem como área de abrigo de pessoas muitas vezes vindas do interior, e até mesmo de outros estados, que foram construindo ali suas casas, seus comércios, avançando, inclusive, para dentro do rio Negro, dando origem à famosa “Cidade Flutuante”<sup>176</sup>.

Mas, somente a partir da segunda metade da década de 1960, é que foi possível perceber certa preocupação do poder público estadual e da Capitania dos Portos com tal situação. Nesse período, tais órgãos começaram a engendrar campanhas, ressaltando o caráter insalubre das residências da Cidade Flutuante e encomendando estudos para que se comprovasse a insalubridade do local e, conseqüentemente, a necessidade de remover seus moradores<sup>177</sup>.

<sup>174</sup> Sobre a Cidade Flutuante ver: SOUZA, Leno José Barata, *“Cidade Flutuante”: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*; e também, SALAZAR, João Pinheiro, *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca de Manaus*.

<sup>175</sup> Em função das transformações ocorridas na área tradicional de abastecimento, principalmente pela construção de um porto flutuante, o comércio de gêneros foi ainda, no século XIX, sendo “empurrado” para a área do mercado e adjacências, como mostrou a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003, p. 49): “a zona portuária buscava uma maior especialização, não permitindo mais a ocorrência de posturas já convencionais naquela área. [...] De igual modo, todo o pequeno comércio de gêneros vindos do interior foi deslocado, passando a ser comercializados na praia do mercado e seu entorno”.

<sup>176</sup> Para uma compreensão acerca da Cidade Flutuante, ver: SOUZA, Leno José Barata, op. cit.

<sup>177</sup> Ver: CRUZ, Wilson Rodrigues da; SERRA, Celso Luiz Rocha. Aspectos econômicos e sociais da cidade flutuante. In: BONFIM, Ronaldo. *Uma introdução à realidade socioeconômica do Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

Foi também nessa década que, a partir de um decreto-lei, a Zona Franca de Manaus foi consolidada. Isso significou, naquele momento, a retomada de uma dinâmica econômica voltada para o mercado nacional, com o comércio de importados, e também com vistas ao exterior, uma vez que os diversos incentivos concedidos pelo governo pretendiam fazer com que Manaus se tornasse atraente à instalação de indústrias multinacionais.

É possível refletir que a Cidade Flutuante, estando localizada em local estratégico, qual seja na principal porta de entrada e saída de Manaus, ao lado do porto flutuante, começava a ser vista pelas elites entusiastas da Zona Franca como um empecilho ao que consideravam o “desenvolvimento” da cidade, e assim, em outras palavras, passava a ser vista como sujeira, como espaço degradado, gerando a necessidade de “limpar” a frente da cidade.

O poder público municipal e a Capitania dos Portos acabaram por intervir, a partir de um discurso higienista<sup>178</sup>, desmantelando os casebres e transferindo os moradores para áreas periféricas da cidade:

Todas as casas da Cidade Flutuante foram retiradas e aqueles moradores com maior poder aquisitivo foram transferidos para os conjuntos residenciais de Flores e Raiz que foram construídos com recursos do BNH – Banco Nacional de Habitação, para receber os moradores. Todavia, a maioria recebeu apenas uma pequena ajuda, autorização para desmanchar a casa flutuante e um meio de transporte para transferir o material para construir um barraco em outro local da cidade (OLIVEIRA et al, 2003, p. 81).

O que observamos, neste momento, é que a proposta de limpar significou, de fato, um esvaziamento dos modos de viver e morar naquela espacialidade. Entretanto, podemos perceber que houve também muitas resistências, as quais se deram mais no sentido de manutenção dos modos de comerciar. Notamos que a feira e a sociabilidade do espaço vão se mantendo a partir da resistência.

É preciso ressaltar, porém, que aquele local se constituiu por muito tempo em lugar de morar, trabalhar, se divertir, socializar-se, enfim, sobreviver. Importa destacar que parte da chamada “Cidade Flutuante”<sup>179</sup> se localizava exatamente ali.

Assim, as casas flutuando sobre as boias de açacu (madeira leve, de bastante incidência no Amazonas), as coberturas de palha ou zinco (dependendo da situação

<sup>178</sup> Na obra de Wilson Rodrigues da Cruz e Celso Luiz Rocha Serra (1966, p. 39-40), há um tópico específico sobre higiene, no qual os autores apontam que: “[A higiene] Completamente desconhecida pelo habitante do flutuante. [...] Caso não seja possível a extinção dos mesmos por parte das autoridades governamentais, necessário se torna que, para remediar a situação, seja instalado na Cidade Flutuante um Serviço de Higiene infantil, dotado de ambulatório”.

<sup>179</sup> Para uma discussão aprofundada sobre os modos de morar e viver na Cidade Flutuante, ver: SOUZA, Leno José Barata, *“Cidade Flutuante”: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*, em especial o capítulo II, *“A vida sobre as águas: experiências e vivências dos moradores”*.

financeira), as brincadeiras das crianças no rio, a lavagem de roupa que garantia o pagamento do aluguel, e mesmo a compra de alimentos no Mercado ou nas feiras próximas, marcavam aquela espacialidade com todo um modo de vida que os grupos adeptos à “modernidade” da Zona Franca entendiam como modo de vida retrógrado, atrasado, e que, portanto, queriam ver extinto.

Observamos, ainda, que, naquela espacialidade, esses modos tradicionais vão se perdendo na mesma medida em que as propostas de intervenção também não conseguem se impor de forma completa. Em outras palavras, notamos essa guerra de lugares, em que, de um lado, busca-se realizar um alisamento daquela espacialidade, almejando retirar dali qualquer vestígio de seus usos mais tradicionais e procurando imprimir novos usos vinculados ao capital, como por exemplo, o desejo de transformar aquele espaço em um parque turístico; e, de outro lado, as resistências a esses novos usos têm se colocado através das histórias de idas e vindas de antigos moradores e trabalhadores que reivindicam a legitimidade da ocupação.

Entretanto, o que podemos perceber é que todo o esforço engendrado tanto pelas elites como por aqueles trabalhadores que reivindicam os usos do espaço enquanto legítimo não tem conseguido se impor ali.

Naquele agosto de 1980, notamos que, além de anunciar a retirada dos moradores, considerados pejorativamente como “favelados”, o jornal “A Crítica”, acima citado, dava pistas da presença de atacadistas nessa área, já naquele momento. Desse modo, de acordo com o diário, os atacadistas que atuavam na feira tiveram garantida a sua transferência para a Feira da Panair, que se localiza no bairro de Educandos, e que não é muito distante da Escadaria. Já os pequenos varejistas “seriam distribuídos pelas feiras e mercados situados nas adjacências” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 12 de agosto de 1980).

Naquele momento, diante da imposição da saída, os feirantes e moradores do espaço não tiveram outra opção, senão a mudança para diversos mercados da cidade. O Sr. Luiz Maia, que desde que chegou a Manaus, em 1962, se instalou naquela espacialidade, nos contou que vivenciou diversos momentos de saída e retorno dali.

Quando perguntado sobre aquele agosto de 1980, o depoente fez questão de retroceder a vários outros momentos, construindo uma interpretação de suas vivências e reafirmando sua pertença àquele espaço. Em seu relato, observamos como ele lidou com a situação que se impunha naquele momento. Sua fala nos aponta como foi vivenciada por aqueles trabalhadores a luta pelo direito à ocupação do espaço e a realização de seu trabalho.

Segundo o depoente:

*Foi muito difícil pra nós chegar até aqui aonde nós chegamo, né? Ali na Ceasa, em 70... que nós saímos daqui expulso, né? Aquele rapa era antigamente... Pa Ceasa, passamo 10 ano na Ceasa num deu certo, porque a Ceasa num tinha porto, foi muito difícil nosso trabalho, aí retornamo pra cá de novo, aí foi aquela confusão de novo... pa nós saí daqui, tivemo que saí, aí se espalhamo, aí... Aí fundamo a feira do Bagaço lá na Compensa, né? Aí... Muncado foi pa feira lá do Bagaço, muncado foi pa feira lá no Vivaldão, certo? Depois nós se juntamo em grupo de novo, voltamo de novo pa... Pa Escadaria, né? E aí já em cima da balsa [...?] Num era mais lá na... Nas barraquinha na beira da praia, né? E o tempo foi passando... Tempo foi passano, foi se evoluino, aí... Aí foi construído a feira da banana, que era um galpão de madeira, né? Um galpão de madeira e... Passamo mais ou menos uns... Três anos naquele galpão...*<sup>180</sup>

A fala do entrevistado nos indica um importante elemento para a discussão, qual seja a presença de um movimento coletivo.

Segundo o Sr. Luiz Maia, havia naquele espaço um grupo de feirantes reunidos em uma organização. Esse coletivo foi, em vários momentos, dispersado pelas várias feiras em Manaus, mas sempre buscava se reorganizar, escolhendo lugares na cidade para atuar, inclusive fundando feiras como a “do Bagaço”. Quando se viram novamente dispersados, “se juntamo em grupo de novo”, retornando para aquele espaço e fundando novamente a Feira da Escadaria, que, a partir daquela nova configuração, em forma de um grande galpão de madeira, passou a se chamar Feira da Banana.

A fala também evidencia a divergência de posturas e valores gerando um constante conflito e, conseqüentemente, seu enfrentamento. Assim, para trabalhadores como o Sr. Luiz Maia, importava permanecer naquela espacialidade na medida em que foi se constituindo um sentimento de pertença àquele espaço: foram esses trabalhadores que, a partir de um constante embate, construíram a infraestrutura do local, ainda que precária.

Nesse contexto, o nosso depoente contou que a solução encontrada por muitos trabalhadores foi mesmo o retorno para a área do Mercado. Como ele mesmo disse no trecho transcrito acima: “retornamo pra cá de novo”.

Entretanto, o Sr. Luiz Maia nos revelou que essa não feira também não ficaria ali por muito tempo. De acordo com ele, “aí foi aquela confusão de novo... pa nós saí daqui, tivemo que saí, aí se espalhamo, aí... Aí fundamo a feira do Bagaço lá na Compensa, né? Aí... Muncado foi pa feira lá do Bagaço, muncado foi pa feira lá no Vivaldão, certo?”.

<sup>180</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Dessa forma, em agosto de 1980, os feirantes novamente foram expulsos da área do Mercado, e, dessa vez, ao invés de se agruparem na Ceasa, foram “espalhados” por diversas feiras na cidade de Manaus.

As dificuldades enfrentadas pelos feirantes nas diversas feiras da cidade, principalmente aquelas relacionadas ao transporte de mercadorias, à distância de suas moradias e à freguesia escassa, acabaram contribuindo para que muitos feirantes retornassem à área do Mercado. Eles nos contaram que aquela área tem sentido especial; mais que isso, o sentido do lugar é dado por eles, como nos disse o Sr. Luiz Maia: *“Aqui nós tá perto de tudo, né? **E foi nós que fez esse lugar aqui... né?** Então, pa tu vê que num pode tirar a gente daqui assim não, aqui é nosso lugar”*<sup>181</sup>.

O sentimento de pertença do Sr. Luiz Maia e de outros trabalhadores foi se constituindo a partir de vários elementos. Foi lá, ainda na Cidade Flutuante, que ele morou quando chegou à Manaus. Migrante de Sobral, no Ceará, foi a Cidade Flutuante, a Manaus, que o acolheu, e era dali também que retirava sua sobrevivência: vendia hortaliças na Praia do Mercado.

Sendo assim, aquele espaço tem significado especial para esses trabalhadores que nos contaram da facilidade de estar lado do Mercado e de frente ao rio Negro, exatamente no local em que chegam as mercadorias, o que favorece o seu descarregamento, além de ser um espaço onde a freguesia já estava “conquistada”.

Com o desmantelamento da feira naquele agosto de 1980, os trabalhadores tiveram de enfrentar a dificuldade de mudar para longe de seu trabalho<sup>182</sup>, trazendo como consequências dificuldades e despesas com transportes, além de uma tarefa de conhecimento e conquista de novos consumidores.

Nesse sentido, muitos pequenos varejistas parecem ter resistido e permanecido no local, se não morando, pelo menos trabalhando, construindo barracas de madeira, o que foi aumentando ao longo de uma década, formando novamente a Feira da Escadaria, a qual, porém, não mais abrigava moradias, apenas o comércio de hortigranjeiros.

Perguntado sobre a origem da Feira da Escadaria, a feira de madeira, o Sr. Ivo, administrador da Feira Manaus Moderna à época da entrevista, nos contou que ela foi se formando aos poucos. Segundo ele:

<sup>181</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

<sup>182</sup> “[...] Porém, a Prefeitura embargou a moradia na praia e concedeu terrenos para todos os locatários no novo bairro São José Operário, no Aleixo, onde também algumas casas já estão construídas.” (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 31 de agosto de 1980).

*[...] uma banca aqui, uma banca ali, vai-se crescendo, crescendo, crescendo... [...] Mas era feita de madeira, e... chão batido, às vezes, até alagava antes, porque [...] alagava sabe, aqui é uma área de alagado e é um aterro, mas que... aí se formou a feira*<sup>183</sup>.

Vimos, anteriormente, que a população de Manaus cresceu expressivamente na década de 1980 e continuou crescendo nas décadas subsequentes. E, mesmo tendo sido resultado de uma política, o crescimento populacional de Manaus trouxe consequências de um espaço que não se preparou para receber tamanho quantitativo de pessoas.

Dentre os inúmeros problemas enfrentados pelo poder público diante de uma cidade que cresceu “da noite para o dia”, o aumento da demanda por gêneros de primeira necessidade e a disciplinarização de sua comercialização estavam, sem dúvida, entre os mais significativos.

Essa necessidade de disciplinarização do abastecimento de gêneros alimentícios (frutas e verduras), bem como o seu ordenamento naquela área da cidade, não eram temas novos naqueles anos de 1980, pois, em outros momentos de transformação, desde o final do século XIX, a cidade já havia vivenciado uma tentativa de organização no tocante ao abastecimento de gêneros alimentícios.

No período que se estende da instalação da Província do Amazonas, em 1852, até por volta de 1870, Manaus passou por transformações em suas relações sociais, as quais marcaram, inclusive, o início desse processo de disciplinarização do abastecimento alimentar, na medida em que começava a se instalar na cidade “um contingente populacional externo, com interesses e hábitos alimentares diferenciados da grande maioria dos moradores locais” (COSTA, 1988, sem paginação)<sup>184</sup>.

<sup>183</sup> Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

<sup>184</sup> “Com a instalação da província, em 1852, a necessidade de disciplinar e regular o abastecimento da cidade de forma mais eficaz, passa a ser um tema constante na ‘fala’ dos Presidentes de Província e serão inúmeras as leis sancionadas com o claro objetivo de atender as novas necessidades da capital”. E ainda: “A farinha de mandioca, mesmo em falta, aparece como alimento básico da população, mas Bates descreve que a elite local, além de farinha, possuía paladar ‘mais refinado’, pois quando entrava carne fresca na cidade, o que só ocorria e longos intervalos de tempo, ela ‘era geralmente monopolizada pelas famílias das autoridades governamentais’” (COSTA, 1988, sem paginação).

Na tentativa de centralizar o abastecimento na cidade de Manaus, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa foi construído em 1881, e inaugurado em julho de 1883. Vale dizer que a construção do Mercado naquele espaço também não solucionou de forma definitiva a questão do abastecimento<sup>185</sup>, mas parece ter consolidado aquela área enquanto espaço de comercialização de alimentos.

Um século mais tarde, na década de 1980, o aumento populacional e as novas demandas geradas pela dinâmica econômica da Zona Franca de Manaus traziam para a ordem do dia os limites das políticas públicas de abastecimento na cidade.

Essa questão ficou ainda mais patente no ano de 1986 (sendo, inclusive, tema quase cotidiano nos jornais de grande circulação da cidade), uma vez que o país todo vivenciava uma carestia no fornecimento de seus gêneros básicos de alimentação, como consequência do Plano Cruzado<sup>186</sup>.

Assim, ainda que naquele momento o problema do abastecimento tenha sido compartilhado com o país todo, em Manaus ele ganhou contornos mais fortes, pois era uma questão que já vinha sendo colocada antes da crise nacional.

Nesse sentido, podemos observar cobranças ao poder público com vistas ao desenvolvimento de políticas de incentivo ao produtor rural e à disciplinarização do abastecimento de gêneros alimentícios no Amazonas, bem como anúncios de compra de mercadorias vindas de fora do estado. Diante desses elementos, importa compreender como a questão do abastecimento alimentício se colocava para a cidade de Manaus, ao longo da década de 1980, enquanto um problema que, acompanhando uma crise nacional, se acirrou a partir da segunda metade dessa década.

Nessa conjuntura, em que as políticas públicas de abastecimento se mostravam frágeis, atividades ligadas à importação e à venda desses gêneros, tanto no atacado quanto no varejo, se apresentavam como promissoras.

---

<sup>185</sup> Otoni Moreira de Mesquita (2006, p. 84) aponta que: “Em 1902, o intendente municipal João C. de Miranda Leão [...] solicitava consertos e criticava as condições físicas do antigo mercado, afirmando que o prédio tornara-se pequeno para a população e as alterações das paredes laterais haviam contribuído para ‘torná-lo mais contrário à estética architectural, formando um conjunto desengraçado, indigno’ de uma cidade que já atingira ‘os foros de elegante’, além disso, a cobertura de zinco estava ‘completamente estragada a ponto de ahi chover abundantemente’ e acreditava que o orçamento para consertar tal ‘monstruosidade architônica’ era considerável e não daria nenhuma vantagem ao município”.

<sup>186</sup> O Plano Cruzado foi anunciado em clima de grande euforia e mobilização popular, tendo todos os cidadãos sido convocados pelo presidente a atuar como fiscais dos preços e do abastecimento. Para uma discussão sobre o plano Cruzado, ver: MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987). *Texto para discussão IE/UNICAMP*, Campinas, n. 128, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto128.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

O nosso depoente Márcio chegou a Manaus em 1985, trazido pelo pai que viera pouco antes, atraído pelas possibilidades de maiores ganhos. Tendo suas expectativas comprovadas, o pai de Márcio, conhecido como Azulão, pediu à esposa que vendesse tudo o que tinham em Belém, no Pará, e viesse para Manaus.

Márcio recordou essa vivência da seguinte maneira:

*[...] Aí, com 90 dias, ele falou pra mamãe botar as placa de venda na casa, nos carro, nos comércio lá que já tinha um, um... uma mercearia, tinha esse bar e churrascaria, nas pedra, nos ponto da Ceasa. Quando foi com 90 dias, concluimos as vendas de tudo isso aí e viemos... Entendeu, foi direto pra trabalhar na feira... [...] A feira era de madeira, considerada um flutuante... Quando rio descia, ela descia, quando rio subia, ela subia<sup>187</sup>.*

A área do entorno do Mercado Municipal, a Escadaria dos Remédios e o porto improvisado, constituindo um espaço tradicional no comércio de gêneros alimentícios, ganhavam, àquela época, a exemplo de toda a cidade, uma nova dinamicidade.

A cada dia chegavam novos migrantes na expectativa de conseguirem melhores condições de sobrevivência; muitas vezes, vinham para trabalhar naquele espaço mesmo, como é caso da família de Márcio, cujos membros perceberam que, se instalando ali, poderiam melhorar seus ganhos. Essa nova dinamicidade trazia, em seu bojo, os conflitos e as disputas vivenciadas na cidade.

Assim, a área em que a família de Márcio e de muitos outros migrantes se instalou já se configurava, naquele momento, enquanto espaço de disputa na cidade de Manaus.

Nesse sentido, cumpre perceber que, cinco anos antes da chegada de Márcio e sua família, exatamente no ano de 1980, aquela área vivenciava um momento de grande tensão, em que o poder público empreendia forças para a retirada de ocupantes que trabalhavam com o comércio de alimentos.

Essa ação pode ser observada, inclusive, através de parte da imprensa<sup>188</sup> amazonense que, em apoio aos grupos que desejavam retirar os trabalhadores/moradores daquele espaço, realizava campanhas de apoio à tal retirada.

<sup>187</sup> Em entrevista realizada em 27 de junho de 2007, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>188</sup> As historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 258-259) nos chamam a atenção para o fato de que: “não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é ela mesma espaço privilegiado da articulação desses projetos”. Sendo assim, é preciso sublinhar que, mais do que um apoio, o poder público pode ter atendido a uma questão posta pela própria imprensa, ou seja, pelos próprios grupos que detêm os meios de comunicação – a imprensa escrita, no caso – no Amazonas.

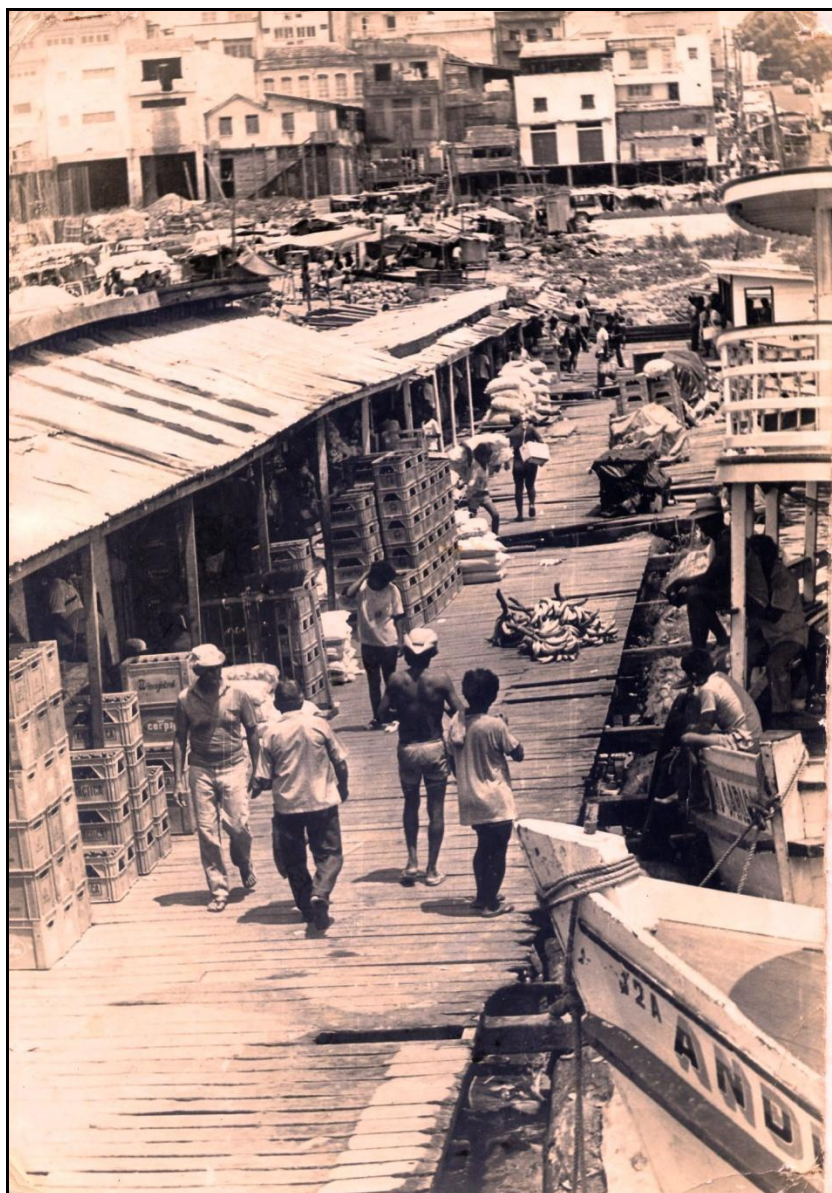
Como já mencionado anteriormente, em 4 de agosto de 1980, o jornal diário “A Crítica” trouxe como reportagem de capa a seguinte matéria: **“Favela flutuante com os dias contados”**.

A reportagem dava conta de que a Prefeitura e a Capitania dos Portos, após estipularem prazo para saída (dia 12 de agosto de 1980) dos “favelados”, realizariam uma operação de retirada daqueles que insistissem em permanecer no local. Assim, a matéria anunciava, também, que aquela área, após a saída dos ocupantes, passaria por uma série de mudanças, tais como a construção de um atracadouro e a destruição da ponte flutuante, local em que, segundo o artigo, os vendedores de hortigranjeiros pagavam uma espécie de pedágio ou diária ao “proprietário da ponte”.

Segundo o texto jornalístico:

Da mesma maneira como está retirando as famílias e comerciantes da escadaria dos remédios, a Prefeitura e Capitania dos Portos vai retirar as pontes flutuantes existentes ao pé dos grandes armazéns onde existe comércio de bebidas, frutas, verduras, legumes e bugigangas, mediante o pagamento de uma diária, por parte dos ocupantes ao “proprietário” das pontes (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 4 de agosto de 1980).

O texto nos permite observar que foram construídas pontes flutuantes que ligavam os grandes armazéns ao rio Negro, facilitando o escoamento das mercadorias. Entretanto, ao longo dessas “pontes”, foi se estabelecendo um comércio ambulante, como podemos observar na fotografia abaixo. Mas, em determinado momento, esse comércio parece ter incomodado os donos dos grandes estabelecimentos.



Fotografia 26 Comércio ambulante nas “pontes flutuantes”.

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Luiz Maia Teixeira (sem data, acesso em 2007).

O trecho acima citado nos reporta ainda à reflexão de como a cidade se constituía como uma “guerra de lugares”. Enquanto para aqueles pequenos comerciantes, esse espaço se constituía em espaço de vida e trabalho, em que forjavam suas estratégias de sobrevivência, marcando a espacialidade com suas experiências; para as elites representadas pelo poder público e imprensa, esse espaço era compreendido enquanto degradado e, na disputa por ele, exigia a intervenção saneadora, marcando-o com seus valores e experiências. De fato, essa reflexão ganha sustentação quando observamos o discurso que vai se construindo no decorrer da aludida reportagem.

Notamos a busca em fazer uma analogia entre a Feira da Escadaria e a antiga Cidade Flutuante, retirada do mesmo local 13 anos antes. É possível observar isso a partir da fotografia utilizada para ilustrar a reportagem. Ao invés de utilizar uma imagem recente do local, a escolha do editor recaiu sobre uma fotografia da antiga Cidade Flutuante, acrescentando a seguinte legenda: “**A cidade flutuante deu lugar à favela flutuante**”.

Dessa forma, os ocupantes daquela espacialidade se viram passar da condição de cidadãos a favelados<sup>189</sup>.

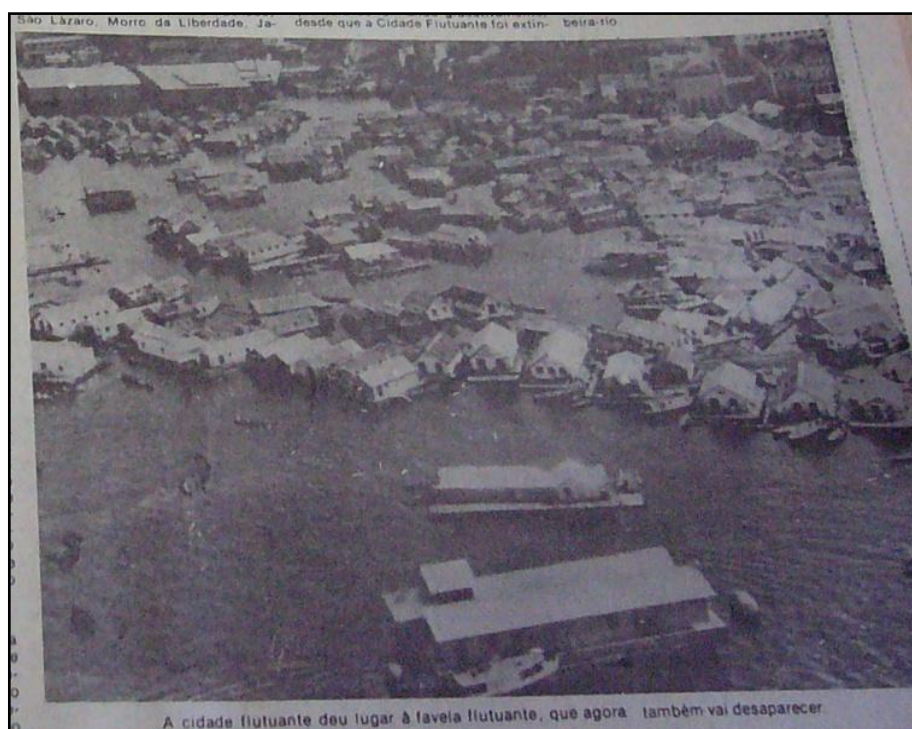


Figura 8 Imagem publicada no jornal “A Crítica”.

Fonte: Jornal “A Crítica”, publicado em 4 de agosto de 1980.

É interessante observar que a reportagem continuava, com o subtítulo de “**Pitresco**”, num esforço de construção discursiva que se aproximava muito das justificativas utilizadas pelo poder público à época da remoção da Cidade Flutuante.

A citação é interessante:

O comércio sobre a ponte que começa na escadaria e se estende até alto rio, embora seja pitresco, é também muito perigoso, porquanto não raras vezes afunda sob peso excessivo, provocando pânico em meio ao choro de

<sup>189</sup> Laura Antunes Maciel (2004, p. 38) alerta para o fato de que: “A escolha de palavras, imagens, associações e a cronologia construída não são aleatórias e os modos de narrar e informar produzem relatos posicionados sobre os acontecimentos que criam novas realidades sociais”.

crianças, gritos de mulheres e palavrões dos carregadores *seminus e suados*, transportando sobre as cabeças ou ombros curvados pesados volumes em demanda das embarcações ancoradas mais adiante no fim da ponte.

À noite, essa ponte provisória é um antro de marginalidade e prostituição, onde as pessoas se entregam às liberações alcoólicas, acontecendo assaltos audaciosos e até crimes de morte no interior das embarcações ou na própria ponte. Para prevenir ou reprimir esses problemas, a Capitania dos Portos intimou os proprietários das biroskas e os favelados para, num prazo de 30 dias, que se encerra dia 12 próximo desocuparem a área.

A partir da desocupação, a Prefeitura vai se encarregar de proibir a proliferação de novas barracas e construir um ancoradouro decente para melhorar a situação das pessoas que chegam e saem de Manaus a bordo de embarcações e não prejudicar a navegação que liga a capital ao interior do Estado (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 4 de agosto de 1980).

Importa notar como a imagem construída pela reportagem era carregada de estereótipos<sup>190</sup>. Sendo assim, o artigo não trazia a informação concreta, mas era carregado de generalizações (“antro de marginalidade e prostituição”, “as pessoas se entregam às liberações alcoólicas”) que, além de não informarem acerca da situação concreta, criavam imagens falseadas e idealizadas dos acontecimentos. Assim, a narração foi construída de forma policialesca, naturalista, como podemos observar, por exemplo, ao definir os carregadores: “*seminus e suados*, transportando sobre as cabeças ou ombros curvados pesados volumes [...]”.

Entre tais razões apontadas, podemos destacar que a presença dos ocupantes daquela área estaria, de acordo com essa imprensa, atravancando uma melhora estrutural no porto, na medida em que impedia a construção de um “ancoradouro decente”. Também podemos notar que, para o discurso jornalístico, a forma de ocupação era extremamente perniciosa à cidade, pois tornava o espaço degradado e perigoso, inviabilizando a presença de famílias.

Nessa direção, cabe perceber como toda argumentação utilizada na justificação da retirada dos comerciantes era de cunho moral e desqualificadora. Podemos observar, por exemplo, que, ao qualificar o comércio sobre a ponte enquanto “pitoresco” e “perigoso”, foram criados estereótipos que não revelam a dinâmica dos modos de vida populares.

Nessa campanha da imprensa, ao longo da semana em que foi publicada a reportagem acima comentada (de 4 a 11 de agosto de 1980), os jornais “A Crítica” e “A Notícia”

<sup>190</sup> As historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 258) tem nos mostrado a importância de se “problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade”. Desse modo, é possível perceber como parte da imprensa atuou nessa disputa, alinhando o seu discurso ao discurso de empresários e industriais que desejavam a retirada daquelas pessoas. Assim, utilizou de todo o potencial e argumentação discursiva, procurando mostrar ao restante da população que a presença daquelas pessoas deveria ser rejeitada por diversas razões.

trouxeram, cotidianamente, notas e artigos, lembrando que faltava pouco tempo para a retirada dos “favelados”, e também dando conta da necessidade de tal retirada.

No dia 11 de agosto de 1980, o jornal “A Notícia” trazia, em sua primeira página, a seguinte reportagem:



Figura 9 Reportagem do Jornal “A Notícia”.

Fonte: Jornal “A Notícia”, publicado em 11 de agosto de 1980.

Destacamos, em primeiro lugar, que a utilização de expressões extremamente contundentes na desqualificação dos moradores daquela espacialidade, como “vergonha” ou “sujeira”, tornou-se possível na medida em que ainda vivíamos no contexto de uma ditadura militar, em que, não raras vezes, os direitos e o respeito a diversos grupos sociais não se faziam presentes. Desse modo, ao jornal parecia normal se referir àquelas pessoas com palavras pejorativas, dispensando a elas um tratamento desrespeitoso.

Reportando-nos às reflexões realizadas por Heloisa de Faria Cruz (2000), notamos como o título, a fotografia e as legendas são partes constituintes do discurso jornalístico, que conduzem, direcionam o olhar do leitor, formando uma opinião acerca do fato. Assim, as fotografias apresentadas lado a lado buscam retratar um ambiente desordenado.

Nesse sentido, é preciso observar que a imagem que chama a atenção para a matéria foi realizada a partir de uma montagem, na qual foram tomadas partes específicas, colocando-as lado a lado, como se fosse uma imagem contínua que revelasse a falta de uma determinada ordenação que se julga correta. Assim, essas imagens se harmonizaram com o título da

matéria, orientando o leitor a ver a ocupação da Escadaria como uma “vergonha”. A legenda completava a mensagem: “Hoje é o dia aprazado para acabar a **sujeira** da Escadaria dos Remédios, que **enfeia a entrada da cidade**” (grifos nossos). A mensagem é tão contundente que a matéria poderia ser dispensada.

De fato, a matéria em si era, na verdade, uma nota. Sob o título de “**Escadaria dos Remédios vai livrar-se da sujeira: hoje**”, era informado que:

Terá início, às 8 horas de hoje, a derrubada dos casebres flutuantes e da periferia da Escadaria dos Remédios, por uma equipe de oficiais e soldados da Capitania dos Portos e homens da Prefeitura de Manaus, que farão uma operação conjunta para acabar de uma vez por todas aquela sujeira que se forma na frente da cidade (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 11 de agosto de 1980).

No dia 13 de agosto de 1980, dia seguinte à desocupação, o mesmo diário trouxe a seguinte reportagem: “**Finalmente foi limpa a entrada da cidade, apesar dos protestos**”, dando conta de que toda a operação de derrubada dos “casebres flutuantes” e dos situados na “periferia do porto” havia ocorrido dentro da normalidade, sem qualquer tipo de ocorrência. Importa perceber, aqui, que o jornal, ao mesmo tempo em que buscava imprimir no leitor a ideia da necessidade dessa ação, pois promovia a limpeza da frente da cidade, deixava entrever que essa não era a opinião do conjunto da sociedade manauara. Desse modo, mesmo reforçando a ideia da necessidade da medida saneadora, o diário trazia alguns protestos, que acabavam por evidenciar a luta empreendida pelos moradores para permanecerem ali.

Essas falas estavam agrupadas num texto (“**Choro, protestos e pragas contra a medida saneadora**”), que se iniciava da seguinte forma:

Com muito choro, protestos e revolta, a Capitania dos Portos e a Prefeitura Municipal de Manaus, por ordem do prefeito José Fernandes, retiraram os barracos situados em frente à praia do Mercado, que se constituía num péssimo visual para os turistas que chegavam de barco à nossa cidade. A maioria dos populares, proprietários de barcos e os passantes, amaldiçoaram o prefeito, acusando-o de está tirando o pão da boca de pobres, não deixando outra opção para estes a não ser a marginalidade (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 13 de agosto de 1980).

O texto nos apresenta um importante elemento para refletirmos acerca das mudanças de paradigmas dos processos de planejamento urbano nesse momento. Nesse sentido, observamos que o sujeito que mais parecia interessar aqui era o turista, daí a preocupação com o “péssimo visual” causado pelas ocupações consideradas desordenadas na frente da cidade.

Convém refletir que a ideia do turismo enquanto investimento lucrativo já se colocava, neste momento, enquanto base da argumentação que justificaria a retirada dos trabalhadores e moradores daquela espacialidade.

Dessa maneira, o jornal, ao imprimir a ideia do “mal necessário”, nos esclarecia em função de que e de quem se fazia necessária a “limpeza” da frente da cidade. Assim, o articulista é claro ao afirmar que a tal “favela” causava “péssima vista para os turistas que chegavam de barco”. Cabe destacar que, neste momento, a “limpeza” da frente da cidade se colocava enquanto necessidade muito mais aos empresários ligados ao turismo do que aos trabalhadores que dali tiravam seu sustento.

O trecho em destaque também nos possibilita a reflexão de que outros grupos sociais não concordavam com tal postura, evidenciando as disputas que estavam postas por aquele espaço.

É nesse mesmo alinhamento, porém com um discurso mais contundente em favor dos empresários e industriais representados então pelos poderes municipal e estadual, que, em 13 de agosto de 1980, o jornal “A Crítica” dava a notícia de que havia sido “consumada a **limpeza** da escadaria” (grifo nosso), publicando as seguintes fotografias:



Figura 10 Reportagem de primeira página do jornal “A Crítica”.  
Fonte: Jornal “A Crítica”, publicado em 13 de agosto de 1980.



Figura 11 Reportagem do caderno “Cidades” do jornal “A Crítica”.  
 Fonte: Jornal “A Crítica”, publicado em 13 de agosto de 1980.

Na primeira imagem (Figura 10), lemos a seguinte legenda: **“A favela da escadaria dos remédios foi transferida para a Panair de Educandos sem violência”**. Entretanto, podemos ver um policial de pé, próximo ao caminhão, na parte inferior da fotografia, com arma e mãos na cintura, nos revelando uma ameaça a quem não cumprisse a ordem de despejo. A segunda imagem (Figura 11) buscou enfatizar o caráter de sujeira. O enquadramento da fotografia procurou revelar um ambiente desorganizado, sujo e, portanto, “necessitando” de limpeza. Assim, como dizia a legenda, **“os barracos destruídos darão lugar a novo ponto de embarque”**. As imagens e legendas buscavam construir a ideia de que o velho, sujo, daria espaço ao novo.

A matéria se iniciava com a fala do secretário municipal do abastecimento à época, Mário Gazel: **“não é um despejo e sim uma mudança para melhor”** (grifo nosso). Enfatizando que se tratava de uma “mudança”, e não uma retirada, a matéria procurou reafirmar o caráter não violento da ação, sustentando que a Prefeitura Municipal e a Capitania dos Portos contavam, inclusive, com a colaboração dos próprios “favelados”.

Assim, o jornal buscou enfatizar que, em ação conjunta, a Prefeitura, o Governo do Estado e a Capitania dos Portos estavam, na verdade, colaborando com a mudança dos “favelados” para outro lugar, a Praia da Panair. Nesse local, eles poderiam erguer novos barracos para trabalhar, porém, estavam impedidos de morar lá. Por conta disso, “ganhariam” casas num bairro que estava sendo construído, o São José, localizado na zona leste da cidade.

O texto dizia que:

Os próprios feirantes, apoiados por pessoal da Prefeitura fizeram a demolição dos barracos e encheram os caminhões com o madeirame e os utensílios aproveitáveis. Um bloco de guardas municipais isolou uma área frente à casa do povo, onde os caminhões eram carregados para transportar os pertences dos favelados para a praia da Panair. O resto do madeirame, inaproveitável, será levado para a outra margem do rio Negro e queimado (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 13 de agosto de 1980).

É importante observar como a construção discursiva desloca e interpreta a ação dos representantes políticos. Nesse sentido, uma ação de repressão e desocupação, que contou inclusive com a ameaça de violência se torna, a partir do discurso jornalístico, uma ajuda, uma colaboração do poder público para um grupo que estava passando “**não [...] um despejo e sim uma mudança para melhor**” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 13 de agosto de 1980, grifo nosso). É interessante perceber que, em todo o artigo, não aparece um depoimento sequer de feirantes ou moradores que estavam “mudando para melhor”.

Contudo, ao entrevistar alguns feirantes, pudemos observar, por meio de suas ponderações, que as intervenções realizadas pelo poder público não costumam se dar de forma pacífica, cordial e ordeira, como o artigo jornalístico procura evidenciar.

O “Seu” Sabá, que trabalha naquela área desde a década de 1950, ao falar sobre sua cômoda situação atual na Feira Manaus Moderna, expressou certo temor – adquirido com a experiência –, deixando claro que o autoritarismo há muito se faz presente nas ações do poder público. Ademais, revelou que não é recente o desejo de empresários locais em transformar aquela área em atração turística.

Conforme nos disse o “Seu” Sabá: “*Por aqui, ninguém sabe quem vai mexê nela (na feira) pa tirá ou saí algum dia, porque aqui a pessoa sempre fala que vai ser um setor de turismo e tal. É que no dia que eles quiser mandá tirar, eles manda memo, quem manda é eles*”<sup>191</sup>.

Seu depoimento nos remete, assim, a duas importantes questões. Primeiro, aponta a perspectiva ensejada por grupos da elite de tornar lucrativo aquele espaço através de empreendimentos turísticos, e, em segundo, nos fala da presença de um mandonismo que, podemos perceber, não é novidade ali. A partir de experiências vivenciadas anteriormente, as pessoas naquela espacialidade se mostram apreensivas, sempre na expectativa de serem retiradas a partir da vontade de “quem manda”.

<sup>191</sup> Em entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

O Sr. Luiz Maia nos reportou à experiência de quem vivenciou as lutas pela conquista de um espaço. Segundo o depoente:

*Num era mais lá na... Nas barraquinha na beira da praia, né? [...] Aí foi construído a feira da banana, que era um galpão de madeira, né? Um galpão de madeira e... Passamo mais ou menos uns... Três anos naquele galpão... Depois o Amazonino é... No seu primeiro mandato de governo,... Ele mandou fazer mais tre... Dois galpão grande, que era pra... Nos acolhê pra dentro do galpão... Ampará todos nós e... Já... Em 91, foi quando o Arthur tocou fogo na feira, né? Qui nós saímo daqui, expulso daqui como bandido não como trabalhado, não como cidadão... [...]*<sup>192</sup>.

Nesse trecho de seu depoimento, o Sr. Luiz Maia se referiu ao retorno da feira de madeira ao mesmo local em que, no ano de 1980, havia sido retirada em ação da Prefeitura Municipal. Nosso depoente nos relatou que, após o grupo se dispersar por várias feiras na cidade, e após fundar a Feira do Bagaço no bairro da Compensa, retornou ao antigo local à frente da cidade, formando novamente uma feira com barracões de madeira, a qual seria denominada Feira da Banana.

Desse modo, ao conversar com os depoentes sobre essa nova formação, percebemos que eles a denominam tanto de Feira da Banana quanto de Feira da Escadaria.

O depoimento do Sr. Luiz Maia nos aponta, ainda, um elemento muito importante. De acordo com sua reflexão, a outra feira que foi se formando posteriormente contou com a convivência do então prefeito Amazonino Mendes (1983-1986). E mais que a simples concordância com a nova feira de madeira, nosso depoente nos relatou o apoio recebido pelos feirantes no primeiro mandato de Amazonino Mendes como governador (1987-1990), construindo mais dois galpões de madeira para os “*acolhê pra dentro do galpão... Ampará todos nós*”.

Seu depoimento marca de forma incisiva as articulações com os grupos políticos locais, e nomeia, nesse campo, o grupo de Amazonino como grande aliado, enquanto o de Arthur Virgílio é tido como inimigo central. Assim, cumpre notar a relevância que esse depoente dá a essa resistência. Ele fez questão de registrar que, nos diversos momentos em que as elites empresariais e comerciais da cidade se voltaram para aquela área, exigindo sua ordenação a partir de seus interesses, a resistência esteve presente.

A partir de seu depoimento, podemos compreender, ainda, que a resistência nem sempre se mostrou no embate direto, mas, em muitos casos, na insistência do retorno, da (re) ocupação do espaço. Dessa maneira, o trecho acima transcrito mostra ainda que a aparente atitude de resignação daquela saída de forma pacífica pode ser entendida menos como um

<sup>192</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

conformismo à imposição da vontade das elites, e mais como uma estratégia de sobrevivência mesmo. Uma clareza de que, naquele momento, a correlação de forças era desfavorável.

Observamos que a compreensão dessas pessoas é que a ocupação do espaço só pode ser feita por elas, na medida em que são elas os construtores do espaço. Nesse sentido, são elas que têm o direito de ocupar o lugar. E, na busca por aquilo que entendem como um “direito”, acabaram por empreender lutas na defesa de seus próprios interesses.

O olhar de quem, entre tantas idas e vindas, ainda convive com a incerteza de que poderá permanecer naquele espaço, que afinal traz a sua identidade, mostra que, ora conquistando, ora sendo derrotados, ora resistindo, ora se conformando, os grupos sociais vão imprimindo suas experiências no espaço urbano, construindo, assim, a sua história, forjando seus valores, seus modos de vida, enfim.

Podemos retomar a fala do Sr. Luiz Maia, em que ele nos revelou um olhar mais aguçado. De acordo com o nosso entrevistado:

*Então é essa que é a história da... da antiga beira da... Da Feira da Beira da Praia que ela já teve o nome de... A Feira da Beira da Praia, depois veio o nome de Feira da Escadaria dos Remédios, depois veio a Feira da Banana e, ultimamente agora, Feira Manaus Moderna, e daqui eu num sei te dizê o que vai acontecê o amanhã, né?*<sup>193</sup>

Em 1985, noticiando o retorno do terminal de passageiros para a Escadaria dos Remédios, o “Jornal do Comércio” trazia como ilustração da matéria a seguinte fotografia:



Figura 12 Imagem publicada no “Jornal do Comércio”.

Fonte: “Jornal do Comércio”, publicado em 29 de agosto de 1985.

<sup>193</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Chamam a atenção na fotografia as inúmeras palafitas contornando a margem do rio Negro, e ao fundo, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Essas palafitas, localizadas exatamente no espaço onde, cinco anos antes, os poderes públicos municipal e estadual e a Capitania dos Portos empreenderam esforços para retirar o que consideravam uma “favela”, abrigam uma feira de madeira, na qual podem ser observadas estoques de frutas e legumes acondicionados e um barco encostado.

Nesse sentido, ao refletir sobre a conjuntura socioeconômica vivenciada na cidade de Manaus nos anos de 1980, quando a cidade se apresentava como lugar de oportunidades, ao mesmo tempo em que as dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios expunham os limites das políticas públicas nesse setor, podemos compreender que a feira improvisada de madeira, ou seja, a Feira da Escadaria, ao que nos parece, foi se colocando enquanto solução à questão do abastecimento, mesmo que temporariamente e a contragosto das elites que sonhavam em ver aquele espaço transformado em atrativo turístico.

O Sr. Ivo, ao falar sobre a origem dessa nova Feira da Escadaria, nos remete à reflexão de que ela parece ter sido, de fato, a “solução” encontrada naquele momento para as dificuldades na organização do abastecimento agrícola em Manaus. Mesmo não agradando a alguns setores da elite, como já foi dito, a feira foi se consolidando, se não como moradia, mas como comércio, incorporando cada vez mais os atacadistas desses gêneros, que voltaram sua atenção para as vantagens de se instalarem naquela área.

Ao ser questionado sobre a estrutura da Feira da Escadaria, o Sr. Ivo nos disse que:

*Não existia, porque como toda feira inicia, ela inicia de invasões, o cara vai colocando uma banca aqui, uma banca ali... [...] Toda feira é formada a partir de um comércio informal. [...] Uma banca aqui, uma banca ali, vai-se crescendo, crescendo, crescendo... [...] mais era feita de madeira, e... chão batido, às vezes até alagava antes, porque [...] alagava sabe, aqui é uma área de alagado e é um aterro, mas que... aí se formou a feira<sup>194</sup>.*

O depoente nos reporta aos modos de vida e trabalho construídos por alguns grupos de trabalhadores na cidade de Manaus. Sua fala aponta para a forma como vão lidando com as contradições colocadas no dia a dia, como vão buscando alternativas, ocupando e configurando os espaços de acordo com seus modos de vida. Entretanto, importa perceber, também, que, na disputa pelos espaços na cidade, empresários atacadistas, ao compreenderem que esse era um espaço estratégico naquela conjuntura, empreenderiam esforços para se estabelecerem ali.

<sup>194</sup> Em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

As dificuldades enfrentadas com a precariedade da estrutura da feira, que, como nos disse o Sr. Ivo, era de madeira, de chão batido e que alagava, eram um problema que já estava colocado pelos próprios trabalhadores.

É essa questão que o Sr. Manoel Rodrigues de Mesquita (cujo apelido é Sr. Pedro), que trabalhou na Feira da Escadaria, e hoje é lojista na área da Manaus Moderna, lembrou em seu depoimento, transcrito abaixo:

*Aqui era barracozinho... fazia as barraquinha, moravam... Tudo cheio de barraca, vendazinha, fazia aquelas quitanda... tipo como é agora aqui, cada um fazia uma quitanda dessa, vendia farinha, vendia banana, vendia... tinha a... quem vendia comida, vendia comida... Tudo era do mesmo jeito que é agora... Agora é que quem vende comida trabalha lá atrás, mas naquele tempo era tudo misturado... num tinha outra coisa pra fazê, montava aí [...] onde tava vendendo comida, onde tava vendendo... peixe, tinha lanche pelo meio... carne... Num tinha separação não, ter essa parte que trabalha só com peixe, outra só com carne... tudo era misturado... farinha com verdura.... legume, todo troço... melancia, todo mundo trabalhava embolado... até... quando quebraro...*<sup>195</sup>

Observamos, através dessa fala, que, para além de retirar os feirantes, buscou-se interferir no próprio modo de organizar a feira. Assim, a intervenção no espaço não se propôs simplesmente a retirar esses trabalhadores, mas fundamentalmente a modificar essa forma de organizar a feira. Como marcou bem o nosso depoente, a feira era organizada de determinada forma “*até quando quebraro*”. Sendo assim, a partir da “nova” feira, novos modos de organizar foram sendo impostos àqueles trabalhadores.

Notamos que essa fala nos dá conta de um espaço organizado de forma mais autônoma, segundo modos negociados pelos próprios feirantes. As barraquinhas eram montadas lado a lado; como disse nosso depoente, “*era tudo misturado*”: verduras, carnes, peixes. Não havia setores previamente definidos. O poder público não se fazia presente ou pouco interferia naquela forma de organização, na qual “*todo mundo trabalhava embolado*”. Os comerciantes, segundo o Sr. Pedro, simplesmente chegavam e se instalavam no local que mais lhes agradasse.

Na avaliação de Márcio, essa feira era muito mais movimentada, tinha mais vida, era muito mais dinâmica, porém “*era uma coisa muito feia*”, mas, ainda assim, atraía parcela importante da população manauara, o que evidencia as dificuldades no abastecimento de gêneros. Seu depoimento reforça a ideia de que havia uma insatisfação dos próprios feirantes com aquelas instalações. Segundo Márcio:

<sup>195</sup> Em entrevista realizada em 29 de agosto de 2008, na Avenida Manaus Moderna.

*Era muito mais movimento, ela não parava. Muita gente diz que isso aqui hoje funciona como uma central de abastecimento, vende muito, engarrafa, etc. e tudo, mais não chega nem aos pés do movimento da feira anterior de madeira. Que, por sinal, era uma coisa muito feia, sem a menor condição de, de... de higiene... Pense numa coisa ruim, eu num sei cumé que atraía tanto...*<sup>196</sup>

Márcio é mais jovem que o Sr. Manoel, portanto, faz parte de outra geração, mas experimentou as duas formas de comerciar: a antiga, nos barracões de madeira, onde a organização se dava de forma mais livre, e a atual, dentro da feira metálica, em que os espaços de venda são mais ordenados. Na sua concepção, ele não compreende como aquela outra feira podia atrair tantas pessoas, e fica se questionando como isso acontecia.

Dessa forma, sem compreender como um espaço com tantas limitações na infraestrutura podia ser atraente à população, Márcio ia recordando como era a dinâmica da Feira da Escadaria dos Remédios. Ele lembrou que a demanda era muito grande e, ao comparar com o atual movimento, arriscou dizer que, naquela época, o movimento era maior; segundo suas memórias, havia uma maior circulação de pessoas.

O trabalho se iniciava nas primeiras horas do dia, por volta de 1 ou 2 horas da madrugada, assim que as carretas chegavam ao porto, e era exaustivo, pois a demanda era tamanha que, segundo Márcio, muitas vezes as verduras e frutas eram comercializadas antes mesmo de serem descarregadas. Ele recordou que, não raro, não conseguia dormir, visto que os clientes insistiam em comprar as mercadorias mesmo quando ele próprio se recusava a vender.

Márcio rememorou seu cotidiano na feira da seguinte maneira:

*Você acredita que 2 horas, 1 hora da manhã... Quando a gente chegava com caminhão de mercadoria do aeroporto. As caixas de cenoura fresquinha, de beterraba, melão, abacate... já tinha cliente, num era dentro da feira, já era... onde o caminhão ia estacionar, num dava tempo nem baixar pro galpão, de reconferir aquela mercadoria, de separar, num dava tempo, pra você ter uma noção! Às vezes eu... Só em pensamento, eu queria descansar, pra mim ir pra escola à noite, umas 4 hora da manhã pensando que eu ia conseguir descansar, 5 hora. Atava uma rede assim, né? Próxima do tabuleiro... do balcão; freguês balançava: – Ei, ei me atende aqui ... Meu pai cochilava também. Ele dizia que ele ia atendê, mas o cliente acabava me acordando, porque ele tava mais distante do balcão que eu. Aí, o cliente balançava, pegava um pau de vassoura que tava encostado assim – Ei... acorda aí, me atende aqui! – Compra ali na frente que eu tô descansando! – Não, mais eu quero é esse produto! Terrível, terrível mesmo. Perdemos muita madrugada aqui; muita noite de sono, muita, e essa vida foi... até chegar 94, com a inauguração dessa nova feira*<sup>197</sup>.

<sup>196</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>197</sup> Idem.

Assim, no entendimento de Márcio, naquele momento, a presença crescente de outros comerciantes não se apresentava como uma ameaça que impunha ao comerciante a prática de preços mais atraentes ou mesmo um tratamento diferenciado ao cliente. Pelo contrário, para Márcio, a demanda era tamanha que a presença de outros atacadistas era vista como algo bom, com certo alívio até, pois dava a ele uma oportunidade de descanso.

Em contraposição ao intenso movimento, a precariedade da estrutura da feira foi muito ressaltada pelos entrevistados, reforçando o entendimento de que, de fato, a precária estrutura era um problema que se colocava cotidianamente a esses comerciantes.

Márcio continuou sua fala da seguinte forma:

*Num tinha condição da gente trabalhá, eu num sei nem por que. [...] Acho que porque o cliente insistia mesmo, todo dia tinha cliente e a gente vendia. Faltava mercadoria. Uma base de... 4, 5 caminhões por madrugada que se puxava do aeroporto. Caminhões grandes, truck. Inda num atendia, inda num era o suficiente. Eu num sei se porque naquela época era só meu pai de atacadista. Só era ele, diferença mostra, que tem hoje de 30, 40 atacadistas aqui, Puruca, Sobral, Karatê, Lorim, vai embora... mas, na época... na época era só... o Azulão da vida<sup>198</sup>.*

Desse modo, Márcio continuou enfatizando a movimentação em contraposição à precária infraestrutura. Nesse trecho de seu depoimento, vale perceber, também, que a presença de atacadistas naquele espaço, naquele momento, ainda não era muito significativa, o que, segundo sua análise, acabava por gerar o corre-corre dos consumidores.

Ao fazer a comparação entre a presença atual dos atacadistas na Feira Manaus Moderna e aqueles que atuavam na antiga Feira da Escadaria, Márcio nos contou, não sem orgulho, que o seu pai, o Azulão (apelido adquirido em função de um caminhão azul que fazia o transporte dos hortigranjeiros), foi o primeiro atacadista de hortigranjeiro a se instalar na Feira da Escadaria, e que, depois dele, muitas pessoas, seguindo o seu exemplo, começaram a trabalhar com atacado dessas mercadorias (“Era só o Azulão. Depois de muitos anos, já quase prestes à construção dessa outra aqui. Desta aqui que nós tamos hoje, que já vei aparecê o... o Peu, o Chico e o Ceará”<sup>199</sup>).

Compreendendo que suas memórias estão intimamente vinculadas à sua própria experiência<sup>200</sup>, Márcio fez questão de demarcar o pioneirismo de seu pai, o Azulão, no ramo do atacado. Seu depoimento, ainda que possa ser questionado no sentido de uma identificação

<sup>198</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Ao trabalhar com memórias, é preciso estar atento para o fato de que “[...] As histórias de vida e os relatos pessoais dependem do tempo, pelo simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia da vida do narrador”. Sendo assim, “Uma história de vida é algo vivo. Sempre é um trabalho em evolução, no qual os narradores examinam a imagem do seu próprio passado enquanto caminham” (PORTELLI, 2004, p. 298).

de outros atacadistas além do Azulão, nos instiga a refletir que, na segunda metade da década de 1980, aquela área abarcava ainda uma pequena quantidade de atacadistas que não conseguiam atender de forma satisfatória a demanda cada vez mais crescente. Ao mesmo tempo em que crescia, também, o número de atacadistas de hortigranjeiros.

Nesse sentido, mesmo se colocando enquanto solução temporária aos problemas de abastecimento da cidade, os comerciantes da Feira da Escadaria continuavam sofrendo com a precariedade de infraestrutura e a necessidade de improvisação.

No período das chuvas, a situação, que já não era fácil, tornava-se crítica, pois, com a elevação do nível da água, o rio começava a invadir os galpões de madeira. Era necessário buscar alternativas para os próprios comerciantes e também para os clientes, visto que, com a lama que se formava, o acesso à feira se tornava bem difícil.

Assim, o artifício encontrado era a construção de pequenas pontes, erguidas na medida em que o nível da água do rio se elevava, o que implica dizer que era praticamente um trabalho cotidiano, uma vez que, nesse período de cheia, o rio se eleva a cada dia.

Foi ainda Márcio que, em seu depoimento, nos deu contas das dificuldades vivenciadas cotidianamente num espaço de improviso que se complicava ainda mais nos períodos chuvosos:

*A gente criava um... um... tablado. Ia aumentando tablado em cima de outro tablado. A madeireira aqui do Educandos ganhou muito dinheiro com a feira da... quando o rio subia. Fazia-se um tablado hoje, amanhã tinha que fazer um outro, pra não perdê a mercadoria e pro cliente poder andar ali dentro... era tablado sobre tablado... Quando o rio secava, ia distorcendo aquilo, ia desfazendo aquilo, tirando aquela papa, aquela lama, aquele lixaral, peixe podre, era horrível<sup>201</sup>.*

Ao falar sobre as condições de trabalho na antiga feira de madeira, notamos que a lógica que organiza a fala de Márcio é mais “moderna” e saneadora. Ele apontou, de forma contundente, que aquela situação não era encarada com normalidade. Para ele, “*aquela lama, aquele lixaral*” e “*peixe podre*” configuravam uma situação extremamente incômoda, porém, na luta pela sobrevivência, eles se viam na necessidade de ter de lidar com tais adversidades, visto que não podiam contar com o apoio do poder público, cujos interesses, alinhados aos das elites locais, ao que nos parece, não pretendiam colaborar na adequação do espaço, pois estavam em disputa por aquele espaço. Ainda que a questão do abastecimento se colocasse enquanto problema importante a ser solucionado.

<sup>201</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

Algumas fotografias nos permitem visualizar os “tablados” dos quais nos falou Márcio. De fato, quando olhamos as imagens, podemos refletir sobre como a situação de “subida” do rio era resolvida pelos feirantes.

Assim, com as mercadorias molhando, a própria permanência no interior do galpão úmido e quente deveria ser difícil. Os clientes tendo de se equilibrar nas pontes de madeira, correndo o risco de cair com mercadoria e tudo o mais.

Nas imagens que se seguem, podemos visualizar a chamada Feira da Escadaria:



Figura 13 Feira da Escadaria dos Remédios.

Fonte: Imagem publicada no “Jornal do Comércio”, em 11 de agosto de 1986.



Fotografia 27 Feira da Escadaria dos Remédios.

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Luiz Maia Teixeira (sem data, acesso em 2007).

As imagens acima foram retiradas do “Jornal do Comércio” e do acervo pessoal do Sr. Luiz Maia, respectivamente. A primeira, usada pelo diário, nos aponta alguns elementos interessantes sobre a postura do jornal naquele momento.

A imagem ilustrava uma pequena nota que evidenciava, por um lado, o descumprimento do tabelamento de preços por “comerciantes gananciosos”, e também denunciava a precariedade das feiras na capital do Amazonas.

A nota falava sobre as feiras em geral, mas trazia a imagem da Feira da Escadaria; e nos chamou a atenção a seguinte expressão “comerciantes gananciosos”, que nos levou a questionar: quem seriam eles, uma vez que, ao acompanharmos parte da trajetória desse diário, pudemos observar uma postura de defesa dos comerciantes atacadistas que se instavam naquela espacialidade.

Acerca dessa questão, importa refletir que, ao observar as entrelinhas do pequeno texto veiculado, notamos que se tratava de um grupo bem específico de comerciantes, qual seja os pequenos comerciantes, uma vez que a nota também se referia à outras feiras da cidade, que diferentemente da Feira da Escadaria (ou da Banana), não abrigava atacadistas. Assim, ao “denunciar” o descumprimento do tabelamento e revelar a precariedade da infraestrutura das feiras, o jornal deixava entrever qual era a sua postura frente às condições de comércio naquela espacialidade.

Sendo assim, observemos a seguinte parte da nota: “A foto retrata bem o que é ser consumidor de feira na Capital da Zona Franca”. Compreendemos que, nesse momento, o jornal denuncia a precária infraestrutura no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho a um grupo bem específico, os comerciantes atacadistas da “capital da Zona Franca”.

Notamos, nas duas imagens, restos de madeira espalhados pela área da feira, bem como o barro deixado na medida em que o rio começava o processo de “descida”. Cumpre refletir como, na disputa pelo espaço, o discurso saneador se apodera de um elemento que já se constituía enquanto problema para as próprias pessoas que ocupavam aquela espacialidade, e atribui a responsabilidade justamente a essas pessoas, criando a ideia de que eles são, não só responsáveis pela sujeira, mas parte dela e, portanto, devem ser removidos dali.

Desse modo, notamos que as elites para as quais interessava tomar para si aquele espaço, transformando-o em espaço turístico, foram, através de vários meios, forjando a ideia de que a sujeira daquela espacialidade era derivada de uma gente sem asseio, que não se preocupava com a limpeza, associando esses trabalhadores a favelados, e a favela à falta de higiene.

A pesquisa na imprensa nos revelou campanhas que apontam interesses pela reformulação daquele espaço.

Nesse sentido, muitos depoimentos nos possibilitaram compreender como os embates foram vivenciados por muitos trabalhadores que tinham de lidar com as dificuldades de infraestrutura de um espaço com poucas condições de trabalho, e ainda conviver e combater a insatisfação de um grupo social que, segundo os entrevistados, via a presença desses comerciantes como uma ameaça.

Combatidos diariamente, os feirantes lutaram para se colocar enquanto trabalhadores frente a uma elite que, via imprensa, insistia em desqualificá-los, imprimindo à feira a pecha de favela, e à favela de espaço de não trabalho. É com contundência que Márcio, ao rememorar as notícias veiculadas nos jornais, revelou que, em sua percepção, a feira era vista como uma ameaça aos grupos das elites.

Ao ser questionado sobre o que representava a Feira da Escadaria para as elites da cidade, o depoente expôs que, em sua visão:

*Apresentava uma ameaça. Era só o que saía no jornal da época... Crucificava a feira todo dia, daquela favela, que não era chamada de feira, sabe? Favela da escadaria, não era Feira da Escadaria; nós que chamávamos Feira da Escadaria, mas a imprensa, a sociedade e... é... dizia a favela da escadaria<sup>202</sup>.*

<sup>202</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

É interessante notar que Márcio descreveu com clareza os conflitos vivenciados naquela conjuntura. Na fala de nosso entrevistado, a imprensa é a porta-voz de parte da sociedade, dos interesses que produzem sentidos sobre a cidade e também sobre aquele espaço de forma generalizada. Cabe perceber, assim, que a imprensa buscou produzir o sentido de favela, enquanto os feirantes buscavam imprimir o sentido de feira.

Nessa direção, é preciso lembrar que, mesmo tendo sido removida em agosto de 1980, a ocupação do espaço da Escadaria dos Remédios voltou a ser ponto de discussão em 1985/1986. Entretanto, nesse momento, a ocupação não abarcava mais moradias, mas apenas comércios de hortigranjeiros, peixes e carnes.

Podemos notar, nesse contexto, que parte da imprensa local coadunava com outros interesses que se colocavam para aquele espaço. Nesse sentido, podemos observar, por exemplo, uma nota publicada no jornal diário “A Notícia” em 4 de janeiro de 1986, na coluna “Fala Manaus”. O título, muito sugestivo, era o seguinte: “**Escadaria - um lixo**”.

A nota dizia que:

Pronto, verdadeiramente pronto, o mais belo cartão postal do porto de entrada de Manaus – a escadaria dos Remédios. Ali ergueu-se uma favela, onde são vendidos todos os tipos de bributes na mais profunda falta de higiene. A fedentina predominou. As palafitas cobertas de palha, de tábuas ou de folhas de zinco dão um péssimo aspecto à cidade, ao turistas que chegam à Zona Franca, via marítima, o atual prefeito Manoel Ribeiro, com certeza olhará o problema e verá o que fazer para acabar com aquele verdadeiro canteiro de lixo (JORNAL A NOTÍCIA, publicado em 4 de janeiro de 1986).

Percebemos que, como Márcio nos havia dito acima, a imprensa, naquele momento, empreendeu campanhas que buscavam desqualificar a feira, identificando-a com uma favela, e à favela dava-se a conotação de sujeira, falta de higiene, entre outros atributos desqualificadores<sup>203</sup>.

Mas a quem interessava a saída daqueles comerciantes que buscavam a venda em atacado para melhorar suas condições de vida? Que grupo era esse que tinha parte da imprensa como defensora? Quem cobrava do poder público a retirada daqueles trabalhadores, uma vez que o abastecimento era questão crucial na cidade naquele momento?

---

<sup>203</sup> Esses interesses não eram tão recentes naquela espacialidade, pois já vinham desde a instalação da Zona Franca, no final da década de 1960. Entretanto, notamos que, nas décadas seguintes, há várias tentativas de investir no potencial turístico daquele local. Leno José Barata Souza (2010, p. 335) nos lembra que, em 2 de julho de 1966, o prefeito de Manaus, Paulo Pinto Nery, declarou ao Diário de Notícias de Salvador, que “[...] tudo vai mudar e no lugar da velha ‘Cidade Flutuante’, o prefeito pretende construir uma praia artificial e um balneário. Na margem do rio Negro, esta é a entrada da cidade e será também sua sala de visitas”.

O depoimento do Sr. Luiz Maia nos dá pistas para refletir sobre essas questões. Ao ser questionado sobre a forma como ele via o início da atuação dos atacadistas, o depoente fez a seguinte reflexão:

*[...] É... Conforme a... cidade foi crescendo... Foi se evoluindo, né? E... Como num há... O nosso plantio aqui é na várzea, né? E são seis meses, né? [...] Esses empresário como você tá falando, que realmente... [...] eles não são permissionário, eles são empresário. [...] Eles são simplesmente empresário que vieram do Sul pra cá com dinheiro e se aproveitaram muitas vezes da necessidade de cada um e compraram duas bancas, três bancas, quatro bancas, cinco bancas foi comprando, né? A Secretaria cedeu esse espaço, que justamente é contra o regulamento de feiras e mercados, eu num admito isso, né? Então, é incrível ver o que aconteceu na gestão passada, num é desta gestão agora, né? É da gestão passada. [...] Tirando a oportunidade do permissionário. [...] Nós que somos o criadô disso aqui. Então nós somos conhecidos como permissionário, eles não... Eles num vêm na banca deles não. Eles têm gente pra trabalhá pra eles. Você num vê um empresário desses aqui na banca não [...] ]<sup>204</sup>.*

Ao falar sobre a presença dos atacadistas na feira, o Sr. Luiz Maia se reportou à atual situação da Feira Manaus Moderna, que comporta um grande quantitativo de empresários que atuam com a venda de atacados de hortigranjeiros. Ele recorreu à legislação (Lei Municipal nº 123, de 25 de novembro de 2004), para legitimar a sua posição de discordância frente ao que considera injusto e fora da lei – a compra de boxes por parte de “*empresários que vieram do Sul*”. O depoente fez questão de deixar claro que não concorda com a postura permissiva da Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras (SEMAF), que cedeu o espaço aos empresários.

Ele fez questão de enfatizar, ainda, que existem diferenças na forma de ocupação daquela espacialidade. Assim, enquanto há atacadistas que vieram do Sul e nem aparecem na feira, ele e outros feirantes que “criaram” aquela feira são os legítimos feirantes/permissionários. Em sua fala, observamos a clara reivindicação dessa legitimidade na ocupação daquele espaço: “*Nóis que somos o criadô disso aqui. Então nós somos conhecidos como permissionário, eles não...*”.

Importa notar que o Sr. Luiz Maia e outros feirantes que trabalham naquela área foram, há muitas décadas, se rearticulando, resistindo e se adaptando às novas configurações que se impunham naquela espacialidade, de forma que, atualmente, o nosso depoente também trabalha com o atacado de hortigranjeiros e tem vários boxes onde acondiciona suas mercadorias, bem como tem funcionários que tomam conta desses boxes.

<sup>204</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

Contudo, ao que podemos perceber, o fato de ser trabalhador antigo daquela área e também o fato de estar sempre presente no ambiente de trabalho sinalizam, no entender desse depoente, certa autoridade sobre o espaço, o sentimento de pertença. Desse modo, mesmo tendo as mesmas atitudes dos “*empresários que vieram do Sul*” (venda em atacado e locação de vários boxes), ele não se considera um empresário, mas sim um permissionário, um legítimo ocupante da área Manaus Moderna. Essas argumentações evidenciam a “guerra de lugares” que configura a Manaus Moderna.

O depoimento do Sr. Luiz Maia também nos possibilita refletir acerca dos conflitos que se estabeleciam ao longo dos anos de 1980, na área de entorno do Mercado e do porto, entre os pequenos e médios comerciantes hortigranjeiros que já atuavam na área ou que estavam migrando para lá, e os grandes atacadistas que começavam a atentar para as possibilidades de maior lucratividade.

O Sr. Luiz Maia contou que, hoje, a Feira Manaus Moderna, que teoricamente abrigaria permissionários, ou seja, pequenos comerciantes que teriam direito à utilização de apenas uma banca dentro da estrutura, abriga, na realidade, grande quantitativo de empresários que, tendo seus escritórios administrativos em outros espaços, “compram” o direito de uso e colocam funcionários angariando maior lucratividade.

Ao falar da situação atualmente estabelecida, o entrevistado se reportou também às disputas que, travadas em outro momento – qual seja a época da Feira da Escadaria dos Remédios –, se constituíram em parte do processo histórico que acabou por resultar nessa configuração atual.

A partir dessas colocações, é possível refletir que, se apresentando como um espaço atraente para grandes negociações, num contexto de dificuldades de abastecimento, a área da Praia do Mercado foi se tornando atrativa a empresários de maior porte que, angariando apoio de parte da imprensa, empreendiam lutas por melhoria na infraestrutura, ao mesmo tempo em que acabou entrando em conflito com uma forma de comercializar que já era tradicional naquela espacialidade.

Nesse novo rearranjo, alguns dos antigos feirantes, como por exemplo, o “Seu” Sabá e o Sr. Luiz Maia, foram se rearticulando, procurando se adequar à nova maneira de comercializar (por atacado) que estava se instituindo naquele espaço. Assim, se juntaram em torno de uma organização, procurando, de forma coletiva, lutar pela permanência naquele espaço. Procuraram estabelecer relações com produtores, começaram a negociar compras em atacado com produtores do Sudeste e, dessa forma, foram conseguindo se manter naquela espacialidade.

Podemos observar que a presença cada vez maior dos atacadistas foi noticiada pelo “Jornal do Comércio”, que, em matéria veiculada em 25 de setembro de 1986, sob o título **“Atacadistas do Porto sem espaço para carga”**, nos sugere que o comércio de hortigranjeiros na Praia do Mercado, aos moldes da antiga feira de madeira, novamente havia prosperado, mas agora com uma configuração diferente, como espaço privilegiado de comerciantes atacadistas.

Nesse sentido, é interessante notar que o mesmo veículo que condenava a presença de feirantes que moravam naquela espacialidade, qualificando-os como favelados, reivindicava, agora, melhores instalações para os comerciantes atacadistas.

Mas é preciso ressaltar que a natureza da crítica mudou. Se antes, morar ou ocupar aquele espaço era condenável, agora é a falta de condições proporcionada pela Prefeitura que é motivo de crítica.

Observemos, a seguir, a legenda da fotografia que ilustrava a matéria citada:



Figura 14 Imagem que ilustrava matéria do “Jornal do Comércio”.  
Fonte: “Jornal do Comércio”, publicado em 25 de setembro de 1986.

A matéria dizia que:

Atacadistas que se utilizam de barracas improvisadas no Porto da escadaria dos Remédios estão sem espaço para estocar seus produtos. A mercadoria fica na pista de rolamento sob o risco de ser atropelada pelos veículos. Os atacadistas dizem que esperam uma solução do prefeito da cidade. São dezenas de compradores de estivas e hortigranjeiros localizados na escadaria dos Remédios que vivem sob as piores condições de instalação. Compram arroz, farinha, batata, cebola, frutas e verduras e tudo fica a mercê do sol por falta de espaço [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 25 de setembro de 1986).

Vemos que o espaço ocupado pela antiga Feira da Escadaria, considerada como favela, onde prevaleciam comerciantes no varejo, foi dando espaço à nova Feira da Escadaria (ou Feira da Banana), tão improvisada quanto a sua antecessora, porém abrigando um quantitativo mais expressivo de atacadistas.

Nesse sentido, notamos que havia uma forte pressão desse setor, apoiado por parte da imprensa, para que o poder público municipal “resolvesse” a situação da precariedade da infraestrutura.

Na verdade, podemos perceber que o poder público estava interessado em certas mudanças na infraestrutura do centro de Manaus como um todo. Sendo assim, observamos, na entrevista realizada no dia 28 de junho de 2008, que não passou despercebido ao Sr. José Moraes da Paz, a preocupação do poder público com o “ordenamento” da cidade, na segunda metade daqueles anos de 1980.

Quando questionado sobre como era sua vida na época em que foi trabalhar naquela espacialidade, ele iniciou sua reflexão apontando justamente as mudanças estéticas por que passava aquela área:

*Olha, aquela área num era assim... é... muito... como é hoje, né? Que muita coisa modificou. Inclusive... No tempo em que eu trabalhava lá nessa firma, foi na época do... prefeito Manoel Ribeiro, né? Ele andou reformando ali aquela área do mercadão, encheu de banco [...], só sentava pé inchado, vagabundo, lá<sup>205</sup>.*

Na visão do entrevistado, as mudanças físicas do espaço promovidas pelo poder público não tinham o objetivo de atender aos interesses dos trabalhadores que atuavam naquela área, em sua ótica, as mudanças estão fundamentalmente vinculadas a interesses particulares.

---

<sup>205</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

O depoente sinalizou, ainda, que, apesar de as reformas objetivarem uma valorização da área, um remodelamento idealizado, quem acabou usufruindo dos bancos foram “os pés inchados e vagabundos”, como ele se referiu aos usuários daquele espaço.

De acordo com o Sr. José:

*O pai dele [do prefeito Manoel Ribeiro] era dono ali daquela área, que era o J. Soares. Quando ele foi eleito, a primeira coisa que ele fez foi mexer naquela área ali, da frente do mercado, ele mandou botar umas pedrinha lá [...], afinou a pista, aí fez uns banco lá, né?*<sup>206</sup>

Segundo com a fala do depoente, notamos que as modificações realizadas no entorno do Mercado, como a construção de uma praça, o calçamento da rua com pedras e a colocação de bancos, tinham, na verdade, o objetivo de valorizar aquela área, pois a família do então prefeito, Manoel Ribeiro, possuía muitos imóveis ali. Para o nosso entrevistado, as reformas passavam naquele momento por interesses particulares.

É possível observar esse interesse do poder público na remodelação do centro da cidade acompanhando alguns jornais diários. Essa remodelação era justificada a partir da ideia da necessidade de “humanização e modernização da cidade”.

Assim sendo, é possível refletir que, ao mesmo tempo em que um grupo exigia modificações estruturais que viabilizassem o desenvolvimento de suas atividades comerciais, como no caso dos empresários atacadistas que estavam se estabelecendo na área do entorno do Mercado público, por outro lado, podemos observar que muitos lojistas se sentiam prejudicados com o quebra-quebra de ruas que impediam a livre circulação dos consumidores.

O “Jornal do Comércio”, como pudemos notar, assumiu a defesa dos empresários e, ora criticava a falta de estrutura, exigindo providências da Prefeitura, como é o caso dos atacadistas da Escadaria dos Remédios, ora criticava a maneira como essa reforma vinha sendo realizada, ou seja, desagradando parte do setor empresarial.

---

<sup>206</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

## 6 CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA DO LUGAR

Na correlação de forças, a pressão imposta aos comerciantes da Feira da Escadaria pelo poder público municipal se acirrou a partir de 1989, com a posse do novo prefeito, Arthur Virgílio Neto.

Arthur Neto, como é mais conhecido, veio de uma tradicional família da política amazonense<sup>207</sup>, é diplomata de formação, e exerceu o mandato de chefe do Executivo municipal em Manaus no período de 1989 a 1992<sup>208</sup>. Mandato esse marcado por forte polêmica, principalmente entre os vendedores ambulantes do centro da cidade (camelôs e feirantes da Escadaria dos Remédios).

A partir dos depoimentos coletados e dos jornais consultados, percebemos que o novo prefeito eleito, apesar de politicamente se colocar em oposição ao grupo que vinha se estabelecendo no poder no Amazonas desde a eleição para governador de 1982<sup>209</sup>, manteve a lógica da política do prefeito anterior no que concerne à “humanização” e ao aformoseamento do centro da cidade. É preciso notar, entretanto, que as ações de repressão aos trabalhadores ganhariam aqui novas cores.

Sendo assim, observamos que a perseguição e a repressão cotidiana com a apreensão de mercadorias não existiam até aquele momento. Essas ações culminariam com uma violenta retirada dos feirantes da Escadaria, onde ocorreu, inclusive, um incêndio.

Dessa forma, foi possível perceber que o novo prefeito continuou e até acirrou a “perseguição” aos camelôs e feirantes, que “enfejavam” e degradavam o espaço urbano, e ainda representavam concorrência aos comerciantes, segundo a compreensão de muitos de nossos entrevistados. Fabiano nos contou:

*E eu lembro que eu lia o jornal e o Arthur Neto sempre falava num plano de mobilização pra criar, tirar os camelôs do centro e tudo o mais. E eu lembro que, na época, o dono da loja comentou lá com meu pai que isso fazia parte lá do... da... duma ação dos dono de loja do centro juntamente com o Arthur*

<sup>207</sup> Cf. a biografia de Arthur Virgílio constante do *site* do Senado Federal: “Seu avô materno foi Vereador e Intendente de Manaus; Seu tio-avô, dirigente da UDN e Senador pelo lado paterno, o exercício da atividade pública é ainda mais remoto; Seu bisavô foi Deputado Estadual e seu pai, importante político brasileiro, exerceu, entre outros cargos, o de Senador da República, cassado pela ditadura de 1969” (BRASIL, 2010).

<sup>208</sup> Após cumprir o mandato de prefeito, Arthur Neto foi eleito duas vezes consecutivas para deputado estadual do Amazonas pelo PSB/PSDB (1995-1999 e 1999-2003), e, em 2003, foi eleito senador do estado do Amazonas, cujo mandato vai até 2011 (BRASIL, 2010).

<sup>209</sup> No livro “*A dança dos Botos e outros mamíferos no poder*”, o jornalista Orlando Farias (2010) narra (a partir de suas memórias e de suas “anotações de repórter”) as intrincadas tramas tecidas nas eleições no Amazonas por um grupo político (aliado a elites empresariais do Amazonas), na luta pela obtenção e permanência no poder. Segundo o autor: “A eleição de (1982) de Gilberto marca o início de uma nova era na história política do Amazonas” (FARIAS, 2010, p. 84).

*Neto. E aí ele deu um prazo pra que se tirasse as bancas novamente aí... Primeiro teve todo um embate de... de... assim, de ideias, né? Troca de... vamos colocar onde, mas como é que eu vou trabalhar? Alguns camelôs davam entrevistas pros jornais, né? – Eu não tenho outra fonte de renda, minha vida é essa e tudo mais. Aí começou tudo isso<sup>210</sup>.*

Fabiano revelou clareza acerca dos conchavos e representações políticas. Ele nos falou com desenvoltura que o poder público agia, naquele momento, em conformidade com os anseios dos comerciantes que se viam “prejudicados” pela presença dos ambulantes.

Por meio do depoimento acima, também podemos refletir acerca da forma como nosso entrevistado e também outros trabalhadores ambulantes compreenderam e lidaram com o processo de repressão e retirada dos vendedores das ruas do centro de Manaus.

Segundo a fala de Fabiano, houve várias tentativas de acordos, mas, ao que se percebe, a ideia era mesmo afastar esses trabalhadores do campo de visibilidade do centro da cidade. Esse afastamento do centro implicaria certamente uma queda brusca de faturamento pelos ambulantes, e, conseqüentemente, as “tentativas de acordo” foram mal sucedidas. Assim, iniciaram-se as ações de repressão, diga-se de passagem, com muita violência, segundo vários entrevistados:

*Quando é... começou esta questão de tomar a mercadorias, eu lembro muito bem da... da... todo dia tinha corre-corre, todo dia tinha corre-corre. [...] Então teve camelô que apanhou, camelô que foi levado, rapa com a cabeça quebrada. É o rapa né com a ... com a... esfaqueado, né? Eu lembro... o pessoal jogando pedra nos carro, quando passava aquelas camionete bandeirante, lotado, de mercadoria, lotado e o pessoal jogando pedra, né? E.. e... eu não lembro se polícia... a polícia quase num interferia, né, por que... O rapa quando ele vinha, ele já vinha pra tomar ou pra bater. [o rapa era o fiscal?] Era o fiscal. Era o guarda municipal, ele já vinha mesmo pra... bater e levar a mercadoria, não tinha conversa, tipo: – Olha, tira isso daí!<sup>211</sup>*

Esse trecho é contundente e não deixa dúvidas quanto ao caráter violento da repressão dos guardas municipais, os “rapa”. Dessa forma, de acordo com Fabiano, o medo e o corre-corre se tornaram cotidianos naqueles dias.

O Sr. José nos contou que, primeiro, a perseguição já havia se dado com os feirantes e “Aí, depois, ele mandou batê na gente”<sup>212</sup>. De acordo com esse depoente, ele mesmo teve de correr muitas vezes da cavalaria da polícia e, inclusive, apanhou do “Capitão Bonati”, nome que não saíria mais de suas memórias.

<sup>210</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

É interessante notar como a memória, como nos ensinou Alessandro Portelli (2001, 2002), está intimamente vinculada à experiência de vida de cada um. Sendo assim, nas lembranças do Sr. José, a repressão se deu primeiro aos feirantes, e, somente depois, se iniciou a perseguição aos camelôs. Já o Sr. Luiz Maia afirmou que a repressão se iniciou com os camelôs<sup>213</sup>. Entendemos que, nesse caso, não há relevância em buscar qual foi o primeiro grupo a ser repreendido, uma vez que o mais importante é notar que a repressão recaiu em cima de vários grupos de trabalhadores que ocupavam a área cobiçada pelo poder instituído.

O Sr. José nos contou que: *“Eu peguei muita carreira da cavalaria, peguei chute de... de soldado, daquele Capitão Bonati. Eu fui um que peguei mãozada dele, spray de pimenta”*<sup>214</sup>.

Naquele momento, a situação ficou de fato muito complicada para os trabalhadores que sobreviviam das vendas ambulantes na rua. O Sr. José tentou entrar algumas vezes em maiores detalhes sobre esses anos, mas sua voz sempre ficava embargada e ele silenciava, pois são memórias de um tempo muito difícil que talvez ele prefira esquecer. Tempo de dificuldade financeira, enfrentamentos e muito sofrimento.

Quem nos contou sobre as dificuldades enfrentadas pela família naquela época foi Fabiano, filho do Sr. José, que trabalhou como ambulante junto com seu pai por alguns anos.

Fabiano lembrou que:

*A época do Arthur Neto, né? E largou-lhe o pau nos camelôs... Aí foi uma época muito triste por que.. o meu pai tinha uma... uma... uma renda muito boa. Então, aquilo quebrou nossas pernas assim, porque... a gente começou, né, a não ter como vender. Eu lembro do meu pai vendendo as coisas na mão, botando as coisas na sacola*<sup>215</sup>.

A fala de Fabiano é esclarecedora do impacto sofrido por sua família, e podemos dizer que pela de inúmeros outros trabalhadores ambulantes em Manaus no final dos anos 1980, na medida em que o projeto de cidade idealizado pelas elites comerciais e industriais que aportavam na cidade de Manaus ia sendo colocado em prática. Importa perceber que, diante da proibição da venda ambulante nas ruas do centro, não foi dada nenhuma outra opção de espaço que fosse viável, onde esses trabalhadores pudessem ganhar seu sustento.

As dificuldades enfrentadas e as estratégias encontradas para lidar com as imposições foram sendo esclarecidas por Fabiano, quando nos contou que seu pai e vários outros ambulantes, uma vez que não podiam mais colocar as bancas nas ruas centrais da cidade,

<sup>213</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

buscaram como alternativa a venda em sacolas. Assim, ele andava pelo centro carregando a pesada sacola com as mercadorias e vendia disfarçadamente, se escondendo dos olhares dos “rapas”.

Além de vender as mercadorias disfarçadamente em sacolas, os ambulantes também buscaram outras alternativas para burlar a vigilância. Fabiano nos contou que um comerciante, proprietário de uma loja de utilidades domésticas, de origem árabe, que havia sido patrão de seu pai na adolescência, ofereceu a ele e mais alguns ambulantes um espaço no interior do estabelecimento para que pudessem expor suas mercadorias.

O depoente relatou que, mesmo assim, os “rapas” tentavam impor medo aos trabalhadores:

*Eu lembro de um senhor que ele trabalhava como... depois que tiraram os camelôs, né, as calçadas ficaram limpas, né? Eu lembro que meu pai colocou essa banquinha dentro da loja, né? Até o rapa chegou lá e falou: – E essa coisa aqui? Né. Essa banquinha aqui? Aí o dono da loja levantou e aí chegou, com aquele sotaque árabe, né? – Isso aqui é tudo meu, algum problema? – Não, porque... – É meu, ce vai querer... tudo mais... aí ... até dentro da loja eles queriam tirar a mercadoria. Aí ,não, né, se o dono não falasse, né? Eles tinham esse abuso de chegar, eles iam pegar o camelô dentro da loja. Mesmo a pessoa se escondendo, vendendo as coisas na mão. Muitos comerciantes não aprovavam essa atitude, né? Porque espantavam o cliente, que tava dentro da loja, né? E talvez em solidariedade, mas não muita, né, pelo sofrimento, né, não eram todos que faziam isso, como no caso desse que... pegou meu pai e deu ajuda, ficaram solidário aos camelôs assim até certo ponto e... teve muita, muita confusão, entendeu? Muito sofrimento<sup>216</sup>.*

Ao contar sobre o sofrimento enfrentado pela família, ele nos apontou certa discordância de alguns comerciantes com a atitude violenta da repressão, reportando-nos à reflexão de que, apesar de desejar a saída dos ambulantes, a violência na rua acabava atrapalhando os próprios comerciantes.

Sua fala nos permite aprofundar um pouco mais nessa questão e nos indica outros importantes elementos que mostram a complexidade das relações ali estabelecidas:

*Tinha realmente, tinha comerciantes que num momento de desespero, né? É mais uma questão humanitária, né? A pessoa correndo com a mercadoria na mão, né, pra fugir tentando ganhar seu sustento, eles deixavam sim, a pessoa entrar na loja, fugindo e num dava... não aqui não, como aconteceu no caso desse senhor onde meu pai foi trabalhar lá, né? Com a banquinha dele. Então ele defendeu meu pai naquela hora, né? Agora... talvez ele não tenha dado essa oportunidade pra outros camelôs assim, né? Porque meu pai trabalhou com ele na adolescência, mas eu lembro que esse mesmo senhor, ele deixou eu colocar uma banca de roupa né, duas banca de roupas na entrada da loja e usar a parede da loja é... pra pendurar, pra expor a*

<sup>216</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

*mercadoria desse outro senhor que até hoje inclusive ele está lá... na... no Mercado... É o Sabá, e aí a gente vê que esse... esse seu Malí, o... é o irmão dele, o próprio dono, eu esqueci o nome dele agora, ele ajudou nesse sentido, não podia ajudar a todos. Ah, ele colocou dentro da loja também o Elias, que era outro camelô que vendia lanternas. Como a loja não vendia lanternas, vendia mais perfumaria, panelas e tudo mais, então ficou o Elias vendendo lanternas, dentro da loja e tudo mais, o meu pai com ferragem, o outro senhor com... com roupas, né? E a loja com... com panela e tudo o mais<sup>217</sup>.*

Fabiano nos contou sobre a solidariedade de um comerciante com seu pai, pois tinham uma relação mais próxima, uma vez que o Sr. José já havia trabalhado com ele na adolescência, e também com alguns outros ambulantes, protegendo-os das investidas dos guardas municipais, os famosos “rapas”, e permitindo, inclusive, que eles usassem parte de sua loja para expor seus produtos. Sua fala, entretanto, nos permite compreender os limites e as ambiguidades dessa solidariedade.

O depoente explicou que o comerciante “vendia mais perfumaria, panelas e tudo mais”, e permitiu a permanência de ambulantes que vendiam produtos que não eram comercializados na loja, como roupas, ferragens e lanternas.

Dessa forma, ele nos esclarece que essa atitude, para além da “questão humanitária”, era muitas vezes uma estratégia para atrair maior clientela, visto que a violência cotidiana vinha afastando muita gente do comércio daquela área central. Assim, ele nos explicou que o cliente que ia comprar roupas, lanternas ou ferragens representava, para o proprietário da loja, um potencial consumidor de sua mercadoria.

Nesse sentido, importa refletir que, enquanto os ambulantes corresponderam às expectativas de atrair maior clientela, o bom relacionamento com o comerciante estava garantido; no entanto, a situação começou a se modificar, conforme narrou Fabiano:

*E... eles ficavam muito sem jeito porque... eles vendiam e tinha horas que a loja não vendia, né? Então teve um dia, eu lembro que a gente tava trabalhando lá... aí esse senhor ele... da loja, né, é... meu pai vendeu... tava vendendo muito. Assim que abriu já foi vendendo, vendendo. Vendeu muita colher e tudo mais. Aí... ele... teve uma hora que ele não aguentou mais. Ele deu uma porrada no balcão. – Bora, ele gritava. – Vamo lá, bora lá vender e tal, chamando o cliente, né, aquela coisa de árabe mesmo, né? Aí meu pai ficava muito sem jeito. Aí eu lembro que foi a época que o pessoal começou a criar... eu vou dar o nome de olho gordo, né? O papai e tudo mais. Ele disse: – Olha, a venda de colher não é mais tua, é da loja, né? Nós vamos vender colher. Aí depois foi a venda de liquidificador, de parafusadeira, né? Tudo mais. Então, meu pai, aos poucos ele foi perdendo espaço na loja, meu pai chegou a aumentar a banca, que ele deixou, né?<sup>218</sup>*

<sup>217</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

<sup>218</sup> Idem.

O trecho acima é esclarecedor da complexidade da relação entre esses ambulantes e os comerciantes. Assim, enquanto a relação era interessante ao comerciante, este demonstrava solidariedade e procurava “ajudá-los”, mas, a partir do momento em que começava a vê-los como concorrentes, a relação mudava e ele paulatinamente ia tirando o espaço antes concedido aos vendedores ambulantes, proibindo-os de vender as mercadorias que julgava ter melhor saída (“*Olha, a venda de colher não é mais tua é da loja, né?*”).

O depoente nos contou que o comerciante chegou, inclusive, a cobrar o aluguel do espaço dos vendedores, bem como muitas vezes chegou a usar a força de trabalho dos ambulantes para vender os produtos da própria loja, ou mesmo para executar trabalhos como a limpeza do estabelecimento, entre outros.

De acordo com o que nos relatou Fabiano:

*Pagava, já pagava um certo aluguel, e dava pra pagar, num era algo exorbitante. E nós ajudávamos na loja, por exemplo, eu trabalhava com meu pai dentro da loja, nós vendíamos pra loja, vendíamos para o meu pai e não recebia salário da loja. Era tipo uma compensação por tá trabalhando lá, né? E... durou... essa lua de mel durou até quando um dos filhos do dono disse que o papai não podia ficar mais lá dentro da loja, né? E aí... expulsou bem dizer o papai, né?*<sup>219</sup>

Após a morte do proprietário da loja, os filhos e herdeiros do “velho árabe” praticamente expulsaram o Sr. José e os outros ambulantes da loja. Por essa época, o Sr. José e sua família passaram novamente por momentos muito difíceis, como relatou Fabiano.

Sobre isso, nosso entrevistado contou:

*Agora, foi muito triste porque o papai tinha pego esse, os dois, né? Um que era médico o outro que era administrador, pegou no colo, né, cuidou, né, e tudo mais, levava pra escola, né, que o papai era motorista deles e aí foi uma paulada muito grande no papai. Iche. Meu pai entrou em depressão. Ele chorava quase todo dia. E... aí ele num tinha mais espaço na rua*<sup>220</sup>.

Segundo o depoente, seu pai entrou em depressão, primeiro por não ter mais como levar o sustento à família, mas também outra situação marcou bastante sua trajetória, qual seja o fato de ter sido “expulso” pelos novos administradores do comércio.

Esses novos administradores, que eram filhos do antigo patrão, eram considerados como filhos para o Sr. José, pois ele os vira crescer, era motorista deles, levava e buscava na escola, enfim, para o vendedor ambulante esse foi um impacto muito significativo. Assim, o Sr. José acabou perdendo seu “*espaço na rua*”. Quando voltou, alguns anos mais tarde, o

<sup>219</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, na Praça da Saudade, em Manaus.

<sup>220</sup> Idem.

contexto já era outro, as mercadorias importadas da China colocavam os ambulantes em pé de igualdade e a concorrência já era muito mais ferrenha.

Semelhante à situação vivenciada pelos ambulantes, foi o que ocorreu com os feirantes da Escadaria dos Remédios no final dos anos de 1980.

Partindo de um discurso sanitarista, o prefeito Arthur Neto alegava que a Feira da Escadaria era um lócus privilegiado, de onde poderia se espalhar um surto de cólera para toda cidade; daí a necessidade de se retirar a feira improvisada. Estudos que resultaram em relatórios da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) procuravam dar legitimidade à ideia de necessidade de retirada da feira.

Em 26 de novembro de 1991, o jornal “A Crítica” trazia a seguinte informação:

O objetivo da Prefeitura é afastar os riscos de contaminação da população pelo vibrião-colérico. Um laudo emitido pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) mostra que a feira, instalada em lugar insalubre poderia disseminar a doença em função de ser o portão de entrada dos passageiros de embarcações vindas de áreas de risco. A retirada dos feirantes tomou forma definitiva no mês passado, quando um trabalhador braçal que prestava serviços aos feirantes morreu de cólera, segundo afirmou a SEMSA.

O discurso do prefeito buscava sustentação numa ameaça em potencial. Desse modo, a morte por cólera de um trabalhador que, por coincidência, havia prestado serviço a feirantes, acabou servindo como mote para a definição da intervenção.

Quando foi perguntado sobre os motivos que levaram ao desmantelamento da Feira da Escadaria, o Sr. José nos afirmou que:

*O Arthur queria acabar com aquela feira, porque na época tava com aquele... o cabra tinha um negócio aí de... de cólera, sabe? Na época, se eu num me engano era no governo do... Collor de Melo. Aí veio uma verba... muito alta pra... Manoel Ribeiro, né? Que naquela época ele era da saúde, né? Esse dinheiro sumiu. Então o pessoal ficou lá na feira e o Arthur mandou avisar que precisava desocupá, que lá era um foco da cólera e num sei quê e... sei que o pessoal num saiu e ele mandou tocá fogo<sup>221</sup>.*

O depoente aponta para uma interessante questão. De acordo com a sua leitura, a retirada da feira não era assunto novo. Essa ideia já estava presente no discurso da administração anterior, quando o Ministério da Saúde liberou determinada verba para o combate ao vibrião do cólera na cidade; entretanto, o Sr. José nos contou que o dinheiro “desapareceu”. Assim, ao ocupar o cargo de chefe do Executivo, Arthur Neto retomou o discurso médico-sanitarista para justificar a retirada da feira improvisada.

---

<sup>221</sup> Entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

Em 28 de novembro de 1991, o “Jornal do Comércio” publicou uma reportagem intitulada “**Combate ao cólera fez desabar a feira**”. Além da “necessidade” do combate ao vibrião do cólera, a matéria acrescentava a “necessidade de combater a proliferação do banditismo”. Assim, uma questão eminentemente social era aproximada à questão do saneamento como justificativa para a remoção da feira:

Além das questões de saúde pública, e do perigo de disseminação do vibrião do cólera, foram constatados na feira da Banana, inúmeras outras questões e entraves à boa administração municipal. A chamada operação “Recuperação centro”, sob comando do capitão Bonates, apontou problemas de ordem social envolvendo aquela população como a promiscuidade entre menores, prostituição, **formação de favelas de interioranos**, e o ajuntamento de marginais de toda ordem, como ladrões, traficantes e foragidos da lei, que atacavam as pessoas que transitavam por aquele local e que se viam indefesas diante da ação da marginalidade (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 28 de novembro de 1991, grifo nosso).

Importa observar a forma como o texto acima foi escrito. Notamos que, na construção do discurso, as formas de morar dos migrantes interioranos eram consideradas pejorativamente como favela, e, assim, buscava-se imprimir a essa população a responsabilidade por aquilo que se consideram “problemas de ordem social”, tais como *“promiscuidade, prostituição, marginais, ladrões, traficantes e foragidos da lei”*.

A matéria, que, de um lado, exaltava a atitude da Prefeitura, procurando ecoar a ideia da legitimidade da retirada da feira que disseminava doenças e “marginalidade”, por outro lado, alertava para a necessidade da continuidade das ações que visavam a solucionar os problemas do abastecimento de gêneros alimentícios vivenciados na cidade que crescia cotidianamente.

De acordo com a reportagem:

É bom ressaltar, contudo, que a simples retirada da feira da Banana não resolverá de todo, tanto as questões sanitárias da cidade como o problema de abastecimento de gêneros alimentícios e de pescado para uma população sempre crescente. Faz-se necessário a implementação das medidas contidas no Projeto da Prefeitura de Manaus com o objetivo de solucionar o problema do abastecimento na cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 28 de novembro de 1991).

Depois de reiterados avisos e ameaças aos feirantes por parte do poder público municipal, o episódio da retirada da feira ocorreu sob forte violência policial, no entardecer de 25 de novembro de 1991.

As imagens fotográficas e as matérias veiculadas no dia seguinte à remoção nos possibilitam refletir como foram tratadas pela imprensa e quais memórias ela quis preservar desse fato.

Seguem algumas imagens publicadas no jornal “A Crítica”:



Figura 15 Imagem publicada no jornal “A Crítica”.

Fonte: Jornal “A Crítica”, publicado em 26 de novembro de 1991.



Figura 16 Imagens publicadas no jornal “A Crítica”.

Fonte: Jornal “A Crítica”, publicado em 26 de novembro de 1991.

Essas fotografias ilustravam a matéria intitulada “**PMM destrói a feira da Escadaria dos Remédios**”. E assim como no título, podemos notar que elas buscam ressaltar, de forma positiva, a presença e a ação da Polícia Militar na retirada da feira. É preciso observar que a forma como as fotografias foram apresentadas nos remete à reflexão de que o jornal queria apresentar positivamente a ação policial.

Assim, nessas imagens, não vemos qualquer cena de violência, não há pessoas apanhando. Mas a polícia, como salienta o jornal, estava ali para garantir que a desocupação seria de forma “ordeira”, ou seja, para esse jornal, a polícia é vista como garantidora da ordem estabelecida.

Na primeira imagem (Figura 15), buscou-se destacar a presença dos policiais armados, preparados para o enfrentamento, caso ocorresse alguma resistência. Podemos ver algumas pessoas “assistindo” à cena, de braços cruzados, observando os policiais. Já na Figura 16, o destaque está nos feirantes apressados, retirando seus pertences; alguns são ajudados. Vemos muitas mercadorias empilhadas ao longo da rua, e também famílias num corre-corre sem saber exatamente para onde ir.

O texto da matéria se iniciava dando conta de que, desde as 20 horas, início da operação, até por volta de 2 horas da madrugada, cerca de 50% das 600 barracas já haviam

sido demolidas na operação executada por 300 policiais militares, com o auxílio de 250 funcionários da Prefeitura. A matéria seguia informando os motivos sanitaristas da operação e a avaliação do assessor militar da Prefeitura, o Capitão PM Lousimar Bonates, que, segundo a reportagem, “considerou a operação praticamente perfeita”.

Notamos que o referido jornal procurou enfatizar a força e a autoridade policial no ordenamento e limpeza, como se o trabalhadores que ali atuavam fossem contra a higiene e organização, e, por isso, era necessária uma operação policial que garantisse a ordem.

Assim, a matéria foi dando os detalhes dessa operação policial que mais parecia uma busca a bandidos.

De acordo com o texto da reportagem:

Exatamente às 20 horas, um pelotão da Polícia montada, com 20 homens, avisou que as barracas seriam demolidas imediatamente. Durante todo o dia, agentes da área de informações da PM fizeram uma espécie de **varredura** no local. Diante desse levantamento, os policiais foram ocupando pontos estratégicos, facilitando o trabalho do pessoal de apoio (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 26 de novembro de 1991, grifo nosso).

A matéria também trazia a fala do vice-presidente da associação dos feirantes, que protestava pelo fato de os mesmos não terem sido avisados daquela operação de desmonte, fala esta contestada pelo Capitão Bonates, que assegurava “que todos foram avisados. Agora só estou cumprindo ordens” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 26 de novembro de 1991). Essa contradição nos revela a fragilidade dos supostos acordos realizados entre o poder público e os feirantes. E, ainda que tenham sido avisados, como alegava o Capitão, como e para onde esses comerciantes iriam se mudar se não havia uma opção viável para esses trabalhadores?

Cumprir ainda ressaltar que, quando os policiais chegaram para, em um primeiro momento, avisar, e depois, realizar a retirada dos feirantes, por volta de 20 horas, grande parte dos trabalhadores já havia ido embora, pois eles começam a trabalhar muito cedo, por volta de 1 ou 2 horas da manhã.

Márcio nos contou que, quando os policiais chegaram, ordenaram a retirada imediata das mercadorias e dos barracos sob pena de os comerciantes perderem tudo. Como de fato ocorreu com muitos trabalhadores. Porém, aqueles não estavam mais em suas barracas, que não eram poucos, acabaram por perder todas as mercadorias. Segundo nos relatou Márcio:

*O povo da Prefeitura veio pra fazer a retirada, pedir pro feirante desocupá o espaço e que retirasse seus produtos, só que eles vieram numa hora que o feirante já tinha ido embora, quem teve a sorte na época de tirar metade foi meu pai, meu pai teve a sorte de contratar carregadores, homens na beirada da praia pra enchê o apartamento onde a gente residia de seis cômodos que*

*um acabou virando de depósito de mobília da minha mãe da casa e os 5 de depósito de mercadoria... e só coube a metade do que a gente tinha e metade foi pro fogo, porque se a gente botasse no meio rua num ia amanhecer e a ordem era que não colocasse nada no meio da rua, era desobstruir a área... tanto a área chamada feira que era a favela, chamada feira por nós e favela pra população, como a rua, desobstruir a área... Muitos tentaram: – Não! Vamô amanhecer aqui, eu vou cobri com essa lona; – TIRE TUDO; – Não, mas eu já tirei lá de dentro da feira; – TIRE TUDO, se não tirar a caçamba vai levar e levaram muita mercadoria do feirante... O que deu pra levar a Prefeitura levou, o que estava já no meio da rua, coberto por lona... ensacado e encaxotado, que a ordem era desobstruir a área... a... o medo da Prefeitura era que o feirante tirasse de dentro daquela área botasse na rua e... e... ia virá só uma transferência de local, então era desobstruir toda a área... Nós conseguimos tirá só a metade<sup>222</sup>.*

Por meio do trecho transcrito acima, podemos perceber que a retirada dos feirantes se deu sob forte tensão. As palavras de Márcio traduzem toda a angústia que ele, seu pai e muitos feirantes sentiram naquele embate. Assim, as pessoas que, diferentemente de Márcio e seu pai, não tinham condições de pagar um carregador para ajudar no transporte da mercadoria, ou mesmo os inúmeros feirantes que já estavam em casa naquela hora, não puderam salvar nada de suas mercadorias.

O depoente nos revelou que considera que a sua família teve sorte, uma vez que puderam contratar carregadores e residiam próximo à feira, o que facilitou a utilização do apartamento em que moravam como depósito. A ordem era: “TIRE TUDO!”, mas, muitos feirantes não tiveram a sorte da família de Márcio e perderam suas mercadorias, que foram levadas pelas caçambas da Prefeitura.

O jornal “A Crítica”, de 26 de novembro de 1991, fez uma abordagem a respeito desse fato. Contudo, a informação passada ao leitor era de que as caçambas eram uma colaboração da Prefeitura a quem não tinha como transportar a mercadoria, e que Prefeitura também estava oferecendo espaço para o armazenamento.

O texto dizia o seguinte:

Para transportar as mercadorias, a Prefeitura colocou à disposição dos feirantes 40 caminhões e caçambas. Quem não dispunha de depósito, tinha a alternativa de armazenar provisoriamente suas mercadorias no mercado municipal de Educandos e num galpão localizado no bairro Lagoa Verde, na estrada do Contorno (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 26 de novembro de 1991).

<sup>222</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

Cumpramos perceber o esforço empreendido na matéria jornalística para a manipulação da informação. Nesse sentido, a notícia da tomada da mercadoria dos feirantes transformou-se num favor oferecido pela Prefeitura.

Arimar Ribeiro de Lira é manauara e trabalha na área do Mercado desde pequeno. Sua mãe trabalhava como vendedora de café regional na Rua Marquez de Santa Cruz e nas imediações do Mercado, e o pai vendia verduras na Feira da Escadaria, local que Arimar começou muito cedo a frequentar, no intuito de ajudar no trabalho do pai.

Seu pai realizava um tipo de comércio conhecido na região por “regatão”<sup>223</sup>. Ele viajava pelos interiores comprando dos ribeirinhos sua produção agrícola, e revendia em Manaus, na Feira da Escadaria, parte a varejo e parte no atacado.

Arimar cresceu naquela área, vendendo frutas e verduras, ajudando o pai na banca instalada na Feira da Escadaria. Segundo seu depoimento, a desocupação foi realizada de surpresa, e ele e a sua família estavam entre aqueles feirantes que já tinham retornado para suas casas e, portanto, não tiveram chance de tirar e salvar suas mercadorias<sup>224</sup>.

Além do constrangimento moral, o depoente nos contou que eles também tiveram muitos prejuízos:

*Perdemos bastante mercadoria, não deu tempo de tirar nada. A mãe tinha banca de café regional, meu pai tinha a banca de feira e dentre outros montes que perderam bastante mercadorias, teve um prejuízo da época bem equivalente*<sup>225</sup>.

As memórias daqueles que estiveram presentes e participaram de tais acontecimentos são importantes para compreendermos como o fato foi vivenciado e, para além, como ele é recordado. Assim, aprendemos com Alessandro Portelli (2001, 2002, p. 12) que, a partir dessas recordações, podemos compreender “o sentido mais profundo desse acontecimento, à luz da diferença entre o que se passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo”.

Nesse sentido, acreditamos que a reflexão sobre as memórias desse episódio traumático nos possibilita, como nos instiga Alessandro Portelli (2001, 2002, p. 34), “questionar como o elemento traumático afeta a vida cotidiana e como é relatado. Que vida cotidiana tiveram e têm as pessoas que passaram por um evento traumático”.

---

<sup>223</sup> Regatões são comerciantes que viajam de barco para os interiores, levando à população ribeirinha uma infinidade de mercadorias comercializadas na cidade em troca de produtos agrícolas produzidos pelos interioranos. Sobre os regatões da Amazônia, ver: COSTA, Paulo Marcelo Cambráia da. *Na ilharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá - 1945 a 1970*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>224</sup> Entrevista realizada em 4 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

<sup>225</sup> Idem.

Arimar nos contou que *“Num certo dia, uma madrugada eu num lembro a data... eu só lembro que... quando nós íamos chegando na feira, pegou fogo. A feira era de madeira. Pegou fogo na feira...”*<sup>226</sup>. A data era 26 de novembro de 1991.

Sobre esse 26 de novembro, o jornal “A Crítica” procurou ressaltar a ação da polícia; entretanto, omitiu um fator importante, justamente aquilo que é central na narrativa de Arimar e de outros tantos feirantes, qual seja o fato de que a feira também havia sofrido um incêndio.

Nesse sentido, notemos que as fotografias publicadas e apresentadas acima (Figuras 15 e 16) orientam o olhar do leitor para a presença policial, para o desmonte das barracas pelos garis, e buscam mostrar uma suposta “colaboração” dos feirantes, fazendo crer que, mesmo que tenha havido alguma resistência, esta não se mostrou significativa.

Já o “Jornal do Comércio”, em sua edição de 27 de novembro de 1991, trouxe como destaque, na primeira página, o título **“Feira da Banana reduzida a cinzas”**, que, juntamente com a fotografia apresentada (reproduzida mais à frente), fazia alusão ao incêndio.

A reportagem enfatizava o caráter sanitarista e direcionava a avaliação do leitor para a ideia da necessidade da remoção. A feira foi considerada, aqui, como uma das mais sujas da cidade e, como em outros discursos, foco de disseminação de doença. Sendo assim, a matéria se iniciava com uma frase proferida pelo prefeito em exercício no dia da retirada, Felix Valois:

“Não tiramos a feira da Banana contra ninguém, mas a favor da saúde da população de Manaus”. Esta frase dita ontem pelo prefeito em exercício, Felix Valois, definiu as causas e conseqüências da decisão do governo municipal em remover a feira, uma das mais sujas da cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 27 de novembro de 1991).

A reportagem argumentava, também, que a Prefeitura vinha há pelo menos dois meses tentando um acordo com feirantes, e que não lograra êxito:

Durante dois meses a Prefeitura tentou um acordo com cerca de 600 feirantes, da Feira da Banana, localizada **indevidamente** no centro histórico de Manaus há mais de 20 anos. A Secretaria Municipal de Mercados e Feiras (SEMAF) deu duas opções para eles se instalarem, a Feira da Panair e a Ceasa, mas nenhuma foi aceita (JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 27 de novembro de 1991, grifo nosso).

Observamos que havia um reconhecimento por parte das elites de que a feira ocupava aquele espaço “há mais de 20 anos”. E notamos, também, uma tentativa de “deslegitimar” essa ocupação, considerando-a uma ocupação indevida. Entretanto, para Arimar e tantos outros feirantes, aquela ocupação era legítima.

<sup>226</sup> Entrevista realizada em 4 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

Para esses trabalhadores, os sentidos daquele espaço eram impressos por eles, pelo trabalho cotidiano desses feirantes, em outras palavras, eram suas presenças e seus modos de viver e trabalhar que caracterizavam aquele lugar. Arimar nos contou que, além do prejuízo financeiro, a retirada da feira causou grande tristeza à sua família, pela forma como foi feita, à noite, sem chance de negociação com os feirantes. O depoente disse que a estrutura da feira de madeira não agradava nem a eles próprios, pois tendo sido construída em cima do barro, tornava-se muito incômoda, principalmente na época das chuvas.

Conforme ele nos falou: “*era um pouco desagradável, porque quando chovia, época do inverno é... ficava lama é... era muito ruim pra trabalhar, se sujava, passava frio, era uma coisa não agradável*”<sup>227</sup>. Nesse trecho de seu depoimento, Arimar desmontou a imagem que se tentou construir dos feirantes, principalmente via imprensa, de que não se importavam com ordenamento e limpeza da área.

Podemos notar que a higiene do local era uma questão colocada pelos próprios feirantes que reivindicavam melhorias no espaço de trabalho. Sendo assim, para o Arimar, bem como para muitos outros feirantes, o autoritarismo e a omissão de uma possível negociação por parte do poder público foram, de fato, os elementos que mais o incomodaram e o marcaram naquela ocasião.

De acordo com Arimar: “[...] *se o prefeito chegasse e negociasse com os feirantes e dissesse: – Olha, vou tirar vocês, vou remover vocês pra outro lugar, pra vocês... eu construí uma nova feira... Mas, ele num teve essa... é... essa parceria com os feirantes*”<sup>228</sup>.

Para ele e muitos outros, as opções dadas pela Prefeitura parecem não os ter seduzido, uma vez que a mudança para um dos dois locais propostos implicaria um recomeço que, em muitos casos, era difícil.

Desse modo, muitos feirantes afirmaram em seus depoimentos que a Ceasa não se constituía numa opção viável, pelo fato de que era difícil o acesso, não possuía porto, o que dificultaria enormemente o desembarque das mercadorias. Além disso, a saída da Escadaria significava a necessidade de se conquistar novos clientes.

A Panair, que se apresentava como melhor opção oferecida pela Prefeitura, pois possuía um melhor acesso e, quanto à localização, era relativamente próxima à Escadaria, não comportaria o quantitativo de feirantes, o que, em última instância, criaria conflitos entre eles, no momento em que tivessem de escolher quem iria para a Panair e quem iria para a Ceasa. A

---

<sup>227</sup> Entrevista realizada em 4 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

<sup>228</sup> Idem.

opção escolhida foi resistir à proposta da Prefeitura. Assim, apostaram que o prefeito não levaria a cabo a remoção da feira, e resistiram até o último instante.

Quando perguntado se a Feira da Escadaria foi retirada para a construção de uma nova, Márcio fez a seguinte reflexão:

*O recado da Prefeitura era esse. Que fosse desocupada a área, pra pensar em fazer algo melhor. Só que foi interpretado, e foi o Arthur Neto, que incendiou. Ele mandou a cavalaria, mandou os cão de guarda, polícia... Eu fui pruma escola; eu fui pra escola, pra uma prova. Fui fazer uma prova no Nilo Peçanha [Escola Estadual]. [...]. Quando eu volto, já vi aquele tumulto de gente, aquele fogaréu subindo. A polícia montada, né? Pessoal de choque, tudo. Os cão de guarda...*<sup>229</sup>

Márcio foi narrando aquele dia como um dia qualquer. Assim, ele contou que saiu do trabalho cansado como todos os dias, tomou banho, jantou e seguiu para a escola, onde tinha uma prova para fazer. Disse que, naquele dia, o cansaço era tanto que se sentou no portão de entrada da escola e ficou feliz quando ouviu do porteiro que não haveria prova, uma vez que a professora estava doente. Depois de descansar um tempo, Márcio voltou para casa, e assim que se aproximou, percebeu que havia um incêndio nas proximidades da feira.

Ele disse que não sabia o que fazer vendo aquele tumulto de gente correndo, seu pai desesperado recolhendo a mercadoria e outros feirantes no desespero perdendo muitos produtos<sup>230</sup>.

O trecho do depoimento acima transcrito também nos aponta outra questão, qual seja a ideia de que a desocupação da área já vinha sendo cogitada há algum tempo para “*pensar em fazer algo melhor*”, e que, diante da resistência e da insistência dos comerciantes em permanecer no local, o poder público municipal determinou o uso de força policial e, durante a operação de retirada, um incêndio acabou por destruir os barracos, levando muitos desses comerciantes a perderem suas mercadorias.

A violência imposta nessa ação gerou grande revolta e constrangimento aos feirantes que estavam ali trabalhando, como o Márcio e seu pai, o Arimar e seus pais, e o Sr. Luiz Maia.

Este último recordou o episódio da seguinte forma:

*Quando foi ideia 25 de novembro de 1991, foi nossa vez, né? Nós fomos surpreendidos, nós tivemos algumas reunião com ele na... Na Prefeitura e ele nos garantiu que ele ia demolir a feira, mas com uma condição, né? Que ele ia conversá com o governador que era o Gilberto, na época, né? Pra que ele arrumasse um... um espaço pra colocá nós depois ele demolir a feira, né? Coisa qui num aconteceu... Ele... ele nos pegô de surpresa, né? E... então...*

<sup>229</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>230</sup> Idem.

*O que aconteceu? [...] É... Quando nós demo... É... Nós tava cercado de polícia, num pudemo fazê nada, né? Todos armados por cima de nós... com... com cachorro, cavalo, armamento pesado, né? Qui jeito que nós ia reagi, né? Tivemo que deixa tudo e saí, né?*<sup>231</sup>

O Sr. Luiz Maia se sentiu traído pelos representantes do poder público municipal. Ele nos contou que, em reuniões realizadas na Prefeitura, o prefeito havia garantido aos representantes dos feirantes que não iria realizar nenhuma retirada violenta. Entretanto, não foi isso que ocorreu.

Assim, além de ter sido traído, ele, como um dos representantes dos feirantes, ainda passou por grande constrangimento junto à categoria.

Ele se defendeu, insistindo e reafirmando que, assim, como todos os outros feirantes ali, ele também havia sido pego de surpresa. E nos contou, ainda, que o forte aparato policial impossibilitou qualquer tipo de reação, tendo todos que “*deixar tudo e saí*”.

O depoente completou o raciocínio, dizendo que: “*Mais graças a Deus, isso num durô muito tempo... Quando foi em 94, o Amazonino foi eleito a prefeito e nos retornô de volta pra cá e hoje é a Manaus Moderna, esta feira linda que você está vendo*”<sup>232</sup>.

Para Arimar, esse dia lhe causou muita tristeza. Dentre várias razões, ele citou a morte de um trabalhador que estava dormindo na banca e não se deu conta do fogo que se alastrava:

*Um pouco triste porque teve morte, não lembro o nome da pessoa hoje, mas teve uma morte de um rapaz que morava dentro, que tomava conta de um lanche e dentro desse lanche, ele dormindo, não viu a hora do fogo e teve essa fatalidade.*

Importa refletir, ainda, como esse episódio, lembrado por todos os trabalhadores entrevistados como um acontecimento extremamente significativo, apareceu na imprensa local.

No jornal “A Crítica” do dia 26 de novembro de 1991, não havia uma referência sequer ao tal incêndio relatado por esses feirantes; já no “Jornal do Comércio”, em sua edição de 27 de novembro de 1991, a fotografia publicada na primeira página chamava a atenção justamente para esse fato. Entretanto, apesar da imagem das barracas queimadas, da fumaça subindo e das pessoas correndo, notamos, em sua legenda, uma intenção de minimizar o fato.

Assim, o evento, que foi destaque em vários depoimentos, aparece nesse diário como “um princípio de incêndio” prontamente controlado pelo Corpo de Bombeiros, como podemos observar no destaque da primeira página do referido jornal:

<sup>231</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

<sup>232</sup> Idem.



Figura 17 Imagem publicada no “Jornal do Comércio”.  
 Fonte: “Jornal do Comércio”, publicado em 27 de novembro de 1991.

Percebemos que a fotografia foi utilizada aqui como forma de enfatizar a retirada da feira e, como um recurso discursivo, a última frase da legenda é geralmente a que fica marcada. Nesse caso, podemos refletir que esta frase era é a que mais interessava à perspectiva dada ao incêndio pelo diário: **“Feira da Banana riscada do mapa de Manaus”**.

O olhar e as preocupações dos feirantes em contraposição à forma como foi noticiada a retirada da feira nos possibilita refletir acerca dos diferentes interesses que estavam em pauta naquele episódio, ou seja, como os enfrentamentos de classe estavam se colocando naquele momento na cidade de Manaus.

Sendo assim, enquanto a preocupação dos feirantes recaía sobre suas perdas materiais e emocionais, fincando as marcas de terem sido *“expulsos que nem cachorro e não como trabalhador que nós somos”*, como nos disse o Sr. Luiz Maia<sup>233</sup>, e gerando preocupações quanto à busca do próprio sustento e da família, as elites das quais fazia parte a imprensa local comemoravam a retirada daquilo que consideravam sujeira da frente da cidade.

Sobre a autoria do incêndio, Márcio sustentou haver certo “mistério” em torno disso, e disse que ele não arriscaria a afirmar, como tantos outros o fazem, que o incêndio fora provocado pelo prefeito, Arthur Neto, ou a seu mando.

<sup>233</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

O depoente se expressou da seguinte forma:

*Muitas pessoas dizem que foi... o Arthur Neto que tocou fogo. Eu não tenho bem certeza, mas existe um comentário, que foi um cidadão que trabalhava no nosso meio, que chamava Tonho Maradona... hoje é permissionário da feira da banana, que ele que foi o incendiário... com raiva que a feira ia saí, das ameaças que a gente vinha sofrendo do recado da Prefeitura através de rádio, jornal e televisão... A Prefeitura queria a área desocupada pra fazer um melhoramento... porque realmente a Prefeitura tinha razão na época... num tinha condição da gente trabalha<sup>234</sup>.*

Se, no dia 26 daquele mês de novembro, o jornal “A Crítica” omitira a ocorrência do incêndio; no dia seguinte, 27, um fato interessante nos revela o alinhamento desses dois periódicos: a mesma reportagem foi publicada concomitantemente no “Jornal do Comércio” e no “A Crítica”, sob títulos diferentes, respectivamente: **“Feira da Banana sai do mapa de Manaus”** e **“Feirantes ignoram os dois prazos”**.

No texto, havia um breve relato acerca desse episódio. De acordo com a matéria veiculada nos dois jornais, o fogo fora provocado por feirantes em forma de protesto.

Segundo o texto:

A única reação de alguns feirantes foi às 23:20 horas, quando conseguiram atear fogo, usando gasolina em algumas partes dos barracos, já desmontados pelos guardas municipais e garis da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULP). O incêndio, que chegou a assustar os desavisados, durou apenas 20 minutos. As chamas de até 8 metros de altura foram debeladas pela ação rápida do corpo de bombeiros (JORNAL DO COMÉRCIO e JORNAL A CRÍTICA, publicados em 27 de novembro de 1991).

A reflexão acerca da forma como o texto foi veiculado (dois jornais, mas com títulos diferentes), bem como a precisão de detalhes – o fogo começou às 23h20min e foi controlado pela ação dos bombeiros, exatamente em 20 minutos –, nos sugerem a construção de uma memória acerca desse incêndio.

É importante notar que Márcio foi o único comerciante entrevistado que cogitou a possibilidade de o incêndio ter sido provocado não por um grupo, mas por um feirante, como protesto à retirada da feira. Ademais, o depoente apontou, também, outro elemento relevante, qual seja o desejo existente entre os próprios comerciantes de uma infraestrutura mais adequada, mas não a partir de uma retirada que trouxesse prejuízos ou com imposição de força como se verificou.

<sup>234</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

O “Seu” Sabá, ao rememorar o incêndio ocorrido na feira, nos contou que, apesar de pessoalmente não ter perdido muito, visto que “*só tinha banca assim memo de butá a verdura, né? A banca que tinha era poquinha*”, muitos comerciantes tiveram muitos prejuízos:

*Isso... Isso aqui, tocaro fogo. O povo diz, que eu num tava aqui, já trabalhava aqui; agora na noite que o fogo... Funcionô, muito poca gente tava por aqui. Eu num tava [...]. O pessoal pensa que é gente do Arthur que mandô, Arthur Virgílio Neto. Naquele tempo mandou... A feira logo ali... Ali naquela ponta dali, aqui era só de madeira. Aí, o pessoal diz que ele mandou toca fogo, na boca da noite, muita gente perdeu as coisa ali. Freezer, essas coisa que tinha. [...] eu num perdi nada... porque... nós só tinha banca assim memo de butá a verdura, né? A banca que tinha era poquinha<sup>235</sup>.*

As falas e as matérias dos jornais analisados acerca do episódio da retirada da feira nos apontam para memórias divergentes em disputa.

Dessa maneira, podemos ver, de um lado, todo o esforço das elites políticas e econômicas que buscavam construir e consolidar uma memória oficial acerca da retirada e do incêndio da Feira da Escadaria, principalmente através de parte da imprensa que se alinhava aos seus posicionamentos. Assim, procuravam reafirmar o tal acontecimento enquanto uma ação de higienização, e o incêndio foi tratado como um acidente de pequena proporção, causado pelos próprios feirantes como protesto de quem não queria ver a cidade limpa e ordenada. Entretanto, basta uma rápida conversa com feirantes que vivenciaram aqueles acontecimentos para vermos outras memórias sobre o episódio virem à tona.

O olhar dos feirantes nos remete a outra interpretação. Suas falas evidenciam que a limpeza e o ordenamento da área eram uma demanda deles próprios, que lutavam para permanecer atuando naquela espacialidade, e o incêndio foi o ponto culminante de uma política autoritária levada pelas elites que os queriam longe do centro da cidade, pois os viam como “intrusos” ali.

Assim, compreendemos que muitas memórias ficaram submersas, à espera de um momento político em que as correlações de forças fossem favoráveis. E, longe de serem apagadas, como queriam as elites manauaras, elas têm sido transmitidas oralmente nas redes familiares e de amizades, como nos ensina Michael Pollak (1989, p. 3):

*[as] lembranças [que] durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de*

<sup>235</sup> Entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Assim, diferentemente da versão oficial, o Sr. Luiz Maia nos contou que a negociação acertada entre a comissão dos feirantes e o prefeito era de que este iria entrar em acordo com o governador, Gilberto Mestrinho, oponente político de Arthur Neto, para que, antes da retirada, fosse encontrado um espaço adequado às necessidades dos feirantes.

O depoente, que à época fazia parte de uma comissão dos feirantes responsável por negociar a saída daquela área com a Prefeitura, disse, ainda, que, após empreender perseguições aos camelôs, “*foi nossa vez*”<sup>236</sup>. Segundo o Sr. Luiz Maia, a invasão policial naquele novembro de 1991 foi uma ação que surpreendeu a todos os feirantes, inclusive à própria comissão de negociação, visto que, dias antes, como já foi dito anteriormente, estiveram em reunião com o prefeito, o qual lhes garantiu que iria negociar com o Governo do Estado, na época Gilberto Mestrinho, um espaço para acolhê-los antes da demolição da feira de madeira<sup>237</sup>. Como podemos observar pela narração, a negociação foi ignorada e a retirada dos feirantes foi realizada à força.

Ao que vimos, a promessa não se cumprira e, exatamente no dia da remoção da feira, o prefeito Arthur Neto se encontrava em Brasília, juntamente com o governador Gilberto Mestrinho e outros políticos amazonenses, buscando definições acerca de um projeto de remodelação da Zona Franca de Manaus, como informou o jornal “A Crítica” do dia 27 de novembro de 1991:

O prefeito Arthur Neto que está desde ontem em Brasília, tentando junto com o governador Gilberto Mestrinho, e outros políticos da bancada amazonense, definir a questão do projeto de remodelação da ZFM, também está acompanhando pela imprensa, e através de seus assessores, as repercussões da retirada da FERIA da Escadaria dos Remédios.

Os relatos evidenciam que, apesar de já esperarem pelo desmantelamento da Feira da Escadaria, a forma como se deu a intervenção, ou seja, a maneira truculenta da ação policial acabou por surpreender.

Alguns elementos nos reportam à ideia de que o poder público municipal desejava dar àqueles comerciantes uma punição exemplar, deixando bem claro o que poderia acontecer, caso pensassem em retornar.

<sup>236</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

<sup>237</sup> Idem.

Nesse sentido, ao ser realizada à tardezinha, quase à noite (“na boca da noite”, como nos disse o “Seu” Sabá<sup>238</sup>), momento em que a maioria dos comerciantes já não se encontrava mais lá, e, portanto, não teria a última chance de recolher suas mercadorias, e justamente numa segunda-feira, dia em que os comerciantes haviam recebido grande quantidade de mercadorias para serem comercializadas durante a semana, percebemos que a intervenção ocorreu em dia e horário minuciosamente determinado, deixando claro que o poder público não iria se tomar às exigências desses comerciantes.

Essa ideia é corroborada pela postura de Arthur Virgílio, que, de acordo com o jornal “A Crítica” do dia 27 de novembro de 1991, “diz não acreditar na tentativa dos feirantes tentarem retornar para a Escadaria dos Remédios”. Tamanha convicção certamente derivava da certeza de que a ação de retirada fora bem executada.

Ainda que a autoria do incêndio nunca tenha sido esclarecida, o “Seu” Sabá nos relatou que: *“O povo diz, que eu num tava aqui, já trabalhava aqui; agora na noite que o fogo... Funcionô, muito poca gente tava por aqui. Eu num tava [...]. O pessoal pensa que é gente do Arthur que mandô, Arthur Virgílio Neto”*<sup>239</sup>.

Mas, e os feirantes, para onde foram após a saída da Escadaria? Como deram seguimento às suas vidas?

Márcio nos contou que, após a remoção da feira, sua situação e de sua família, que era relativamente tranquila, se tornou muito difícil.

Segundo nos relatou o depoente, o pai, a mãe e ele se dividiram entre as opções oferecidas pela Prefeitura:

*Meu pai foi pra Lagoa Verde, minha mãe foi pra Panair e eu fui pra Ceasa. Pra Ceasa num deu certo, eu fui pra lagoa verde, por que meu pai foi acidentado, adoeceu, o caminhão passou por cima das perna dele na Panair e eu fui pa... la pa Lagoa Verde e lá eu num apurava nem da passagem de ônibus, eu vinha a pé pro centro... Cansei de fazer isso... Passei fome na Lagoa Verde quando num conseguia apurar o do almoço e eu num consegui apurar até o do transporte e vim... Caminhei muito, andei muito da Lagoa Verde pra casa de volta. [...] Passei muita dificuldade quando eu fui pra Lagoa Verde e aí tinha que comprar os curativo do meu pai, tinha que pagar mercadoria que apodrecia; só apodrecia, não se vendia nada na Lagoa Verde. Se ia 10, 15 caixa de tomate, de manhã, no dia seguinte ela ia pro contêiner... por que não conseguia vender... mesmo tando a preço de custo, sem visar lucro, só pra num perder a mercadoria, não conseguia desempatá o dinheiro daquela mercadoria que não tinha cliente... E num foi só eu que passei por isso; 45 foram pra lá pra Lagoa Verde, só jogamos mercadoria no lixo... quando eu muito vendia... 4, 5 caixa que eu botava no tabuleiro pensano que ia vende, eu vendia um quilo, meio quilo...*<sup>240</sup>

<sup>238</sup> Entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

O relato de Márcio revela as dificuldades vivenciadas por ele no período em que foi, primeiro, para a Ceasa, e, depois, para a Lagoa Verde. Ambos os locais estão situados longe do centro da cidade, na periferia da Manaus.

Assim como Márcio, muitos outros feirantes se viram numa situação bastante complicada: a clientela diminuindo significativamente, os gastos aumentando, enquanto as vendas caíam vertiginosamente. Para muitos feirantes, foi um tempo em que se somavam apenas os prejuízos.

Na fala de Márcio, podemos notar a angústia vivenciada naquele momento em que teve de enfrentar as dificuldades com as vendas (pois os clientes não eram abundantes como na época da Escadaria), a conquista de nova clientela e os transtornos de morar longe do trabalho, e ainda vira sua situação ser agravada com o acidente do pai, pois, além de assumir o trabalho dele, Márcio ainda tinha de cuidar de seu genitor.

A situação seguiu complicada por mais de um ano, até que a família decidiu que Márcio deixaria a banca da Feira da Lagoa Verde e se juntaria à banca da mãe, na Feira da Panair, e, assim, ele pôde respirar aliviado, pois já conseguia “pagar um aluguel e custiar os curativo do meu pai”. Ele nos contou sua experiência da seguinte forma:

*Da Lagoa Verde, nós desistimos devido essa dificuldade de transporte até de alimentação. Fui somar com a minha mãe na Panair... foi quando a gente conseguiu... é... ter um... uma melhora na parte financeira... pra supri a necessidade de pagar um aluguel e custiar os curativo do meu pai<sup>241</sup>.*

Ao contar sobre esse período em que passou por grandes dificuldades, o depoente também relembrou, com certo ressentimento, a situação em que ficou a área onde antes se localizava a Feira da Escadaria. Assim, ele revelou, em tom de denúncia, que, após a saída dos feirantes aquele espaço, o mesmo simplesmente ficara abandonado, servindo, inclusive, de depósito de lixo para a população que morava nas imediações.

De acordo com Márcio:

*Com dois meses que foi tocado fogo, que acabou isso aqui, vários armazéns fecharo as porta, abriro falência... Isso aqui virou um urubuzal tão feio, uma coisa tão ridícula... a frente da cidade ficou tomada por mato e por lixo. Essas residência aqui próxima fazia... lixeira pública... mais quem descia com a sacola de lixo pra jogá pra cá e a Prefeitura não dava a menor atenção, num mandava caçamba, pá mecânica, carro coletor retirá ao meno ao metade, tava ficando uma situação já...<sup>242</sup>*

<sup>241</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>242</sup> Idem.

O depoimento de Márcio mostra seu olhar atento e crítico ao discurso do poder que desmantelou a antiga feira de madeira. Na opinião do depoente, que falou com uma clareza desconcertante, a situação que ficou o lugar era, de longe, pior do que estava antes.

Segundo ele, a ideia de limpar e ordenar a frente da cidade não passara de uma falácia, pois o lugar, agora, além de sujo, estava abandonado, provocando, inclusive, de acordo com ele, a falência de muitos comerciantes, uma vez que o local não tinha mais movimentação, os clientes não mais frequentavam aquela área, ou seja, permaneceu por certo tempo num total abandono<sup>243</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que ele contou das dificuldades por que passava, também criticou a fragilidade da argumentação que os impuseram a saída.

Outro ponto importante destacado no depoimento de muitos feirantes foi o retorno àquela espacialidade após a construção da Feira Cel. Jorge Teixeira (Teixeirão ou Manaus Moderna). Márcio nos contou que, pouco depois de assumir a Prefeitura, em 1993, Amazonino Mendes solicitou que aquela área fosse fechada com um tapume, e foram iniciadas obras naquela espacialidade.

Entretanto, Márcio revelou que não foi anunciado oficialmente que tipo de construção estava sendo realizada ali, de forma que surgiu um grande burburinho acerca da natureza da obra. O fato é que, de acordo com o depoente, aproximadamente uns seis meses após o início das obras, começaram a chegar convites a vários feirantes de vários locais da cidade.

Segundo Márcio:

*Ele mandou um convite pra quem tava na lagoa verde, pra quem tava na Panair, pra quem tava na Ceasa... que ele queria uma reunião no CECOMIZ [shopping que se localiza na rotatória da SUFRMA] na bola da SUFRAMA ... que era de interesse... pra quem tava recebendo aquele convite, de... de... de grande importância, de grande interesse, a pessoa comparecê que iria recebê um presente dele...*<sup>244</sup>

O presente, segundo explicou Márcio, era a concessão de uso de um espaço na nova feira que estava sendo erguida, pois, mesmo sem nenhum comunicado oficial, o burburinho já dava conta de que era, de fato, a feira que estava sendo erguida naquela área<sup>245</sup>.

Importa perceber, entretanto, que a tal concessão não abarcou todos os antigos feirantes que ocuparam a Feira da Escadaria. A escolha de quem receberia a concessão do espaço físico para trabalhar se deu baseada numa listagem elaborada pelos antigos representantes dos feirantes da Escadaria, o que permitiu, inclusive, estratégias de corrupção e clientelismo político. Sendo assim, segundo nos relatou Márcio, no dia da tal reunião ocorrida

<sup>243</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.

no shopping CECOMIZ, foi solicitado àqueles representantes um cadastro dos feirantes que atuavam naquela área à época da feira de madeira<sup>246</sup>.

Além dessa listagem, também foi solicitada a presença dos representantes na reunião da entrega das concessões, a fim de que se pudesse realizar uma espécie de acareação para comprovar se, de fato, o feirante fazia parte da antiga feira.

Márcio nos revelou que essa estratégia acabou privilegiando feirantes que puderam pagar certa propina aos ditos representantes, e que aqueles que se recusaram ou mesmo não podiam pagar, acabaram sendo excluídos do processo, fato que ele considerou de grande injustiça, como podemos observar no trecho de seu depoimento transcrito abaixo.

Assim, quando perguntado se todos da antiga feira “ganharam” a tal concessão, Márcio fez a seguinte reflexão:

*Nem todos. Porque foi feito... tipo uma acareação... tipo... um conselho... de pessoas que dirigi a feira velha... e que... por incrível que pareça, não tenho medo de falar isso, to falando por que aconteceu com pessoas bem próximas de nós, por não querer dar um certo cascalho, um certo guaraná, pra ser reconhecido na frente do secretário na época... O Dr. Wilson Woltle, O diretor... Napoleão Normando Neto... que trabalhava na feira velha. Você conhece como diretor... do sindicato... Você conhece como ex-presidente da associação da feira velha que essa pessoa trabalhou? Se tivesse dado guaraná, essa pessoa balançava a cabeça que sim, aí você ganhava a concessão... Se a pessoa balançasse a cabeça que não, os outros que faziam parte... fazia o mesmo gesto: – Não! Não trabalha. Isso aconteceu. Isso aconteceu. Fiquei muito triste de tá na sala quando muitos me reconhecerem; reconhecerem minha mãe, meu pai e outros que tava até mais tempo que nós; que quando nós chegamos na feira... recém chegado de Belém, essa pessoa já estava lá, vinha trabalhando há anos, muito mais que nós, não ganhou... É muito triste uma situação dessa. Então, o que rolou muito foi politicagem, interesses... próprio e não coletivo... e que foi; cometero injustiças... cometero...*<sup>247</sup>

Márcio mostrou clareza na reflexão sobre os caminhos, estratégias e jogos políticos que cercaram a distribuição das concessões de uso da nova feira, a Manaus Moderna. Ele fez questão de contar como foi realizada a acareação e como os antigos representantes da coletividade dos feirantes deixaram interesses particulares sobrepujarem aos do grupo.

Ao ressaltar a prevalência dos interesses particulares no processo de distribuição das concessões, Márcio nos apontou para a heterogeneidade de interesses presentes no interior daquele grupo, cujos integrantes, num determinado momento (a ameaça e retirada da feira de madeira), se uniram em torno de um interesse comum, qual seja a luta para permanecerem na área onde tradicionalmente trabalhavam; entretanto, ao serem dispersos pelos diversos bairros

<sup>246</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>247</sup> Idem.

da cidade, seguiram seus caminhos, desenvolvendo estratégias de sobrevivência de forma individual, como pudemos ver pelos depoimentos.

Quando a nova feira ficou pronta, novas relações e interesses se misturaram aos antigos sentimentos, e quando aqueles antigos representantes dos interesses comuns se viram na posição de decidir sobre os destinos profissionais de seus companheiros, acabaram por deixar os interesses particulares falarem mais alto.

Assim, apesar de não haver possibilidade de retorno a todos os antigos feirantes, uma vez que a feira tinha como objetivo primordial abrigar os novos atacadistas que vinham se instalando na cidade de Manaus, a construção da feira e a concessão de boxes para parte daqueles antigos trabalhadores acabou por contribuir de forma positiva para a credibilidade do então prefeito Amazonino Mendes, que ficou com todo o mérito da construção da feira.

Ao ser questionado sobre os motivos que levaram à retirada da feira, e se esse fato estava relacionado à reconstrução de um espaço com melhor infraestrutura para o comércio de hortigranjeiros, o Sr. Luiz Maia respondeu, de forma incisiva, que não havia intenção de uma nova construção, e reforçou sua perspectiva de que o prefeito que se seguiu, Amazonino Mendes, foi o responsável pelo retorno e pelas melhorias na infraestrutura da feira:

*Não! Eles... Eles num derrubaro pra construí a nova... Eles derrubaro pra num construí mais nada, eu... Eu... Na época da administração do Arthur, né? Ele derrubô pra num construí mais nada; mais... O Amazonino como sempre foi do lado, né?... Do mais humilde, justamente do feirante, ele... [...] fez uma reunião com nós lá na Panair e disse que em breve ele ia nos trazê de volta pra cá em melhores condições, como trouxe, né?*<sup>248</sup>

Para o Sr. Luiz Maia, aquela situação, apesar de extremamente difícil, se mostrou provisória, como fez questão de afirmar. No seu entender, o prefeito que se seguiu “nos retornô de volta pra cá e hoje é a Manaus Moderna, esta feira linda que você está vendo”<sup>249</sup>.

A ideia de que foi o prefeito Amazonino Mendes, compadecido com a situação em que se encontravam os feirantes após o desmantelamento da Feira da Escadaria, está presente também em outros depoimentos, como podemos observar a seguir.

O “Seu” Sabá relatou que:

*Agora, depois que vei que esse... Amazonino, né? Que vei um dia bem na ponta desse [...]. Aí falou que vai se candidatá que se ele ganhasse... Ele ia manda fa... Construí, como ele mandô construí aqui essa feira. Amazonino é... Caboco amazonense que nem nós dali de Eirunepé ele é*<sup>250</sup>.

<sup>248</sup> Em entrevista realizada em 3 de julho de 2007, em um de seus boxes na Feira Manaus Moderna.

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

Já Márcio realizou a seguinte reflexão:

*O Amazonino andando por lá em período de eleição dois anos depois que a gente tava na Panair, prometeu que se ele ganhasse ele ia re... reerguê, levantá construir uma feira... digna de se trabalhar sem ameaça de governo ou Prefeitura retirar, nos retirar novamente... e ele cumpriu a promessa dele... [...] Aí sim, o Amazonino ganhou, com seis meses de man... de... de... posse do cargo... começou, iniciou as obras... quando foi com um ano e poucos meses ele entregou a... a feira<sup>251</sup>.*

Faz-se necessário ressaltar, em primeiro lugar, como os três trechos acima nos remetem ao clientelismo político fortemente presente. Amazonino Mendes e seu grupo não perderam a oportunidade de angariar apoio entre aquele grupo de feirantes, percebendo ali um potencial e importante colégio eleitoral.

Assim, notamos que esse político buscou uma maior proximidade com aqueles comerciantes, como nos revelou o Sr. Luiz Maia, ao dizer que o “Amazonino como sempre foi do lado, né?... Do mais humilde, justamente do feirante, ele”, e, mais que uma proximidade, notamos uma busca de identidade (“Amazonino é... Caboco amazonense que nem nós dali de Eirunepé ele é”, como frisou “Seu” Sabá). Dessa forma, a partir da conquista da confiança e de promessas eleitoreiras (“prometeu que se ele ganhasse ele ia re... reerguê, levantá construir uma feira... digna de se trabalhar sem ameaça de governo ou Prefeitura retirar, nos retirar novamente... e ele cumpriu a promessa dele... [...]”, como relatou Márcio), Amazonino e seu grupo político foram se garantindo no poder com vasto apoio popular.

Outro aspecto importante a ser refletido é como esses comerciantes trataram o episódio da retirada da feira e como lidaram com ele em seu cotidiano. Nesse sentido, o trauma vivenciado e a violência utilizada no desmantelamento da antiga Feira da Escadaria fizeram com que buscassem um culpado. Esses relatos dão conta da emergência de dois mitos contemporâneos da política amazonense para esse grupo de trabalhadores: um vilão e um herói.

Nesse contexto, o vilão que emergiu do episódio foi o ex-prefeito Arthur Virgílio Neto. Tendo ordenado a intervenção e também o incêndio, acabou por se tornar o único culpado, personificando, para aqueles feirantes, o grande vilão responsável pelos traumas vividos por esse grupo social.

De outro lado, promessas de campanha em que afirmava aos ex-feirantes da Escadaria (agora, espalhados por várias feiras na cidade) que viabilizaria o seu retorno numa infraestrutura melhorada, a Feira Manaus Moderna, acabaram por possibilitar a emergência de

<sup>251</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

uma figura heroica para esses comerciantes, Amazonino Mendes (“*Caboco amazonense que nem nós, dali de Eirunepé*”).

De fato, é possível perceber como Amazonino Mendes conseguiu se colocar nesse meio como o grande defensor dos interesses dos feirantes. O Sr. Luiz Maia sustenta, emoldurada na “parede” de seu boxe, uma fotografia de Amazonino, que faz questão de mostrar, e é com grande entusiasmo que ele nos contou todas as benesses que já “recebeu” do político que considera “um amigo”.

Entretanto, outro depoimento chama a atenção e nos permite realizar uma reflexão acerca desses dois mitos.

O Sr. José, que é camelô e sofreu as perseguições e embates no mesmo período em que os feirantes, e que, mesmo com o restabelecimento dos vendedores ambulantes nas ruas, não conseguiu se estabelecer no mesmo espaço, sofrendo duramente para conquistar outro espaço de trabalho, nos relatou que:

*O Amazonino, sabe... ele gosta muito de pobre, camelô, isso é que dá voto, né? Aí ele foi, o pessoal foi na Prefeitura, o pessoal que perdeu as coisa lá, né? Aí ele disse que ia fazer uma feira lá, como ele fez, né? Feira Moderna, que a gente chama, é lá na frente da praça da igreja dos Remédios. Lá em baixo, né? Mas ficou muito bom lá, né?*<sup>252</sup>

Para o Sr. José, parece claro que o “gostar” e o “apoiar” o “pobre” está vinculado a um importante elemento da vida de um político: conquistar votos.

Assim, como uma promessa de campanha, a Feira Manaus Moderna seria construída alguns anos depois, em dois grandes galpões em metal, exatamente no mesmo local em que a antiga feira de madeira havia sido retirada.

Nessa direção, ao analisarmos os contextos socioeconômico e político vivenciados na cidade de Manaus naqueles anos de 1980 e 1990, podemos compreender o papel desses dois personagens, o que nos possibilita desconstruir a imagem mítica que se criou na medida em que os compreendemos em suas ações e práticas políticas.

Como vimos, Manaus passava por um momento de grandes transformações. A Zona Franca impusera uma dinâmica nova à cidade, que crescia vertiginosamente e passava por inúmeras dificuldades, dentre elas, o abastecimento agrícola, exigindo solução urgente. Por outro lado, as mudanças estéticas na parte central da cidade também se colocavam como uma necessidade a grupos de elites.

---

<sup>252</sup> Entrevista realizada em 28 de junho de 2008, em sua residência.

As reformas estéticas em Manaus parecem ter sido priorizadas na medida em que foram entendidas como “humanizadoras” e “modernizadoras”. Essas reformas se iniciaram anteriormente ao mandato de Arthur Virgílio Neto, que, dando continuidade a elas, acabou retirando do centro da cidade parcela importante dos trabalhadores daquela espacialidade, os ambulantes (camelôs e feirantes).

Nesse sentido, não foi mérito dele a criação de uma política de exclusão, mas sim dar continuidade a essa política com autoritarismo e truculência. É preciso enfatizar que essa política já estava estabelecida, e não só a nível municipal, mas também estadual, como pudemos ver na reportagem especial publicada no “Jornal do Comércio”, em 14 de setembro de 1986 (“**O segredo da Manaus Moderna**”).

Esse Projeto “Manaus Moderna”, de autoria do governador Gilberto Mestrinho, cujo apadrinhado mais ilustre era ninguém menos do que Amazonino Mendes, previa grandes intervenções urbanas, com o objetivo de “modernizar” a cidade de Manaus, e cuja obra principal era a construção de uma avenida de 5 km que ligaria o porto ao Distrito Industrial. Sendo assim, a área onde localizava a antiga Feira da Escadaria teria de ser necessariamente desapropriada para dar espaço à “modernidade”.

Nesse sentido, podemos compreender que Amazonino Mendes acabou por se utilizar de uma conjuntura que já estava posta, viabilizando a criação de uma imagem positiva de sua pessoa.

Como nos adverte Alessandro Portelli (2001, 2002, p. 15), “O mito é tão resistente que não se modifica com as informações”. Desse modo, é possível entender como as ideias de que “*Amazonino é... Caboco amazonense que nem nós dali de Eirunepé ele é*”, ou “*O Amazonino como sempre foi do lado, né?... Do mais humilde, justamente do feirante*” ainda se fazem presentes. Mesmo assim, um olhar mais acurado nos permite jogar luzes em outra direção e, assim, a ideia de que “*O Amazonino, sabe... ele gosta muito de pobre, camelô, isso é que dá voto, né?*” nos revela os limites da construção desse olhar mistificado.

É possível observar o cotidiano da Manaus Moderna por meio de vários ângulos, dentre eles, a coluna “Cidades”, do jornal diário “A Crítica”, acompanhada por mim no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2009. O diário em questão, ainda que tenha uma postura e um discurso alinhado a grupos da elite empresarial manauara, e ainda que defenda a ideia de progresso no estado, vinculada fundamentalmente à manutenção da Zona Franca e

dos interesses empresariais<sup>253</sup>, nos permite flagrar muitas questões e problemas que têm se colocado cotidianamente para as pessoas que ali vivem ou trabalham.

Vimos que o Projeto “Manaus Moderna” foi iniciado na segunda metade dos anos de 1980 e realizado por meio de várias etapas<sup>254</sup>, gerando disputas e conflitos entre vários grupos políticos e econômicos locais. Em 2000, o projeto entrava em sua última etapa<sup>255</sup>, com a construção de trecho da Avenida Beira Rio (Manaus Moderna), que abarcava a Rua dos Andradas e a Rua Duque de Caxias. Esse trecho se encontrava ocupado por alguns imóveis públicos construídos e por palafitas erguidas por uma população que ocupara esse espaço entre uma etapa e outra do projeto.

Para dar continuidade à construção da avenida, a Construtora Andrade Gutierrez solicitou à Comissão de Obras Públicas (COP), em 11 de dezembro de 2000, a execução e a fiscalização das obras públicas, e, entre outras ações, a “Desocupação dos imóveis situados no traçado da Avenida Beira Rio, no trecho em execução, devidamente cadastrados e locados em planta, em poder da COP” – conforme o memorando CE-MMD-004/00<sup>256</sup>.

---

<sup>253</sup> O editorial de 26 de junho de 2001, intitulado “*Melhor assim*”, é esclarecedor dessa postura: “Vai-se encaminhando para uma solução aceitável a negociação a propósito da Lei de informática. O executivo federal acena, agora com a alíquota de 8% para os cinescópios importados. Isso, acredita a maioria dos analistas, tornaria a Zona Franca de Manaus mais competitiva, pelo menos no que concerne à produção de televisores e outros aparelhos eletrônicos. A providência, cuja concretização deverá ocorrer durante a reunião da Câmara de Comércio Exterior, consta da pauta de reivindicações das lideranças políticas e empresariais do Amazonas. Além da possibilidade de a decisão contribuir para a recuperação dos negócios na área da ZFM, há de ser contabilizada a possibilidade de encontrarem-se alternativas válidas, sempre que a economia regional estiver ameaçada. As indústrias consumidoras de cinescópios localizadas em outros estados, deverão socorrer-se das fábricas de Manaus, reconhecidos os impactos da nova alíquota determinará sobre o custo dos bens finais por elas produzidos. Não se trata, é óbvio, da salvação da Zona Franca. Nem seria de esperar-se que medidas isoladas tivessem o dom de alterar profundamente a economia da região. Nem podemos imaginar que se terão removido todos os percalços e, por isso, a Zona Franca está a salvo de qualquer nova investida ou hostilidade. Se há de convir, porém, que estamos diante de um fato positivo, cujas conseqüências têm que ser cuidadosamente acompanhadas e avaliadas. Atribuir maior competitividade às unidades produtivas sediadas no Distrito Industrial de Manaus é tarefa de tamanha importância, que não pode ficar restrita aos esforços exclusivos das próprias empresas. As autoridades têm papel importante a desempenhar, seja no âmbito estadual, seja na esfera do poder central. Também não se há de estabelecer qualquer gradação de responsabilidade, quando se trata de envolver na negociação representantes amazonenses no Legislativo e no Executivo. Afinal, o barco é um só. Estamos todos dentro dele, embora alguns se imaginem tripulantes privilegiados, aos quais compete simplesmente dar ordens e exigir obediência dos que parecem apenas passageiros. Pense-se, porém, que perigos de adernar, estão ligados freqüentemente, as formas como os passageiros se organizam, independentemente das ordens que vêm de cima. Aí, então se poderá concluir que a reunião de esforços e a compreensão dos problemas não podem construir privilégio de qualquer dos grupos. A solução encontrada pelo executivo federal diz bem da necessidade de cerrarmos fileiras, ainda que mantendo divergências que só fazem bem à democracia e ao amadurecimento político do cidadão” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 26 de junho de 2001).

<sup>254</sup> Vide nota de rodapé 26.

<sup>255</sup> Em 27 de novembro de 2003, o contrato entre a SEINF e Andrade Gutierrez foi rompido por meio do Termo de Rescisão nº 003/2003. In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus - AM (AMAZONAS, 1986b).

<sup>256</sup> In: Programa de melhorias físicas do município de Manaus (AMAZONAS, 1986b).

Essa solicitação, ao que nos parece, foi atendida prontamente, como podemos observar na reportagem do jornal “A Crítica”, de 10 de julho de 2001, que trouxe como destaque de primeira página o seguinte título: “**Moradores retirados da orla decidem ficar na rua**”<sup>257</sup>.

A matéria dava conta de que, em novembro de 2000 (portanto, um mês antes da solicitação formal da construtora), o Governo do Estado, por meio da COP, removera as casas de mais de 50 famílias, mediante indenização, conforme afirmara a COP, em função da continuidade do Projeto “Manaus Moderna”, e que essas famílias continuaram morando na área, porém, na rua.

Chama a atenção a forma como foi construída a matéria em questão, pois o articulista nos conduzia a um ponto de vista específico, mesmo apresentando diversas posições acerca da questão. Dessa forma, ao refletirmos sobre essa construção, podemos notar qual foi a postura do diário frente à retirada das famílias para possibilitar o desenvolvimento de uma nova etapa do Projeto “Manaus Moderna”.

Assim, a partir de quatro pontos de vista, sob o título: “**Famílias são abandonadas na rua**”, a reportagem não se aprofundou na questão proposta na primeira página<sup>258</sup>, mas acabou mostrando que o problema não estava exatamente no Projeto “Manaus Moderna”, na medida em que o posicionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) apresentava dados estatísticos sobre os moradores de rua em Manaus em geral, e apontava projetos que têm sido feitos por parte do município para a retirada dessas pessoas da rua. A matéria, que iniciava com os depoimentos de dois moradores daquela área, apresentava, ainda, as opiniões de comerciantes, e encerrou com as colocações da COP, explicitando que a retirada das famílias “em situação de risco com indenização” iniciou-se em novembro de 2000.

Desse modo, a matéria foi claramente conduzindo à ideia de que a permanência das famílias na rua era uma questão de opção, uma vez que, tanto a Prefeitura (SEMASC), por meio de projetos assistencialistas, quanto o Governo do Estado (COP), com as indenizações, ofereciam possibilidades a elas.

Contudo, faz-se necessário olharmos para além do que a reportagem quer nos conduzir, pois ela pode nos desvelar parte das disputas por aquela espacialidade.

<sup>257</sup> No interior do diário, a reportagem tinha como título: “*Famílias abandonadas no centro*”. Ao comparar os dois títulos, percebemos como a informação vai sendo meticulosamente moldada através do jornal. Assim, quem lê a capa já começa a formar uma opinião; ao mesmo tempo, o título do interior sugere um olhar a partir dos excluídos, o que não se confirma na leitura da reportagem, mas traz a ideia de uma postura neutra.

<sup>258</sup> “Famílias que moravam no paredão da orla fluvial, e foram retiradas do local quando o projeto Manaus Moderna começou a ser executado, estão vivendo num amontoado de caixotes de madeira, papelão e pedaços de plástico. Sobrevivendo em condições subumanas [...]” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 2001).

A reportagem apresentava um pequeno *box*, situado no meio da página, cujo título – “**Mau cheiro**” – já direcionava o leitor. Tratava-se da opinião de um comerciante e de um feirante que trabalham em frente à área ocupada, relatando a inconveniência da presença daquelas pessoas, pois “esse pessoal faz da calçada, seus banheiros. O cheiro é horrível”. Segundo a matéria, o feirante sugere que elas “deveriam ser recolhidas por algum órgão, pelo menos para dormir e tomar banho”. Já o comerciante diz que o perigo ali é constante, “não só por causa dos moradores de rua, mas por que aqui tem muito desocupado” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 2001).

Assim, podemos compreender que, para esses comerciantes, aquela área não deve ser ocupada por aquelas pessoas, uma vez que elas são responsáveis pela sua degradação, sujama, tornam-na “perigosa”. Entendemos, desse modo, que, voltados para os seus interesses, aqueles trabalhadores disputam aquela espacialidade. Estão certamente preocupados com a opinião de seus clientes frente ao que entendem como degradação.

Para os que moram naquelas calçadas, a luta é outra. De acordo com a matéria:

Waldemar lamenta passar a velhice dessa maneira. “o jeito é enfrentar sol e chuva”, afirma ele, mostrando o entulho de caixas de papelão que usa para se proteger durante a noite. Ele conta que constrói caixotes para vender aos feirantes. “É a maneira de conseguir algum ‘boião’.” Ele é um dos poucos que possuem aposentadoria pelo Funrural. “Fui seringueiro, vivi nos tempos da borracha”, acentua Waldemar, lembrando que ganhava dinheiro com seu trabalho. Ele atuava na região do rio Purus e depois como agricultor (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 2001).

O Sr. Waldemar é um trabalhador rural, migrante e aposentado que, naquela época, se viu na condição de ter de morar numa calçada em frente à Feira da Banana, na área da Manaus Moderna. Segundo apontou a matéria, sua casa consistia num “amontoado de caixotes de madeira, papelão e pedaços de plásticos” (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 10 de julho de 2001).

O trecho da fala desse senhor publicado no jornal revela alguns elementos importantes, mesmo não sendo esse o direcionamento que encontramos na reportagem. Como por exemplo, a forma como o poder público estadual lidou com os antigos moradores da área onde seria construído o prolongamento da Avenida Manaus Moderna. Assim, ao desapropriar os moradores das palafitas e do entorno, o governo parece ter se preocupado menos com o destino e a vida dos moradores (“**Waldemar e dezenas de famílias dividem as calçadas, sobrevivendo em condições subumanas**” – Jornal “A Crítica”, publicado em 10 de julho de 2001), e mais com a dinamicidade, funcionalidade e embelezamento da cidade proporcionado pela construção da tal avenida.

Desse modo, pelo fato de terem sido indenizadas “de acordo com a construção que possuíam”, como alegava ao jornal, a Assessoria de Comunicação da COP reafirmou o descompromisso do poder público com a população daquele local.

Ao “indenizar” as famílias sem se preocupar se com aquele montante seria possível comprar outro imóvel (ao que vemos, não foi), e ao não promover políticas públicas voltadas para melhoria das condições de habitação daquela população que ali morava em barracos construídos de forma improvisada, o poder público estadual acabou por revelar quais valores e interesses defende.

Nem mesmo as indenizações parecem ter sido entregues de forma tranquila. Em 15 de dezembro do mesmo ano de 2001, o jornal “A Crítica” noticiava que muitos ex-moradores de uma área mais à frente, chamada Seringal, não haviam recebido a tal indenização prometida desde outubro, num prazo de quinze dias. A matéria, intitulada “**Moradores querem receber indenização**”, apresentava a situação de Kolyny Rodrigues (24 anos), do Sr. Francisco de Oliveira (53 anos) e de Keltiney Alves Ferreira (25 anos). Os dois primeiros, que viviam do “aluguel” de alguns quartos em suas residências, reclamavam que, desde outubro (de 2001), haviam dispensado seus inquilinos na expectativa de receberem a indenização, e se encontravam numa situação um tanto difícil desde então. Já Keltiney continuava no mesmo local, com esperanças de que a indenização ajudaria a melhorar sua condição de vida, pois, como noticiava o jornal:

Ela vive numa pequena casa de madeira com mais sete pessoas e a cada dia fica mais apavorada com o avanço da obra. “o meu medo é que as máquinas derrubem minha casa. No sábado, meu sobrinho caiu da ponte improvisada por que não há segurança no local. Ele machucou a cabeça e por sorte não sofreu algo mais sério”, revelou Keltiney, comentando que ainda restam cerca de 12 casas para serem retiradas do local (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 15 de dezembro de 2001).

Além de não se realizar uma política habitacional satisfatória, percebemos o descaso com a situação de risco em que foram colocadas as pessoas que moravam naquela área. As obras avançavam na proporção em que os riscos de se permanecer no local cresciam. Entretanto, a Comissão de Obras Públicas informara, por meio de sua Assessoria de Imprensa, que:

Os moradores serão indenizados de acordo com o avanço das obras [...] o governo do Estado não indenizou todos de uma vez por que a previsão é que os trabalhos fiquem praticamente parados nos meses de dezembro e janeiro, por causa das chuvas [...] todos os moradores que ainda possuem casas no local receberão suas indenizações até março, quando está prevista a conclusão da obra (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 15 de dezembro de 2001).

Essa declaração nos possibilita refletir que a grande preocupação do Governo do Estado não recaía sobre a população local, mas no prolongamento da avenida. O risco de permanência na área durante a execução das obras e as inúmeras dificuldades daquelas pessoas durante o período de chuvas não foi sequer mencionado pelo órgão público.

No dia 3 de abril de 2002, o jornal “A Crítica” noticiava que o então governador, Amazonino Mendes, havia se reunido com a construtora da obra, Andrade Gutierrez, e com alguns moradores que, ao se recusarem a sair de suas casas por um período de três meses, impediam o seguimento dos trabalhos na Manaus Moderna. Os moradores recusavam-se a deixar suas casas sem ter garantias de que seus direitos seriam respeitados.

Ao reclamarem da situação de risco em que se encontravam, os moradores entrevistados afirmavam que a construtora propôs que saíssem de suas residências por um período de três meses, oferecendo “moradia gratuita em outro lugar”, o que não foi aceito, evidenciando resistência ao projeto, uma vez que não tinham garantia de solução definitiva, já que nem para reparação dos danos causados pelas obras em suas residências aqueles moradores estavam tendo algum apoio. Para que fosse concedida indenização pelos danos causados pelas obras, exigia-se comprovação legal de posse dos terrenos; contudo, os moradores daquela região encontravam-se, a grande maioria, numa situação de ocupação.

O funcionário público Eliseu de Oliveira, 45, comentou que ele e seus vizinhos da vila Carpinteiro Péres procuraram a Comissão de obras públicas do Estado (COP) para tentar receber indenização pelas perdas causadas pela obra. “O problema é que eles exigem os títulos definitivos de nossos imóveis. Ora, todo mundo sabe que as casas construídas nesses locais não têm títulos”, ressaltou (JORNAL A CRÍTICA, publicado em 3 de abril de 2002).

Assim, ainda que sob a resistência dos moradores, sem apoio e sem assistência, a obra seguiu.

Finalizamos este trabalho com a fotografia que nos permite acompanhar o trecho inicial da Avenida Manaus Moderna, com a Feira Manaus Moderna, bem como o intenso movimento, característico daquele espaço.

A imagem foi retirada do jornal “A Crítica”, publicado em 18 de novembro de 2010, e ilustrava uma reportagem sobre o “Choque de Ordem” proposto pelo prefeito já no ano de 2010, e pretendia denunciar a “desordem” do lugar, chamando a atenção para a “necessidade” da tal reordenação.

Para nós, importa perceber como, mais de 20 anos depois, esse espaço ainda se coloca enquanto problema para as elites locais que buscam incessantemente realizar o alisamento do

lugar sem conseguir se impor de forma satisfatória. Por outro lado, observamos, também, que esse é um espaço que guarda muito pouco de sua antiga identidade. A Avenida apartou definitivamente o Mercado do rio, e o trânsito intenso e a Feira Atacadista ditam a dinâmica do espaço.



Fotografia 28 Avenida e Feira Manaus Moderna.

Fonte: Imagem publicada no Jornal “A Crítica” (edição *on-line* de 18 de novembro de 2010).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vimos que, a partir do final da década de 1960, a consolidação da ZFM trouxe profundas transformações para a cidade de Manaus, como o grande crescimento populacional e a “necessidade” de reorganização de sua espacialidade, o que foi ocorrendo paulatinamente ao longo das décadas seguintes, trazendo, por conseguinte, mudanças nos modos de viver das pessoas. E a área atualmente denominada de Manaus Moderna, como também foi discutido anteriormente, vista como porta de entrada da cidade, sofreu intervenções para que se adequasse à nova lógica que se impunha.

Sendo assim, pudemos observar que as várias propostas de intervenção sobre aquela espacialidade têm esvaziado os modos de vida tradicionais dali, ao mesmo tempo em que não se tem conseguido imprimir totalmente os novos sentidos que se deseja. Notamos, ainda, que modos de comerciar ainda se fazem presentes, de modo que a feira e certa sociabilidade do espaço vão se mantendo a partir da resistência.

Importa refletir, portanto, que a atual Manaus Moderna comporta uma multiplicidade de memórias que concorrem e convivem ali, traduzindo, em última instância, as lutas vivenciadas pela ocupação do lugar. Cumpre perceber, também, que, mesmo buscando impor uma memória cristalizada, como é o caso da SPHAN em relação ao Mercado público Adolpho Lisboa, ou construir uma larga avenida “enterrando” essas lembranças, como se fizessem parte de um passado que se pretende esquecer, são as pessoas que, através de suas memórias, vivências e experiências, vão dando sentidos e constituindo aos espaços na cidade.

Nesse sentido, ainda que esse espaço venha continuamente passando por um processo de alisamento, pelo desejo de substituir seus sentidos sociais e históricos por sentidos voltados à lucratividade, nos quais a empresa turística se coloca enquanto personagem central, é possível perceber que outras referências e tempos ainda se fazem presentes nas memórias de trabalhadores que tradicionalmente ocupam aquele lugar.

Portanto, é preciso refletir que, para além desses dois símbolos, a Avenida e o Mercado, interessa-nos aquilo que os nossos depoentes<sup>259</sup>, ou seja, as pessoas que constituem cotidianamente aquele espaço, nos dizem desses lugares de memória.

---

<sup>259</sup> Ao falar sobre o alargamento do entendimento sobre os lugares de memória na história dos operários, Madeleine Rébérioux (1992, p. 49) diz que: “o que nos interessa neles [lugares de memória], no que hoje constitui a minha perspectiva, é sua presença na memória operária, é aquilo que os operários interrogados nos dizem a seu respeito”.

Assim, alguns depoimentos nos possibilitaram refletir acerca de outras referências que esse espaço ainda suscita nas memórias de muitos trabalhadores. Memórias essas que nos remeteram à construção dessa espacialidade enquanto lugar de comércio, moradia, lazer, traduzindo-se na própria cidade para muitos migrantes interioranos que a viam como alternativa de melhores condições de vida.

Para o “Seu” Sabá, as referências de outro tempo naquele espaço estão bem nítidas em suas reminiscências. O depoente é natural de Manaquiri<sup>260</sup> (interior do Amazonas), feirante na Feira Manaus Moderna, onde vende pimentas, e contou que veio para Manaus em 1953, para trabalhar com um cunhado que também já havia migrado do interior, fugindo das dificuldades, a fim de buscar melhores alternativas de sobrevivência.

A dureza da vida no interior e a falta de perspectivas vivenciadas pelos moradores do interior do estado acabaram empurrando inúmeros pequenos agricultores, como o “Seu” Sabá e seu cunhado, para a capital Manaus, em busca de melhores alternativas de vida.

Ao chegar a Manaus, “Seu” Sabá foi, em um primeiro momento, trabalhar na feira do bairro da Cachoeirinha, dividindo com o seu cunhado os lucros da banca de verduras, e morava na chamada “Cidade Flutuante”. Após permanecer um tempo na Cachoeirinha, “Seu” Sabá decidiu ir para a Praia do Mercado Municipal, onde, juntamente com inúmeros outros trabalhadores que já atuavam naquela espacialidade, àquela época, dinamizaram aquela área num comércio frenético de hortigranjeiros e de peixes vindos do interior.

Ao falar sobre a área do entorno do Mercado, o “Seu” Sabá deixou claro que aquele espaço comporta, para ele, o sentido de oportunidade, de melhora de suas condições de vida, de possibilidades de uma vida mais digna<sup>261</sup>.

Em seu depoimento, o “Seu” Sabá nos revelou que tinha de transportar a mercadoria da Praia do Mercado até o bairro da Cachoeirinha, e, diante da dificuldade, a permanência na Praia do Mercado se colocava como uma alternativa mais atraente e viável<sup>262</sup>.

Sendo assim, colocou uma banca numa outra feira para trabalhar por conta própria, mas resolveu trabalhar na Praia do Mercado, ou no “Beiradão”, como ele disse:

*Do beiradão foi o seguinte, repara bem cumé que era... Eu trabalhava lá todo dia, o rio seco, aí a gente vinha naquele tempo, certo? Comprava aí, nós levava de caminhão pra lá... Aí quando foi um dia eu achei tão bonito pessoal todo mundo na beira: – Pôrra, Sabá, vem pra cá, Sabá, trabalhá com a gente aqui! Aí eu fiquei assim... Aí um dia eu disse pá mulher: – Digo, rapaiz, eu vô dá uma experimentada lá na beira da praia. [...] Quando*

<sup>260</sup> Segundo informações divulgadas no site da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), Manaquiri está a 60,3 km de Manaus (AMAZONAS, 2011).

<sup>261</sup> Em entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

<sup>262</sup> Idem.

*secava o rio, a gente pegava o pé da terra e ia na beirada e puxava a canoa em terra, aí eu vim me acostumei aqui... Na beirada e por aqui eu tô<sup>263</sup>.*

Assim, achando “*bonito todo mundo na beira*”, o “Seu” Sabá se sentiu estimulado a participar daquela convivência com os feirantes, sobretudo porque não precisaria mais transportar a mercadoria da Praia do Mercado até o mercado da Cachoeirinha.

As fotografias a seguir flagram alguns elementos acerca dessa feira na Praia do Mercado. Vemos o intenso movimento de compra e venda de hortigranjeiros em meados da década de 1960. Na beira da praia, ao lado do Mercado Municipal, as pessoas vinham comprar nessa feirinha improvisada os produtos regionais produzidos no interior. As frutas e verduras típicas da região eram comercializadas pelos próprios produtores que chegavam, atracavam suas pequenas embarcações e expunham ali mesmo, nas canoas, suas mercadorias. Vendiam seus produtos, compravam o que necessitavam e retornavam para o interior.



Fotografia 25 Feira ao lado do Mercado de Manaus.

Fonte: Fotografia tirada por Tibor Jablonsky. Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo (IBGE, 2009).

<sup>263</sup> Em entrevista realizada em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.



Fotografia 26 Feira ao lado do Mercado de Manaus.

Fonte: Fotografia tirada por Tibor Jablonsky. Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo (IBGE, 2009).

Muitas são as referências feitas a essa feira improvisada na Praia do Mercado Municipal. Na Praia do Mercado, ou mesmo dentro de canoas, aquela área se revelava pulsante, como um espaço de sobrevivência e também de convivência, onde se podia encontrar “de tudo”: vários tipos de bananas, frutas e verduras vindas do interior, produtos esses que eram comercializados pelos próprios produtores, ou, muitas vezes, por um atravessador que revendia para pequenos comércios, ou ainda eram negociados no comércio ambulante.

Em suas memórias, Moacir Andrade (2007, p. 188), artista e escritor amazonense, registrou a dinâmica da feira de canoas na Praia do Mercado:

A praia do mercado é assim, como a feira de águas de Meninos na Bahia. É ponto de integração social do homem amazônico. É encontro de todos os caboclos moradores nos diversos rios, paranás, igarapés, furos e lagos do Amazonas que ali vão vender os seus produtos, fruto de trabalho penoso, cujo apurado não dá muitas vezes nem para comprar sementes para novas plantações, pois além da exploração de intermediários [atravessadores], os caboclos pagam pesadas taxas pelo transporte [reboque] de suas canoas de origem até o porto de Manaus onde vendem seus produtos.

O autor descreve a relação entre o pequeno produtor e os atravessadores como uma relação difícil, pois o pequeno produtor interiorano vinha na expectativa de vender a sua

produção e voltar levando aquilo que necessitava. Para isso, ficava na beira da praia com seus produtos expostos nas canoas. Muitos “atravessadores”, antevendo possibilidades de lucro, compravam esses produtos por um preço baixo e revendiam em outros locais da cidade, ganhando em cima dos hortigranjeiros regionais.

O pai de Arimar era feirante na antiga Feira da Praia e, posteriormente, na Feira da Escadaria dos Remédios. Segundo nos relatou Arimar, ele não era produtor, mas:

*[...] pegava o barco, ia pro interior, chegava no interior comprava e trazia pra Manaus pra revender. Uma parte ele revendia no varejo, outra parte ele vendia no atacado. Ele fornecia... trabalhava com produtos regionais: macaxeira, quiabo, maxixe, tucumã e entre outras frutas regionais, pimenta de cheiro, cheiro-verde, e assim por diante, toda fruta e verdura regional quando tava na época ele comprava. Quando era a época de tucumã, ele comprava tucumã, quando era época de fruta, de abacaxi, ele comprava abacaxi, quando era época de milho, ele comprava milho, né? Era época da fruta que ele comprava. E assim a gente ia vivendo<sup>264</sup>.*

O depoimento de Arimar nos fala de um tempo em que organização do trabalho da feira se dava informalmente, um saber fazer adquirido com a própria vivência, como ele mesmo nos apontou ao relatar: “*Eu comecei a trabalhar... com 7, 8 anos eu já trabalhava na feira e desde aí fui trabalhando, trabalhando...*”<sup>265</sup>.

Outro aspecto que podemos destacar na fala de Arimar é com relação à variedade de alimentos comercializados naquela feira informal. De acordo com ele, o pai trazia de tudo conforme a época: “*macaxeira, quiabo, maxixe, tucumã e entre outras frutas regionais, pimenta de cheiro, cheiro-verde, e assim por diante, toda fruta e verdura regional quando tava na época ele comprava*”<sup>266</sup>.

Podemos observar que essa variedade e fartura de alimentos regionais comercializados naquelas feiras informais também foi salientada por muitos outros entrevistados. Destacamos, por exemplo, a fala do Sr. José. Segundo ele:

*É, antes de fazer a Manaus Moderna, né? Era assim, uma descida. Ali o barco encostava e o carregador... tinha aquelas cangalha que chama, né? Botava aqui nas costa, trazia... 15 cacho de banana, 12 cacho é... na costa, assim, bem devagarzinho, sabe? Agora ali onde é a Manaus Moderna, ali era uma baixada assim, cada um tem um lote de banana pra vender, nas lateral era... farinha, muita farinha, né?*<sup>267</sup>

O Sr. José narrou que nesse espaço se encontrava “*de tudo*” e com muita fartura. Ele nos contou saudoso dos domingos de manhã que passava no Mercado para tomar um

<sup>264</sup> Em entrevista realizada em 4 de julho de 2007, na Manaus Moderna.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

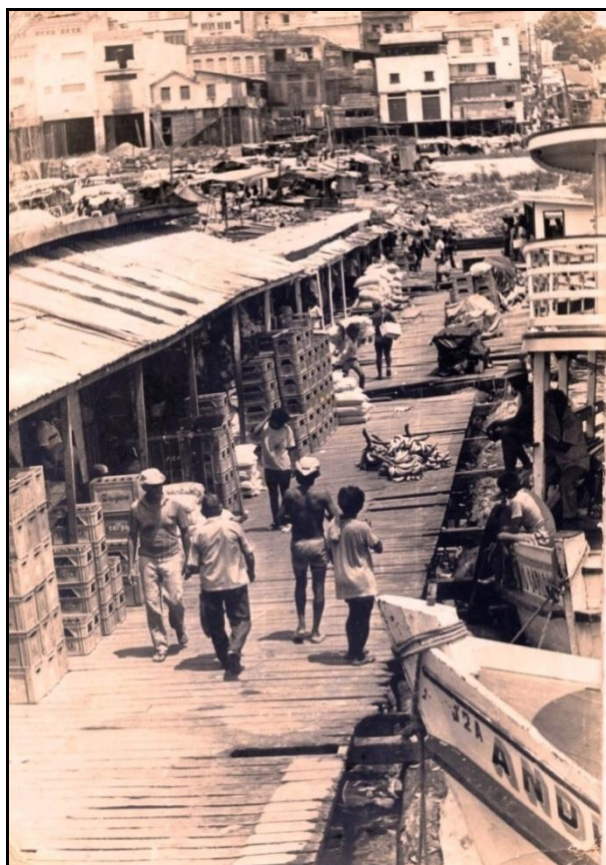
tradicional mingau de banana e já aproveitava e fazia a feira da semana. Lá no Mercado, encontrava com outras famílias que também iam tomar o mingau e comprar o peixe e as verduras, reafirmando como aquele era um lugar de interação e sociabilidades.

Nesse sentido, percebemos que as formas de ocupação, as resistências das vivências e as formas culturais de ocupação desse espaço indicam uma contínua resistência à modernização.

Esse aspecto pode ser evidenciado por meio da Feira da Escadaria, que, tendo sido construída posteriormente à Feira da Beira da Praia, foi erguida literalmente dentro do rio, acompanhando o regime das águas do rio Negro, as quais, durante seis meses (de julho a dezembro), aumentam de volume em função do período chuvoso, o chamado “período da subida do rio”, e, nos outros seis meses (de janeiro a junho), voltam ao volume normal, no seu “período de descida”.

Na medida em que o rio ia “subindo”, os comerciantes colocavam tábuas para que as pessoas pudessem transitar. E, quando o rio “baixava”, a lama aparecia, bem como os dejetos jogados nele. Além desse simbólico encontro entre a natureza e a cultura, o rio facilitava o desembarque dos produtos a serem comercializados, já que o barco atracava bem junto à feira, como podemos notar na fotografia a seguir.

A imagem nos permite uma proximidade maior, de modo que podemos “adentrar” a feira, observando os barcos atracados bem em frente, as bananas expostas, um vendedor mais ao fundo, e o que mais chama a atenção: ao fundo da fotografia, podemos ver inúmeras casinhas, dando-nos a dimensão dessa feira.



Fotografia 19 Feira da Escadaria dos Remédios.

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Luiz Maia Teixeira (sem data, acesso em 2007).

Logo que o barco atracava a mercadoria, esta já podia ser imediatamente descarregada, sem que fosse necessário percorrer longas distâncias com muito peso, ou mesmo ter de dispor de gastos com carregadores.

Se, por um lado, a feira naquela área trazia algumas facilidades, por outro, a precária infraestrutura ficava evidente e incomodava até mesmo os comerciantes que trabalhavam ali, como nos relatou Márcio, quando, ao falar da retirada da feira, apontou que *“realmente a Prefeitura tinha razão na época... num tinha condição da gente trabalhá”*<sup>268</sup>.

Também o Sr. Manoel, ao falar sobre a área antes da construção da avenida, nos contou que: *“Antes desse aterro, esse espaço é como eu tava te dizendo, era só lama quase... tempo desse, quando tava chovendo assim, só dava... tinha que fazê aquelas pontezinha de tábua pra andá, pisano por cima...”*<sup>269</sup>.

<sup>268</sup> Em entrevista realizada em 20 de abril de 2005, na rádio da Feira Manaus Moderna.

<sup>269</sup> Em entrevista realizada em 29 de agosto de 2008, na Avenida Manaus Moderna.

Além dessas referências de comércio, a área da Manaus Moderna também suscita outras lembranças, como por exemplo, ao Sr. José, a quem, quando imaginei ter chegado ao final da entrevista, perguntei se ainda havia algo que ele gostaria de contar sobre a área da Manaus Moderna. Ele não titubeou e se pôs imediatamente a falar sobre um espaço e um tempo de muita diversão. Assim, suas memórias o levaram para a “Cidade Flutuante”, que, para ele, significava um espaço de lazer:

Ai, também posso te falar da cidade flutuante né, que é da minha época, né? Ela ia até... bem longe da orla assim, sabe? Aquelas pontezinha... você ia... tinha... na época, eu tinha dez ano, né? Tinha também flutuante lá muito conhecido, que se chamava Flutuante do Paraíba, isso aí você botar no seu livro aí, que eu me lembro benzinho que a gente ia pra lá, levava uns canicinho, ficava pescando aqueles peixinho lá naqueles flutuante... Lá tinha... tinha barco, tinha boate, tinha sala de jogos, sinuca, tudo no flutuante... tinha também bordéis lá. Aí tinha... na beira... tinha um cercado que chamava curral das égua ... [risos]... ali só ia mariposa pra lá... a banda ia pra lá... essas banda mixuruca, né? Ficava até de manhã lá... dançando... Ê... era muito legal, oh! E eu já andava por lá naquela época... tinha lá meus 14 anos... sempre fui assim, andador<sup>270</sup>.

No trecho acima citado, o Sr. José nos remete a outras referências acerca da atual área da Manaus Moderna. Suas lembranças nos levam a outros tempos e significados que aquele espaço ainda carrega.

O depoente recordou, não sem uma boa dose de saudosismo, das casas flutuantes que iam “*bem longe da orla*”; lembrou que as ruas por onde se chegava àquelas casas eram “*aquelas pontezinhas*”; e rememorou, ainda, com mais vivacidade, os flutuantes comerciais que se espalhavam naquele espaço. Para o Sr. José, esses lugares de lazer trazem boas recordações da época de sua adolescência.

Suas lembranças nos falam de uma grande interação com a natureza e de um espaço de convivência, de lazer, onde o garoto de 14 anos podia pescar, dançar ao som da banda “*mixuruca*”, jogar sinuca e, quem sabe, até conquistar uma “*mariposa*” que trabalhava nos “*bordéis*” flutuantes.

Para homens como o Sr. José, o frenesi dos flutuantes comerciais e a abundância de peixes, quelônios e “bicho de caça” são os pontos mais marcantes em suas memórias, que guardam também a esperteza dos proprietários dos comércios flutuantes que sempre arrumavam um jeito de garantir o peso do peixe acima do que realmente era.

---

<sup>270</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

Nas palavras do nosso depoente:

*[...] tinha comércio lá, forte, num to te falando que tinha esse Paraíba lá, o cara vendia era tudo... da farmácia... era da farmácia ao prego. É... e o... o regatão quando chegava, eles comprava tudo ali na beira, no flutuante mesmo, sabe, é... trazia é... trazia bicho de caça, trazia caça, trazia carne de caça, trazia castanha, ele trazia é... solva é... solva, borracha [...?...] essas coisas e também trazia, deixa eu ver... Pirarucu, né? Carro chefe, né? Na época. A firma num tinha balança pra pesar o pirarucu, né? No regatão aí, mas não tinha mesmo não. Aí ele, patrão, pegava o funcionário mais forte dele, tu sabe o que é balaústre? Balaústre é aquele cercado do barco, né? Que num é parede. Aí o cara botava o braço ali, aí o caboclo ia botando as banda de pirarucu no braço dele, né? Botando, aí... o patrão piscava e ele arriava o braço e ele dizia: – Dez quilo! [risos] Era assim mesmo, sabe? O pessoal falava pra gente. Aí tinha... um comércio muito forte, muito forte... muito concorrido lá. Lá alugavam quarto, tinha motel lá, tinha tudo. Tinha pé inchado... era aquela bagunça. Aí foi a marinha que acabou. Acabou. Hoje em dia, tem algum flutuantzinho aqui na marinha tauá, né?<sup>271</sup>*

Nesse sentido, além de lugar de sociabilidade, aquela área é, fundamentalmente, nas memórias do Sr. José, um lugar de comércio, da fartura dos alimentos regionais, como destacamos anteriormente. Algo que, com a construção da avenida, ficou um tanto comprometido, apesar de ele sustentar que a nova feira trouxe felicidade a quem vivia naquela “*pocilga*”<sup>272</sup>.

Mas, para ele, apesar de a construção da Avenida Manaus Moderna ter trazido grandes benefícios, acabou cerceando formas de viver e se divertir que eram comuns naquela área.

Ele nos relatou que:

*[...] melhorou acho que 80%, né? Até por que quando era a praia mesmo, a pessoa tinha que... quando o rio secava ficava muito lixo, muito, pedra, sabe? A pessoa, era a maior dificuldade pra chegar lá no porto. Agora não, né? Você chega, o barco ta encostado ali, você só desce uma escada e já tá mais... maneiro, né? De viajar, mas antigamente era cruel ... cruel mesmo. Ali a gente... às vezes, né? Ficava por aí tomano umas cachacinha, né? Que eu num podia tomar cerveja, aí quando... era de madrugada a gente ia lá pro Mercado Grande, aí chegava lá de madrugada tinha... quatro hora da manhã o mercado já tava cheio de gente, né? Aí a gente... um panelão de tambaqui cozido, né? É... um pedaço, digamos, comparar hoje, né? Uns cinco reais, um pedaço, DESSE tamanho bem grande aí você pagava, caldo você podia tomar a vontade, você mesmo ia lá na panela e tirava. E a gente amanhecia [...]<sup>273</sup>.*

Assim, o Sr. José nos apontou para um espaço de sociabilidade e um tempo de fartura de alimentos regionais que podiam ser adquiridos por preços muito mais baixos, aspectos esses que, de acordo com ele, não se fazem mais presentes naquela espacialidade.

<sup>271</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Idem.

Além de espaço de oportunidade de trabalho e melhora de condições de vida, a Praia do Mercado se apresentava também como um importante espaço de lazer para as crianças, principalmente as da periferia, pelo menos até a década de 1980, como nos relatou Fabiano.

Para esse depoente, a Praia do Mercado:

*Era muito bacana porque a gente saía daqui do centro, nós íamos pra Aparecida, né? Da Aparecida nós pescávamos, nadávamos ali em Aparecida, ainda era bem limpo, né? Nós íamos pra Djalma Batista que a gente conhecia como Luis Pedreira, né? Porque tinha uma pedreira na época. Tomava banho naquele igarapé que passa onde é o Milênio, né? Só que era limpo, né? Ainda. Pescávamos lá também e, quando a gente se enjoava desses dois locais, Aparecida e ali na Djalma Batista, nós íamos lá pra... Manaus Moderna, né? A gente chamava de: – Ah, vamos lá pro Mercado pescar! Inclusive, por incrível que pareça, até peguei tucunaré lá. Peguei tucunaré ali! Conta pro pessoal, o pessoal num acredita. [...] Aí só pra ver como ainda tem peixe, né? Não era tão sujo, né? Como é hoje, né?<sup>274</sup>*

Em sua narrativa, podemos observar um cotidiano de muita liberdade, sendo permitido às crianças percorrerem grandes distâncias em busca de lazer e diversão. Lazer e diversão esses ligados fundamentalmente à água dos igarapés que entrecortam a cidade, e do próprio rio Negro. É possível notar, também, que, em pouco mais de uma década, esses espaços foram se transformando em grandes esgotos a céu aberto, quando não aterrados em função de interesses econômicos.

A fala de Fabiano nos leva a refletir sobre a forma como a cidade de Manaus foi sofrendo uma vultosa transformação ao longo das décadas de 1970 e 1980, passando de uma pacata cidade à “capital da Zona Franca”, exercendo forte atração nos turistas que buscam novidades vindas do mundo todo e também nos migrantes em busca de alternativas de sobrevivência, impondo, ao poder público, dentre muitos problemas, os de infraestrutura. Suas memórias nos falam de condições mais salubres, numa natureza que agora se encontra degradada.

É preciso ressaltar como o trabalho a partir das memórias relatadas pode ser revelador de histórias e memórias alternativas à memória oficial, na medida em que coloca o historiador frente a outros pontos de referência. E é Alessandro Portelli (2004, p. 300) quem nos alerta para o fato de que “Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem”. Assim, ao falar sobre as transformações por que passava a cidade nas primeiras décadas da Zona Franca, o Fabiano o

<sup>274</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, em uma praça.

faz a partir daquilo que faz sentido para ele (*“Inclusive, por incrível que pareça, até peguei tucunaré lá. Peguei tucunaré ali! Conta pro pessoal, o pessoal num acredita”*<sup>275</sup>).

O olhar profundamente influenciado pela vivência presente também pode ser notado no depoimento do Sr. Manoel, que, quando veio para Manaus, trabalhava nas imediações do Mercado, revendendo mercadorias vindas do interior, e, hoje, é lojista nas imediações da Manaus Moderna. Ao falar sobre a área antes da construção da avenida que daria o nome de “Manaus Moderna” àquela espacialidade, o depoente expressou, através das feições e da tonalidade de voz, como o local se apresenta a ele como um espaço muito melhor. Segundo ele: *“Antes desse aterro, esse espaço é como eu tava te dizendo, era só lama quase... tempo desse, quando tava chovendo assim, só dava... tinha que fazê aquelas pontezinha de tábuas pra andá, pisano por cima...”*<sup>276</sup>.

Sobre essa transformação vivenciada na cidade, o Sr. José analisou a implantação da Zona Franca à luz de sua experiência e, para ele, apesar das muitas ofertas de emprego, a nova dinâmica que adquirira a cidade trouxe muitas consequências negativas. De acordo com depoente:

*Olha, melhorar, melhorou, sabe? O desenvolvimento, né? E... o polo industrial, né? Ele melhorou bastante, né? Mas teve também suas desvantagens, o fluxo do jeito que veio, do interior tentar a vida, né? E de outros estados, né? Você vê aí camelô, vamos dizer assim... se tem dois mil camelô registrado, mil e duzentos é de fora... mil e duzentos é de fora... Cearense então... tem muito, principalmente esse pessoal que vende rede, tudo é cearense, paraibano..., né? Tão atrás do pão dele, né?*<sup>277</sup>

Para o Sr. José, a consequência mais imediata da Zona Franca para o cotidiano da cidade foi a formação de um exército de reservas de força de trabalho, assumindo, em sua fala, estigmas difundidos sobre os migrantes nordestinos.

Assim, ele percebe que, mesmo ampliando vertiginosamente a oferta de empregos, as indústrias não conseguem abarcar toda força de trabalho que atraem. Na avaliação desse trabalhador, as oportunidades não são para todos. Nesse sentido, a cidade inchou com a migração em massa de trabalhadores do interior e de outros estados que, em muitos casos acabaram não conseguindo melhorar suas condições de vida; ao contrário disso, a situação acabou se agravando, como pontuou o Sr. José, na medida em que muitos migrantes vão se envolvendo com a criminalidade, buscam nas drogas certo alívio para o cotidiano e se veem viciados.

<sup>275</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, em uma praça.

<sup>276</sup> Em entrevista realizada em 29 de agosto de 2008, na Avenida Manaus Moderna.

<sup>277</sup> Em entrevista realizada em 26 de junho de 2008, em sua residência.

Fabiano, filho do Sr. José, também falou sobre as consequências desse crescimento populacional gerado a partir, principalmente, da instalação do Distrito Industrial e da ampliação das indústrias na cidade.

De acordo com o seu depoimento:

*Eu acho também por causa do número de pessoas chegando, né, os hotéis do centro começaram a se transformar em pensões, né, quem vem de... sempre teve, mas eu acho que quando se popularizou muito, por ela num pode... Eu acho que qualquer um pode pagar quinze reais numa diária, né, num hotel. Então se você for pegar ali o centro, toda aquela parte dos hotéis. Tudo ali hoje tá servindo pra tráfico, né, já saiu no jornal, é... tráfico de drogas, é... serve como motel, né... o pessoal tem essas opções, principalmente aquela área ali da Joaquim Nabuco, né? Aqui pro centro. Ce vai três horas por dez, popularizou tudo, né? Então, eu acho que a partir desse movimento de popularização mesmo do centro, num tem mais aquele aspecto residencial, familiar, é que aí começa o perigo de transformação. É como eu to te falando, né? O cara sai da boate... então gera todo aqueles caso, eu não quero ser o... o... puritano né, mas uma coisa atrai a outra, né, bar, violência, prostíbulo, hotel, tráfico, prostituição, tudo tá interligado. Aí sim, a partir desse momento transforma mesmo<sup>278</sup>.*

Fabiano fez questão de contar detalhadamente como percebeu o “sumiço” de muitas frutas e verduras tradicionais dos mercados da cidade. Segundo sua argumentação:

*Tinha de tudo aí no Mercado. Eu lembro, era... era o cacau, né? Hoje você não encontra mais, o cacau, tinha... verdura que básica mesmo era: macaxeira, cará, cará roxo, tinha o branco, tinha macaxeira normal e a manteiga, não sei se você já ouviu falar, né, que é uma amarelinha, hoje não tem mais. Você não encontra mais da amarelinha, é o que a gente chama de macaxeira manteiga, é... tinha cheiro-verde, tinha básica... o que tem hoje tinha naquela época, mas tem coisas que sumiram, por exemplo,...], a sorva, não sei se a senhora já ouviu falar em sorva. A sorva, ela parece um cacho de uva e... hoje quase você num vê mais. Entendeu? E... é um cacho de uva só que ela é maior, verde e da casca dura e ela é muito, muito saborosa. Muito gostosa, você num encontra mais hoje. [...]. Mas tem muita coisa que você num encontra mais, por exemplo, sorva, é... você... é... como é o nome daquela frutinha azeda? Esqueci o nome também, ce num encontra mais. Tem muita coisa que você num vê, né? A sorva eu acho impressionante: – Tem sorva? – Não, num ta na época. Pô, todo ano num tá na época? Porque ela é de meio alagada, vem do interior num tem assim, nas redondezas da cidade, né? Inclusive com ela, ela solta uma gominha que... que ela verde serve pra um monte de coisa assim. É pra cola, pra fazer bolinha de... assim... de goma mesmo, né? Interessante. Eu sou fã, mamãe também é mais você num encontra mais. Tem coisa que deixou realmente de ser vendida. Abil, você num... lá no Mercado você encontrar é raridade. Naquela época tinha aos monte aquilo ali, né, um monte, monte de coisa mesmo. Aí você vê, lá hoje tem pêra, tem uva, tem frutas que não são regionais, né, e aí você ver de exemplo, pra você encontrar banana maçã, né, original, você quase não encontra. Quando encontra, a palma é cinco reais. Você encontra aquela enxertada. Que é horrível, né, eu não gosto. A*

<sup>278</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, em uma praça.

*maçã não, pode ver, vai lá, você encontra um monte, maçã, banana maçã, num tem, quando você encontra: tem, mas é cinco reais a palma e uma enxertada é dois, qual que você vai comprar? A de dois reais, né. Então... mudou muita coisa ali, assim, sabe? Agora, quando a gente ia lá fazer... Quando eu vou no Mercado comprar lá, verdura, por exemplo, você quer comprar graviola é... inteira, você não encontra, né? Você encontra mais é já a polpa, né? Porque conserva mais, né?*<sup>279</sup>

Assim, ao dizer, com pesar, que não se encontram mais com tanta facilidade as frutas que fazem parte de suas memórias de infância, como a “sorva”, o “abil”, a “macaxeira manteiga”, o “cará”, e mesmo as bananas que, segundo ele, hoje, encontra-se mais “*aquela enxertada. Que é horrível, né, eu não gosto*”, Fabiano nos apontou questões interessantes para serem refletidas.

Ao recordar a grande movimentação da antiga Feira da Escadaria, Márcio também nos evidenciou a diversidade de produtos que eram importados de outros estados, ao mesmo tempo em que revelou como o abastecimento se colocava enquanto problema, ao ponto de gerar uma corrida frenética dos clientes em busca da mercadoria<sup>280</sup>.

Desse modo, cenoura, beterraba, melão, abacate e muitas outras frutas e verduras eram novidades na alimentação local, como salientou nosso depoente, pois, não eram, e muitas ainda não são, cultivadas na região e foram sendo introduzidas na medida em que os atacadistas começaram a se instalar na cidade, importando esses produtos do Nordeste e Sudeste do país.

Cumprе refletir, ainda, acerca da introdução de novos hábitos alimentares. Dessa forma, quando Fabiano nos falou das frutas que se encontram hoje no Mercado, “*uvas*”, “*maçãs*”, entre outras, percebemos que a Zona Franca também produziu novos hábitos alimentares, que certamente foram introduzidos a partir dos hábitos de migrantes vindos principalmente de outros estados.

A narrativa do Sr. Luiz Maia marca de forma incisiva as disputas e as lutas travadas por um grupo social – os feirantes – pela conquista e permanência em um espaço na cidade. Sua fala deixa entrever ainda a importância daquela espacialidade para ele e muitos outros feirantes. Foi ali, através das lutas e embates, que ele foi se constituindo, construindo sua identidade de trabalhador. Seus valores foram sendo forjados na labuta diária e nos embates pelo direito a ocupar aquele espaço.

É preciso entender que não foi sem grandes perdas e dificuldades que esses trabalhadores resistiram às empreitadas de um “progresso” que necessita deles, mas ao mesmo

<sup>279</sup> Em entrevista realizada em 25 de junho de 2008, em uma praça.

<sup>280</sup> Em entrevista realizada em 27 de junho de 2007, na rádio da Feira Manaus Moderna.

tempo deseja mantê-los excluídos. Nesse sentido, pudemos observar, como nos contou o Sr. Luiz Maia, que, quando saíram “*expulsos como um bandido*”, passaram por inúmeras dificuldades. Igualmente, o Márcio nos relatou que passou até fome quando foi realocado no bairro da Lagoa Verde e viu sua clientela despencar; e ainda temos o Sr. José, que passou por muitas humilhações, tendo que se sujeitar a ocupar um pequeno espaço no interior de uma loja ou ainda vendendo escondido como se suas mercadorias fossem algo ilícito, precisando, em muitos momentos, fugir da vigilância constante dos guardas municipais.

Assim, percebemos que tem sido na luta diária que muitos trabalhadores vêm, entre perdas e ganhos, conseguindo manter sua dignidade e marcar aquele espaço com suas presenças. E é nesse embate constante que compreendemos que os espaços vão se constituindo.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

AMBROZIO, Júlio Cesar Gabrich. **O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis**: uma história territorial. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANDRADE, Moacir. **Manaus**: ruas, fachadas e varandas. Manaus: Gráfica Santa Luzia, 2007.

ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: \_\_\_\_\_. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. São Paulo/Campinas, SP: Imprensa Oficial/EDUNICAMP, 2000a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. São Paulo/Campinas, SP: Imprensa Oficial/EDUNICAMP, 2000c.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. A cultura da cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 229-240, 1996.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: \_\_\_\_\_; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 262-272.

\_\_\_\_\_. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 94-115.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENCHIMOL, Samuel. **O romancista da batalha da borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTES, Rosalvo Machado. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 11. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 2 (O jogo das trocas).

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades: espaço e memória. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. São Paulo: DPH, 1992.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Imagens da cidade**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 23, p. 95-115, 1994.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDOSO, André Luiz Carvalho; MARTINS, Ângela Maria Moreira. Mercados populares: trajetórias na apropriação de práticas informais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: Comércio, culturas e políticas públicas em tempo de globalização, 2005. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 1-11. Disponível em: <[http://www.ess.ufrj.br/site\\_coloquio/mesa2\\_02.pdf](http://www.ess.ufrj.br/site_coloquio/mesa2_02.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2006.

CARVALHO, Guiomar Lima de. Importância econômica do Mercado Municipal para o conjunto da economia do município de Manaus. In: COSTA, Ideraldo et al (Coord.). **As origens do Mercado Municipal de Manaus: 1850-1883**. Trabalho provisório de circulação interna da Fundação Nacional Pró-Memória. Manaus: Fundação Nacional Pró-Memória, 1988.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. **Fisionomia da cidade: Sorocaba – Cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890-1943**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHALHOUB, Sydney. **Cidade febril: cortiços e epidemias no Brasil imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, Ideraldo et al (Coord.). **As origens do Mercado Municipal de Manaus**: 1850-1883. Trabalho provisório de circulação interna da Fundação Nacional Pró-Memória. Manaus: Fundação Nacional Pró-Memória, 1988.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Nailharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão**: o significado dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTO, Ana Mágnia Silva. **Das sobras à indústria de reciclagem**: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ, 2000.

\_\_\_\_\_; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Wilson Rodrigues da; SERRA, Celso Luiz Rocha. Aspectos econômicos e sociais da cidade flutuante. In: BONFIM, Ronaldo. **Uma introdução à realidade socioeconômica do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

DAVES, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma).

FARIAS, Orlando. **A dança dos botos e outros mamíferos do poder**. Manaus: Valer, 2010.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Margens do sujeito no espaço urbano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. Publicação do Programa de Estudos de Pós-graduados em História. São Paulo: Olho D'Água, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p. 27-51, jan./jun. 1992.

\_\_\_\_\_. O papel da história oral na historiografia moderna. In: MEYHI, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 56, n. 2, abr. 2004. Disponível em:  
<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000200015&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jun. 2008.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **A dinâmica da economia amazonense no período de 1950-1990**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 153-163, 1996.

FREUND, Gisèle. **La fotografía como documento social**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.

GONÇALVES JÚNIOR, Antônio José et al. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sérgio A. **Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962**. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 24, jun. 2002.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GUREVIC, Aron Ja. O mercador. In: LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Barcarena: Presença, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular” In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e das produções nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 43-62.

KHOURY, Yara Maria Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 22, p. 79-104, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. et al. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D’Água, 2006.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Interação social, identidade cultural e espaço urbano no Brasil: metamorfoses do século XX**. Brasília, mar. 2003. Tradução de palestra apresentada no Colóquio Internacional sobre Perspectivas do Espaço Urbano (*Internationales Kolloquium Perspektiven des Urbanen Raums*), Stuttgart, Alemanha, em 29 nov. 2002. Disponível em: <[www.unb.br/fau/cidade\\_arquitetura/espacourbano.pdf](http://www.unb.br/fau/cidade_arquitetura/espacourbano.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê, 2007.

KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UNB, 1999.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). **Condições de vida das camadas populares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Coleção Debates Urbanos, 6).

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987). **Texto para discussão IE/UNICAMP**, Campinas, SP, n. 128, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto128.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In: KHOURY, Yara Aun et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

MAFRA, Flávia Luciana Naves; TAVARES, Tatiane Silva; MANGINI, Dulci. Trabalho informal e qualidade de vida: interações possíveis no contexto local. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar. 2002.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. **O transporte coletivo urbano de Manaus**: bondes, ônibus de madeira e metálicos. 2003. Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: \_\_\_\_\_; VAINER, Carlos B.; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. O plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 101-130, jul./set. 1988. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/31-7.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. Feiras livres: informalidade e espaços de sociabilidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: Comércio, culturas e políticas públicas em tempo de globalização, 2005. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. v. 1. Disponível em: <[http://www.ess.ufrj.br/site\\_coloquio/mesa2\\_05.pdf](http://www.ess.ufrj.br/site_coloquio/mesa2_05.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **Revista Geo UERG**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-41, 1997.

\_\_\_\_\_. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista**: conflito, mudança e persistência. Rio de Janeiro – 1964-1989.1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MATOS, Maria Izilda S.; SOLLER, Maria Angélica. **A cidade em debate**. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MEDEIROS, E. Antunes. **Trabalhadores e viveres urbanos**: trajetórias e disputas na conformação da cidade. Uberlândia: 1970/2001. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MELLO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP):** aspectos da periferização, da deteriorização, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MELLO, Thiago de. **Manaus: amor e memória.** 4. ed. rev. Manaus: Valer, 2004.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura – 1852-1910.** 3. ed. Manaus: Valer/Prefeitura de Manaus/Uninorte, 2006.

MEYER, Regina Maria Prosperi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p.38-41, mar. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a16v58n1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 220-228, 1996.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves. Territorialidades e sociabilidades na Feira Livre de Caicó (RN). **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 17, p. 244-249, fev. 2006.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade:** trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia - 1970/2000. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MOREIRA, Carolina Margarido. **Intervenções urbanas contemporâneas:** o caso da área da Luz no centro de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira (Org.). **Zona Franca de Manaus:** os filhos da era eletroeletrônica. Belém: UNIMAZ/FUA/UFPA, 1993.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Trabalho árduo e liberdade:** o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo/Universidade Católica de Salvador, São Paulo/Salvador, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manaus (1920-1067)**: cidade doce e dura em excesso. Manaus: EDUA, 2004.

\_\_\_\_\_ et al (Org.). **A cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

\_\_\_\_\_; GUIDOTTI, Pe. Humberto (Org.). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. **As políticas de urbanização na cidade de Manaus**: a questão do abastecimento. Trabalho de aproveitamento do Curso de Especialização em Antropologia na Amazônia. Manaus: UFAM, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. Zona Franca, meu amor (ensaio de geografia política sobre a captura da Amazônia pelas multinacionais). **Amazônia em cadernos**, Manaus, n. 4, p. 291-307, out. 1998.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PEREZ, Carlos Blaya. **A fotografia na narrativa histórica**: o resgate da história da cooperativa dos empregados da viação férrea do Rio Grande do Sul. 1998. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

PEREZ, Jefferson Carpinteiro. **Evocação de Manaus**: como eu a vi ou sonhei. 2. ed. rev. ampl. Manaus: Valer, 2002.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Mundo do trabalho em Manaus, 1920- 1945: uma proposta de investigação. In: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais...**, São Leopoldo: ANPUH, 2007.

\_\_\_\_\_.; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. (Org.). **Imprensa operária do Amazonas**: documentos da Amazônia. Manaus: EDUA, 2004. v. 1.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 2001. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Dossiê Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História e perspectivas**, Uberlândia, n. 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001 - jan./jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 7-24, fev. 1997a.

\_\_\_\_\_. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: KHOURY, Yara Aun et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997b.

PRADO, Ana. Os sentidos da transformação: arte, cultura e espaço urbano em Santa Teresa - RJ. **Cidade sem nome** (revista eletrônica), v. 4, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.cidadesemnome.org.br/artigos/2007-1-santatereza.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PROJETO HISTÓRIA. São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 15, abr. 1997.

PUPIM, Rafael Giácomo. **Cidade e território do oeste paulista**: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008.

QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Aluísio Wellichan Ramos. **A cidade como negócio**: aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privada na Barra Funda e na Água Branca (no município de São Paulo) – um exame crítico da operação urbana Água Branca e do projeto “Bairro Novo”. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro, 1982.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. **Imagens de cidade**: clichês em foco... São Paulo e Lisboa (1900-1928). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

RIBEIRO, Paula. **Saara**: uma paisagem singular no Rio de Janeiro (1960-1990). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

RICOUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cada um no seu lugar**. 1981. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

RONCAYLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Região**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 1986. v. 8.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados**: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca de Manaus. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

\_\_\_\_\_. Teatros da memória. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 41-82, fev. 1997.

SANTANA, Luiz Henrique da Silva. **O porto da Manaus Moderna**: degradação ambiental e trabalho precário. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Identidade urbana e globalização**: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP. São Paulo: Annablume/SINPRO-Guarulhos, 2006. v. 1.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890/1915)**. 3. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008. v. 1.

\_\_\_\_\_. Várzea do Carmo: lavadeiras, caipiras e “pretos véios”. **Memória Energia**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 74-96, 2001.

SANTOS, Francisco Jorge dos et al (Org.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**: catálogo de jornais. Manaus: Umberto Calderaro, 1990.

SANTOS, José Lázaro de Carvalho. **Reflexões por um conceito contemporâneo de Urbanismo**. [S.l.]: SBU, 01 mar. 2005. Disponível em: <[http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/reflexoes\\_urbanismo.htm](http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/reflexoes_urbanismo.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2009.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SILVA FILHO, Cândido Ferreira da. Mercado varejista: um estudo das feiras livres no município de Campinas-SP. **Cadernos da FACECA**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 35-51, jul./dez. 2003.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo e da praça onze – 1920-1945**. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). Condições de vida das classes populares. **Debates Urbanos**, Rio de Janeiro, n. 6, 1982.

SILVA, Luzia Márcia Rezende. **Carregadores de mercadorias: memórias e lutas**. Uberlândia/MG – 1970-2000. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Marilene Correa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

SILVA, Regina Helena Alves da. **São Paulo: A invenção da metrópole**. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOUZA, Leno José Barata. **“Cidade Flutuante”**: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha (1908-1917)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. Manaus: Valer, 2003.

SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza como condição de vida: família, trabalho e direito entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1, 2 e 3.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre as relações da história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 15, 1997.

\_\_\_\_\_. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e político com o Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 16, 1998.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 9. ed. rev. Manaus: Valer/Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2000.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: \_\_\_\_\_; ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira**: estudo etnográfico das “artes de fazer” feirantes e fregueses da feira livre da EPATUR no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

VICENTINI, Yara. **Cidade história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 4, p. 89-102, 1985.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 205-219, 1996.

## FONTES

### **Periódicos e publicações especializadas:**

JORNAL A CRÍTICA. Manaus, 1980 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1986 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1990 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1991 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1997 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2000 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2001 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2002 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2003 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2004 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2005 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2006 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2007 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2008 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 2009 (completo).

JORNAL A CRÍTICA. Manaus, 2010 (completo).

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO. Manaus, 23 abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Manaus, 17 ago. 2008.

JORNAL A NOTÍCIA. Manaus, 16 abr. 1969.

\_\_\_\_\_. Manaus, 1980 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1981 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1982 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, jan. 1986.

\_\_\_\_\_. Manaus, fev. 1986.

\_\_\_\_\_. Manaus, mar. 1986.

\_\_\_\_\_. Manaus, mar. 1994.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1985 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, 1986 (completo).

\_\_\_\_\_. Manaus, nov. 1991.

JORNAL O ESTADO DO AMAZONAS. Manaus, 31 jul. 1989.

JORNAL REPÓRTER. **Manaus Moderna cai aos pedaços**. [S.l.], 23 maio 2008. Disponível em:

<[http://www.ticonecta.com.br/reporter/index.php?option=com\\_content&task=view&id=25&Itemid=29](http://www.ticonecta.com.br/reporter/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=29)>. Acesso em: 25 ago. 2009.

REVISTA PLANETA. **Manaus Moderna**: No vaivém do grande mercado das águas. São Paulo, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/435/artigo119715-1.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

#### **Materiais especiais:**

#### ***Documentos diversos:***

AMAZONAS. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus, 1983.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1985.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1986a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1987b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1992.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1993.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Manaus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Manaus (PLAMAN)**. Manaus, 1975.

\_\_\_\_\_. **Processo de embargo das obras da Avenida Beira Rio – Projeto “Manaus Moderna”**. Manaus, 1987b. Caixas 1, 2 e 3.

\_\_\_\_\_. **Programa de melhorias físicas do município de Manaus-AM**. Manaus, 1986b.

TEIXEIRA, Luiz Maia. **Acervo pessoal**. Manaus, 2007.

### **Legislação:**

AMAZONAS. **Decreto-lei nº 9.688, de 21 de agosto de 1986.** Dispõe sobre a oficialização do Projeto “Manaus Moderna”. Manaus, 21 ago. 1986c.

MANAUS. **Lei nº 123, de 25 de novembro de 2004.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Mercados e Feiras no Município de Manaus. Manaus, 25 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município e suas atualizações.** Manaus, 5 abr. 1990.

### **Webgrafia:**

A CRÍTICA DIGITAL. Edição *on-line* do jornal “A Crítica”. Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.acritica.com.br>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Perfil municipal:** Manaquiri (AM). Manaus, 2011. Disponível em: <[http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/perf\\_mun/Condensadov3/Conteudo/subregiao7/16-manaquiri.html](http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/perf_mun/Condensadov3/Conteudo/subregiao7/16-manaquiri.html)>. Acesso em: 10 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Modelo Zona Franca – História.** Manaus, 2006. Disponível em: <[http://www.suframa.gov.br/modelozfm\\_historia](http://www.suframa.gov.br/modelozfm_historia)>. Acesso em: 25 jul. 2006.

ANDRADE GUTIERREZ. **Site institucional.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.andradegutierrez.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Senador Arthur Virgílio.** Distrito Federal, 2010. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/web/senador/ArthurVirgilio/detalha\\_biografia.asp?codigo=20536](http://www.senado.gov.br/web/senador/ArthurVirgilio/detalha_biografia.asp?codigo=20536)>. Acesso em: 2 abr. 2010.

CONSTRAN. **Site institucional.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.constran.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

IBGE. **Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/AM13526.jpg>>;

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/AM13529.jpg>>. Acesso em 10 dez. 2009.

IBGE. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

GEOCITIES. **Avenida Manaus Moderna**. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.geocities.com/pentagon/bunker/6610/manausm.jpg>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

MANAUSONLINE.COM. **Mapas de Manaus**. Manaus, 2009. Disponível em: <[http://www.manausonline.com/tur\\_mapas\\_manausradares.asp](http://www.manausonline.com/tur_mapas_manausradares.asp)>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MANAUS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Amazonino vai revitalizar o centro da cidade**. Manaus, 2009a. Disponível em: <<http://www.pmm.am.gov.br/noticias/manchete/amazonino-vai-revitalizar-o-centro>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Centro Vivo: o projeto**. Manaus, 2010a. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/oprojeto.html>>. Acesso em: 22 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Choque de ordem**. Manaus, 8 out. 2010b. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/noticias/201cchoque-de-ordem201d>>. Acesso em: 18 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Legislativo municipal: choque de ordem**. Manaus, 2010c. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/noticias/legislativo-municipal/?searchterm=choque%20de%20ordem>>. Acesso em: 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Feira de gastronomia acontece na Manaus Moderna**. Manaus, 2008a. Disponível em: <<http://www.pmm.am.gov.br/turismo/noticias/feira-de-gastronomia-acontece-na-manaus-moderna>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Fotografia da Avenida Manaus Moderna – Prolongamento**. Manaus, 2008b. Disponível em: <<http://portal2.manaus.am.gov.br/Members/semcom003/20060725114958>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Fotografias da feira gastronômica**. Manaus, 2008c. Disponíveis em: <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/galeria/feira/06.jpg/view>>; <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/galeria/feira/19.jpg/view>>; <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/galeria/feira/26.jpg/view>>;

<<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/galeria/feira/03.jpg/view>>;  
 <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/galeria/feira/01.jpg/view>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

MANAUS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Portal da Prefeitura de Manaus**. Manaus, 2009b. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto Centro Vivo**. Manaus, 2008d. Disponível em:  
 <<http://www.manaus.am.gov.br/centrovivo/oprojeto.html>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Terminal pesqueiro começa a funcionar no porto da Panair, em Manaus**. Manaus, 2005. Disponível em:  
 <<http://portal2.manaus.am.gov.br/Members/semcom001/20050610151742/view>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

PORTAL AMAZÔNIA.COM. **Jornal “A Crítica” é homenageado em sessão especial na Câmara de Manaus**. Manaus, 7 maio 2009. Disponível em:  
 <<http://portalamazonia.globo.com/pscript/noticias/noticias.php?pag=old&idN=83349>>. Acesso em: 2 abr. 2010.

PORTO DE MANAUS. **História**. Manaus, 2011. Disponível em:  
 <<http://www.portodemanaus.com.br/?pg=historia.php>>. Acesso em: 1º fev. 2011.

ROCHA, José Martins. **Governador Gilberto Mestrinho**. Manaus, 2009. Disponível em:  
 <<http://jmartinsrocha.blogspot.com/2009/07/governador-gilberto-mestrinho.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SKYSCRAPERCITY. **Amazonas Notícias III: “Dentro de 150 dias eu retiro os camelôs”**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=54657109>>. Acesso em: 18 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Imagens aéreas de Manaus**. [S.l.], 2007. Disponível em:  
 <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=523393>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

VIAJE AQUI. **Avenida Manaus Moderna**. [S.l.], 2010. Disponível em:  
 <<http://www.viajeaqui.abril.com.br/national-geographic/bl>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

## FONTES ORAIS

### Entrevistas realizadas:

**1. Nome: AMEILTON JOSÉ DE OLIVEIRA**

Nascimento: 16 de agosto de 1979.

Local de nascimento: Mossoró/RN.

Estado civil: Solteiro.

Filhos: 3 (três).

Escolaridade: Ensino médio completo.

Atividade: Carregador de mercadorias.

Data das entrevistas: 14 de março de 2009 e 20 de abril de 2010.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local das entrevistas: Proximidades do porto da Manaus Moderna.

**2. Nome: ANDRÉ NASCIMENTO DA SILVA**

Nascimento: 16 de novembro de 1970.

Estado civil: Solteiro.

Filhos: 1 (um) de 5 anos.

Escolaridade: 2º ano do ensino médio.

Tempo de feira: 15 anos (desde 1990).

O que vende: Bebidas (atualmente).

Data da entrevista: 12 de dezembro de 2005.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Feira Manaus Moderna.

**3. Nome: ARIMAR RIBEIRO DE LIRA**

Nascimento: 3 de dezembro de 1981.

Estado civil: Casado.

Filhos: 1 (um).

Escolaridade: Ensino médio completo.

Tempo de feira: Desde 1988.

Atividade: Consultor de vendas.

Data da entrevista: 4 de julho de 2007.

Entrevistadoras: Érica Lima Barbosa e Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Manaus Moderna.

**4. Nome: CALIANE GONÇALVES**

Local de nascimento: Zona rural de Manaquiri/AM.

Estado civil: Solteira.

Filhos: 2 (dois). Moram com os pais.

Vinda para Manaus: 2004.

Escolaridade: Ensino fundamental incompleto.

Atividade: Catadora.

Data da entrevista: 22 de abril de 2010.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Manaus Moderna.

**5. Nome: ÉRICA LIMA BARBOSA**

Nascimento: 24 de novembro de 1981.

Estado civil: Casada.

Filhos: 1 (um) de 4 anos.

Escolaridade: Cursando o ensino superior (Serviço Social).

O que vende: Lanches (aluga um box, do qual é permissionária).

Data da entrevista: 12 de dezembro de 2005.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Praça da Igreja Nossa Senhora dos Remédios.

**6. Nome: FABIANO DA SILVA PAZ**

Idade: 34 anos.

Local de nascimento: Manaus.

Estado civil: Casado.

Escolaridade: Ensino superior (pós-graduando).

O que vende: Importados (camelô).

Profissão atual: Professor de História.

Data da entrevista: 25 de junho de 2008.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Em uma praça.

**7. Nome: IVANILSON LIRA LEITE**

Nascimento: 3 de agosto de 1981.

Local de nascimento: Maranhão.

Estado civil: Solteiro.

Filhos: 1 (um).

Vinda para Manaus: Setembro de 2002.

O que vende: Hortigranjeiros.

Tempo de feira: Desde 2002.

Data da entrevista: 14 de julho de 2007.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Feira Manaus Moderna.

**8. Nome: IVO RIBEIRO DE ALMEIDA**

Escolaridade: Ensino superior.

Mercadoria que vende: Administrador da Feira Manaus Moderna.

Data da entrevista: 10 de dezembro de 2005.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Sede da diretoria da Feira Manaus Moderna.

**9. Nome: JANETE PEREIRA DA SILVA**

Nascimento: 17 de fevereiro de 1968.

Estado civil: Casada.

Filhos: 5 (cinco).

Escolaridade: Analfabeta.

Tempo de feira: Desde os 15 anos.

O que vende: Rifa.

Data da entrevista: 3 de julho de 2007.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Manaus Moderna.

**10. Nome: JOSÉ MORAES DA PAZ**

Idade: 62 anos.

Local de nascimento: Codajás/AM.

Estado civil: Casado.

Escolaridade: Ensino médio.

Vinda para Manaus: Com 2 anos de idade.

O que vende: Importados (camelô).

Tempo de Mercado: 45 anos.

Data da entrevista: 28 de junho de 2008.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Residência do entrevistado.

**11. Nome: JOSEÍLSON**

Nascimento: 1981.

Local de nascimento: Estado do Maranhão.

Estado civil: Solteiro.

Vinda para Manaus: 1999.

O que vende: Hortigranjeiros.

Data da entrevista: 10 de dezembro de 2005.

Local da entrevista: No box de verduras que o entrevistado possui na Feira Manaus Moderna.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

**12. Nome: JOSILDO DOS SANTOS**

Local de nascimento: Manaus/AM.

Estado civil: Casado.

Filhos: 3 (três).

Escolaridade: Fundamental completo.

Atividade: Carregador de mercadoria.

Data da entrevista: 22 de abril de 2010.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Proximidades do porto da Manaus Moderna.

**13. Nome: LUIZ MAIA TEIXEIRA**

Nascimento: 1960.

Local de nascimento: Quixadá/CE.

Estado civil: Solteiro.

Filhos: 4 (quatro).

Escolaridade: Ensino médio completo.

Vinda para Manaus: 1962.

O que vende: Macaxeira e milho.

Tempo de feira: Desde 1962.

Data da entrevista: 3 de julho de 2007.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Em um dos boxes do entrevistado na Feira Manaus Moderna.

**14. Nome: MANOEL RODRIGUES DE MESQUITA (PEDRO)**

Nascimento: 7 de março de 1954.

Local de nascimento: Sobral/CE.

Estado civil: Separado.

Filhos: 7 (sete).

Escolaridade: Apenas aprendeu a ler e a escrever o necessário.

O que vende: Produtos regionais.

Data da entrevista: 29 de agosto de 2008.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Manaus Moderna.

**15. Nome: MÁRCIO ROBERTO ROCHA AGUIAR**

Nascimento: 21 de dezembro de 1971.

Local de nascimento: Belém/PA.

Estado civil: Solteiro.

Filhos: 3 (três).

Vinda para Manaus: 1985.

O que vende: Presidente da Comissão Gestora (radialista da feira); já vendeu hortigranjeiros.

Tempo de feira: Desde 1985.

Escolaridade: Ensino médio completo e curso técnico de Comunicação - Rádio.

Data das entrevistas: 20 de abril de 2005 e 27 de junho de 2007.

Entrevistadoras: Patrícia Rodrigues da Silva (20 de abril de 2005) e Érica Lima Barbosa (27 de junho de 2007).

Local das entrevistas: Na rádio da Feira Manaus Moderna.

**16. Nome: MARCOS AUGUSTO PINHEIRO SANTOS**

Estado civil: Casado.

Filhos: 4 (quatro) de 11, 10, 6 e 4 anos.

Escolaridade: 8ª série do ensino fundamental.

Tempo de feira: Mais ou menos 10 anos.

O que vende: Plantas medicinais

Data da entrevista: 13 de novembro de 2005.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Feira Manaus Moderna.

**17. Nome: RAIMUNDO BEZERRA DA COSTA (RAÍ)**

Nascimento: 4 de dezembro de 1964.

Local de nascimento: Manacapuru/AM.

Estado civil: Casado.

Filhos: 1 (um) de 9 anos.

Vinda para Manaus: 1979.

Escolaridade: Ensino médio (cursou 2 anos de Eletrônica).

O que vende: Hortigranjeiros e eletrônicos.

Tempo de feira: Desde 1999.

Data da entrevista: 8 de maio de 2007.

Entrevistadora: Patrícia Rodrigues da Silva.

Local da entrevista: Feira Manaus Moderna.

**18. Nome: RENATO FROTA MAGALHÃES JÚNIOR**

Nascimento: 29 de janeiro de 1987.

Estado civil: Solteiro.

Escolaridade: Cursando ensino superior (Publicidade e Propaganda).

Tempo de feira: Desde fevereiro de 2002.

O que vende: Hortigranjeiros.

Data da entrevista: 6 de julho de 2007.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Manaus Moderna.

**19. Nome: SEBASTIÃO DE SOUZA GARCIA (“SEU” SABÁ)**

Nascimento: 10 de janeiro de 1938.

Local de nascimento: Manaquiri/AM.

Estado civil: Viúvo.

Filhos: 6 (seis) e 27 (vinte e sete) bisnetos.

Vinda para Manaus: 1953.

Escolaridade: Analfabeto.

O que vende: Pimenta malagueta e de cheiro.

Tempo de feira: Desde 1953.

Data da entrevista: 26 de maio de 2007.

Entrevistadora: Érica Lima Barbosa.

Local da entrevista: Dependências da Feira Manaus Moderna.

## APÊNDICE – Apresentação dos depoentes citados no texto

**1. Arimar Ribeiro de Lira** – Manauara, 26 anos, é casado com a Érica Lima Barbosa, com quem tem uma filha. Era consultor de vendas à época da entrevista. Trabalha na área do Mercado desde pequeno; sua mãe trabalhava como vendedora de café da manhã regional, e seu pai vendia verduras na antiga Feira da Escadaria, local que ele começou a frequentar no intuito de ajudar no trabalho do pai.

A entrevista foi realizada na Feira Manaus Moderna, em 4 de julho de 2007.

**2. Caliane Gonçalves** – Catadora, 24 anos, nascida na zona rural de Manaquiri, no estado do Amazonas, chegou a Manaus em 2004, na expectativa de encontrar uma tia e conseguir um trabalho de doméstica. Ao chegar a Manaus, decidiu ficar na Manaus Moderna. Hoje, mora na rua, e já teve dois filhos que “entregou aos pais”.

A entrevista foi realizada na Avenida Manaus Moderna, em 22 de abril de 2010, próximo ao local em que Caliane costuma dormir.

A princípio, Caliane ficou reticente em gravar a entrevista, mas depois concordou. Conversamos durante uma hora e 15 minutos aproximadamente.

**3. Érica Lima Barbosa** – Casada, 24 anos, um filho. À época da entrevista, estava cursando Serviço Social e alugava um boxê, do qual era permissionária, na Feira Manaus Moderna.

No período em que trabalhou na Feira Manaus Moderna, vendia lanches, principalmente a feirantes. Ela contou que foi lá que conheceu o esposo, e destacou, ainda, que mesmo ela e o marido não trabalhando mais naquele espaço, ainda não haviam perdido o vínculo com o local. O marido prestava serviços aos feirantes e ela tinha muitas relações de amizade com eles.

A entrevista foi realizada na Praça da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em 12 de dezembro de 2005. Em seguida, realizamos uma visita à Feira Manaus Moderna, em que fui apresentada aos primeiros entrevistados. Solicitei à depoente que me contasse sobre como sua trajetória de vida perpassou pela Manaus Moderna, como era o seu trabalho e quais questões se colocavam para ela (e para os feirantes em geral) naquele espaço.

**4. Fabiano da Silva Paz** – Casado, 34 anos (à época da entrevista), atualmente é professor de História na rede pública de Manaus. Cursava pós-graduação, e trabalhou por muito tempo como camelô ajudando o pai (Sr. José Moraes da Paz) e, posteriormente, em sua própria banca.

A entrevista foi realizada, em 25 de junho de 2008, em uma praça, e foi precedida de longa conversa, na qual expus a ele os meus objetivos e pedi que narrasse um pouco de sua história de vida e da sua relação com a Manaus Moderna.

**5. Ivanilson Lira Leite** – Solteiro, 26 anos à época da entrevista, tem um filho. Nascido no interior do Maranhão, veio para Manaus em setembro de 2002, por influência de um amigo, quando terminou os estudos e ficou sem muitas opções em sua terra natal.

Segundo ele:

*[...] como era da minha idade... jovem da minha idade, né? [...] Eu vim parar aqui, mais por necessidade de trabalho, né? Porque na minha cidade não tinha muita opção. Ou você ia trabalhá na roça ou você tinha o seu próprio comercio, né? Aí através de um amigo meu que já morava aqui, né? Já tinha vindo pra cá há muito mais tempo, eu... tive oportunidade, né?*

Desde que chegou, trabalha na Feira Manaus Moderna com venda de hortigranjeiros.

A entrevista foi realizada em 14 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

**6. Sr. Ivo Ribeiro de Almeida** – Era o administrador da Feira Manaus Moderna à época da entrevista; portanto, representante da Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras (SEMAF).

A entrevista foi realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna. Tivemos que interromper diversas vezes a gravação, em função das demandas dos feirantes.

**7. Sr. José Moraes da Paz** – Casado, tinha 62 anos na ocasião da entrevista. Nasceu em Codajás, interior do estado do Amazonas, e veio para Manaus com dois anos de idade. Teve uma infância dura, pois seu pai passava três meses viajando a trabalho, e ele, como filho mais velho, teve de assumir a família com apenas 11 anos de idade. Sobre essa experiência, o Sr. José nos contou que:

*Comprava farinha, comprava feijão. Quando dava dez hora eu tava em casa de volta na canoinha. Aí o papai viajava também, né? Passava três meses viajando, o dinheiro só dava pra vinte dias e... eu que tinha de me virar, né?*

*Eu era o filho mais, mais velho... aí eu tinha que me virá.... Mas graças a Deus estamos aí, né?*

Foi trabalhar na área do Mercado (Manaus Moderna), há mais de 45 anos. Em um primeiro momento, como empregado de uma loja de ferragens, e, posteriormente, como camelô. Foi perseguido e se viu obrigado a deixar por alguns anos a atividade. Foram anos extremamente difíceis para a sua família. Hoje, ainda trabalha como camelô, no centro da cidade, mas não mais na mesma área da Manaus Moderna.

Em seu depoimento, o Sr. José fez questão de apontar e reafirmar como é difícil trabalhar naquelas imediações, pois há violência constante, o que demanda certa habilidade.

A entrevista com o Sr. José foi viabilizada pelo seu filho Fabiano, e foi realizada na sua residência, em 28 de junho de 2008.

**8. Joseílson** – Solteiro, 24 anos à época da entrevista, nasceu no Maranhão e veio para Manaus com 18 anos, em 1999, para Feira da Manaus Moderna, pois segundo ele: *“Todos nós ‘lá em cima’, né, ao completar os seus 18 ‘ano’, então o futuro dele é... é sair aventu... aventurando, né, outros estados - Amazonas, São Paulo... Então eu vim parar aqui no Amazonas”*.

Veio a convite de outros amigos que já estavam em Manaus, e morou na Feira Manaus Moderna por seis meses, dentro do box em que trabalhava. Durante esse período, conheceu outros comerciantes, mudou de “patrão”, mas segundo ele: *“Aqui na feira mesmo, não tem, é... a relação entre, é... patrão e empregado. Ela até tem uma certa mais intimidade, não é assim como seja outras firma, né? Que tem aquela... aquela cobrança. Então é mais tipo assim, ‘dois irmão’, dois amigos, tá entendendo?”*.

A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, um box de verduras que possui na Feira Manaus Moderna, em 10 de dezembro de 2005.

**9. Josildo dos Santos** – Casado, 35 anos, manauara, pai de três filhos, é carregador de mercadorias. Desde os 15 anos, trabalha na Manaus Moderna.

A entrevista foi realizada nas proximidades do porto da Manaus Moderna, no dia 22 de abril de 2010, e foi precedida de uma longa conversa até que Josildo decidisse compartilhar suas vivências comigo.

**10. Sr. Luiz Maia Teixeira** – Nascido em Quixadá/CE, em 1960, migrou com o pai para Manaus em 1962, e estudou até completar o ensino médio. Desde que chegou, trabalha na área da “Manaus Moderna”. Tem quatro filhos e, atualmente, vende macaxeira e milho.

Na ocasião em que fomos apresentados, ele fez questão de mostrar uma foto emoldurada de Amazonino Mendes que, orgulhosamente, ostenta na “parede” de um de seus boxes.

Também fez questão de contar que já escreveu um livro de memórias, cujo título, segundo ele, é: “*Memórias de um feirante*”. Pedi a ele uma cópia do livro, mas ele nunca me deu nem emprestou. Luiz Maia fez questão de salientar que é amigo íntimo de Amazonino, pois foi recebido em sua residência pessoalmente pelo político, que lhe prometeu a publicação do livro. Entretanto, essa publicação nunca apareceu, assim como o livro de Luiz Maia.

O depoente contou que, desde que chegou à cidade, foi trabalhar naquelas imediações do mercado e da praia, e sempre retornava depois das retiradas realizadas pelo poder público.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 3 de julho de 2007, num dos boxes do entrevistado.

**11. Sr. Manoel Rodrigues de Mesquita** – Apelidado de Sr. Pedro, tinha 53 anos à época da entrevista. Tem sete filhos, e contou que não estudou muito, apenas aprendeu a ler e escrever o necessário.

Veio de Sobral, no estado do Ceará, para trabalhar na Manaus Moderna, e, hoje, vende produtos regionais.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 29 de janeiro de 2008, na Manaus Moderna.

**12. Márcio Roberto Rocha Aguiar** – Com 36 anos, tem ensino médio completo e fez curso técnico em Comunicação - Rádio. Trabalha na Feira Manaus Moderna como radialista, anunciando as promoções, mandando recados e informando os feirantes e clientes.

Márcio é paraense de Belém, tem três filhos e trabalha na área da Manaus Moderna desde 1985, quando a feira ainda era de madeira. Veio para Manaus junto com seu pai, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Os membros da família já trabalhavam como hortigranjeiros na Ceasa do Pará e tinham um restaurante. No início dos anos de 1980, seu pai já era falecido, e ele veio para Manaus atraído pela propaganda de que a cidade oferecia grandes oportunidades.

Ao falar de sua trajetória de vida, Márcio nos contou um pouco do seu trabalho:

*Desde os meus 10 anos, quando eu não estava na Ceasa, eu estava atrás dum balcão de um bar, restaurante e churrascaria. Às vezes, eu passava o dia todo na Ceasa e, de noite, ia funcionar o bar, restaurante e churrascaria. Quando eu ia pra Ceasa durante o dia, a mamãe que ficava lá no bar, restaurante e churrascaria. Aí, quando eu chegava da Ceasa, três, quatro horas da tarde que a Ceasa fecha, aí eu ia dá o descanso da mamãe, ia assumir lá o outro comércio. Mas sempre assim... tempo só pra estudar e... e... pra trabalhar.*

A história de Márcio está profundamente marcada pela área da Manaus Moderna. Toda a sua trajetória de vida é pautada nos momentos marcantes daquela área: a destruição da antiga feira de madeira, as incertezas antes da feira nova e a conquista de um espaço na Feira Manaus Moderna. Ele contou, com grande orgulho, que foi o seu pai quem iniciou o trabalho, com carreto, importando frutas e verduras do Nordeste e Sudeste do país.

Foram realizadas duas entrevistas com este depoente. Uma, em 20 de abril de 2005, na rádio da feira, feita por mim. E, a segunda, feita pela Érica Lima Barbosa, em 27 de junho de 2007 – nessa ocasião, Márcio era presidente da comissão gestora, e contou, com orgulho, seu importante papel de representante dos feirantes junto à administração da Manaus Moderna.

**13. Sr. Sebastião de Souza Garcia (“Seu” Sabá)** – Nascido em 1938, analfabeto, o “Seu” Sabá tinha 69 anos na ocasião da entrevista. Órfão de pai e mãe, foi criado como filho único por um casal de tios.

Em Manaquiri, interior do Amazonas, onde nasceu e se criou, plantava juta, em família, para sobreviver. Casou-se com 14 anos de idade e viveu 44 anos com a esposa, que já é falecida. Tem seis filhos e 27 bisnetos. Vende pimentas na Feira Manaus Moderna, onde tem três bancas.

Migrou para Manaus com a esposa em 1953, aceitando um convite do cunhado que já havia migrado algum tempos antes, fugindo das duras condições de vida no interior. Depois de um curto período de tempo trabalhando na feira do bairro Cachoeirinha, resolveu montar a sua banca na Praia do Mercado, atendendo a convites de outros feirantes. Desde essa época, trabalha na área da Manaus Moderna.

Ele contou como foi trabalhar no “Beiradão”, da seguinte forma:

*[...] Eu trabalhava lá (na Praia do Mercado) todo dia, o rio seco, aí a gente vinha naquele tempo, certo? Comprava aí, nós levava de caminhão pra lá (para a feira da Cachoeirinha)... Aí, quando foi um dia, eu achei tão bonito o pessoal todo mundo na beira: - Pôrra Sabá! Vem pra cá Sabá, trabalhá com a gente aqui. Aí eu fiquei assim... Aí um dia eu disse pa mulher: - Digo, rapaiz, eu vô dá uma experimentada lá na beira da praia.*

Sua experiência de vida está profundamente imbricada com a dinâmica da área Manaus Moderna, tendo em vista que vive e trabalha naquela área há mais de 50 anos.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.

## APÊNDICE – Apresentação dos depoentes citados no texto

**1. Arimar Ribeiro de Lira** – Manauara, 26 anos, é casado com a Érica Lima Barbosa, com quem tem uma filha. Era consultor de vendas à época da entrevista. Trabalha na área do Mercado desde pequeno; sua mãe trabalhava como vendedora de café da manhã regional, e seu pai vendia verduras na antiga Feira da Escadaria, local que ele começou a frequentar no intuito de ajudar no trabalho do pai.

A entrevista foi realizada na Feira Manaus Moderna, em 4 de julho de 2007.

**2. Caliane Gonçalves** – Catadora, 24 anos, nascida na zona rural de Manaquiri, no estado do Amazonas, chegou a Manaus em 2004, na expectativa de encontrar uma tia e conseguir um trabalho de doméstica. Ao chegar a Manaus, decidiu ficar na Manaus Moderna. Hoje, mora na rua, e já teve dois filhos que “entregou aos pais”.

A entrevista foi realizada na Avenida Manaus Moderna, em 22 de abril de 2010, próximo ao local em que Caliane costuma dormir.

A princípio, Caliane ficou reticente em gravar a entrevista, mas depois concordou. Conversamos durante uma hora e 15 minutos aproximadamente.

**3. Érica Lima Barbosa** – Casada, 24 anos, um filho. À época da entrevista, estava cursando Serviço Social e alugava um box, do qual era permissionária, na Feira Manaus Moderna.

No período em que trabalhou na Feira Manaus Moderna, vendia lanches, principalmente a feirantes. Ela contou que foi lá que conheceu o esposo, e destacou, ainda, que mesmo ela e o marido não trabalhando mais naquele espaço, ainda não haviam perdido o vínculo com o local. O marido prestava serviços aos feirantes e ela tinha muitas relações de amizade com eles.

A entrevista foi realizada na Praça da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em 12 de dezembro de 2005. Em seguida, realizamos uma visita à Feira Manaus Moderna, em que fui apresentada aos primeiros entrevistados. Solicitei à depoente que me contasse sobre como sua trajetória de vida perpassou pela Manaus Moderna, como era o seu trabalho e quais questões se colocavam para ela (e para os feirantes em geral) naquele espaço.

**4. Fabiano da Silva Paz** – Casado, 34 anos (à época da entrevista), atualmente é professor de História na rede pública de Manaus. Cursava pós-graduação, e trabalhou por muito tempo como camelô ajudando o pai (Sr. José Moraes da Paz) e, posteriormente, em sua própria banca.

A entrevista foi realizada, em 25 de junho de 2008, em uma praça, e foi precedida de longa conversa, na qual expus a ele os meus objetivos e pedi que narrasse um pouco de sua história de vida e da sua relação com a Manaus Moderna.

**5. Ivanilson Lira Leite** – Solteiro, 26 anos à época da entrevista, tem um filho. Nascido no interior do Maranhão, veio para Manaus em setembro de 2002, por influência de um amigo, quando terminou os estudos e ficou sem muitas opções em sua terra natal.

Segundo ele:

*[...] como era da minha idade... jovem da minha idade, né? [...] Eu vim parar aqui, mais por necessidade de trabalho, né? Porque na minha cidade não tinha muita opção. Ou você ia trabalhá na roça ou você tinha o seu próprio comercio, né? Aí através de um amigo meu que já morava aqui, né? Já tinha vindo pra cá há muito mais tempo, eu... tive oportunidade, né?*

Desde que chegou, trabalha na Feira Manaus Moderna com venda de hortigranjeiros.

A entrevista foi realizada em 14 de julho de 2007, na Feira Manaus Moderna.

**6. Sr. Ivo Ribeiro de Almeida** – Era o administrador da Feira Manaus Moderna à época da entrevista; portanto, representante da Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras (SEMAF).

A entrevista foi realizada em 10 de dezembro de 2005, na sede da diretoria da Feira Manaus Moderna. Tivemos que interromper diversas vezes a gravação, em função das demandas dos feirantes.

**7. Sr. José Moraes da Paz** – Casado, tinha 62 anos na ocasião da entrevista. Nasceu em Codajás, interior do estado do Amazonas, e veio para Manaus com dois anos de idade. Teve uma infância dura, pois seu pai passava três meses viajando a trabalho, e ele, como filho mais velho, teve de assumir a família com apenas 11 anos de idade. Sobre essa experiência, o Sr. José nos contou que:

*Comprava farinha, comprava feijão. Quando dava dez hora eu tava em casa de volta na canoinha. Aí o papai viajava também, né? Passava três meses viajando, o dinheiro só dava pra vinte dias e... eu que tinha de me virar, né?*

*Eu era o filho mais, mais velho... aí eu tinha que me virá.... Mas graças a Deus estamos aí, né?*

Foi trabalhar na área do Mercado (Manaus Moderna), há mais de 45 anos. Em um primeiro momento, como empregado de uma loja de ferragens, e, posteriormente, como camelô. Foi perseguido e se viu obrigado a deixar por alguns anos a atividade. Foram anos extremamente difíceis para a sua família. Hoje, ainda trabalha como camelô, no centro da cidade, mas não mais na mesma área da Manaus Moderna.

Em seu depoimento, o Sr. José fez questão de apontar e reafirmar como é difícil trabalhar naquelas imediações, pois há violência constante, o que demanda certa habilidade.

A entrevista com o Sr. José foi viabilizada pelo seu filho Fabiano, e foi realizada na sua residência, em 28 de junho de 2008.

**8. Joseílson** – Solteiro, 24 anos à época da entrevista, nasceu no Maranhão e veio para Manaus com 18 anos, em 1999, para Feira da Manaus Moderna, pois segundo ele: *“Todos nós ‘lá em cima’, né, ao completar os seus 18 ‘ano’, então o futuro dele é... é sair aventu... aventurando, né, outros estados - Amazonas, São Paulo... Então eu vim parar aqui no Amazonas”*.

Veio a convite de outros amigos que já estavam em Manaus, e morou na Feira Manaus Moderna por seis meses, dentro do box em que trabalhava. Durante esse período, conheceu outros comerciantes, mudou de “patrão”, mas segundo ele: *“Aqui na feira mesmo, não tem, é... a relação entre, é... patrão e empregado. Ela até tem uma certa mais intimidade, não é assim como seja outras firma, né? Que tem aquela... aquela cobrança. Então é mais tipo assim, ‘dois irmão’, dois amigos, tá entendendo?”*.

A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, um box de verduras que possui na Feira Manaus Moderna, em 10 de dezembro de 2005.

**9. Josildo dos Santos** – Casado, 35 anos, manauara, pai de três filhos, é carregador de mercadorias. Desde os 15 anos, trabalha na Manaus Moderna.

A entrevista foi realizada nas proximidades do porto da Manaus Moderna, no dia 22 de abril de 2010, e foi precedida de uma longa conversa até que Josildo decidisse compartilhar suas vivências comigo.

**10. Sr. Luiz Maia Teixeira** – Nascido em Quixadá/CE, em 1960, migrou com o pai para Manaus em 1962, e estudou até completar o ensino médio. Desde que chegou, trabalha na área da “Manaus Moderna”. Tem quatro filhos e, atualmente, vende macaxeira e milho.

Na ocasião em que fomos apresentados, ele fez questão de mostrar uma foto emoldurada de Amazonino Mendes que, orgulhosamente, ostenta na “parede” de um de seus boxes.

Também fez questão de contar que já escreveu um livro de memórias, cujo título, segundo ele, é: “*Memórias de um feirante*”. Pedi a ele uma cópia do livro, mas ele nunca me deu nem emprestou. Luiz Maia fez questão de salientar que é amigo íntimo de Amazonino, pois foi recebido em sua residência pessoalmente pelo político, que lhe prometeu a publicação do livro. Entretanto, essa publicação nunca apareceu, assim como o livro de Luiz Maia.

O depoente contou que, desde que chegou à cidade, foi trabalhar naquelas imediações do mercado e da praia, e sempre retornava depois das retiradas realizadas pelo poder público.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 3 de julho de 2007, num dos boxes do entrevistado.

**11. Sr. Manoel Rodrigues de Mesquita** – Apelidado de Sr. Pedro, tinha 53 anos à época da entrevista. Tem sete filhos, e contou que não estudou muito, apenas aprendeu a ler e escrever o necessário.

Veio de Sobral, no estado do Ceará, para trabalhar na Manaus Moderna, e, hoje, vende produtos regionais.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 29 de janeiro de 2008, na Manaus Moderna.

**12. Márcio Roberto Rocha Aguiar** – Com 36 anos, tem ensino médio completo e fez curso técnico em Comunicação - Rádio. Trabalha na Feira Manaus Moderna como radialista, anunciando as promoções, mandando recados e informando os feirantes e clientes.

Márcio é paraense de Belém, tem três filhos e trabalha na área da Manaus Moderna desde 1985, quando a feira ainda era de madeira. Veio para Manaus junto com seu pai, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Os membros da família já trabalhavam como hortigranjeiros na Ceasa do Pará e tinham um restaurante. No início dos anos de 1980, seu pai já era falecido, e ele veio para Manaus atraído pela propaganda de que a cidade oferecia grandes oportunidades.

Ao falar de sua trajetória de vida, Márcio nos contou um pouco do seu trabalho:

*Desde os meus 10 anos, quando eu não estava na Ceasa, eu estava atrás dum balcão de um bar, restaurante e churrascaria. Às vezes, eu passava o dia todo na Ceasa e, de noite, ia funcionar o bar, restaurante e churrascaria. Quando eu ia pra Ceasa durante o dia, a mamãe que ficava lá no bar, restaurante e churrascaria. Aí, quando eu chegava da Ceasa, três, quatro horas da tarde que a Ceasa fecha, aí eu ia dá o descanso da mamãe, ia assumir lá o outro comércio. Mas sempre assim... tempo só pra estudar e... e... pra trabalhar.*

A história de Márcio está profundamente marcada pela área da Manaus Moderna. Toda a sua trajetória de vida é pautada nos momentos marcantes daquela área: a destruição da antiga feira de madeira, as incertezas antes da feira nova e a conquista de um espaço na Feira Manaus Moderna. Ele contou, com grande orgulho, que foi o seu pai quem iniciou o trabalho, com carreto, importando frutas e verduras do Nordeste e Sudeste do país.

Foram realizadas duas entrevistas com este depoente. Uma, em 20 de abril de 2005, na rádio da feira, feita por mim. E, a segunda, feita pela Érica Lima Barbosa, em 27 de junho de 2007 – nessa ocasião, Márcio era presidente da comissão gestora, e contou, com orgulho, seu importante papel de representante dos feirantes junto à administração da Manaus Moderna.

**13. Sr. Sebastião de Souza Garcia (“Seu” Sabá)** – Nascido em 1938, analfabeto, o “Seu” Sabá tinha 69 anos na ocasião da entrevista. Órfão de pai e mãe, foi criado como filho único por um casal de tios.

Em Manaquiri, interior do Amazonas, onde nasceu e se criou, plantava juta, em família, para sobreviver. Casou-se com 14 anos de idade e viveu 44 anos com a esposa, que já é falecida. Tem seis filhos e 27 bisnetos. Vende pimentas na Feira Manaus Moderna, onde tem três bancas.

Migrou para Manaus com a esposa em 1953, aceitando um convite do cunhado que já havia migrado algum tempos antes, fugindo das duras condições de vida no interior. Depois de um curto período de tempo trabalhando na feira do bairro Cachoeirinha, resolveu montar a sua banca na Praia do Mercado, atendendo a convites de outros feirantes. Desde essa época, trabalha na área da Manaus Moderna.

Ele contou como foi trabalhar no “Beiradão”, da seguinte forma:

*[...] Eu trabalhava lá (na Praia do Mercado) todo dia, o rio seco, aí a gente vinha naquele tempo, certo? Comprava aí, nós levava de caminhão pra lá (para a feira da Cachoeirinha)... Aí, quando foi um dia, eu achei tão bonito o pessoal todo mundo na beira: - Pôrra Sabá! Vem pra cá Sabá, trabalhá com a gente aqui. Aí eu fiquei assim... Aí um dia eu disse pa mulher: - Digo, rapaiz, eu vô dá uma experimentada lá na beira da praia.*

Sua experiência de vida está profundamente imbricada com a dinâmica da área Manaus Moderna, tendo em vista que vive e trabalha naquela área há mais de 50 anos.

A entrevista foi realizada pela Érica Lima Barbosa, em 26 de maio de 2007, nas dependências da Feira Manaus Moderna.